

EDSON JOSÉ HOLTZ LEME

**O TEATRO DA MEMÓRIA:
O Museu Histórico de Londrina – 1959-2000**

ASSIS

2013

EDSON JOSÉ HOLTZ LEME

O TEATRO DA MEMÓRIA:
O Museu Histórico de Londrina – 1959-2000

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP - Universidade
Estadual Paulista para obtenção do título de
Doutor em História (Área de conhecimento:
História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior

ASSIS

2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central
da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L551t Leme, Edson José Holtz.

O Teatro da Memória : o Museu Histórico de Londrina : 1959-2000 / Edson José Holtz Leme. – Assis, 2013.
276 f. : il.

Orientador: Hélio Rebello Cardoso Júnior.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss – Teses. 2. Museus – Brasil – Teses. 3. Memória coletiva – Teses. 4. Museologia – Teses. 5. Londrina (PR) – História – Teses. I. Cardoso Júnior, Hélio Rebello. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 981.622:069

EDSON JOSÉ HOLTZ LEME

O TEATRO DA MEMÓRIA:

O Museu Histórico de Londrina – 1959-2000

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente e orientador: _____

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior - UNESP

2º Examinador: _____

Profa. Dra. Célia Reis Camargo - UNESP

3ª Examinadora: _____

Profa. Dra. Lucia Helena Oliveira Silva - UNESP

4ª Examinadora: _____

Profa. Dra. Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez - UEL

5º Examinador: _____

Profa. Dra. Maria Liége Freitas Ferreira - UFCG

*Dedico esta tese aos meus pais Valdemar e Celina, meus primeiros professores na vida
a minha eterna namorada Sonia
aos meus filhotes Guilherme, Artur e Fernando*

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho se transformou em uma grande viagem. E nesta trajetória recebi o carinho, a amizade, a ajuda, a orientação e o incentivo de inúmeras pessoas e instituições. Mesmo tendo trabalhado, durante quatro anos, com um tema relacionado à memória, tentarei, neste momento, não ficar refém da falta dela, para não esquecer de agradecer a todos que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Inicio agradecendo aos meus dois orientadores. O que seria para muitos, motivo de preocupação, para mim acabou sendo um privilégio.

Ao meu orientador “adotivo” Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr, pelas sugestões e críticas pertinentes na qualificação, bem como pela disponibilidade em me atender e orientar nesta reta final. Seu gesto, no início do meu exame de qualificação, enaltecendo o papel da Profª. Drª. Célia Reis Camargo enquanto principal orientadora da pesquisa, só fez aumentar o respeito e a admiração que tenho pelo profissional e ser humano que ele é.

À minha querida orientadora “biológica”, Profª Drª. Célia Reis Camargo, em primeiro lugar, pela confiança em receber, há quatro anos, este aprendiz de pesquisador, como seu orientando. A trajetória dessa pesquisa teve em você uma bússola sempre corrigindo as coordenadas e sinalizando novos caminhos. Sua orientação segura, sugestões de leituras, críticas pertinentes e disponibilidade, mesmo passando por alguns momentos difíceis, aliadas ao seu imenso conhecimento na área patrimonial, fizeram a diferença neste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, pelas aulas, dicas de leituras e companheirismo.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação e da Biblioteca da UNESP e, também à Clarice do Departamento de História, por estarem sempre à disposição.

Ao professor Eduardo Romero pelas instigantes sugestões no exame de qualificação.

Aos colegas, transformados em novos amigos: Carlão, Rodrigo, Wellington, João Rafael, Luis Alberto, Silas, Fábio, Osmani, Barthom, Maurício, Jean, Lucas, Fabíula, Aline e Odemar, o churrasqueiro da turma.

Ao William e a Thaís, companheiros de inúmeras seções e de orientações junto à nossa mestra Célia.

Aos meus companheiros de viagem: Milton, Lúcia Glicério e Lúcia Helena, que tornaram o trajeto Londrina-Assis mais rápido e agradável.

Aos professores Cláudia Martinez, Maria Liége, Lúcia Helena, Paulo Martinez, Zueleide Casagrande e Marco Antonio (titulares e suplentes), por terem aceito o convite para a leitura dessa tese.

A Universidade Estadual de Londrina, direção do CLCH e especialmente os coordenadores do CDPH, professores Rogério Ivano e Marco Antonio, pela concessão das licenças e apoio.

Aos funcionários da Divisão de Capacitação Docente e Técnica da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UEL, Márcia, Antonio e Miriana, por não deixarem perder prazos de renovação, das licenças e dos relatórios, bem como disponibilidade em me atender.

Aos funcionários da Biblioteca Central da UEL, onde passei a “morar” durante a redação desta pesquisa.

Aos meus colegas e amigos do CDPH, Cacilda, Marlene, Leila, Laureci, Reinaldo, Giovan, Adriano e todos os estagiários que por lá passaram e que ainda estão, por darem cobertura nas minhas ausências. Espero, com minha volta, poder retribuir a altura.

A ex-estagiária do CDPH, Priscila Perrud, também pesquisadora do MHL, pela troca de fontes sobre nosso objeto de pesquisa.

Aos profs. Drs. Paulo Alves e Antonio Paulo Benatte, pelas sugestões e críticas à minha pesquisa, ainda na fase de projeto.

Ao Gilberto Hildebrando que, além de me conceder uma entrevista, compartilhou diversos artigos e textos na área de museologia.

Aos funcionários do Museu Histórico de Londrina, Rosângela, Amauri, Ruth, Áurea, Cesar, Barbara, pelo bom atendimento e na ajuda para “vasculhar” o passado do museu.

Ao Rui Cabral pela produção das fotos, muitas delas utilizadas nesta pesquisa e à Célia Rodrigues pela imensa simpatia e disponibilidade junto ao acervo de imagens do MHL.

A museóloga Gina Issberner por sanar minhas dúvidas sobre o mundo da museologia.

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Angelita Visalli e Regina Alegro, diretoras do MHL durante o período de realização da pesquisa, pela atenção e apoio no acesso a todas as informações necessárias para a viabilização desta tese.

A todos os funcionários das Bibliotecas, Museus, Arquivos e Centros de Documentação visitados durante estes quatro anos de pesquisas.

A Vanda de Moraes e Sidney Bertho, do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura de Londrina, pela amizade, atenção e apoio na pesquisa dos monumentos da cidade.

Aos depoentes, por terem compartilhado suas memórias, dedico um agradecimento especial: Zuleika Scalassara, Maria Aparecida, Enezila de Lima, Gilmar Arruda, Marlene Cainelli, Gilberto Hildebrando, William Meirelles, Elenice Dequêch, Maria Lopes, Sonia Adum, José Cezar, Jorge Cernev, Rui Cabral, Conceição Geraldo, Gina Issberner, Maria Darci, Jorge Marão, Cristiano Simon, Kimiye Tommasino e Cristina Bruno. Suas lembranças não só preencheram lacunas como também lançaram luzes sobre os outros caminhos, por mim trilhados durante a pesquisa.

A todos os meus amigos(as) pela torcida, especialmente Carlos e Cristiane, Isaac e Jussara, Rosângela e Marisa, pelo apoio e cuidados com o Fernando, durante minhas ausências de Londrina.

A minha imensa família, irmãos, cunhados (as), sogros, sobrinhos (as), primo (as), tias-mãe, pela força e carinho.

Aos meus filhos já “independentes”, Guilherme e Artur, que continuaram sempre presentes em meu coração.

Ao meu caçula Fernando, meu companheirinho de todos os dias, que passou os últimos anos me perguntando: “Mas pai, quando é que você vai terminar esta tal de tese”?

E a minha mulher, namorada e companheira Sonia, por ter sobrevivido às minhas ausências, mas, sobretudo, por continuar sendo muito especial em minha vida.

“Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes.”

IBRAM

“No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história intelegível dentro de seu próprio presente. Somente eles terão o poder de selecionar, entre os muitos significados oferecidos pelo nosso conturbado presente, e transmutar alguma parte de nosso processo em seu progresso”.

E. P. Thompson

LEME, Edson José Holtz. *O Teatro da Memória: o Museu Histórico de Londrina – 1959-2000*. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória do Museu Histórico de Londrina, principal e um dos mais antigos lugares de memória da cidade, evidenciando, dentre outros aspectos, os conflitos e consensos que acompanharam este processo, o qual envolveu a construção e disseminação de uma determinada narrativa da história local. Fundado em 1970, e pertencente à Universidade, ele reflete não apenas as preocupações preservacionistas dos agentes que o criaram e o organizaram, como também os conflitos que se seguiram, decorrentes da configuração de seu acervo e de sua política museológica. Esses embates se evidenciaram, sobretudo a partir da década de 1980, no bojo das novas questões teóricas e metodológicas advindas da renovação historiográfica, debatidas na Universidade, as quais fomentaram a reivindicação da necessidade de inserção de novos atores, abordagens e objetos na então hegemônica história oficial da cidade. Na década de 1990, o museu passou por um processo de revitalização de suas estruturas físicas, bem como no campo conceitual da museologia, deixando de ser um “museu-memória” para se transformar em um “museu-narrativa”. Estas mudanças, porém, não conseguiram alterar a perspectiva de memória seletiva do museu, evidenciada na exclusão de vários grupos sociais, na expografia de sua exposição de longa duração. A pesquisa também enveredou pela tênue fronteira existente entre o público e o privado, ao analisar o processo de apropriação de espaços e cenários do museu, durante a revitalização da instituição, promovendo a formação de memoriais privados. Esse processo esconde uma luta de interesses, permeada pela divisão da sociedade em grupos sociais com interesses divergentes e que veem o espaço do museu como estratégico nos embates pela hegemonia dentro do processo de construção da memória coletiva.

Palavras-chave: Museu Histórico – Memória - História – Museologia - Londrina.

LEME, Edson José Holtz. *Memory`s Theater: Londrina`s Historic Museum – 1959-2000*. 276 f. Thesis (Doctorate in History) – Faculty of Science and Letters, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

This study aims primarily at analyzing the path of Londrina's Historic Museum (Museu Histórico de Londrina), one of the oldest and principal memorial sites in the city. It highlights - despite other aspects - the consensus and conflicts followed throughout this process, in which a given narration of the local history was built and diffused. Founded in 1970 and still owned by the University, the museum reflects both the preserving concerns of founding and organizing agents; and the conflicts arising from its collection configuration and its museological policy. These problematic matters raised mainly in the 1980's, in the core of new historiographic renewal's theoretical and methodological issues. Discussed at the University, they fomented the claims that the city's hegemonic official history needed the insertion of new agents, approaches and objectives. In the 1990's, the museum went through a revitalization process of its building and museology concepts, turning the "memorial museum" into a "narrative museum." Nevertheless, such changes were not able to alter the museum's select perspective, evidenced by the exclusion of many social groups and its long term expositions. The research is also engaged on the fine line drawn between public and private, when analyzing the museum's spaces and settings during the revitalization, promoting the creation of private memorials. This process hides divergent and particular interests of social groups that deem the museum's spaces as an strategy in the dispute for the hegemony in the construction of collective memory.

Key Words: Historic Museum, Memory, History, Museology, Londrina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Propaganda da Cia. de Terras Norte do Paraná	77
FIGURA 2 - Bandeira do Município de Londrina	82
FIGURA 3 - Brasão do Município de Londrina	82
FIGURA 4 - Painel do Jubileu de Prata de Londrina	84
FIGURA 5 - Monumento “Marco Zero”	95
FIGURA 6 - Dia do Pioneiro no jardim do MHL	96
FIGURA 7 - Dia do Pioneiro - homenagem aos imigrantes	96
FIGURA 8 - Dia do Pioneiro no campus da UEL	96
FIGURA 9 - Dia do Pioneiro – confraternização	96
FIGURA 10 - Busto em homenagem a Arthur Thomas	98
FIGURA 11 - Entrada do Parque Arthur Thomas	99
FIGURA 12 - Busto em homenagem a Willie Davids	99
FIGURA 13 - Busto em homenagem ao senador Souza Naves	100
FIGURA 14 - Placa do Projeto “Aqui tem História” – Quadra de tênis dos ingleses	105
FIGURA 15 - Projeto de Memorial como anexo ao prédio do MHL	108
FIGURA 16 - Memorial do Pioneiro	110
FIGURA 17 - Memorial do Pioneiro	110
FIGURA 18 - Memorial do Pioneiro – Xilogravura “Índio Paranaense”	112
FIGURA 19 - Assembleia de fundação do Museu de Cultura de Londrina	124
FIGURA 20 - Alunos da FEFCLL catalogando peças do Museu	131
FIGURA 21 - Objetos do acervo do MHL – porões da FEFCLL	133
FIGURA 22 - Objetos do acervo do MHL – porões da FEFCLL	134
FIGURA 23 - Objetos e móveis do acervo do MHL – porões da FEFCLL	134
FIGURA 24 - Artesanato indígena do acervo do MHL – porões da FEFCLL	135
FIGURA 25 - Reunião entre o prefeito e representantes da Universidade	143
FIGURA 26 - Estação Ferroviária de Londrina – Chegada/ partida de trem	153
FIGURA 27 - A primeira Estação Ferroviária de Londrina	157

FIGURA 28 - Chegada do primeiro trem a Estação de Londrina	158
FIGURA 29 - Residência no bairro Batel em Curitiba	160
FIGURA 30 - Museu Histórico de Londrina	160
FIGURA 31 - Construção da segunda Estação Ferroviária de Londrina.....	161
FIGURA 32 - Construção da segunda Estação Ferroviária (plataforma)	161
FIGURA 33 - Exposição de rua no calçadão de Londrina.....	183
FIGURA 34 - Galeria Histórica, década de 1980.....	184
FIGURA 35 - Reunião de Cristina Bruno com a ASAM e equipe do MHL	192
FIGURA 36 - Composições ferroviárias no pátio do MHL	197
FIGURA 37 - Entrada do túnel pela Praça Rocha Pombo	200
FIGURA 38 - Interior do túnel – entrada do MHL	200
FIGURA 39 - Portão de acesso ao MHL, em frente ao Terminal de ônibus	201
FIGURA 40 - Portão de acesso ao MHL, em frente ao Terminal de ônibus	201
FIGURA 41 - Galeria de Objetos	202
FIGURA 42 - Galeria de Objetos	202
FIGURA 43 - Exposição temporária “Um Outro Olhar”	205
FIGURA 44 - Vista do “Prefácio” a partir do saguão do MHL	209
FIGURA 45 - Vitrina com vestígios arqueológicos do MHL	209
FIGURA 46 - 1º Módulo – representação da mata	211
FIGURA 47 - 1º Módulo – ao fundo o rancho de palmito.....	211
FIGURA 48 - 1º Módulo – escritório da CTNP ..	211
FIGURA 49 - 1º Módulo – Casa Central ao fundo	211
FIGURA 50 - 2º Módulo – vitrinas	212
FIGURA 51 - 2º Módulo – vitrinas	212
FIGURA 52 - 2º Módulo – vitrinas	213
FIGURA 53 - 2º Módulo – vitrinas	213
FIGURA 54 - 3º Módulo – cenário do escritório da Estação Ferroviária.....	215
FIGURA 55 - 3º Módulo – vitrinas	215
FIGURA 56 - 3º Módulo – vitrina – religiões	216

FIGURA 57 - 3º Módulo – cenário – “Cia. Cacique de Café”.....	216
FIGURA 58 - Interior do Galpão Rural	216
FIGURA 59 - Interior do Galpão Rural	216
FIGURA 60 - Jardim do Pioneiro	217
FIGURA 61 - Jardim do Pioneiro	217
FIGURA 62 - Saguão de entrada do MHL	217
FIGURA 63 - Vista externa dos cenários do 2º módulo.....	217
FIGURA 64 - Boulevard Londrina Shopping	222
FIGURA 65 - Cabine telefônica “inglesa” no centro de Londrina.....	222
FIGURA 66 - Cabine telefônica “inglesa” na rodoviária	222
FIGURA 67 - Boulevard Londrina Shopping	222
FIGURA 68 - “Memorial” Afonso Haikal”	239
FIGURA 69 - “Memorial” Afonso Haikal”	239
FIGURA 70 - “Memorial” Eugênio Brugin	240
FIGURA 71 - “Memorial” Eugênio Brugin	240
FIGURA 72 - “Memorial” Garcia Molina	240
FIGURA 73 - “Memorial” Garcia Molina	240
FIGURA 74 - Sala do Pioneiro – Família Garcia Cid.....	241
FIGURA 75 - Sala do Pioneiro – Família Garcia Cid.....	241
FIGURA 76 - “Memorial” David Dequêch	242
FIGURA 77 - “Memorial” David Dequêch	242
FIGURA 78 - “Memorial” Folha de Londrina / João Milanez.....	243
FIGURA 79 - “Memorial” Folha de Londrina / João Milanez	243
FIGURA 80 - “Memorial” Lupercio Luppi	243
FIGURA 81 - “Memorial” Lupercio Luppi	243
FIGURA 82 - “Memorial” Ernesto Diez	244
FIGURA 83 - “Memorial” Ernesto Diez	244
FIGURA 84 - “Memorial” Cia.Cacique de Café Solúvel.....	246
FIGURA 85 - “Memorial” Cia. Cacique de Café Solúvel.....	246

FIGURA 86 - Totem da Galeria Histórica “Horácio Sabino Coimbra”.....	246
FIGURA 87 - “Memorial” Cia. Cacique de Café Solúvel.....	246
FIGURA 88 - “Memorial” Hermínio Victorelli	247
FIGURA 89 - “Memorial” Hermínio Victorelli	247
FIGURA 90 - “Memorial” Amadeo Mortari	247
FIGURA 91 - “Memorial” Amadeo Mortari	247
FIGURA 92 - Totem da Galeria de Exposições Temporárias.....	248
FIGURA 93 - “Memorial” Lopes & Lopes”	248
FIGURA 94 - “Memorial” Hilário Lunardelli”	249
FIGURA 95 - “Memorial” Hilário Lunardelli”	249
FIGURA 96 - “Memorial” Família Caminhoto	249
FIGURA 97 - “Memorial” Família Caminhoto	249
FIGURA 98 - “Memorial” Martinez & Sciarra	250
FIGURA 99 - “Memorial” Martinez & Sciarra	250

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AESI - Assessoria Especial de Segurança e Informação
- AH – Arquivo Histórico
- AN – Arquivo Nacional
- AROL - Associação de Recreação Operária de Londrina
- ARU – Assessoria de Relações Universitárias
- ASAM - Associação Sociedade Amigos do Museu
- ASSOCISAMBA - Associação das Escolas de Samba de Londrina
- CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
- CDPH - Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
- CECA - Centro de Educação, Comunicação e Artes
- CLCH - Centro de Letras e Ciências Humanas
- CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
- CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
- CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná
- DARP - Diretório Acadêmico Rocha Pombo
- DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
- DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social
- DPH-SMC – Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura
- FEFCLL - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina
- FESULON - Fundação do Ensino Superior de Londrina
- FILO – Festival Internacional de Londrina
- FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória
- IBC - Instituto Brasileiro do Café
- IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
- ICOFOM – *International Committee for Museology* [Comitê Internacional de Museologia]
- ICOM - *International Council of Museums* [Conselho Internacional de Museus]

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPAC/LD – Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

IRCH - Instituto de Referência em Ciências Humanas

MAE/USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

MAL - Museu de Arte de Londrina

MECAB - Movimento e Estudo da Cultura Afro-Brasileira

MHL – Museu Histórico de Londrina

MHN – Museu Histórico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

MINON - Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MP – Museu Paulista

MUCON - Movimento de União e Consciência Negra

PML – Prefeitura Municipal de Londrina

PNM – Programa Nacional de Museus

PROMIC – Programa Municipal de Incentivo à Cultura

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

PSD - Partido Social Democrático

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SAUEL - Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina

SNM – Sistema Nacional de Museus

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

UDN - União Democrática Nacional

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNEL - União Negra Evangélica de Londrina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1. ABREM-SE AS CORTINAS: O MUNDO DOS MUSEUS	38
1.1. Alguns aspectos da História dos museus	38
1.2. A trajetória dos museus no Brasil	45
1.3. Da Museologia Tradicional à Nova Museologia	61
1.4. Os historiadores e os museus	69
CAPÍTULO 2. O GRANDE CENÁRIO: LONDRINA E SEUS MITOS FUNDADORES	73
2.1. Londrina: de “boca do sertão” à pequena metrópole do interior	73
2.2. O Jubileu de Prata: inventando e celebrando tradições	80
2.3. Os mitos fundadores	89
2.4. A cidade e seus monumentos	97
2.5. “Aqui tem História”: mas ... de quem?	101
2.6. “Memorial do Pioneiro”: acertando contas com o passado?	106
2.7. A crítica à narrativa tradicional: o outro lado do “Eldorado”	115
2.8. Um museu para coroar o Jubileu de Prata	120
CAPÍTULO 3: DESCOBRINDO O PALCO – O MUSEU E SUA TRAJETÓRIA.....	126
3.1. Dos porões à Estação	126
3.2. A Estação Ferroviária e sua musealização	150
3.3. O prédio monumento	156
3.4. A Universidade e o museu	162
3.5. O museu e o Departamento de História: entre aproximações e afastamentos	167
3.6. A “Casa da Memória”	173
CAPÍTULO 4: O ESPETÁCULO – 1º ATO: DECIFRA-ME OU DEVORO-TE.....	178
4.1. O “museu-memória”	179
4.2. O “museu-narrativa”	185
4.3. Associação Sociedade Amigos do Museu – ASAM	186
4.4. Projeto “Memória Viva”: a modernização do museu	191

4.5. Um museu gradeado	197
4.6. Galeria dos objetos	201
4.7. Galeria de exposições temporárias	203
4.8. Galeria Histórica e sua exposição de longa duração	205

CAPÍTULO 5: O ESPETÁCULO – 2º ATO: ENTRE SILÊNCIOS E MEMORIAIS 219

5.1. Culturas silenciadas	219
5.2. Onde estão os negros?	219
5.3. Onde estão as mulheres?	222
5.4. Onde estão os nordestinos?	225
5.5. Onde estão os índios?	228
5.6. Inventando memoriais	233

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CORTINAS SE FECHAM MAS O ESPETÁCULO DA MEMÓRIA CONTINUA 253

REFERÊNCIAS 258

1 INTRODUÇÃO

Existe um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Nele está representado um anjo, que parece estar na iminência de afastar-se de algo em que crava seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estendidas. O anjo da História deve parecer assim. Ele tem o seu rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma cadeia de acontecimentos, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem gostaria de demorar-se, acordar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranha em suas asas e é tão forte que o anjo não mais pode fechá-las. Esta tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual volta as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade.

Walter Benjamin, *Sobre a filosofia da História*, 1940.

Nas palavras de Walter Benjamin o desespero do anjo, retratado no quadro de Paul Klee, reflete nossa perplexidade frente à velocidade frenética que o mundo contemporâneo imprime em nossas vidas. Dos primeiros desenhos em cavernas, do início da humanidade, aos documentos eletrônicos da Era Virtual, um verdadeiro "*tsunami*" de registros e informações, materializados nos mais diversos tipos de suportes documentais, tem-se acumulado sob nossos olhos. A chamada Era da Informação, em que vivemos, tornou a sociedade humana refém do desenvolvimento e crescimento desenfreado dos registros de seu próprio conhecimento.

As principais instituições responsáveis pela guarda, preservação e disseminação dos registros, produzidos pelo homem ao longo da história – bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação – veem-se em uma batalha inglória, incapazes e impotentes de recolher e preservar, para as futuras gerações, parcelas significativas de todo o patrimônio cultural hoje existente. Da impossibilidade de se preservar todos os registros produzidos pela humanidade surge a necessidade de se criar critérios para selecionar determinados documentos, peças, monumentos, dentre outros que, no futuro, ganharão o status de serem reconhecidos como fragmentos do passado e, por extensão, receberem a chancela de legítimos representantes da cultura material de seu tempo.

Das três instituições citadas acima, não restam dúvidas de que os museus, devido principalmente à peculiaridade dos tipos de suporte de seus acervos, objetos bi e tridimensionais, causam grande fascínio nas pessoas. Sua importância enquanto referencial de memória e identidade para as comunidades, seja locais ou nacionais, geram, muitas vezes, conflitos sobre o quê e por que preservar. Esse processo esconde uma luta de interesses,

permeada pela divisão da sociedade em grupos sociais com interesses divergentes e que veem o espaço do museu como estratégico nos embates pela hegemonia dentro do processo de construção da memória coletiva.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória do principal e mais antigo museu histórico da cidade de Londrina, evidenciando, dentre outros aspectos, os conflitos e consensos que acompanharam este processo, o qual envolve a construção e disseminação de uma determinada narrativa da história local.

A escolha desse tema foi motivada por questões relacionadas à nossa formação acadêmica e vida profissional. Em primeiro lugar pelo nosso vínculo, enquanto técnico, junto ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH), laboratório de pesquisa do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

O CDPH e o Museu foram idealizados e formados a partir do mesmo processo de coleta de documentos e objetos bi e tridimensionais, levado a cabo por professores e alunos da antiga Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (FEFCLL), no final da década de 1960 e, desde então, ambos mantêm um vínculo acadêmico com o Departamento de História. Diretores do museu e coordenadores do CDPH, tradicionalmente, sempre foram escolhidos a partir do quadro de docentes do Departamento.

Por trabalharmos em um lugar de memória, nos aproximamos dos temas relacionados ao patrimônio histórico que passaram, portanto, a estarem sempre presentes. Participamos também, de diversos cursos de capacitação promovidos pelo Museu Histórico de Londrina e Museu de Cambé-PR, especialmente aqueles relacionados à expografia museal, à conservação de fotografias e à documentação museológica, os quais despertaram nosso fascínio por este universo simbólico tão presente nos museus.¹

Outro fato, igualmente relevante, para a escolha deste museu como tema dessa pesquisa, diz respeito ao nosso desapontamento, enquanto historiador, quando da visita ao Museu, após sua reabertura, em dezembro de 2000. O museu após passar quatro anos fechado visando um processo de revitalização e reformas em seus espaços internos e externos, bem como em sua concepção museal, reabriu suas portas para o público com novas galerias e modernos expositores. Constatamos que os cenários que compunham a exposição de longa duração, reafirmavam uma narrativa, a qual referendava a versão tradicional da história da cidade, omitindo e excluindo outros atores sociais, também partícipes desse processo

¹ É importante deixar claro, aos leitores desse trabalho, que, além de técnico do CDPH desde 1987, também realizamos a graduação em História na Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre os anos de 1981 e 1986. Por estes vínculos e pela ligação existente entre o Museu e o Departamento de História tornamo-nos, também, observador de alguns dos processos que foram analisados nesta pesquisa.

histórico. Também ficamos surpresos e decepcionados, ao constatar a efetivação de um processo de apropriação de alguns cenários e espaços internos do museu, por empresas e famílias, vinculadas às chamadas elites da cidade.

Passados nove anos daquela visita, resolvemos transformar aquela nossa decepção em um projeto de pesquisa, visando desvendar e compreender a história e a trajetória institucional deste imponente lugar de memória londrinense.

Antes de iniciarmos nossa viagem pelo mundo dos museus faz-se necessário apresentar o conceito de museu. O senso comum erroneamente simplifica a ideia do que seja um museu, identificando-o como sendo um lugar para guardar coisas antigas ou velhas. Os museus no decorrer da história, sempre foram mais do que simples depósitos de objetos antigos. O entendimento das funções ou atribuições de um museu se transformou no decorrer do tempo, ampliando conceitualmente sua abrangência. O conceito mais atualizado e que serve de parâmetro para as interpretações nos mais diversos países do mundo, vem do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Formulado em 2001 a partir da contribuição de representantes de vários continentes, entende-se o museu, como sendo uma “instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade”.²

Já o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que, desde 2009, é o principal órgão do governo federal para o fomento e articulação das políticas públicas voltadas para os museus no país, mantém um conceito, formulado pelo então Departamento de Museus e Centro

² O International Council of Museums (ICOM), inclui neste conceito de “museu” outros espaços e instituições também considerados museológicos: “os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos; os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno; as instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários; os centros de ciência e planetários; as galerias de exposição não comerciais; os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos; os parques naturais; as organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus; os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia; os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais; Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação.” Esta definição de museu foi aprovada pela 20ª Assembleia Geral do ICOM, realizada em Barcelona, Espanha, no dia 6 de julho de 2001. Disponível em <http://www.museus.gov.br/SBM/sbm_apresentacao.htm> acesso em 11 nov. 2012. A criação do ICOM e sua relação com as transformações dos museus e da museologia serão abordados no capítulo 1.

Culturais (DEMU). Baseado na filosofia conceitual do ICOM, seu detalhamento demonstra a inserção da abertura dada ao campo dos museus, pela chamada nova museologia:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II – a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas.³

Atualmente, as preocupações com a preservação do patrimônio cultural, seja ele material, ambiental, e mais recentemente imaterial, ocupam cada vez mais espaço na mídia e também, nas ações de diversos agentes sociais, mormente em órgãos estatais e nas diversas áreas do meio universitário. Já é comum observarmos a existência de grupos de pesquisadores, de diferentes áreas, participando de projetos inter e trans-disciplinares envolvendo questões como a ecologia, a biodiversidade, a genética, a história, o mundo digital, dentre outros temas, ampliando assim o conceito de patrimônio. Da mesma forma, o conceito de educação patrimonial adotado em muitas escolas, também, passou a reconhecer e absorver estas novas questões.

Mas, como bem adverte Célia Reis Camargo (1999, p. 11), a diversidade de especializações do patrimônio, como patrimônio cultural, patrimônio histórico e cultural, patrimônio histórico e artístico e o próprio patrimônio histórico, revelam a existência de

³ O DEMU, que deixou de existir com a criação do IBRAM, era um órgão que pertencia à estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O IBRAM é uma autarquia federal do Ministério da Cultura (MinC). Disponível em <http://www.museus.gov.br/SBM/sbm_apresentacao.htm> acesso em 11 nov. 2012. A nova museologia será analisada no capítulo 1.

múltiplos sentidos, às vezes complementares ou excludentes, para o conceito de patrimônio. Segundo ela:

Não é uma discussão fácil porque envolve diferentes entendimentos do que seja cultura, história, arte, estética, monumento, documento, testemunho, e outras tantas noções que são mais, ou menos abrangentes, conforme cada conceito é compreendido. Uns podem ou não envolver os outros. Assim, a história é a categoria mais abrangente? Envolve a cultura? Nesse caso, adotaríamos o conceito de patrimônio histórico para nos referirmos aos bens que registram a cultura material, independente de seu valor estético ou artístico?

As políticas públicas de fomento à preservação do patrimônio histórico, com o incremento de recursos do Ministério da Cultura (MinC), por meio do IBRAM, tem, nos últimos anos, movimentado a área de museus de todo o país, seja pela realização de oficinas de capacitação e/ou a destinação de recursos para reformas, compra de acervos e implantação de novos museus.

Especificamente com relação ao tema desta pesquisa, vislumbrou-se a importância de se investigar os conflitos e as relações de poder, geralmente pouco explícitos, existentes na constituição e gestão dos museus. Esses conflitos se revelam por trás de estratégias que, objetivam consolidar, em muitos casos, a identidade de um grupo na memória coletiva, em detrimento de outros, excluídos e silenciados.

A cidade de Londrina, fundada em 1934, é o grande cenário onde foi gestado o museu. Formada a partir de um empreendimento imobiliário, comandado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a cidade, de pequeno núcleo de casas de madeira, na década de 1930, transformou-se rapidamente, especialmente com a riqueza gerada pela economia cafeeira, na segunda maior cidade do Paraná e uma das maiores do sul do país. Aclamada por décadas como a capital mundial do café, contou no seu processo de formação, com a participação de inúmeros grupos de imigrantes e migrantes nacionais. Mais que um título, este processo de ocupação da região, a derrubada da mata, a luta para vencer as dificuldades, especialmente nos primeiros anos de fundação da cidade, estimulou, promoveu e consolidou a produção de imagens das figuras do pioneiro e da CTNP, transformados em ícones da memória local.

A construção e invenção de determinadas tradições, forjadas no final da década de 1950, mais precisamente no ano de 1959, com a comemoração do Jubileu de Prata de Londrina, buscou referendar, no plano das representações, a consolidação, na história cidadina, de seus mitos fundadores: a CTNP e a ideologia do pioneiro. Se num primeiro

momento, período da colonização do território, a ideia de pioneirismo esteve associada aos desbravadores das matas, durante as décadas de 1950 e 1960, passou também, a identificar e representar a figura do fazendeiro, produtor de café, como herdeiro desse ideário transformando-o em uma espécie de bandeirante moderno (ARIAS NETO, 1998).

Como exemplo desse discurso, enaltecendo a figura dos pioneiros, temos fragmentos do depoimento do imigrante alemão Oswald Nixdorf:

A festa comemorativa da fundação de uma cidade é sempre um acontecimento muito importante. Marcam estas festas uma tradição de que muito necessita o homem, porque nem só de pão ele vive. [...] Foi um grande ato de justiça de Londrina fazer marco inicial dos festejos comemorativos de seu Jubileu de Prata a grande homenagem pública a seus pioneiros [...]. (BRANCO & MIONI, 1960, p.59)

Evidencia-se, portanto, na fala de Nixdorf, o uso das celebrações relacionadas à fundação da cidade enquanto elemento formador de uma determinada tradição.

Forjou-se, assim, uma espécie de identidade que ligava, no tempo, o pioneiro desbravador, do período da colonização, na década de 1930 e o fazendeiro e/ou empresário de sucesso das décadas de 1950 e 1960. Clubes de serviço ligados às elites locais⁴, bem como ao poder público, buscaram, com o passar dos anos, consolidar e materializar esta memória de exaltação aos chamados mitos fundadores de Londrina, por meio da construção de monumentos e de publicações comemorativas. Essas iniciativas, que poderíamos chamar de patrimoniais, contribuíram para consolidar uma memória que durante muitas décadas, se manteve hegemônica na cidade.

A partir deste marco cronológico, que foram as comemorações do Jubileu de Prata, diversas publicações passaram a ser produzidas com o objetivo de registrar, de forma extremamente ufanista, a história da cidade e sua população. Estas publicações, juntamente dos monumentos, foram se constituindo em importantes suportes para uma determinada narrativa da história local.

⁴ Segundo Bobbio, ainda que as diversas teorias sobre as elites tenham em comum a assertiva, de que elite remete a um determinado grupo que detém o poder político perante uma maioria que ora se vê representada ou mesmo alijada do poder, deve-se tomar cuidado para não entender a elite como um grupo homogêneo. Existem, segundo ele, especificidades de interesses, relações de poder, que interferem na concepção do que venha ser este grupo na sociedade. No caso de Londrina estas elites, de uma forma geral, estão vinculadas aos setores de produção rural. BOBBIO, Norberto; et.al.. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, p. 385-391.

As publicações, tanto particulares quanto aquelas produzidas pelo poder público municipal, crônicas, livros-documentários e notadamente os álbuns comemorativos,⁵ elegeram, para serem os protagonistas dessa história, apenas os representantes dos grupos hegemônicos da sociedade, tornados vultos e nomes tutelares da história local/regional. Os segmentos populares, quando apareciam, ocupavam um espaço discreto de coadjuvantes anônimos, figurantes mudos da grande epopeia pioneira. Essa narrativa de exaltação aos mitos fundadores e, por extensão, de outros atores sociais, no processo histórico da cidade de Londrina, acabou sendo reiterada e consolidada em livros didáticos e no Museu Histórico da cidade.

A partir da preocupação de preservar os vestígios da memória, antes que o progresso os apague da memória coletiva, é que muitos museus regionais e/ou locais foram e ainda são criados. Objeto de análise desta pesquisa, o Museu Histórico de Londrina (MHL) não fugiu a essa regra; ele refletiu não apenas as preocupações preservacionistas dos agentes que o criaram e o organizaram, como também, os conflitos que se seguiram, atravessaram e constituíram a história da formação de seu acervo e de sua própria gestão patrimonial.

Desde sua fundação foi-se estruturando seu acervo a partir desta perspectiva tradicional da história da cidade. Esta formatação museológica contou, inicialmente, com o suporte acadêmico de professores do Departamento de História, da antiga FEFCLL, os quais se identificavam com esta narrativa.

Esta visão da história local, consagrada nas exposições do museu, ganhou, em meados da década de 1990, um importante reforço para sua manutenção, com a criação de uma associação de amigos. A Associação Sociedade de Amigos do Museu (ASAM), formada por pessoas, em sua maioria, pertencentes às chamadas elites locais e identificadas com a ideologia do pioneirismo, além do apoio financeiro ao museu, tornou-se uma forte aliada dos diretores identificados a esta narrativa tradicional.

⁵ Dentre os diversos álbuns e publicações comemorativos, que reforçam o ideário oficial, destaco: ALMEIDA, G. H. **Guia Geral de Londrina**. 1945; BARROSO, V.. **O Famoso Norte do Paraná: Terra onde se anda sobre dinheiro**. 1956; BRANCO, G. & MIONI, F. **Londrina no seu Jubileu de Prata: documentário histórico**. 1960; BRANCO, G. & ANASTÁCIO, A. **Construtores do Progresso**. 1969; CARVALHO, B. **Londrina Monumental: milagre do gênio britânico e do caboclo vencendo as forças brutas da natureza**. 1978; COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. 1975; MASCHIO, E. **Documentário de Londrina**. 1977; ZORTÉA, A. J. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida: Edição comemorativa ao 40º aniversário**. 1975.

Contra-pondo-se a esta versão da chamada história oficial da cidade,⁶ pesquisadores recém-chegados à UEL, na década de 1980, notadamente historiadores, sociólogos e antropólogos, passaram a direcionar suas pesquisas a partir de uma leitura mais crítica da história local e regional.⁷ Esta perspectiva, a de uma leitura da história a contrapelo, era um reflexo da influência das novas abordagens historiográficas, especialmente de autores marxistas e do movimento da “Nova História” francesa. O resultado dessas pesquisas, com novos olhares sobre o passado, enriqueceu o debate acadêmico com repercussão na sociedade londrinense. Ao revelarem outras possibilidades de narrativas do passado local, estas pesquisas acabaram por fragilizar e colocar na berlinda a perspectiva de história, então consolidada e hegemônica na cidade. Essas críticas, com o tempo, passaram a ser direcionadas à política museológica até então adotada e consagrada pelo MHL.

Esta tese, portanto, volta-se para a análise do museu enquanto instituição privilegiada para o estudo das práticas e políticas de preservação e constituição do patrimônio histórico de uma comunidade, com ênfase para o entendimento dos conflitos decorrentes desse processo, que desembocaram nas escolhas dos bens culturais. Este patrimônio instituído segundo os critérios e perspectivas museográficas adotadas pelo MHL, acabaram por delimitar um espaço simbólico que representa, nos dias de hoje, o que foi definido como suporte material que referenda a narrativa da chamada história oficial da cidade. Outro aspecto fundamental a ser demonstrado é a tênue fronteira existente entre o público e o privado ao analisarmos o processo de formação de memoriais nos espaços internos do museu.

⁶ Entende-se como “história oficial” da cidade, a narrativa histórica construída a partir dos álbuns e publicações comemorativas, especialmente aquelas produzidas durante as décadas de 1950 e 1960. Elas serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

⁷ TOMAZI, N. D.. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 1989; ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960**. Dissertação (Mestrado em História Social) - UNESP, Assis, 1991; ARIAS NETO, J. M.. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná – 1930/1975**. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 1993; CASTRO, R. A. A.. **O Cotidiano e a Cidade: Práticas, Papéis e Representações Femininas em Londrina (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – UFPR, Curitiba, 1994; TOMMASINO, K.. **A História dos Kaingáng da bacia do Tibagi: Uma sociedade Jê Meridional em movimento**. Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, São Paulo, 1995; ROLIM, R. C.. **O policiamento e a ordem: repressão e violência (1948-1962)**. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis, 1996; BENATTE, A. P.. **O centro e as margens: boêmia e prostituição na “capital mundial do café (Londrina: 1930-1970)”**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1996; TOMAZI, N. D.. **“Norte do Paraná”: Histórias e fantasmagorias**. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 1997; LEME, E. J. H.. **Faces Ilícitas de uma Cidade: representações sociais da prostituição em Londrina. (1940-1966)**. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Assis, 2001; CASTRO, R. A. A.. **Ecossistemas da Memória: Uma contribuição à História da vida cotidiana de mulheres no Paraná (1930/1975)**. Tese de doutorado em História Social. PUC, São Paulo, 2003.

A periodização adotada para esta pesquisa, 1959-2000, justifica-se, primeiramente, por ser no final da década de 1950, notadamente no processo das comemorações do Jubileu de Prata da cidade, no ano de 1959, que se formalizaram, no plano das representações, discursos buscando inventar e consolidar determinadas tradições que se utilizaram da ideologia do pioneiro e do mito da CTNP e que se materializaram em monumentos e publicações. Esta produção discursiva e de lugares de memória influenciou tanto a primeira tentativa, por parte do Rotary Club, de se criar um Museu, quanto à efetiva criação, anos mais tarde, por parte da comunidade acadêmica da FEFCLL.

Os festejos do Jubileu, ao promoverem esta idealização da figura do pioneiro, identificando-o, preferencialmente, com os cidadãos pertencentes às elites locais, acabaram por consolidar um reconhecimento, social e político bem como proporcionar certa legitimação para que esses sujeitos passassem a reivindicar espaços privilegiados na história dita oficial. Estas estratégias utilizadas na invenção dessas tradições, também repercutiram quando da constituição dos futuros lugares de memória da cidade, especialmente do Museu Histórico.

E o ano de 2000, pelo fato de ser o marco da reabertura oficial do Museu Histórico, após um longo período fechado para viabilizar um processo de reforma e revitalização. Neste processo se efetivou uma transformação conceitual da instituição. De “museu-memória” ele passou a ser um “museu-narrativa”, ainda que o discurso histórico tradicional, então hegemônico desde sua criação, permanecesse o mesmo.

Análise historiográfica

Ao propormos uma pesquisa sobre um museu e os embates gerados por diferentes perspectivas e interesses do que deveria nele ser preservado e com que objetivos, buscamos provocar um debate sobre conceitos que se inter-relacionam no universo dos museus: história, memória, identidade, representação e patrimônio histórico. Entendendo este último como o conjunto de artefatos selecionados para serem elevados a este *status* nos acervos museológicos. E como bem nos lembra Dominique Poulot (2009, p.12) “[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio.”

Esta discussão, inserida na perspectiva da história cultural, está sendo fundamentada tendo como referência principal autores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Roger Chartier, Dominique Poulot, Michael Pollak e Maurice Halbwachs.

Em seu verbete *História*, na Enciclopédia Einaudi, Le Goff, ao discutir as relações existentes entre história e memória, afirma que “[...] tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”. (LE GOFF, 1984, p. 180). As relações entre história e memória perpassam por fronteiras nem sempre bem delimitadas. Elas são notoriamente marcadas pelos jogos de poder, em estratégias de silenciar/construir, revelar/esquecer, ocultar/desvelar, legitimando e/ou excluindo grupos e/ou pessoas da sociedade.

Pierre Nora (1993, p. 9), ao analisar a constituição dos chamados lugares de memória, situa as diferenças sutis e ao mesmo tempo profundas entre história e memória:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (...) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas.

A preocupação das pessoas e dos grupos sociais de construir uma identidade no presente, a partir da legitimação de um passado, leva a uma intervenção subjetiva na seleção dos elementos, que deverão ser preservados e transformados em referência de uma memória que se pretende coletiva. Nesse sentido, Michael Pollak, ao direcionar seus estudos associando a memória à preservação da identidade social, conclui que pode ser tomado como indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo, entendendo que, a partir deles, passamos a definir o que é comum e o que os torna diferentes de outros grupos.

Halbwachs (2004, p. 57-9), ao apresentar as diferenças entre a memória coletiva e individual, demonstra a dependência da segunda em relação à primeira, denotando a importância que os grupos sociais têm no processo de rememoração das pessoas. Para este autor:

A memória individual não está isolada. Frequentemente, toma como referência pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apoia a memória

individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica.

Seguindo os passos de Nora, acerca da dialética da lembrança e do esquecimento, Maria Cecília Winter (2006, p. 1) percebe que tanto a memória quanto o patrimônio são dependentes do olhar subjetivo de quem os constrói:

Por essa razão não podemos esquecer que tanto a memória como o patrimônio trabalham com lembranças e esquecimentos. Ao construir a memória, o homem intervém não só na ordenação dos vestígios, dos registros, mas também na sua releitura. Ela é a expressão de modos como os grupos se apropriam e fazem uso do passado. Ao buscarmos entender como se constitui a memória coletiva face aos acontecimentos presentes, percebemos que ela não é somente uma conquista, mas também um instrumento de poder.

Por sua vez, Waldisa Russio Guarnieri (1984, p. 59-78), percebe o patrimônio histórico não como um dado em si, mas como uma construção a partir da atribuição de significados e sentidos. Para a autora, este reconhecimento de sua constituição “[...] permite avançar em direção à sua dimensão política, econômica e social; permite compreendê-lo como espaço de disputa e luta, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses.”

Carlos Lemos (1981, p.31), ao analisar os diferentes sentidos do conceito de patrimônio histórico, aponta para uma peculiaridade relacionada à classe dominante que, diferentemente dos grupos sociais subalternos, geralmente “[...] tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica ou saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista.”

Ainda com relação à questão do patrimônio histórico, cabem reflexões sobre o artefato e os processos que o tornaram "histórico". Em suma, percebe-se que os valores que lhe são subjetivamente atribuídos, depois de cessadas as suas funções para as quais foi criado, são “regidos pelos mais variados interesses.” (RAMOS, 2004, p. 19). Outra questão debatida por pesquisadores refere-se às formas da organização e à concepção museológica adotada pelas instituições. São temas que dizem respeito ao direito ao passado pelos diferentes grupos que compõem a sociedade. Nesta perspectiva, Maria Célia Paoli (1992, p.27) aborda a questão do direito à pluralidade das memórias coletivas, ao afirmar que “A construção de outro horizonte

historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos.”

Além de guardar e preservar, os museus têm como objetivo expor seus acervos. Nesta perspectiva, alguns autores direcionam seus olhares para a ambientação dos museus. Ao organizarem os objetos em cenários, buscando recriar artificialmente o passado, muitos museus transformam suas exposições em verdadeiros espetáculos, utilizando-se de recursos extras como cores, luzes, sons e, em muitos casos, criando simulacros de personagens do passado. Stephen Bann (1994, p. 172-3), ao analisar o Museu de Clunny, teceu críticas ao arrebatamento a que o expectador é submetido quando se transforma uma visita, que deveria ser um diálogo entre o passado e o presente, em um verdadeiro monólogo museal:

Mobiliários, tapeçarias e cortinas, vitrais, pratos, armaduras, utensílios e joias – tudo foi miraculosamente recuperado e preservado; você caminha em meio a uma civilização desaparecida; você está como que envolvido pelos velhos e bons tempos da cavalaria e pela cordial hospitalidade do senhor, que arremata a visão.

Aos olhos dos visitantes dos museus, os objetos históricos são apresentados como se assim o fossem desde sempre; ou seja, são naturalizados, essencializados, encobrendo-se assim as condições sociais, culturais e políticas de sua produção. Segundo Leopoldo G. Pio, esta ambientação ou cenário museológico esconde o que estes objetos o são na realidade, ou seja, “[...] produtos de uma seleção feita com objetivos políticos e estéticos específicos.” (PIO, 2005, p 49).

As exposições museológicas transformam o significado dos objetos. No universo expositivo operam-se escolhas, criam-se e recriam-se sentidos. Como aponta Tirado Segura,

[...] os objetos adquirem significação de acordo com a forma em que são utilizados. O objeto museográfico se articula no contexto da exposição e adquire sentido correspondente à sua montagem. A mensagem não está dada no objeto em si mesmo, mas se encontra de acordo com a sua disposição na montagem museográfica. A ordem de apresentação institui a estrutura museográfica. Os objetos são lidos de acordo com a disposição que guardam dentro dessa estrutura de montagem.⁸

⁸ TIRADO SEGURA, Felipe. La imagen como recurso educativo. In: JIMENEZ, Ottalengo y YANKILEVICH NEVEDOVICH, G. (Eds.). **Imágenes, de los primatas a la inteligencia artificial**. México: Instituto de Investigaciones Sociales. UNAM, 1993, p. 114 APUD. VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Imagens da Revolução Mexicana. O Museu de História do México (1940-1982)**. São Paulo: Alameda, 2007, p. 20.

Um conceito fundamental para a tese é o de tradição inventada, conforme apresentado por Hobsbawn quando se aponta que algumas práticas buscam inventar determinadas tradições visando, em muitos casos, legitimar e reproduzir a identidade de determinados grupos no poder. Segundo ele tradição inventada é um:

[...] conjunto de práticas [...] reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; [...] de natureza ritual ou simbólica [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica [em] uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWN & RANGER, 1984, p. 9)

Na historiografia nacional destaca-se Ulpiano B. de Meneses, reconhecido como um dos maiores referenciais no que tange às questões teórico-metodológicas envolvendo o olhar da história sobre os museus. Sua experiência à frente do Museu Paulista proporcionou-lhe a possibilidade de dialogar com arquitetos, museólogos, sociólogos, antropólogos em simpósios e congressos da área museal. Meneses não só analisa as questões relacionadas aos significados e signos que os grupos sociais imprimem nos artefatos elencados para fazerem parte dos acervos museológicos, bem como, tece importantes reflexões sobre a educação patrimonial. Sua participação em debates interdisciplinares, colocando na mesa de discussão a perspectiva teórica da história para refletir o papel dos museus históricos, especialmente entre museólogos, tem proporcionado uma aproximação interessante entre estes e os historiadores. Para Meneses (1993, p. 214), é papel dos museus:

[...] criar condições para conhecimento e entendimento do que seja identidade, de como, por que e para que ela se compartimenta e suas compartimentações se articulam e confrontam, quais os mecanismos e direções das mudanças e de que maneira todos esses fenômenos se expressam por intermédio das coisas materiais.

Ainda Meneses (1992, p. 22-23), retomando a questão da diferença de atribuições entre a história e a memória, enfatiza o papel da memória na constituição da identidade social:

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz [...] Entretanto, é possível continuar fixando balizas claras para evitar, não a conspurcação de uma hipotética e indefensável pureza, mas a substituição da História pela memória: a História

não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História.

Ao analisar os efeitos perversos de exclusão, de determinados atores e grupos sociais, resultado direto de escolhas sobre o que deve ser preservado e transformado em cenário museal, para ser celebrado e monumentalizado, bem como quais imagens se constroem, sobre a história de uma cidade, nos apoiamos nas reflexões de Roger Chartier (1990, p. 17) sobre o conceito de representação. Para ele as representações se configuram enquanto práticas discursivas que se transformam em um universo simbólico, o qual, por sua vez acaba sendo partilhado por outros. Ainda segundo ele:

[...] as representações do mundo social assim constituídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesses de grupo que as forjam. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

De modo geral, a produção historiográfica sobre questões relacionadas aos museus e ao patrimônio cultural, enquanto espaço de luta e de relações de poder pela hegemonia na preservação e legitimação social de determinadas memórias, em detrimento de outras, ainda é muito pequena, se considerarmos a importância que o tema deveria ter especialmente junto a nós, historiadores. Tradicionalmente os debates, relacionados às questões do patrimônio cultural, tem sido ocupados, por profissionais de outras áreas, como arquitetos, geógrafos e antropólogos. Estes últimos, especificamente, quando analisam a questão da identidade de grupos e suas relações com a produção de sentidos nos artefatos materiais e/ou imateriais produzidos pelo homem na história.

Mas este quadro vem, aos poucos, mudando, especialmente a partir da década de 1990, quando vários trabalhos, principalmente aqueles vinculados à programas de pós-graduação, passaram a focar a história das instituições museológicas bem como a escrita da história a partir dos museus. Historiadores, sociólogos, antropólogos, dentre outros, começaram a ir além do estudo e análise das coleções existentes nos museus, ampliando o olhar para a trajetória institucional desses lugares de memória, dentro de uma perspectiva de memória de si mesmas.

Dentre estas pesquisas destaco, pela similaridade com o tema desta tese, os trabalhos de Myrian Sepúlveda dos Santos, Ana Cláudia Fonseca Brefe, Camilo de Mello Vasconcellos,

Nelson Sanjad, Maria Margareth Lopes, Lilia Moritz Schwarcz e Gilberto Hildebrando. Desses trabalhos três direcionaram seus olhares para museus criados ainda no século XIX e início do XX. Em comum estes museus tiveram como prioridade, ao menos na fase inicial, o de se dedicarem à história natural.

Lilia Schwarcz (1993) ao pesquisar sobre as teorias raciais, no final do século XIX e início do XX, fez uma incursão sobre a história e formação dos primeiros museus voltados para a história natural, os quais, segundo a autora, poderiam ser classificados como museus etnográficos, por seguirem modelos evolucionistas de análise de seus respectivos acervos. Mesmo fazendo um breve histórico do surgimento dos museus no Brasil, seu foco de análise priorizou os três principais museus da época: o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Histórico Nacional.

Maria Margareth Lopes (1997) analisou a constituição desses museus de história natural. Segundo ela a criação dessas instituições respondeu a uma demanda das elites regionais e às iniciativas científicas que buscaram colocar o Brasil dentro do contexto internacional de progresso e desenvolvimento a que outros países já se encontravam. A autora discorda de Lilia Schwarcz por identificá-los como museus etnográficos nacionais. Para Lopes a diversidade das coleções, presentes nestes museus, com acervos expressivos de exemplares de botânica, história, mineralogia, bem como, a existência de pequenos acervos etnográficos, não permitem tal conceituação.

Nelson Sanjad (2010) analisou a trajetória do Museu Paraense Emílio Goeldi na transição entre o Império e a República. Buscou perceber as transformações sociais e políticas nesta transição e a influência destas nas políticas internas do Museu. O Museu, segundo o autor, foi utilizado como símbolo estratégico pelas elites paraenses no cenário nacional.

Com relação aos chamados museus históricos apresentam-se duas pesquisas que percorrem o universo que está por trás da trajetória institucional. Ambas tiveram a preocupação de analisar a escrita da história produzida por eles a partir de suas narrativas museológicas.

Myrian Sepúlveda (2006) fez um trabalho comparativo entre os dois mais importantes museus, localizados no Estado do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial. A autora enveredou sua pesquisa pelo complexo mundo das narrativas históricas, dentro da engrenagem museológica, a partir da composição dos acervos e exposições apresentadas por estas instituições. As mudanças e transformações conceituais, ao longo da história, especialmente a partir da interferência dos diretores que estiveram à frente de suas

respectivas gestões, dando ênfase, especialmente, para as relações sociais e políticas destes com os poderes instituídos, são por ela analisados.

Já a pesquisa de Ana Cláudia Brefe (2005) buscou descrever a transformação do Museu Paulista, popularmente conhecido como Museu do Ipiranga, de museu de ciências naturais em museu histórico. Para tanto, a autora, ainda que tenha trabalhado com a trajetória institucional do Museu e a construção do edifício-monumento, seu foco principal recaiu sobre a figura de Afonso d'Escragnole Taunay, diretor do Museu entre 1917 a 1939. Segundo ela o principal responsável pela mudança na identidade museal. Sua gestão buscou, a partir da expografia do museu, reafirmar a transformação do bandeirante paulista em mito fundador da nação brasileira, realçando, dessa forma, o papel histórico de São Paulo na consolidação da unidade nacional.

Mesmo analisando museus de contextos regionais diferentes, podemos perceber certas semelhanças entre os trabalhos de Sepúlveda e Brefe. Ambas identificam a importância e a interferência que os diretores tiveram, nos respectivos museus, por elas descritos. Demonstram que, ainda que as conjunturas políticas, econômicas, culturais e sociais tenham influenciado nas trajetórias desses lugares de memória, o papel desses gestores não pode ser menosprezado, principalmente nas escolhas conceituais que foram formuladas e implementadas.

Por último, destaco o trabalho do historiador londrinense Gilberto Hildebrando (2006). O autor realizou a primeira pesquisa, mais densa, sobre o MHL, tendo como objeto de análise, a partir da trajetória do museu, o processo de ação educativa envolvendo o ensino de história no espaço museal. Sua análise percorreu a concepção de história que os professores do ensino fundamental, apresentam a seus alunos em visitas dirigidas ao Museu, dentro da relação que eles estabelecem entre o conhecimento histórico e a recepção de imagens e representações evocadas pela exposição, especialmente a chamada de longa duração, onde uma determinada narrativa de história da cidade ficou sacralizada.

Estes trabalhos, especialmente os três últimos citados, tornaram-se minhas principais referências com relação à metodologia utilizada, às fontes levantadas, evidenciando caminhos possíveis de serem empregados e ou incrementados em minha pesquisa, respeitadas, é claro, as especificidades da trajetória do MHL, que como já apresentado, é um Museu fundado, e desde então, administrado por uma universidade, tendo a frente professores do curso de História, mas que ao mesmo tempo, acabou se transformando no principal Museu Histórico para a cidade de Londrina.

Os caminhos da pesquisa

A questão do patrimônio e dos museus, conforme já apresentado, por se situarem em um lugar de fronteira entre diversas disciplinas e em função dos objetivos propostos, se fez necessário a utilização dos estudos nas áreas da história cultural, especificamente no campo, ou subcampo, da história da cultura material, estendendo-se também a área da museologia e antropologia.

Para viabilizar este trabalho foram realizadas pesquisas em diversas instituições - Bibliotecas, Centros de Documentação, Arquivos, Museus, em diversas cidades dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentre as fontes utilizadas destaco o acervo documental e administrativo do MHL – correspondências, relatórios, atas, regimentos, artigos de jornais e revistas, projetos expográficos, fotografias, vídeos, projetos de extensão e de ação educativa, catálogos de exposições, dentre outros. Destes, as correspondências, aproximadamente em número de cinco mil, das quais quinhentas, por serem mais relevantes, foram fotocopiadas. Elas propiciaram um levantamento minucioso de todas as atividades realizadas pelo Museu, de 1971 até 2011. Ainda que a pesquisa tenha como data limite o ano de 2000, buscamos analisar alguns aspectos relacionados à repercussão, que a nova exposição de longa duração e o processo de constituição de “memoriais”, em algumas salas internas, tiveram nos anos subsequentes. A partir desse grande acervo foi possível recuperar parte substantiva do cotidiano do museu em sua trajetória.

Do setor de audiovisual tivemos acesso a cópias digitalizadas de dezenas de imagens de antigas exposições do Museu, bem como das reformas do prédio da Estação Ferroviária. Visando complementar estas fontes iconográficas, produzimos diversas imagens do Museu, tanto internas – galerias, miniauditório, cafeteria, saguão, salas internas de documentação, quanto externas – jardim, túnel de acesso, composições ferroviárias, galpão rural, plataforma, prédio, e também do seu entorno – Praça Rocha Pombo e do Terminal de Ônibus.

Dos arquivos da Associação Sociedade Amigos do Museu foram pesquisados e analisados: Estatuto, Regimento, correspondências e o arquivo de recortes de jornais relacionados às exposições, atividades culturais e beneméritos promovidas pela ASAM.

Realizamos uma exaustiva pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL. Relacionados à pesquisa consultamos diversas coleções, especialmente o acervo de

periódicos. Também foi analisado o acervo de microfilmes da coleção documental das antigas Faculdades de Londrina, o acervo de fotografias, além das publicações: crônicas, guias, documentários e obras comemorativas sobre a cidade de Londrina. No setor de História Oral foram selecionados alguns depoimentos de ex-diretores do Museu, um deles já falecido. Ainda no CDPH encontramos uma fonte inédita, o Boletim do Rotary Club de Londrina, que revelou as discussões e proposições para a primeira tentativa de se criar um museu na cidade, proposta anterior ao do MHL e até hoje não documentada.

Visando esclarecer detalhes dos bastidores, bem como compreender os conflitos e embates envolvendo a comunidade do Museu - diretores, funcionários técnicos, membros da ASAM, e da Universidade, especialmente do Departamento de História, realizamos vinte entrevistas, fundamentais não só para preencher lacunas, mas também para evidenciar novas pistas de investigação. Os depoimentos foram surpreendentes não só por revelar detalhes que jamais encontraríamos na documentação escrita, mas, sobretudo, pela emoção que alguns imprimiram em seus relatos. Foi também, interessante, percebermos a insegurança dos depoentes historiadores, quando contatados para conceder a entrevista, denotando a difícil situação de se estar “do outro lado”, ou como uma colega bem lembrou: “para um historiador é muito estranho se transformar em fonte histórica”.

Os depoimentos de Conceição Geraldo (2013), José Cezar dos Reis (2013), Jorge Cernev (2013) e Zuleika Scalassara (2012), foram de vital importância para reconstruir fatos e aspectos do cotidiano do final da década de 1960, período que deixou poucos registros escritos.

Todos os depoimentos mereceriam, pela importância e peculiaridade de cada um, serem apresentados individualmente, mas isto transformaria esta Introdução em um novo capítulo da tese. Em comum, estes registros orais, com a anuência de todos os depoentes, passarão, com o término dessa pesquisa, a fazer parte dos acervos de memória oral do MHL e do CDPH.

Durante o segundo semestre de 2010, visitamos diversas instituições museológicas, das cidades de Londrina, São Paulo, Rio de Janeiro, Petrópolis e Curitiba. Nosso objetivo, com estas visitas, estava em compreender as principais referências institucionais e conceituais dos museólogos e diretores que trabalharam no MHL, durante o período de abrangência dessa pesquisa.

No Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura de Londrina (DPH-SMC), fizemos um levantamento de todos os monumentos da cidade e projetos de memoriais como o “Aqui tem História” e o “Memorial do Pioneiro”. Estes

monumentos públicos evidenciam, em sua maioria, as escolhas daqueles que foram transformados em referência para a história da cidade, confirmando e consolidando uma determinada narrativa histórica.

No Arquivo da Câmara de Vereadores de Londrina obtivemos fotocópias de leis e projetos de lei relacionados: à cessão do prédio da antiga Estação Ferroviária para uso do Museu, à criação do “Dia do Pioneiro”, e homenagens póstumas ao primeiro diretor do Museu, o prof. Pe. Carlos Weiss.

Estas fontes, acima apresentadas, compuseram um grande quadro de registros sobre a história do museu e de todas as pessoas que estiveram envolvidas em sua trajetória institucional.

Depois de analisadas, selecionadas e agrupadas veio a difícil e solitária tarefa de tecer os fios da redação, tentando, dentro dos ritos acadêmicos, permitir que personagens, vozes e silêncios reconstruíssem a fascinante história desse grande teatro da memória que é o MHL.

Dessa forma estruturamos esta pesquisa, fazendo uma analogia, nos títulos, tanto da tese, quanto dos capítulos, entre a produção teatral e a engrenagem da expografia museal. Ambos, cada qual à sua maneira, produzem um espetáculo que envolve o espectador por meio de uma narrativa.

Artística e/ou histórica, a cenografia museal cria, com suas técnicas e formas de organização, um enredo onde os personagens do passado, materializados em objetos, são significados e resignificados tanto pelos seus organizadores, quanto pelo público que os apreende e lhes dá novos sentidos, compondo, dessa forma, o grande espetáculo da memória. E como todo espetáculo teatral, no museu, determinados atores são escolhidos para brilhar enquanto outros, sequer passam das coxias, permanecendo no esquecimento.

No primeiro capítulo contextualizamos, de forma sintética e objetiva, a história dos museus no mundo e no Brasil. A trajetória das políticas de patrimônio histórico, especialmente as relacionadas aos museus em nosso país, são nele destacadas, sobretudo, aquelas referentes às décadas de 1960 e 1970, período de gestação e fundação do museu londrinense. Também, situo as transformações conceituais pelas quais passou a disciplina da museologia e a repercussão dessas, assim como, suas interfaces com os museus.

No segundo capítulo descrevemos a história da cidade, seu processo de colonização, crescimento acelerado, modernização urbana, e a produção de símbolos e mitos fundadores. Estes símbolos ganharam força e visibilidade, notadamente, durante as comemorações do Jubileu de Prata de Londrina, influenciando não apenas a formação do museu, mas também, deram suporte ao discurso de história por ele referendado e disseminado, compondo o seu

universo simbólico. Também são apresentadas as políticas públicas de patrimônio na cidade e sua relação com a construção material e simbólica dos monumentos em espaços públicos. Este cenário se completa com a crítica, vinda da academia, questionando a então hegemônica história oficial, e que vai trazer, para o debate público, a necessidade de um acerto de contas entre a memória instituída e as outras narrativas do passado até então subtraídas.

No terceiro capítulo narramos a história institucional do museu a partir das gestões de seus diretores. A formação do acervo em instalações precárias até sua transferência para o prédio da Estação Ferroviária. O prédio do museu e seu processo de monumentalização são analisados tendo como referência a história da ferrovia e sua importância simbólica para a cidade. Também é abordada a relação conflituosa entre o museu e o Departamento de História. Criador e criatura, depois de um período inicial com certa harmonia, passaram, ao seguirem perspectivas historiográficas antagônicas, a proporcionar disputas e embates sobre o perfil de museu que almejavam.

No quarto capítulo são apresentadas as diversas exposições que o museu organizou e a transformação do mesmo de “museu-memória” para “museu-narrativa”. Discorro ainda sobre a concepção, implementação e resultados do projeto intitulado “Memória Viva”. Projeto que reformou e revitalizou os espaços internos e externos do museu londrinense, a partir do apoio e parceria com a iniciativa privada, por meio da articulação da ASAM. Também, são descritos os cenários da exposição de longa duração, contidos nos módulos que fazem parte da Galeria Histórica, na qual se consolida, por meio de sua expografia, elementos vinculados à escrita oficial da história de Londrina.

No quinto capítulo realizamos uma leitura, a contrapelo, da exposição de longa duração a partir da identificação, entre personagens e temas celebrados, de alguns de seus silêncios, como a ausência das mulheres, negros, índios e nordestinos. Descrevo também o processo de apropriação de alguns cenários e espaços do museu, por famílias e empresas, durante o período de revitalização. A transformação desses espaços, em espécies de memoriais privados, privilegiando e desvelando algumas memórias, se contrasta com o esquecimento e o silêncio de muitos.

Compreender o MHL como o grande palco do teatro da memória de Londrina é o desafio dessa pesquisa. Sua trajetória, conflitos, escolhas, silêncios, personagens e narrativas compõem o quadro desse emblemático e fascinante lugar de memória.

CAPÍTULO 1: ABREM-SE AS CORTINAS: O MUNDO DOS MUSEUS

Este capítulo procura apresentar um breve panorama da história dos museus, considerando-se as transformações pelas quais passou a museologia como ciência aplicada e a história com relação ao fazer museal.

1.1 - Alguns aspectos da História dos museus

Os museus contemporâneos, como os conhecemos, são herdeiros dos museus do século XIX. Podemos afirmar, a existência de um consenso entre diversos pesquisadores⁹ que se debruçaram sobre história dos museus, em apontar, ainda que sob pontos de vista diferentes, “que os museus contemporâneos são o resultado do humanismo do renascimento, do iluminismo do século XVIII e da democracia do século XIX” (BRUNO, 2007, p.2).

Porém, esses mesmos museus do século XIX, como espaços de referências patrimoniais, são fruto, por sua vez, de um longo processo histórico que remonta às primeiras práticas de colecionismo em voga na antiguidade clássica. Para tanto, apresentaremos alguns aspectos dessa trajetória, envolvendo instituições, famílias e Estados que, de formas diferenciadas buscaram coletar, armazenar e preservar diferentes objetos, documentos e vestígios, transformados e reconhecidos como patrimônio cultural de suas respectivas sociedades.

Em diversos momentos da história muitos homens buscaram colecionar artefatos, documentos, espécimes da natureza botânica ou mineral, amuletos, espólios de guerra, dentre milhares de registros produzidos pela humanidade e pela natureza. Muitos fragmentos desses registros acabaram, depois de passadas décadas ou séculos, por vir a fazer parte de grandes museus, especialmente, na Europa.

⁹ALEXANDER, E. **Museums in motion: na introduction to the history and functions of museums.** Nashville: American Association for State and Local History, 1979; BAZIN, G. **Le temps des musées.** Bruxelas: Desoer, 1967; BREFE, A. C. F. **O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional 1917 – 1945.** São Paulo: Editora UNESP, 2005; LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais do século XIX.** São Paulo: HUCITEC, 1997; POMIAN, K. Coleção. IN: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa, 1984; SCHAER, R. **L’Invention des Musées.** Evreux: Gallimard, 1993.

Por meio da Arqueologia foi possível descobrir e estudar que, no chamado mundo antigo, imperadores e faraós, acumulavam coleções de objetos. Verdadeiras coleções-tesouros que, em tempos de conflitos e guerras funcionavam como reservas econômicas, e em tempos de paz, eram utilizadas como instrumento de poder e prestígio social.

A palavra museu, como utilizada nos tempos atuais, é derivada etimologicamente de *mouseion* que, na antiga Grécia, era o nome dado ao templo das musas. Segundo a mitologia grega, as musas¹⁰ eram filhas de *Mnemosine*, a divindade da memória, e de *Zeus*, a representação do poder. A relação entre memória e poder, ainda que imperceptível para muitas pessoas, acompanhou e ainda se faz presente nos museus conforme aponta Chagas:

“Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica (...) os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar democraticamente com o poder da memória.” (CHAGAS, 1999, p.20)

O *mouseion* tinha como função principal servir de templo de contemplação das musas e, também, em segundo plano, ser um espaço voltado para a pesquisa, a filosofia e as artes. As obras de arte existentes neste templo objetivavam muito mais reverenciar e agradar às divindades do que servir de espaço de observação para o público.

No Egito, século III AC, em Alexandria, durante a dinastia dos Ptolomeus, foi construído um *mouseion* formado de um conjunto de vários prédios, que tinha como objetivo principal o saber enciclopédico. O *Museion* de Alexandria almejava ensinar todo o conhecimento existente na época. Além de ser um local de discussão e reflexão de todo o saber existente, ou seja, abarcar o conhecimento nas áreas de religião, filosofia, medicina, zoologia, geografia, mitologia, dentre outras:

“O *mouseion* de Alexandria possuía, além das estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes, etc., e dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico. E entre os grandes trabalhos por ele abordado figuravam um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre o conhecimento geográfico de então.” (SUANO, 1986, p. 1)

¹⁰ As musas, em número de nove, eram reconhecidas como protetoras das artes e do conhecimento, a saber: Clio (História), Euterpe (música), Talia (comédia e poesia ligeira), Melpômene (tragédia), Terpsícore (dança), Érato (lírica coral), Polímnia (retórica e arte mímica), Urânia (Astronomia) e Calíope (poesia lírica, épica e eloquência). GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1999; KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

O acesso ao *Mouseion* de Alexandria foi restrito a bolsistas mantidos pelo Estado. Aproximava-se, guardadas as devidas proporções físicas e conceituais, do que hoje entendemos por universidade ou centro de pesquisas. Este *mouseion* deixou como herança às instituições que se seguiram, ao longo da história, uma perspectiva de acesso seletivo de público, às suas respectivas coleções. Apenas membros ligados à aristocracia podiam frequentá-lo. Pensadores renomados do período, como Arquimedes e Euclides, chegaram a residir neste *Mouseion* (ALEXANDER, 1979, p. 6-7).

Em Roma, a palavra *museum* foi usada no sentido restrito para designar o espaço da comunidade local, onde ocorriam discussões filosóficas. Nesses templos, eram depositadas obras de arte e objetos confiscados em guerras de expansão do império. Muitos cidadãos da aristocracia romana passaram, também, a acumular objetos de valor, em suas casas, como símbolo de prestígio e ostentação social.

É também da Roma antiga, a origem da palavra patrimônio. Derivada de *patrimonium* que, na sociedade romana, representava a tudo o que pertencia ao pai e que podia ser legado como herança, via testamento. Lembrando que neste período a família, a mulher, os filhos, os animais, os escravos, os bens móveis e imóveis faziam parte do *patrimonium* do senhor.

O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos. Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora de *patrimonium*. O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Não havia o conceito de patrimônio público. Ao contrário, o Estado era apropriado pelos pais de família. Nesse contexto, pode-se compreender que os magistrados romanos colecionassem esculturas gregas em suas casas. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.11)

A perspectiva de se acumular bens visava a não apenas obter prestígio social, como também, enaltecer e referendar o poder político desses colecionadores.

Na Idade Média, a prática do colecionismo, que tanto marcou a aristocracia romana, também ganhou adeptos entre imperadores e reis. Mas, será a Igreja, com sua ascensão e supremacia política e ideológica, a principal acumuladora de acervos. Ao pregar junto a seus fiéis, o despojamento dos bens materiais, ela passou a receber grandes e valiosos acervos como doação. Por outro lado, ao defender a intocabilidade desses acervos, a Igreja restringiu o acesso apenas a artistas e a membros da elite governante (SUANO, 1986, p. 14).

A Igreja, ao estender o seu poder por toda a Europa, viu seu acervo de bens e relíquias aumentar em grandes proporções. Estes tesouros passaram a ser usados pela Igreja, visando a manutenção de sua hegemonia política sobre o mundo ocidental por meio do financiamento de guerras contra Estados e povos inimigos, assim como, pela formalização de alianças e pactos políticos.

Já no fim da Idade Média, com o crescimento do comércio e enriquecimento de diversas cidades, alguns príncipes de cidades europeias, especialmente italianas, como os *doge* de Veneza, os duques de Bologna e os Médici de Florença, passaram a acumular e formar verdadeiros tesouros privados. O chamado renascimento cultural engendrou novas práticas culturais. A ênfase a uma cultura laica, em oposição a até então hegemônica visão escolástica do universo, a valorização da razão e da ciência levaram o novo mundo urbano e burguês a buscar referências no período da antiguidade clássica. Objetivando sepultar os valores medievais da Igreja Católica, o movimento renascentista resgatou na antiguidade uma visão de mundo antropocêntrica que melhor se adequava aos novos tempos da vida comercial e urbana. Esta perspectiva se refletiu na valorização dos objetos antigos como estátuas, vasos e pinturas com temáticas relacionadas à antiguidade que passaram a ser cobiçados pelos grandes colecionadores.

O período renascentista também permitiu uma abertura para que cientistas e pesquisadores transformassem essas coleções principescas nos chamados gabinetes de curiosidades.¹¹ As navegações e consequentes descobertas de novas terras proporcionaram um incremento não só de novas mercadorias, novos saberes, mas, também, de novos objetos para estes acervos. Além dos artefatos e utensílios da nobreza, passaram a fazer parte dessas coleções reais e particulares objetos diversos oriundos das novas terras recém descobertas, como livros, esculturas, moedas, armas, instrumentos musicais, astronômicos e óticos, gemas, mapas, porcelanas, especiarias, dentre outros.

Para os museus desse período, a razão de existirem estava na possibilidade de aumentar e incrementar cada vez mais suas coleções. Quanto maior o número de objetos e de lugares diferentes, maiores as possibilidades de decifrar o mundo, classificando-o. Com o crescimento exponencial dessas coleções e a necessidade de espaços adequados para seu

¹¹ Os gabinetes de curiosidades, também chamados de câmaras de maravilhas reuniam uma infinidade de objetos e animais empalhados da mais diversas tipologias, alguns fabulosos ou até mesmo insólitos: fósseis, camafeus, objetos exóticos, bibelôs, adereços de cabeça de penas, retratos, múmias, minérios, dentre outros. Segundo Adalgisa Lugli eles eram similares aos chamados “*Schatzkammern* germânicos e, também, os *Studiolo* italianos que reuniam menor número de raridades e de espécimes de história natural, animal e humana”. LUGLI, Adalgisa. **Naturália et Mirabilia – Les cabinets de curiosités em Europe**. Paris. ADAM BIRO: 1983.” p.137/8

acondicionamento, a palavra museu passou a designar não apenas a coleção, como também, a identificar o espaço, o prédio onde se abrigavam os objetos.

Ser detentor de grandes acervos, assim como o foi para a aristocracia romana, dava a esses colecionadores renascentistas poder e reconhecimento social. Esta perspectiva influenciou diversas famílias importantes que passaram a acumular grandes acervos e, também, a adotar artistas, pintores, escultores, visando a produção de obras de arte.

A partir de uma política protecionista, em pleno período de renascimento do comércio e das práticas mercantilistas que movimentaram a economia europeia, muitos Estados incrementaram políticas educacionais e culturais. Este processo foi responsável pela criação de academias de arte, abrindo os acervos das coleções reais para estudo, aprendizado e inspiração de seus artistas nativos. O objetivo principal estava direcionado ao fato de se permitir que os artistas locais produzissem dentro de seus territórios, evitando, com isso, a fuga de riquezas com a compra de obras de arte de artistas estrangeiros.

Para alguns colecionadores do período, o que se valorizava não era a qualidade, mas sim, a quantidade de objetos. Como exemplo, o Duque de Berry, na França, chegou a encher seus dezessete castelos com documentos manuscritos, objetos, pedras preciosas e mesmo relíquias diversas, dentre as quais, algumas de procedência duvidosa, como “um suposto anel de noivado de São José e um dente de leite da Virgem Maria” (SUANO, 1986, p.14). Esse exotismo e o hábito de acumular objetos, tão comum no período renascentista, fazia parte do ideário burguês. Ser detentor de grandes acervos denotava *status* político e social.

Apesar do crescimento do número de colecionadores e do interesse de muitos Estados em criarem e aumentarem seus acervos, foi somente a partir do final do século XVII e início do XVIII que passou a ocorrer, ainda que de forma seletiva, um aumento do número de galerias reais que davam acesso ao público. Um exemplo disso foi a abertura, em 1681, para estudantes e artistas da Galeria de Apolo no Palácio do Louvre, em Paris. Em 1750, o acesso de parte da coleção pertencente à realeza francesa passou a ser aberta a todo o público, durante dois dias da semana, no Palácio de Luxemburgo, também em Paris. Estudantes e artistas continuaram a ter acesso em todos os dias da semana.¹²

Muitas dessas coleções reais, eclesiásticas e principescas, formadas durante o Renascimento se transformaram, posteriormente, nos grandes museus do século XIX. Aos poucos, estas instituições passaram a ser caracterizadas como espaços de guarda de objetos

¹² Suano (1986, P.26) aponta para a existência de pressões para uma maior abertura no acesso às coleções reais: “Em 1747, o polemista Frances Lafont de Saint-Yenne escreve um panfleto contra o segredo das coleções reais, onde os “não iniciados”, isto é, os “não artistas”, não tinham acesso.”

que visavam a documentar e a preservar os registros materiais do passado e do presente, referendando a versão da historiografia oficial.

O *Ashmolean Museum* pode ser considerado o primeiro museu público na Europa. Criado em 1683 e com sede em Oxford, na Inglaterra, este museu, apesar de público, tinha acesso limitado para artistas, estudiosos e estudantes universitários autorizados. O acesso restrito a este museu inglês era uma prática muito comum entre as instituições congêneres do período. Dentre as justificativas, estavam a questão da segurança para evitar roubos, e do fato de que, no período, a maioria da população era analfabeta. O comportamento dessa população iletrada, acostumada a circos e a feiras, nos quais se tinha a liberdade de se falar alto e comportar-se de maneira festiva, irritava muitos proprietários de museus que passaram a fazer exigências visando ao afastamento deste público. Como ilustração dessa prática temos esta nota, publicada em jornais ingleses em 1773, por *Sir. Ashton de Alkington Hall*:

Isto é para informar o Público que, tendo-me cansado da insolência do Povo comum, a quem beneficiei com visitas a meu museu, cheguei à resolução de recusar acesso à classe baixa, exceto quando seus membros vierem acompanhados com um bilhete de um Gentleman ou Lady do meu círculo de amizades. E por meio deste eu autorizo cada um de meus amigos a fornecer um bilhete a qualquer homem ordeiro para que ele traga onze pessoas, além dele próprio, e por cujo comportamento ele seja responsável, de acordo com as instruções que ele receberá na entrada. Eles não serão admitidos quando Gentlemen e Ladies estiverem no Museu. Se eles vierem em momento considerado impróprio para sua entrada, deverão voltar em outro dia. (SUANO, 1986, p.27)

Para a maioria dos estudiosos sobre a história dos museus, as transformações sociais, econômicas e culturais, ocorridas durante o século XVIII na Europa Ocidental, tiveram grande impacto na formatação do modelo de museu existente nos dias atuais. Nesse período, o museu, enquanto instituição, passou a ser cada vez mais utilizado como espaço de guarda e exposição de objetos com a finalidade de documentar o passado e o presente dentro de uma perspectiva de celebração da “ciência e historiografia oficiais”. (SUANO, 1986, p. 23).

A formação dos Estados Nacionais, que teve como marco a revolução francesa, trouxe para o mundo dos museus mudanças, não só de amplitude, conceituação e de acesso, mas, também, a transformação dessas instituições em lugares de memória da nação.

A necessidade de consolidar estes novos Estados passava pela unificação linguística, territorial, assim como, pela formação de uma identidade histórica comum. Com isso, os museus, arquivos e bibliotecas nacionais passaram a ocupar um importante papel de legitimadores das novas nações ao mesmo tempo em que se transformaram em espaços de

consolidação da memória das elites dirigentes. O fim do direito divino, que legitimava o poder real, abriu espaço para a consolidação dos direitos do cidadão. Dentre eles, o direito de acesso aos arquivos e museus.

O período compreendido entre o final do século XVIII e o início do século XIX ficou marcado pelo surgimento dos principais museus europeus: Museu Britânico em Londres (1759), Museu Pio Clementino no Vaticano (1782), Museu do Louvre em Paris (1793), Museu de Belvedere em Viena (1783), Museu Real dos Países Baixos em Amsterdã (1808), Altes Museum em Berlim (1810), Museu do Prado em Madri (1819), Museu Hermitage em Leningrado (1852), Museu Nacional Alemão em Nuremberg (1853), dentre outros (SUANO, 1986, p.29).

A maioria desses museus tinha um caráter enciclopédico, com ênfase nas ciências naturais, sendo que, aos poucos, passaram a ser instrumentalizados pelos respectivos Estados para se transformarem em espaços de aprendizagem, cultura e lazer. O modelo conceitual adotado nos museus dos principais países europeus serviu de exemplo padrão e influenciou os novos museus criados pelo mundo, especialmente, aqueles de suas respectivas colônias e ex-colônias.

A preocupação em recolher, estudar e classificar objetos e espécimes do mundo mineral, vegetal e animal, assim como, artefatos de povos considerados, pelos europeus, como “primitivos”, levou ao surgimento de inúmeros museus etnográficos. Diversas sociedades de Etnologia e de Antropologia foram criadas nos diversos países europeus.

Este direcionamento museológico se justificava, na época por estar inserido em uma perspectiva cujos propósitos, buscavam evidenciar o desenvolvimento e o progresso da sociedade europeia como referência no quadro evolutivo da história do homem. A primazia dos museus etnográficos, neste período, com ênfase na história natural, sobretudo a partir do uso de parâmetros biológicos de investigação, foi resultado da influência dos modelos evolucionistas de pesquisa e de análise, assim como, da repercussão da obra *Teoria da Evolução* de Herbert Spencer, publicada em 1852. Esta obra teve grande ascensão sobre as áreas de Arqueologia, História e Antropologia (SUANO, 1986; SCHWARCZ, 1993).

O século XIX também foi o período de criação e desenvolvimento de novos museus fora da Europa. Como fenômeno colonialista, esse processo referendava uma visão eurocêntrica da história mundial. Na América do Norte, especificamente nos Estados Unidos tivemos a criação do Museu de Charleston (1773), considerado o mais antigo do país, o Museu Peale da Filadélfia (1782) e o Metropolitan de Nova Iorque (1872). Na América Latina, o primeiro museu criado foi o Museu Real do Brasil, em 1818. Alguns anos mais tarde

foram criados, em 1823, o Museu de História Natural de Buenos Aires e o Museu Nacional de Bogotá.¹³

O século XIX, configurou-se na história, como o período no qual os chamados museus históricos se consolidaram, tanto na Europa, quanto em outras partes do mundo. Já, o século XX, entrou para a história como o “século dos museus”. Foi no século passado, especialmente, no período pós Segunda Guerra Mundial, que surgiu a maioria dos museus, atualmente, existente no planeta.

O século XX ficou, ainda, marcado por um período de grandes modificações que influenciou profundamente as instituições museológicas. A industrialização, e suas constantes e aceleradas transformações, passou a ditar o ritmo da vida de milhões de pessoas. O aparecimento do objeto descartável, a obsolescência dos artefatos, as criações, as mudanças e aperfeiçoamentos dos mais diferentes meios de comunicação, sem falar no impacto que o mundo eletrônico e da informática trouxe para a sociedade, importantes questões relacionadas à cultura material. Este cenário em constante ebulição, de especialização do conhecimento e de aceleração do tempo, obrigou aos museus a repensarem suas práticas e seus conceitos. Desde então, passou a ocorrer uma fragmentação no universo museal com a criação de museus especializados em determinados temas e objetos.

1.2 - A trajetória dos museus no Brasil

A história dos museus no Brasil começa com a chegada da família real portuguesa em 1808. Fugindo das tropas napoleônicas, a monarquia portuguesa transformou a antiga colônia em sede do Império. A partir de sua instalação, o governo de D. João VI, além da abertura dos portos às nações amigas, tendo como principal aliado o Império Britânico, começou a instalar equipamentos culturais, educacionais, financeiros, além de todo o equipamento político, dotando a antiga colônia de um grande aparato estatal. Em 1815, criou a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, posteriormente, transformada no Museu da Escola Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Régia

¹³ Outros países, latino americanos, logo após a conquista de suas respectivas independências, também criaram seus museus nacionais.

O primeiro museu criado oficialmente no Brasil foi o Museu Real. Instituído em 1818, teve sua denominação alterada, mais tarde, para Museu Imperial e, finalmente, para Museu Nacional do Rio de Janeiro. Seguindo o modelo de ser uma instituição metropolitana e universal, apresentava as características de um museu-gabinete, tão em voga naquele período na Europa. Seu acervo foi constituído por doações da própria família real portuguesa, como peças de arqueologia clássica, gravuras, artefatos indígenas e de espécimes empalhados da antiga Casa dos Pássaros e de outras instituições existentes.¹⁴

Em 1784, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a Casa dos Pássaros, considerada a precursora do Museu Nacional.¹⁵ Funcionou durante trinta anos como uma espécie de entreposto colonial, visando abastecer os museus existentes na metrópole portuguesa, como o Museu Da Ajuda, Museu de Coimbra e a Academia de Ciências, com espécimes vegetais, animais, fragmentos fósseis e minerais da colônia. Antes de serem enviados à metrópole, os espécimes passavam por um processo de preparação, montagem e classificação. Ainda que não se possa, por suas características, chamar a Casa dos Pássaros de museu, para alguns historiadores do Museu Nacional, ela pode ser denominada como uma “Casa de História Natural” (MENDONÇA, 2012; MACHADO, 2005).

É interessante observar que a criação da Casa dos Pássaros, ainda no período colonial, foi fruto da necessidade da coroa portuguesa em seguir o exemplo das outras monarquias europeias, que buscavam em suas respectivas colônias, além dos produtos comercialmente lucrativos, espécimes da fauna, da flora, adornos dos povos colonizados, dentre outros objetos. Estes espécimes e objetos abasteciam e enriqueciam com informações novas seus respectivos museus e jardins botânicos¹⁶, transformados em símbolos de ostentação.

Antes da Casa dos Pássaros, há o registro de uma primeira experiência museológica no Brasil. No século XVII, durante a dominação holandesa, em Pernambuco, foi constituído um

¹⁴ Em 1876 o museu passou por uma reorganização e criou uma revista trimestral intitulada “Os Archivos do Museu Nacional”. Esta publicação teve como objetivo divulgar suas atividades e acervos, assim como, facilitar o intercâmbio com outros museus congêneres de fora do país. Com o advento da República o Museu foi transferido e instalado, em 1892, no antigo Palácio Imperial, localizado na Quinta da Boa Vista. Desde 1946, ele está ligado à Universidade Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁵ O prédio que abrigou a Casa dos Pássaros, posteriormente na República, passou a ser ocupado pela Casa da moeda e mais recentemente, no final dos anos 1980 se transformou na sede do Arquivo Nacional.

¹⁶ A expansão marítima europeia do século XV, além das transformações culturais, políticas e econômicas, foram responsáveis pelo abastecimento dos chamados Gabinetes de Curiosidades, com peças exóticas do novo mundo. Portugal dentro de uma perspectiva iluminista buscou implementar diversas instituições de ensino e de pesquisa, como a construção, em 1760, do Museu de História Natural da Ajuda e o seu Jardim Botânico. MENDONÇA, L. G.. Museus e políticas públicas no Brasil: uma leitura. In: PAULA, Z. C. de, et.al.. **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012, p. 149.

espaço museal que incluía jardim botânico, jardim zoológico e um observatório astronômico. Este “museu” estava alocado no parque do Palácio de Vrijburg (Friburgo), em Recife.¹⁷

Outra medida preservacionista de D. João VI foi a criação, em 1819, do Jardim Botânico, que foi anexado ao Museu Real. Segundo Lopes “a finalidade específica do Museu era a de propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Reino do Brasil” (LOPES, M., 1997; MENDONÇA, 2012). Tanto o Museu Real quanto o Jardim Botânico passaram a receber, assim como, a coletar produtos e espécimes da natureza, provenientes das demais colônias e possessões portuguesas e, também, das províncias brasileiras. Estas instituições mantiveram intercâmbio com os principais museus de história natural da Europa.

Após a proclamação da independência, foram criados, em 1838, o Arquivo Nacional (AN) e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). O AN foi estruturado com a função de salvaguardar os documentos do governo imperial. Já o IHGB, surgiu no cenário intelectual com a missão de integrar as várias províncias do Império, “de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade chamada ‘Brasil’” (GUIMARÃES, 1988; CAMARGO, 1999). A composição dos membros do Instituto era variada, porém, tinha em comum o fato de pertencerem às chamadas elites do mundo econômico e político do império brasileiro.

Para atingir seus objetivos, o IHGB estabeleceu, como metas em seus estatutos, as tarefas de localização, coleta, organização e publicação dos mais diversos documentos e registros existentes, tanto nas províncias brasileiras quanto em bibliotecas, arquivos e museus de países europeus, que tivessem relevância para os estudos de História e Geografia do Brasil. Além disso, tinha como meta, incrementar e incentivar no ensino do país pesquisas e estudos relacionados à História (CAMARGO, 1999, p.81). A época de criação do IHGB, período regencial, foi marcada por revoltas em várias regiões, o que ameaçava a integridade territorial do Brasil. Por isso, sua relevância, especialmente, pela existência, nas províncias mais importantes e mais antigas, de Institutos Históricos e Geográficos regionais. Estes Institutos contribuíram para a consolidação de uma identidade nacional, a partir da construção de uma história oficial para o país. O surgimento dos Institutos Históricos e Geográficos nas províncias e depois, com o advento da República, nos Estados, se por um lado serviu de suporte para o projeto de consolidação nacional, por outro permitiu às elites regionais evidenciarem suas identidades locais, como aponta Schwarcz:

¹⁷ BRASIL. Ministério da Cultura; Instituto Brasileiro de Museus. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Brasília-DF: MinC/Ibram, 2010, p.20.

É portanto, no interior desse processo de consolidação do Estado Nacional que toma força um programa de sistematização de uma história local. Ao pioneiro IHGB, coube o papel de demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional. Aos demais, restará a função de garantir as suas especificidades regionais e buscar definir, quando possível, certa hegemonia cultural e local. (SCHWARCZ, 1989, P.5)

O IHGB vai influenciar a concepção museológica e, por extensão, o discurso de história produzido nos primeiros e principais museus históricos brasileiros. Muitos historiadores, vinculados ao IHGB, atuaram como conservadores e pesquisadores em vários museus e foram responsáveis, na ausência de outros profissionais, pela sua organização, incluindo suas exposições. Um dos exemplos mais expressivos foi a atuação do historiador Affonso de Escragnole Taunay junto ao Museu Paulista.

Segundo os pressupostos do IHGB as exposições museológicas deveriam privilegiar a integração e articulação entre passado, presente e futuro, de tal forma, que as fissuras e rupturas fossem estrategicamente omitidas, visando a consolidação de uma história nacional conciliadora que caminhava rumo ao progresso e a modernidade (MACHADO, 2005; GUIMARÃES, 1988). O IHGB não só influenciou a concepção de memória dos museus do período, como também, criou o seu em 1838.

O Império brasileiro, seguindo os modelos e pressupostos europeus, que viam nas instituições museológicas importantes instrumentos civilizacionais e de suporte para a institucionalização das chamadas ciências naturais, incentivou e participou da criação de novos museus. A participação do Império brasileiro no conflito com o Paraguai proporcionou a necessidade de exaltação da memória militar. Para isso, foram criados, no Rio de Janeiro, dois museus militares – o Museu do Exército (1864) e o Museu da Marinha (1866). Segundo Chagas:

A criação de dois museus militares pelo Estado Imperial brasileiro, num momento em que se travava um conflito armado internacional, inscreve-se com nitidez no espírito comemorativo do século XIX. Era preciso constituir uma tradição; construir o pedestal dos heróis e celebrá-los em bronze ou mármore, povoar a memória com atos de bravura, heroísmo, personagens ilustres e vultos invulgares. (CHAGAS, 2006, p. 43)

As províncias não demoraram em fundar os seus museus, que, com o advento da República, passaram a ser denominados de Estaduais. É interessante observar que no caso dos museus provinciais, - diferentemente do que ocorria na Europa, do século XIX, onde a criação

de museus partia do Estado - no Brasil, a mobilização, criação e organização dos museus ocorreu, em muitos casos, de forma alternada, da articulação entre grupos locais e a administração imperial.

Dessa forma, e seguindo as tendências dos grandes museus de história natural europeus, surgiram, na segunda metade do século XIX, quatro museus em diferentes províncias do Brasil. No Pará, em 1871, o Museu Paraense Emílio Goeldi; no Paraná, em 1876, o Museu Paranaense; no Amazonas, em 1883, o Museu Botânico do Amazonas e, em São Paulo, em 1890, o Museu Paulista. Os acervos desses museus, ainda que voltados para a história natural, eram considerados enciclopédicos. Porém, já nas primeiras décadas do século XX, seguindo novamente as mudanças na Europa, eles passaram, também, passaram a contemplar um perfil de museus históricos.¹⁸

Um dado relevante a ser registrado sobre esses museus é o fato de que estiveram vinculados aos projetos locais de poder, pois refletem o crescimento da economia regional, assim como, pela necessidade de incrementar a educação junto à população, dentro de uma perspectiva de levar a civilização ao interior. Esses museus serviram também como vitrine das potencialidades regionais nas grandes exposições.

Em quaisquer dos casos, fossem os museus dedicados à História Natural, à etnologia e à etnografia, fossem os museus dedicados à narrativa de uma história de caráter nacional ou regional, todos estavam engajados em expor as potencialidades dos produtos naturais e promover as artes, ofícios e ciências no seio da sociedade local. Para os museus brasileiros, mesmo provinciais, explorar as potencialidades dos recursos naturais estava relacionado ao movimento de exposições nacionais e internacionais. Durante tais eventos, era possível divulgar os produtos locais como estabelecer contatos comerciais e consolidar negócios. (MENDONÇA, 2012, p.158-9)

Com o Brasil, já estabelecido como nação republicana, os governantes aproveitaram dos festejos do centenário da independência, em 1922, para inventar e celebrar novas tradições, que pudessem criar uma identificação do povo com o novo regime. Neste processo, dois museus se destacaram: o Museu Histórico Nacional (MHN), inaugurado no ano do centenário da independência e o Museu Paulista (MP), reestruturado para atuar como museu histórico.

O MHN foi criado no Rio de Janeiro e inaugurado em outubro de 1922, como parte dos festejos do centenário. Dirigido pelo historiador e escritor Gustavo Barroso, foi estruturado, a partir da concepção de seu diretor, com um forte viés nacionalista e

¹⁸ Em 1894 também foi criado o IHGB da Bahia. No mesmo período este Instituto criou o seu próprio museu.

militarista.¹⁹ Personagens e fatos relacionados aos grandes feitos da história militar do país foram exaltados e homenageados neste museu. Segundo Myrian S. Santos (2006, P.21), o MHN:

[...] é um museu que nasceu preocupado em delimitar o perfil da “nação brasileira” a partir de um forte cunho militarista. Nele, a história é tratada de forma muito próxima àquela dos antigos antiquários ou mesmo da história romântica, que demonstravam o desejo de resguardar do tempo tudo o que fosse original e autêntico, bem como um forte sentimento comemorativo pelo passado.

São Paulo, por sua vez, inaugurou o MP como museu de história natural em 1894, sob a direção do zoólogo Herman Von Ihering. Nas duas primeiras décadas de existência, o MP, mesmo tendo sido criado com a perspectiva de ser um museu enciclopédico, devido à formação e direcionamento dado por seu primeiro diretor, priorizou, tanto no processo de coleta de acervo, como na efetivação dos espaços expositivos, um perfil voltado para a área das ciências biológicas. Este perfil aproximava-se do modelo dos museus de história natural em voga, nesse período, na Europa.²⁰

A partir de 1917, o MP começou a passar por uma grande transformação conceitual. Estas mudanças foram arquitetadas pelo seu novo diretor, Affonso d’Escragnolle Taunay. Filiado ao IHGB de São Paulo, Taunay, aos poucos e de forma progressiva, tendo em vista, a proximidade das comemorações do centenário da independência, reorientou o perfil do acervo e da área expositiva, transformando o Museu Paulista em museu histórico. Para as comemorações do ano do centenário, Taunay organizou uma exposição voltada para a história nacional, segundo a ótica da elite paulista. A consolidação e a legitimação do papel dos bandeirantes no processo de constituição e consolidação do território, buscou dar ênfase à história paulista como mito de origem da nação brasileira (BREFE, 2005).

Esses museus históricos tiveram em comum o fato de seguirem uma proposta museológica que privilegiou uma visão tradicionalista e patriótica da história, cujo objetivo era o de qualificar a memória nacional. Ao mesmo tempo e com características específicas, propuseram-se a construir o mito de origem da nação. Os grandes personagens, os heróis e

¹⁹ Grande parte dos acervos de armas, dos museus do Exército e da Marinha, foram transferidos para o Museu Histórico Nacional, por intermédio do prestígio político de Gustavo Barroso. CHAGAS, M.S.. **Há uma gota de sangue em cada museu; a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006, p.43.

²⁰ O prédio, onde funciona o museu, havia sido pensado, no início do século XIX, para ser um palácio-monumento à independência do país. O projeto do prédio, de 1824, não se viabilizou por questões financeiras. Em 1885 impulsionado pelo crescimento da economia do Estado o projeto foi retomado e o prédio concluído em 1890. BREFE, 2005.

seus relevantes feitos foram evidenciados, transformando os objetos a eles relacionados, em fonte de culto e veneração. Esse processo museológico de invenção de tradições objetivou, não só consolidar uma identidade nacional, mas, também, legitimar o poder republicano (MACHADO, 2005).

É importante ressaltar que a tradição brasileira atribuiu para a iniciativa pública, a responsabilidade quase exclusiva, pela criação, gestão e manutenção dos museus. Ainda que no século XIX, como já apresentado, as chamadas elites provinciais tenham participado e até criado alguns museus, posteriormente, foram entregues para a tutela do Estado, assim, poucos são os exemplos de museus mantidos pela iniciativa privada.²¹

O século XX, o chamado “século dos museus”,²² foi também o período em que as políticas governamentais relacionadas à preservação do patrimônio histórico, artístico e natural se consolidaram de forma mais efetiva em nosso país. Em diferentes momentos e contextos sociais e políticos ocorreram intervenções dos governos federal e estadual relacionadas ao patrimônio, afetando também as instituições museológicas, ora abandonando-as, ora incrementando recursos e as revitalizando (FONSECA, 2005).

Em 1923 surgiu no Museu Histórico Nacional, por meio da iniciativa de seu diretor Gustavo Barroso, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que pode ser considerada o primeiro órgão oficial de preservação de patrimônio no Brasil, cuja função extrapolava os limites dos museus, abarcando obras e construções pertencentes ao patrimônio histórico das cidades como praças, fachadas e construções arquitetônicas, dentre outros monumentos considerados marcos históricos da sociedade brasileira. Posteriormente, foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. A perspectiva preservacionista do governo federal privilegiou, nesse momento, o passado colonial do país, tanto que a cidade de Ouro Preto foi elevada à categoria de monumento nacional em 1933.

A chamada Era Vargas, destacada na história brasileira pela implantação de um nacionalismo voltado à construção de uma identidade para o povo brasileiro, por meio de políticas econômicas e sociais, foi um período, também marcado por iniciativas que evidenciaram a trajetória da área patrimonial.

²¹ Um dos mais antigos exemplos é o Museu de Armas Zatti, situado em Porto Alegre e criado em 1920. SUANO, Marlene. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.34.

²² No início do século XX o Brasil contava com apenas 14 museus. Entre 1901 e 2000 foram criados 1.772 museus no país. Em 2013, o IBRAM contabiliza a marca de 3.025 unidades museais, as quais, armazenam um acervo estimado em 70 milhões de itens em seus acervos. BRASIL, 2010, p.20.

Em 1934, a Carta Constitucional criou o impedimento legal de que obras de arte fossem retiradas do país, ao mesmo tempo em que diminuiu o direito de propriedade, isto é, especialmente, em cidades históricas mineiras, quando a sua função social fosse preponderante e, portanto, vinculadas à preservação da memória nacional. Esta questão, relacionada ao abrandamento do direito de propriedade, foi sancionada posteriormente na Constituição de 1937, por meio do Decreto-Lei n. 25/1937, que tornou possível, legalmente, os processos de tombamentos de edifícios considerados históricos no país. Dessa forma, o interesse coletivo, por meio da intervenção estatal, se sobrepunha ao instituto da propriedade privada (FUNARI; PELEGRINI, p.45). A preocupação com a conservação dos acervos e museus com caráter nacional também se manifestou neste Decreto-Lei:

A União manterá para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares.²³

O governo federal, com o objetivo de instrumentalizar a aplicação de políticas patrimoniais no país, criou, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A gestação da criação do SPHAN começou a ser articulada com a posse de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual contou com a participação de Mário de Andrade e outros importantes intelectuais modernistas, como escritores, restauradores, arquitetos, além do auxílio de assessores externos, especialistas em patrimônio.

Mário de Andrade, convidado pelo ministro Capanema, elaborou um anteprojeto do futuro órgão de preservação do patrimônio nacional. A proposta por ele apresentada continha algumas ideias muito avançadas para a época.²⁴ Este documento definia os museus como “agências educativas”, conceito que só ganharia ressonância na década de 1960, realçando o papel pedagógico dessas instituições. Segundo a visão andradeana os museus deveriam ser instrumentos de preservação da cultura popular, tornando, seus espaços, o reflexo da identidade das respectivas comunidades locais. Esta perspectiva museológica visava consolidar a identidade nacional.

²³ DECRETO-LEI n. 25 de 30 de novembro de 1937, art. 24.

²⁴ Na proposta de Mário de Andrade, a sigla do novo órgão seria SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. O “histórico”, segundo ele, entraria como uma das oito categorias de definição do Patrimônio. CHAGAS, M.S., 2006, p. 104-5.

Seu projeto enfatizava, ainda, a necessidade da criação de museus técnicos, com acervos que privilegiassem temáticas relacionadas aos diversos ciclos econômicos do país. Para o escritor, esses museus serviriam como um contraponto à narrativa celebrativa dos grandes vultos e personagens da nação, evidenciados nos museus de caráter nacional. Desta forma, temas pontuais como a história da ferrovia, da imprensa, da extração do ouro, dentre outras, seriam o foco de abordagem e de composição dos respectivos acervos desses novos museus.²⁵

Outra proposta de Mário de Andrade, direcionava-se ao incentivo e a implementação de museus municipais. Segundo sua concepção, os acervos que iriam fazer parte desses museus deveriam refletir a identidade local, a partir de um diálogo com a comunidade pertencente a essas instituições implantadas (CHAGAS, 2006).

O projeto andradeano foi substituído por outro, o de Rodrigo Melo Franco de Andrade, gestor escolhido para ser o diretor do SPHAN no período de implantação do órgão. Transformado em Decreto-Lei, o projeto de Rodrigo Franco, ainda que tenha assimilado alguns pontos da proposta de Mário de Andrade, era mais restritivo, elitista e conservador, dando ênfase ao caráter nacional dos museus.

Mário de Andrade, em seu projeto, reconhecia a pluralidade cultural e étnica do povo brasileiro, por isso, enfatizava a dança, a música e o folclore, áreas pouco contempladas no projeto de Rodrigo Franco. Segundo Franco, os museus eram instrumentos culturais direcionados às elites, que detinham a informação e a cultura, elementos necessários para interpretá-los. Porém mesmo com essas diferenças, segundo Fonseca:

[...] tanto os intelectuais – inclusive os modernistas – como os políticos do Estado Novo entendiam o povo como massa, sem canais próprios de expressão. Mário de Andrade valorizava positivamente o povo, reconhecendo na criatividade das manifestações populares a presença viva e dinâmica de nossas raízes culturais. (FONSECA, 2005, p. 135)

²⁵ Apesar de não ter seu projeto aprovado, o SPHAN, durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 1936 a 1967, acabou viabilizando em partes sua proposta com a criação de vários museus regionais: Museu da Missões em Santo Ângelo-RS (1940), Museu da Inconfidência em Ouro Preto-MG (1938), Museu do Ouro em Sabará-MG, Museu Regional de São João Del Rei-MG, Museu do Diamante em Diamantina-MG, Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá-PR, Museu da Imigração e Colonização de Joinville-SC, Casas de Vitor Meirelles em Florianópolis-SC, Casas dos Otoni em Serro-MG, Museu Histórico Abílio Barreto em Belo Horizonte-MG. Um antigo sonho de Mário de Andrade, de um museu para preservar a cultura popular seria criado somente em 1968, o Museu do Folclore. FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/IPHAN, 2005. FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

A visão mais tradicional venceu a disputa conceitual travada dentro do SPHAN. Os museus permaneceram, segundo a perspectiva de Gustavo Barroso, como instituições reservadas às camadas dominantes da sociedade, “pois a elas cabia o papel de fundadoras da nação brasileira” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 143). Este ponto de vista elitista refletia na identificação e acesso, praticamente insignificantes, da população aos museus. No início de suas atividades, o SPHAN criou dois museus que evidenciavam a nacionalidade brasileira, o Museu Nacional de Belas Artes, em 1937 e o Museu da Inconfidência, em 1938.

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas criou, em 1940, o Museu Imperial, em Petrópolis. Instalado no antigo Palácio de verão da família imperial foi, e continua sendo, um dos museus mais visitados do país. O Museu Imperial tem a valorização da família imperial e da monarquia como elementos fundamentais de sua exposição. A celebração do poder monárquico, centralizado, tornou-se um instrumento ideológico propício, visando dar legitimidade ao Estado Novo, por meio de uma identificação das figuras de D. Pedro II e de Vargas (MACHADO, 2005; SANTOS, M.S., 2006).

Na década de 1950, ocorreram vários encontros, cujo objetivo era promover um redirecionamento da relação museu e educação: o “Seminário Internacional sobre o Papel Pedagógico do Museu”, realizado em 1958, no Rio de Janeiro e o “I Congresso Nacional de Museus”, na cidade de Ouro Preto (MG) em 1956. Estes encontros promoveram um redirecionamento da relação museu e educação. Dessa forma, a ação educativa, mesmo dentro de uma realidade museográfica tradicional, passou a ser reconhecida como uma parte importante do fazer museal. A partir disso, na década de 1960, diversos setores educativos foram implantado em vários museus brasileiros (CABRAL, 2009, p. 36).

A exemplo das ações realizadas durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, os militares de 1964, ao reforçarem a questão do nacionalismo, investiram na preservação de bens patrimoniais identificados com a ideologia nacionalista. Em 1973 o governo investiu na reconstrução, revitalização e recuperação de bens e de áreas históricas, por meio do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas. Esta política preservacionista teve como objetivo estimular o comércio e o turismo nas regiões onde se encontravam estas cidades e bens culturais.

Apesar do aumento no número de museus e na incrementação dos espaços e bens históricos, durante o regime militar, iniciado na década de 1960, o pensamento museal preconizado até então pelo SPHAN sofreu uma inflexão. Os museus, especialmente os maiores concentrados nas capitais, passaram a ser utilizados como espaços de instrumentalização do discurso oficial, legitimando no país, o regime no poder.

Os debates e transformações que ocorreram no campo da museologia, aliados à mobilização de movimentos sociais - estudantil, de mulheres, sindicais, étnicos, dentre outros - durante as décadas de 1960 e 1970, provocaram alterações na forma de se pensar as relações dentro dos museus, as políticas de acervo, as concepção de exposições, o relacionamento com o público e a comunidade à qual se relacionavam.

Em 1963, foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia, com o objetivo de mobilizar os profissionais atuantes em museus, por meio de congressos, seminários, fóruns, dentre outros eventos. Um dos maiores objetivos da associação, visava a luta pela regulamentação da profissão de museólogo, o que só viria a acontecer na década de 1980.

A perspectiva de integração entre as diversas instituições de memória passou a fazer parte das reivindicações do período. Em 1975, alguns eventos marcaram a questão patrimonial: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

As décadas de 1970 e 1980 podem ser consideradas como um período de renovação na área patrimonial do país. A entrada de Aloísio Magalhães à frente do SPHAN, a partir de 1979, ficou marcada pela ampliação da noção de patrimônio histórico.²⁶

Assim Magalhães implementou a perspectiva de bem cultural, que permitia a inclusão de novos conceitos relacionados à área patrimonial, resultado de uma maior abertura para a participação da sociedade no processo de indicação, seleção e proteção do patrimônio cultural. Essa ampliação conceitual e de maior participação da comunidade acontecia, ao mesmo tempo paralela, do processo de abertura política, em andamento no país, iniciada ainda em 1974 e, posteriormente consolidada, em 1985, com a chamada “Nova República” (CABRAL, 2009; FONSECA, 2005).

Relacionada à gestão museal, ocorreu na cidade de Recife-PE, em 1976, o “I Encontro Nacional dos Dirigentes de Museus”. Neste encontro, foi enfatizada a importância do papel educativo dos museus, assim como, foram dados os primeiros passos em estruturar propostas visando a criação de um futuro sistema nacional de museus (MENDONÇA, 2012; CABRAL, 2009).

No final da década de 70, precisamente em 1979, o Ministério da Educação e Cultura criou a Fundação Nacional Pró-Memória. Esta fundação tinha como principal objetivo desburocratizar e dar agilidade à captação de recursos a serem direcionados para as diversas

²⁶ Antes de assumir o IPHAN, Aloísio Magalhães coordenou o CNRC em 1975.

áreas culturais. Os pequenos museus, especialmente aqueles localizados no interior, ficaram à margem desses investimentos.

A década de 1980 ficou marcada pela redemocratização do país. Com a abertura política, as discussões internacionais de revitalização das práticas museais, mais críticas e inclusivas, dando ênfase à função social e educativa, puderam finalmente ser implementadas no país. Esta nova visão da museologia foi impactante para até então engessada prática museográfica tradicional.

Internacionalmente, a ideia de patrimônio foi alargada, pois tinha como objetivo contemplar as novas demandas de grupos e minorias sociais. O próprio movimento ambientalista passou a manifestar sua preocupação, com a preservação de áreas naturais, buscando inseri-las no âmbito das políticas de proteção ao patrimônio. Conseqüentemente, o número de museus no mundo e no Brasil cresceu tanto em quantidade quanto em diversidade temática. As diretrizes mais tradicionais que priorizavam a preservação de bens palacianos, passou a ser revisada. A Constituição de 1988, no artigo 215, garantia a importância da preservação das manifestações indígenas, afro-brasileiras e de outras minorias, do mesmo modo que o reconhecimento de datas comemorativas para os diferentes segmentos étnicos existentes no país. A ampliação da noção de patrimônio, pela primeira vez, incorporou novas questões como o meio ambiente, o chamado patrimônio imaterial, o saber fazer e as formas de expressão populares. A inserção desses elementos garantiu-lhes *status* de “agentes formadores da sociedade brasileira”, até então, desconsiderados historicamente.²⁷

Neste processo de abertura democrática, a pressão de grupos sociais e de minorias religiosas conseguiu significativas vitórias no campo do patrimônio. Um exemplo importante, se considerarmos o nosso passado escravagista e, conseqüentemente, todo o peso da herança racista presente em nossa sociedade ao longo do tempo, foi a oficialização, pelo poder público, da preservação do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho ou *Ilé Axé Iya Nassô Oká*, considerado um dos mais antigos templos de culto religioso negro no Brasil. A partir do ano de 1982, esse templo foi reconhecido como patrimônio histórico da cidade de Salvador. Anos mais tarde, em 1986, registrado e tombado como patrimônio nacional.²⁸

A importância simbólica desse tombamento refletiu, nas décadas seguintes, ainda que de forma lenta e gradual, na incorporação da memória negra nos espaços museológicos. É pertinente lembrar que, até a década de 1980, e com permanência significativa ainda nos dias

²⁷ CONSTITUIÇÃO da República Federal do Brasil. 1988. art. 215 p.55.

²⁸ Além do prédio e de objetos ritualísticos foram tombados também o seu entorno que abrangia a vegetação e árvores sagradas, em uma área total de 6.800 m². FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 49/50.

atuais, enfatizava-se a memória dos brasileiros de ascendência branca, principalmente, os de origem europeia e de culto católico, tanto em seus acervos quanto em suas exposições.

A diversificação temática dos museus, seguindo as novas tendências internacionais, impulsionou, nos anos 1980, o surgimento de inúmeros museus de ciência e tecnologia. Desde a então hegemônica política de acervos que enfatizava o paradigma histórico, esses museus passaram a direcionar o seu foco para a questão educativa, onde a interação do público, especialmente o escolar, com os objetos, se sobressaía ao modelo contemplativo dos museus históricos. A maioria desses museus surgiu de iniciativas relacionadas a alguma instituição universitária ou de pesquisa como a “Estação Ciência (USP/SP), Museu de Astronomia (MAST/RJ), Casa da Ciência (UFRJ/RJ), Espaço Museu da Vida (Fiocruz/RJ), Espaço Ciência (SECT/PE), Museu de Ciência e Tecnologia (MCT/Puc-RS) e o Parque da Ciência (ES)” (MACHADO, 2005, p. 147).

Também na década de 1980, teve início, junto à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), as atividades da Coordenadoria Geral dos Acervos Museológicos. Esta Coordenadoria instalou em 1983, o Programa Nacional de Museus (PNM), com o objetivo de desenvolver projetos relacionados à revitalização dos museus brasileiros. Como resultado dessa política, em 1986, instituiu-se o primeiro Sistema Nacional de Museus (SNM). Este sistema, seguindo as premissas do PNM, buscou articular as ações e projetos da área museológica, especialmente, em questões relacionadas a investimentos financeiros.

O governo federal, dentro de um modelo de parceria público-privada começou a introduzir algumas políticas públicas que buscaram incentivar a participação do setor privado na preservação dos bens culturais. Por meio da Lei n.7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, criou-se a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas abaterem parte do imposto de renda, via renúncia fiscal, em projetos culturais, entre eles a preservação do patrimônio artístico e histórico nacional. Esta lei foi, posteriormente, em 1991, aperfeiçoada com a chamada Lei Rouanet, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)..

Ainda que muitos recursos privados tenham sido canalizados para a preservação de bens culturais e históricos, este modelo de investimento acabou promovendo e transformando o patrimônio em uma espécie de espetáculo. As empresas viam nesta forma de *mecenato* uma real possibilidade de *marketing* cultural. Elas passaram a investir, preferencialmente, nos grandes museus e bens patrimoniais de destaque, que tinham mais visibilidade, não só pelo maior número de visitantes, como também, pela repercussão na mídia em geral. Dessa forma, as maiores fatias de investimento nesta área ficaram concentradas em poucos projetos de

preservação do patrimônio cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 50-51). Este modelo, apesar das críticas, foi copiado por Estados e municípios em todo o país.²⁹

A década de 1990 representou um período de grande efervescência no mundo museal. Colhendo os frutos da redemocratização do país, as instituições museológicas começaram um processo de renovação conceitual, influenciado por novas concepções no campo da museologia. Essas novas perspectivas museológicas, impedidas de fluir no país, devido a décadas de regime autoritário, encontraram um campo de ampliação e diversidade na área museal, como apresentado pelo Relatório de Gestão elaborado pelo Ministério da Cultura:

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável (ou passível de musealização), ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos (museológicos e museográficos) passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em questão um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas – tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico.³⁰

Apesar dos avanços, a política do governo federal para a área do patrimônio cultural sofreu um declínio. No início da década de 1990 foram extintas a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No lugar desses órgãos foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Os museus e instituições, que anteriormente estavam vinculados aos órgãos extintos, ficaram abandonados e esquecidos, sendo excluídos da estrutura administrativa do IBPC. Algum tempo depois, a desvinculação dessas instituições foi revertida e foram novamente incluídas na estrutura do IBPC. Logo em seguida, foi criado o IPHAN, que incorporou as atividades dos órgãos anteriores, relacionados às políticas de preservação do acervo histórico e artístico brasileiro.

Mas, sem dúvida alguma, foi na primeira década do século XXI que a área de museus recebeu do governo federal o devido reconhecimento. O Ministério da Cultura, por meio do

²⁹ Na primeira década do século XXI novas propostas de incentivo cultural surgiram no país. Visando democratizar a distribuição dos recursos, alguns órgãos das três esferas públicas, Federal, Estadual e Municipal, criaram seus fundos destinados a atender e a fomentar projetos culturais. A cidade de Londrina é um bom exemplo com a criação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), no qual associações, organizações não governamentais, pessoas físicas e jurídicas, propõem projetos na área cultural: fotografia, teatro, música, patrimônio cultural, dança, festas populares, literatura, circo, dentre outras e concorrem a recursos de um fundo relacionado a esse programa. O Museu Histórico de Londrina em seu projeto de revitalização física (1997-2000) recebeu desse programa a maior parte dos recursos, sem falar no aporte financeiro que costumeiramente recebe para a montagem de suas exposições temporárias.

³⁰ BRASIL. Ministério da Cultura; Instituto Brasileiro de Museus. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Brasília-DF: MinC/Ibram, 2010, p. 23.

IPHAN, criou em 2003, o DEMU. Este órgão ficou responsável pela implementação das políticas públicas junto aos museus do país. Além de direcionar recursos para os principais museus nacionais, garantindo a estes um processo contínuo de modernização e revitalização, ofereceu, também, suporte e estimulou a criação de políticas públicas específicas para a área museológica.

Ainda em 2003, o DEMU instituiu a Política Nacional de Museus e lançou o caderno “Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania”. A perspectiva política da importância dos museus, no reconhecimento e valorização da diversidade social no campo da memória, foi contemplada neste documento ao defender:

[...] a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país. (BRASIL, 2003, p.8)

Houve um aumento de recursos para os museus do país, tanto para reformas físicas quanto na modernização dos mobiliários de acondicionamento e exposições de seus respectivos acervos. A profissionalização e capacitação de técnicos e museólogos foi incentivada por meio de oficinas, cursos técnicos, e, pela criação de vários cursos de graduação em museologia pelo país.³¹

Visando a criação de uma rede das instituições museológicas no país, o DEMU-IPHAN lançou, em 2003, um novo Sistema Brasileiro de Museus, que teve como objetivo se transformar em uma grande rede de articulação e de desenvolvimento de todos os museus em território nacional. O MinC também investiu em Fóruns estaduais para estimular a criação de novos museus e, do mesmo modo, estimular uma maior organização no setor. Outra ação importante, da esfera federal, para a área de museus, foi a efetivação do Edital “Museus

³¹ Até 2003 existiam no país apenas dois cursos de graduação em museologia, o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) criado em 1931 e o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de 1970. A partir de 2004 e contando com o incentivo do Governo Federal diversos cursos foram abertos no país, sendo a maioria em universidades públicas federais: Em 2004, Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE-SC); em 2006, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Em 2007, Universidade Federal de Sergipe (UFS); em 2008, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); em 2009, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade de Brasília (UnB); em 2010, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Goiás (UFG); e em 2012, Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível –SP (FAECA). PAÍS tem boom de cursos de museologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2013. Ilustrada, p. E-4.

Brasileiros”, direcionando recursos para projetos de museus públicos e privados que não estavam vinculados ao governo federal.

Em 2009, o DEMU foi extinto e em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. A promoção em termos hierárquicos, da área de museus, contemplou uma antiga reivindicação da comunidade museológica do país, que viu na criação desse novo órgão, o devido e estratégico reconhecimento da área, dentro da política pública federal.³²

Valorizados na sociedade, os museus continuam sendo criados em diversas cidades do país. Até este ano, 2013, segundo dados do Guia Brasileiro de Museus do IBRAM, existem no Brasil 3.118 museus, incluindo 23 museus digitais. Dentre as regiões, a Sudeste lidera com 1.150 unidades, vindo em seguida a região Sul com 874 e a região Nordeste com 709 museus. As regiões Norte e Centro Oeste, juntas, possuem apenas 385 museus. Um dado preocupante, relacionado à área museológica está no fato de que dos mais de vinte mil profissionais, atualmente em atividade nos museus brasileiros, apenas 5% tem formação em museologia.³³

O Estado do Paraná, segundo dados da Coordenação do Sistema Estadual de Museus, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, contabiliza, atualmente, 329 espaços museológicos. Destes, 164 são denominados como museus e 165 considerados museológicos.³⁴ A região Norte do Paraná conta com 44 museus. Londrina, além do MHL, possui mais oito instituições museológicas: Casa da Memória Madre Leônia Milito, Museu da Arquidiocese de Londrina, Museu de Arte de Londrina, Museu de Ciência e Tecnologia de Londrina (UEL), Museu Didático de Anatomia (UEL), Museu do Café do Norte do Paraná, Parque Estadual Mata dos Godoy, Parque Municipal Arthur Thomas.

Mais do que uma questão numérica, o museu, como instituição de memória passou a ser observado de uma forma mais crítica. O modelo tradicional de culto e celebração que privilegiava determinadas pessoas e grupos da sociedade, ainda que dominante em muitos museus do mundo e, especialmente, no interior do Brasil, começou a ser questionado. As lutas

³² O IBRAM incorporou o Sistema Brasileiro de Museus e oficializou a criação do Estatuto de Museus. Este documento passou a regulamentar o funcionamento dos museus vinculados aos IBRAM.

³³ PAÍS tem boom de cursos de museologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2013. Ilustrada, p. E4.

³⁴ Os espaços, não denominados museus, mas que se enquadram no perfil de “museológicos” e, portanto, são contabilizados pelo governo paranaense, temos: os “monumentos, memoriais, jardins botânicos e zoológicos, aquários, centros científicos, planetários, reservas naturais, centros culturais. A existência de acervo e a prática da visitação é o que caracteriza a instituição no campo museal. Nela deve se desenvolver a relação específica do homem: sujeito, com o objeto: bem cultural.” Coordenação do Sistema Estadual de Museus-PR, Museus e Espaços Museológicos – Disponível em: <http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>, acesso em 25 mai. 2013.

pelos direitos sociais e políticos, que sacudiram o mundo a partir da década de 1960, provocaram avanços consideráveis, transformando as diversas sociedades.

Ao perceberem o uso político e ideológico que os grupos dominantes, por meio do Estado, faziam do museu, como instrumento de socialização e de sacralização de determinadas memórias transformadas em hegemônicas, outros atores sociais passaram a lutar pelo direito a um lugar na história coletiva. O direito à memória representou no universo museal um importante complemento na luta pelo reconhecimento da diversidade social existente. Estas lutas e reivindicações da sociedade reverberaram junto aos profissionais e teóricos preocupados com o fazer museal. A repercussão dessas transformações, assim como, a consolidação da Museologia no campo das ciências humanas, abordaremos a seguir.

1.3 - Da Museologia tradicional à Nova Museologia

Conforme apresentado anteriormente, o século XIX, é apontado como o período de surgimento dos museus sob a perspectiva que conhecemos hoje, as últimas décadas do século XX são reconhecidas como o período de surgimento da chamada museologia. Consolidada no século XXI, como uma disciplina aplicada voltada para as questões teóricas e metodológicas do fazer museal, a museologia que veremos a seguir, é fruto das grandes transformações ocorridas durante o século XX. Mas é importante ressaltar que a utilização da palavra surgiu no século XIX com outra conotação.

Segundo Peter Van Mensch, o termo museologia, ainda que não esteja bem documentado, aparece na segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1869, na obra de P. L. Martin, *Praxis der Naturgeschichte* e foi empregada para designar “exposição e preservação de *naturállia*” (CERÁVOLO, 2004, p.238). Guarnieri (1989, p.8), aponta sua utilização por J. G. Th. Graesse, em Dresden, na obra intitulada “Estudos de Museologia e de Antiguidades” publicada entre os anos de 1878 e 1883. Na França, em seus dicionários, o termo somente aparece em 1931. O fato é que o emprego do termo museologia, até então limitado a uma descrição de coleções, apontava para uma preocupação com o fazer museológico.³⁵

³⁵ Guarnieri também aponta para a existência de um periódico que circulou em Madri, sobre museus, arquivos e bibliotecas, no ano de 1871, voltado para colecionadores.

A utilização do termo museologia para designar a ciência aplicada existente nos dias atuais é uma construção das últimas décadas do século XX. Este período foi marcado por uma grande aceleração e crescimento, tanto em quantidade quanto em diversidade, na produção de bens de consumo da sociedade industrial e tecnológica contemporânea. Aliado a este processo, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, passou a ocorrer o surgimento de um grande número de museus em todo o mundo.³⁶

A preocupação de vários dirigentes de museus em discutir os problemas comuns, como a crescente diversificação dos acervos, a necessidade de uma maior capacitação especializada dos técnicos, sem falar do aumento e aparecimento de novos públicos visitando essas instituições de memória, levou a criação do Conselho Internacional de Museus. O ICOM, órgão internacional associado à UNESCO, que foi criado em 1946, se tornou, desde então, o principal fórum internacional para discussão das questões envolvendo o universo museológico.

Antes do surgimento do ICOM, foram criadas duas entidades, a britânica *Museums Association*, criada em 1889 e a norte-americana *American Association of Museum*, em 1906, voltadas, especificamente, para discutir a organização dos profissionais de museus em uma perspectiva de formação técnica, tendo uma influência mais localizada em seus respectivos países.

As mudanças sociais, políticas e comportamentais que transformaram o século XX, especialmente, em suas últimas décadas, encontraram um museu, ainda refém de uma perspectiva colecionista, celebrativa e elitista, herança de uma museologia mais tradicional que se constituiu, a partir das práticas das antigas coleções aristocráticas e principescas. O perfil fechado e conservador dessas instituições passou a ser questionado, provocando o surgimento de redefinições no campo museal.

Um primeiro passo, em busca de uma maior abertura dos museus, ocorreu em 1958, no Rio de Janeiro, como já comentado, com a realização de um Seminário Regional da UNESCO e do ICOM, que teve como tema principal a questão da função educativa em museus. Este Seminário propiciou uma abertura para discussões de aspectos conceituais e metodológicos que serviriam de base para a afirmação do museu como agência educativa, assim como, sua relação com a educação formal e as possibilidades de articulação.

³⁶ Segundo Guarnieri (1984, p.60) por muito tempo se considerou a museologia como “a ciência dos museus”. Herança, segundo ela, de uma velha museologia, pouco científica. Aceitar esta definição seria o mesmo que conceituar a medicina, como a “ciência dos hospitais”, ou a pedagogia, como a “ciência das escolas”.

A busca pela superação de metodologias tradicionais, o reconhecimento dos museus como instituições de memória, que referendavam determinadas identidades culturais, trouxeram para o debate público um repensar do universo museal, a partir do reconhecimento do papel educativo que lhes cabia frente à sociedade. Apesar desses avanços conceituais ainda se manteve uma perspectiva tradicional ao referendar um vetor de prática educativa que partia do museu para a comunidade.

As inquietações e discussões no campo da museologia buscando novos caminhos e perspectivas metodológicas para a área, que já avançavam durante a década de 1960 com novas experiências, como os ecomuseus na França, tiveram em 1972, em um encontro, ocorrido em Santiago do Chile, um verdadeiro divisor de águas.³⁷ A Mesa Redonda de Santiago, organizada pela UNESCO e com o apoio do ICOM, teve como preocupação discutir o papel dos museus na América Latina contemporânea. Ainda que tenha sido um evento pequeno, em número de participantes, gerou nos anos que se seguiram uma grande repercussão na área.

A ideia foi a de se fazer um evento que pudesse oxigenar os pilares conservadores do ICOM, dominado por representantes de museus tradicionais europeus. Até então, nos encontros internacionais, as falas eram monopolizadas por representantes de museus europeus e norte-americanos. Os países da América Latina, com forte tradição museal, como o México, Cuba, Brasil e Argentina, pouco espaço tinham para discutir os problemas específicos de suas respectivas realidades sociais e culturais.

Desta forma, essa Mesa Redonda organizada em Santiago teve como língua oficial o espanhol. O presidente do encontro, Hugues de Varine-Bohan, identificado com as ideias de educação popular do brasileiro Paulo Freire, o convidou para que coordenasse o evento. Segundo Varine-Bohan, o educador havia gostado da ideia de transpor suas ideias educacionais para o universo museológico. Porém, um dos delegados brasileiros no evento, opôs-se formalmente junto à UNESCO, inviabilizando a participação de Freire.³⁸ Este fato, no entanto, não impediu que a Mesa Redonda servisse de semente para a criação, uma década depois, de um movimento internacional para uma reformulação do pensar museológico.

³⁷ Essa Mesa Redonda de Santiago do Chile foi precedida por outros Seminários regionais semelhantes, como o já citado Encontro do Rio de Janeiro, em 1958, em Jos, na Nigéria, em 1964 e o Encontro de Nova Delhi, em 1966. BRUNO, M. C.; ARAÚJO, M. M. (orgs.) **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: Documentos e Depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM. 1995, p.17.

³⁸ A ditadura militar pela qual o Brasil passava teria sido a causa mais provável pelo veto ao educador. Além disso, o período autoritário manteve a museologia brasileira à margem das mudanças que aconteciam em outros países. Somente após o período de redemocratização, na década de 1980, os museus puderam recuperar o tempo perdido. Infelizmente, os textos sobre este Encontro, a que tive acesso, não mencionam o nome deste delegado brasileiro.

Segundo Varine-Bohan teria sido a fala de um urbanista argentino, Jorge Henrique Hardoy, que mais impactou os presentes ao descortinar a realidade urbana das principais cidades latino-americanas. A partir de sua fala os debates acabaram se direcionando para questões relacionadas à função social dos museus. (BRUNO, 1995, p.18)

Os resultados dos debates em Santiago, além de evidenciaram a necessidade da capacitação profissional e da importância da ação educativa nos museus, anteriormente discutidos e também priorizados no Encontro do Rio de Janeiro, apresentaram como elemento novo, dentro da área museológica, a necessidade de se pensar e se buscar uma maior integração dos museus junto às suas respectivas comunidades.

A hierarquia pedagógica, que apresentava o museu como emissor e o público como simples receptor passou a ser questionada e revista. Houve, assim, uma redefinição do conceito de museu. Ao reconhecer a sua dimensão política novos conceitos foram incorporados ao campo da museologia, como a ideia do “Museu Integral”, que reconhecia a totalidade dos problemas sociais da comunidade de seu entorno, e o “Museu Ação”, que o transformava em instrumento de transformação social. A partir desse ponto de vista, os museólogos foram chamados para assumir a sua responsabilidade política frente às questões levantadas (VARINE-BOHAN, apud CERÁVOLO, 2004, p.259).

A partir desse encontro, o tripé conceitual de ação dos museus que, segundo a perspectiva museológica tradicional, se restringia à relação: museu, coleção e público, foi ampliada para território, patrimônio e sociedade. Desta forma o museu deixava de ser uma instituição fechada para se integrar às comunidades de seu entorno.

Segundo Cristina Bruno a ideia do museu integral não só abriu caminhos para novas possibilidades de práticas museológicas como também:

(...) questionou noções que até então eram consagradas do universo museológico como o colecionismo, o museu entre quatro paredes, e o patrimônio oficial, identificado apenas com o histórico e o artístico. Despertou a atenção dos profissionais para todo um patrimônio à espera de musealização, para a importância da participação comunitária em todas as instâncias museológicas e impôs novos métodos de trabalho. Colocou, ainda, a necessidade de se repensar a formação profissional para a área. O museu integral trouxe uma nova perspectiva de atuação, fora das fronteiras tradicionais, que acarretou entre outros problemas, uma crise de identidade institucional, na qual os museus se confundiram com outros modelos de ação cultural, como centros culturais, casas de cultura e memoriais, entre outros. (BRUNO, 1995, p. 6)

A repercussão das deliberações desse encontro de Santiago, que buscou revisar os Estatutos do ICOM, ainda que, enfrentando certa resistência no próprio Conselho, trouxe para

o debate internacional, a necessidade de se repensar as bases teóricas e metodológicas relacionadas ao processo do fazer museal. É dentro desse contexto que foi criado, em 1977, o Comitê Internacional da Museologia (ICOFOM).

Integrante da estrutura do ICOM, este colegiado, que reunia especialistas de vários países, surgiu com o objetivo de transformar-se em um fórum de debates. Além de objetivar a consolidação da museologia, como uma área do conhecimento voltada ao estudo e análise do fazer museal, ao mesmo tempo, buscava normatizar conceitos e práticas que circulavam pela museologia internacional.

O ICOFOM, a partir de sua institucionalização, centralizou suas preocupações, tendo como ponto de partida, as pesquisas que já eram realizadas nos museus por teóricos de diversos países e que viam a museologia, como uma ciência em construção. Desta forma, o ICOFOM buscou transformar a instituição museu em objeto de estudo, cujo enfoque partia da análise da relação que se estabelecia entre o homem (sociedade) e o objeto (coleções) selecionado para fazer parte do “mundo” museal.

Segundo Cerávolo (2004), alguns desses teóricos do ICOFOM ampliaram o olhar que a museologia deveria ter para além da análise dos museus. Na concepção de Zbynek Z. Stránský e Ana Gregorová, teóricos da antiga Tchecoslováquia, a museologia constituía-se em uma nova disciplina científica e que tinha, por finalidade, estudar as relações específicas do homem com a realidade, considerando o museu como o espaço onde esta relação acontecia. A museóloga brasileira Waldisa Rússio Guarnieri, teve uma importante contribuição nesses debates elaborando o conceito de “fato museológico”. Segundo ela:

Fato museológico é uma relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora. (GUARNIERI, 1984, p. 60)

A francesa Mathilde Bellaigue, por sua vez, reafirmou o conceito de que a museologia não era uma ciência de museu, mas, que tinha por objetivo estudar a relação científica do homem com o real. Este real, segundo ela, seria o patrimônio que abrangia o material e o imaterial, o natural e o cultural, o passado e o presente. Todos esses teóricos, ainda que fugissem da equivocada definição clássica de museologia como sendo a ciência dos museus, já que evidenciavam as possíveis relações do homem com objeto musealizado, eram unânimes em afirmar que o espaço de observação dessa relação ocorria dentro do museu. Waldisa

mesmo referendando, na época, esta noção do museu entre quatro paredes, sinalizou para a necessidade de se ampliar este espaço para a sociedade.³⁹

As novas experimentações no campo museológico, que desde a década de 1960 já vinham propondo reformulações no fazer museal, foram potencializadas internacionalmente com as repercussões das deliberações da Mesa Redonda de Santiago. Como já apresentado, as reflexões desse encontro reverberaram no meio museal especialmente entre aqueles que defendiam mudanças na então hegemônica museologia tradicional.

Em 1984 na cidade de Quebec, no Canadá, buscando realizar um intercâmbio entre as novas propostas museológicas em andamento no mundo, foi organizado o “Ateliê Internacional de Ecomuseus – Nova Museologia”. Nesse encontro foram debatidos e sistematizados os princípios que norteavam as diversas experiências de ecomuseus e de outras práticas relacionadas à nova museologia, a partir das ideias gestadas na Mesa Redonda de Santiago, cuja ideias proliferaram em diversos países.

A organização do encontro, no Canadá, partiu de um grupo de museólogos desiludidos com as práticas segregadoras do ICOM, especialmente do ICOFOM, que em uma reunião em Londres, no ano de 1983, não reconheceu a existência das novas práticas museológicas às quais divergiam da museologia instituída. Ao final do encontro canadense, os participantes não só oficializaram a criação do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINON), como, também, consolidaram a perspectiva de que o fazer museal deveria privilegiar a identificação e encaminhamento de soluções para os problemas sociais das comunidades, além de realçar a importância do papel da interdisciplinaridade como ferramenta a ser utilizada pela museologia em contribuição para o desenvolvimento social (BRUHNS, 2010, p. 29).

Além disso, novos conceitos foram incorporados como os de “nova museologia”, “ecomuseologia”, “museologia comunitária” e outras formas que tinham em comum a interação com as comunidades (CERÁVOLO, 2004, p. 261). Com a realização de novos encontros, em outros países, e o conseqüente crescimento de simpatizantes, o ICOM permitiu,

³⁹ Estes teóricos, posteriormente com as transformações ocorridas na década de 1980 que resultaram na criação do movimento pela nova museologia, reviram seus conceitos. Bellaigue em estudos pós nova museologia não só incorporou os novos conceitos, ecomuseu, museu integral, como também evidenciou a dimensão política e social do que se convencionou chamar de “museologia social”. BELLAIGUE, M. *22 ans de réflexion muséologique a travers le monde. Cahier d'Étude/Study Series*. Comité International de ICOM pour La museologie. 8: Paris, 2000.

anos mais tarde, que o MINOM fosse reconhecido e incorporado como uma seção da entidade.

Outro evento que não pode deixar de ser mencionado é o Seminário “A Missão do Museu na América Latina Hoje: novos desafios”, ocorrido em Caracas, Venezuela, em 1992. Neste encontro, reafirmaram-se os avanços obtidos a partir dos encontros anteriores, da mesma forma, buscaram atualizar os conceitos propostos vinte anos antes na Declaração de Santiago do Chile, agora sob a luz do novo contexto político, social e econômico pelo qual atravessava o continente.

Segundo Parreiras Horta, representante brasileira nesse encontro, ao se reavaliar os pressupostos da reunião de Santiago, percebeu-se que, apesar dos avanços e novidades que aquele Encontro havia deixado como herança para as transformações que se seguiram no universo museal, a perspectiva de intervenção social, por parte dos museus junto à comunidade, seguia ainda uma relação monológica. Assim, partia do museu, a iniciativa de intervenção na realidade social. A Declaração de Caracas, ainda que não tenha explicitado o termo, propôs a transformação do museu integral em um museu integrado. O novo tripé conceitual, propagado pelo MINON, “território, patrimônio, sociedade”, serviu de base para as conclusões do encontro. O museu, segundo Horta, passaria a servir como:

[...] “ um “meio” de comunicação, reconhecendo-se sua linguagem própria, entre os elementos desse triângulo, servindo de instrumento de diálogo, de interação das diferentes forças sociais (sem ignorar nenhuma delas, inclusive as forças econômicas e políticas)” [...]. (BRUNO, 1995, p.35)

Mesmo reconhecendo os avanços e a abertura metodológica, proporcionadas pelas novas e diversas práticas e iniciativas no campo museológico, assim como, os resultados das reflexões dos diversos encontros, como os mais significativos que resultaram na criação do MINOM e, conseqüente influência nos museus contemporâneos, é factível constatar que ainda existe um longo caminho a percorrer entre o sonho almejado pelos teóricos e a realidade dos museus existentes.

As transformações pelas quais passou a museologia nas últimas décadas do século XX, estruturando-a como uma disciplina acadêmica e ciência aplicada, dentro das Universidades também proporcionou uma melhora considerável na formação de inúmeros profissionais que passaram a atuar, nos diversos museus do mundo.

Enquanto que na Europa a formação de museólogos acontecia na pós-graduação, no Brasil, privilegiou-se a formação na graduação. O primeiro curso, voltado para formação de

profissionais de museus no país, foi criado em 1932, por Gustavo Barroso, dentro do Museu Histórico Nacional. Este curso tinha um caráter técnico, espécie de curso profissionalizante e, durante décadas, até 1979, formou grande parte dos trabalhadores, transformados em museólogos, posteriormente, quando ocorreu a regulamentação dessa profissão na década de 1980.

Waldisa Rússio Guarnieri, no final da década de 1970, mesmo enfrentando resistência dos museólogos vinculados aos cursos de graduação então existentes naquele período no país, criou o primeiro curso de especialização em museologia. Segundo Cristina Bruno:

[...] quando ela elaborou o projeto do curso, no final dos anos 70, estava em consonância com uma tendência internacional, que eu acho que perdura até hoje, que é pensar a museologia como uma formação de pós graduação na medida em que a gente entende a museologia como uma disciplina aplicada, então, enfim, é todo um procedimento que se aplica a uma formação básica. Então a Waldisa, isto foi muito inédito no Brasil, na época, porque nós tínhamos somente dois cursos de graduação e naturalmente isto causou uma reação. Acho que um outro aspecto da reação é que a Waldisa sempre teve um olhar bastante acadêmico, bastante científico em relação à museologia e isso causava um certo espanto naquela época. Seja como for, por tradição ou não, esses anos todos, São Paulo [...] acabou optando pela pós graduação.⁴⁰

O curso, criado por Waldisa, denominado “Especialização em Museologia”, teve como sede a Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A duração do curso era de três anos e durou uma década.⁴¹ Posteriormente, foi organizada uma especialização em museologia junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

Quando ocorreu a regulamentação da profissão, em 1984, os profissionais formados em outras áreas, mas que atuavam nos museus a mais de cinco anos exercendo atividades técnicas relacionadas à museologia, devidamente comprovadas, puderam solicitar junto aos Conselhos Regionais de Museologia o registro, em carteira de trabalho, como museólogos. Muitos desses novos museólogos, além de não contarem com uma formação de graduação em Museologia, detinham um conhecimento limitado na área, advindo, geralmente, da participação em eventos, congressos e/ou oficinas de treinamento, realizados no país, mas que não eram suficientes para consolidar sua formação.⁴²

⁴⁰ Depoimento de Cristina Bruno (2013)

⁴¹ Com a morte de Waldisa o curso, após alguns anos, foi fechado.

⁴² A regulamentação da profissão de museólogo foi oficializada pela Lei n.7.287 de 18/12/1984. No caso do MHL, três profissionais, dois historiadores e uma pedagoga [Olímpio Westphalen, Maria Darci Lombardi e Zuleika Scalassara], solicitaram e obtiveram, na época, o registro da profissão.

A falta de uma formação mais consistente e especializada comprometeu e/ou tornou deficitária, em muitos casos, a atuação desses profissionais em inúmeros museus. Os avanços e debates proporcionados pelo movimento da nova museologia demoraram muito para se fazer chegar aos museus. É factível afirmar que mesmo em pleno século XXI, com exceção das principais capitais e cidades onde existem cursos de graduação e de pós-graduação na área de Museologia, a grande maioria dos museus, especialmente nas cidades do interior, ainda, não dispõe de museólogos ou profissionais especializados. Esse déficit de profissionais contribui, e muito, para que grande parte dessas instituições mantenha uma prática museal conservadora e tradicional.

1.4. - Os historiadores e os museus

Os museus em seu processo histórico de formação, como já explicitado anteriormente, apresentou uma crescente diversificação e especialização de seus respectivos acervos: museus de história natural, histórico, de arqueologia e etnologia, de ciências e tecnologia, dentre outros. Esta multiplicidade temática transformou os museus do mundo contemporâneo, em espaços inter e transdisciplinares. Museólogos, historiadores, antropólogos, biólogos, físicos, químicos, sociólogos, linguistas, dentre outros profissionais, tornaram o território museal também, em seu espaço profissional.

Os historiadores, especialmente a partir do século XIX, quando a História se transformou em disciplina universitária na Europa, foram estimulados pelos governos dos novos Estados nacionais, espalhados pelo mundo, a pesquisarem e escreverem sobre a história de seus respectivos países. A necessidade de consolidar estes novos países passava pela construção de referências identitárias nacionais. Território, língua e um passado comum faziam parte de um pacote de premissas que visavam dar legitimidade a esse processo. Os historiadores, muitos deles vinculados a sociedades de pesquisa, institutos, particulares ou estatais, passaram a fazer levantamentos de documentos, a estruturar museus e arquivos históricos, bibliotecas, com o objetivo de, por meio dessas fontes textuais e artefatos da cultura material, documentar o passado do país.

Este período foi marcado pelo trabalho dos chamados historiadores românticos, os quais se caracterizavam por uma volta ao passado com nostalgia, em busca do espírito de cada povo. Esta prática historiográfica partia ao encontro das necessidades dos nacionalismos tão

caros à formação dos Estados nacionais. Em contraposição a esta forma de construir a História, historiadores alemães, que tinham em Leopold Ranke, seu grande expoente, defendiam a necessidade da transformação da História em uma ciência, tal qual, as chamadas ciências exatas. Esta busca pela cientificidade da História abriu espaço para que muitos historiadores se identificassem com a filosofia positivista criada por Auguste Comte.

Na França, em 1897, os historiadores Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos lançaram um manual intitulado *Introduction aux études historiques*.⁴³ Este manual se transformou em uma espécie de guia metodológico para muitos historiadores adeptos à chamada escola metódica. Estes historiadores buscavam, no final do século XIX, a constituição da História como disciplina científica. Segundo o manual era responsabilidade dos historiadores a busca pela “verdade” no passado.

A metodologia positivista pressupunha uma crítica rigorosa às fontes históricas. Pesquisar a procedência, autenticidade e veracidade dos documentos eram etapas essenciais para se construir a História. Segundo a escola metódica, a História se constituía a partir do encadeamento de fatos históricos dentro de uma relação de causas e consequências. Dentro dessa perspectiva deveriam ser privilegiados os acontecimentos isolados, especialmente aqueles relacionados aos grandes heróis e feitos políticos, grandes batalhas, questões relacionadas aos homens públicos que se destacavam na sociedade. Este pensamento historiográfico positivista teve grande influência na prática e orientação conceitual dos museus históricos no final do século XIX e em grande parte do século XX.

No Brasil a forte herança da museologia tradicional tem suas raízes ainda no século XVIII, onde a chamada história oficial era produzida por cronistas, muitos deles, contratados pela monarquia portuguesa com o objetivo de escrever sobre a história do país.⁴⁴ No século XIX as pesquisas relacionadas à História eram realizadas dentro das chamadas sociedades históricas, dos institutos e academias por representantes da aristocracia imperial, como barões, marqueses e membros do poder executivo e legislativo.

Como já apresentado, a vinda de D. João VI ao Brasil proporcionou a efetivação de inúmeras iniciativas preservacionistas como a criação de instituições de memória e acadêmicas. Historiadores autodidatas, muitos deles ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acabaram sendo convidados para dirigir órgãos ligados à memória.

⁴³ Tradução: “Introdução aos estudos históricos”.

⁴⁴ Neste período as Câmaras Municipais contratavam o serviço de cronistas para registrar, a partir do gênero narrativo, fatos das respectivas comunidades. BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 68.

No Brasil, um exemplo de relevância dessa influência positivista no mundo museal foi a atuação de Affonso d'Escragnolle Taunay, na direção do Museu Paulista. Como já referido Taunay era ligado ao IHGB. Ele chegou a publicar, em 1912, na Revista do IHGB-SP, um artigo “Os princípios gerais da moderna crítica histórica” em que apresentou o método histórico. Taunay, posteriormente, contou a um amigo que o artigo havia se originado de uma conferência proferida por ele, na qual ele resumia as questões metodológicas do livro de Langlois e Seignobos. (BREFE, 2005, p. 68)

A perspectiva positivista da chamada Escola Metódica, também teve grande influência nos meios acadêmicos no Brasil. Em diversas Universidades e Faculdades, o pensamento positivista ganhou adeptos influenciando na formação de muitos historiadores durante grande parte do século XX. Os principais museus brasileiros tiveram, entre seus diretores, historiadores que se identificavam com a Escola Metódica. A visão ufanista e comemorativa dos grandes personagens e fatos históricos determinou, em muitos museus, principalmente nos museus locais do interior, o conceito de acervo e de abordagem histórica por eles apresentados em suas exposições.

Mesmo os chamados museus universitários, muitos deles criados nas décadas de 1970 e 1980, demoraram para rever suas práxis museológicas, especialmente, a partir da chegada das novas abordagens e perspectivas, que outras correntes historiográficas, como o marxismo e os *Annales* trouxeram para o debate acadêmico no país nas últimas décadas do século XX.

Essas novas correntes historiográficas, desenvolvidas ao longo do século XX, demoraram um pouco para se fazerem presentes na maioria dos cursos universitários do país. Com o aumento dos cursos de pós-graduação na área das chamadas ciências humanas o debate acadêmico passou a ser mais plural. Muitas certezas, que até então eram hegemônicas, passaram a ser criticadas. Arquivos, museus e monumentos, começaram a ser vistos com outros olhos.

A perspectiva de ver a história à contrapelo, penetrando nas saliências do passado em busca dos silêncios, trouxe para o debate acadêmico novas perspectivas de análise, novos personagens, temas, enfocando os chamados excluídos da história. Os acervos e narrativas museográficas passaram também, por extensão, a serem questionados. Afinal, para quem eram direcionados os holofotes da memória coletiva? Tradicionais repositórios das memórias dos grupos dominantes, os museus e arquivos passaram a ser pressionados a reverem suas práticas, oxigenar seus acervos, torná-los mais plurais.

O Museu Histórico de Londrina concebido dentro uma Faculdade no final da década de 1960 e, posteriormente, consolidado em uma Universidade com uma ligação acadêmica

junto a um departamento de História, é um bom exemplo de como as perspectivas historiográficas influenciam na arquitetura conceitual dos museus. Os discursos históricos produzidos pelos museus, materializados por meio de seus acervos e modelos de comunicação museográfica, são o reflexo das lutas e embates entre grupos antagônicos, tanto na sociedade como também na própria academia.

CAPÍTULO 2: O GRANDE CENÁRIO: LONDRINA E SEUS MITOS FUNDADORES

Para que se possa compreender o universo simbólico do MHL, assim como, os temas que nele foram celebrados e ou silenciados, antes, é preciso conhecer alguns aspectos da história da cidade de Londrina. Seu processo de colonização, desenvolvimento e auge sob a economia cafeeira, a busca por um perfil moderno e principalmente a relação da cidade com seu passado, suas políticas públicas de patrimônio e principalmente a construção e consolidação, no plano das representações sociais, de seus mitos fundadores, a CTNP e o chamado pioneirismo.

2.1 - Londrina: de “boca do sertão” à pequena metrópole do interior

Falar ou escrever sobre a história de Londrina é praticamente o mesmo que falar da história do Norte do Paraná.⁴⁵ Até meados do século XIX, esta região era considerada como vazio demográfico.⁴⁶ Apesar do discurso oficial, de vazio populacional, na grande floresta, de mata fechada, habitavam grupos indígenas, posseiros e caboclos. Para a história oficial londrinense,⁴⁷ ainda que em séculos anteriores ela tenha sido espaço de reduções jesuíticas, de

⁴⁵ O conceito *norte do Paraná* enquanto um espaço homogêneo, com relação ao processo de sua ocupação, é questionado. Segundo Tomazi esta região teve diversas denominações de acordo com as diversas ocupações, porém, a que ficou consagrada, já no século XX, a dividiu em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Sendo o Norte Velho referente à área ocupada no final do séc. XIX e início do XX, onde estão situadas as cidades de Tomazina, Jacarezinho, Cambará, Cornélio Procópio, Bandeirantes, etc.; O Norte Novo que compreende a maioria das terras colonizadas pela CTNP, onde se encontram as cidades de Londrina, Apucarana, Araçongas, etc.; E o Norte Novíssimo correspondente à área noroeste do Paraná e que tem como cidades polo Maringá, Paranavaí, Umuarama, etc.. (TOMAZI, 1997, p.126) No final do séc. XX e início do XXI estas divisões, relacionadas aos diversos processos de ocupação, caíram em desuso e a expressão Norte do Paraná se afirmou como hegemônica principalmente como referência às demais regiões do Paraná.

⁴⁶ No espaço territorial, hoje denominado Norte do Paraná, há muitos séculos atrás, já existiram vários grupos indígenas: Xetás, Guaranis e Kaingáng. O primeiro contato do branco com os indígenas ocorreu com o início da colonização espanhola, por volta do século XVI. Há registros da existência de reduções jesuíticas espanholas, posteriormente destruídas pelas incursões de bandeirantes paulistas. A partir dos séculos XVIII e XIX há evidências da existência de posseiros, bem como de grupos indígenas remanescentes na região. Para muitos pesquisadores, a chamada ocupação branca da região é, na verdade, uma reocupação desse espaço. Mesmo com todas estas referências a história oficial da cidade prioriza o final do século XIX, que marca a chegada dos primeiros fazendeiros paulistas e mineiros à região como sendo o início da ocupação humana.

⁴⁷ Denomino de história oficial sobre Londrina as diversas publicações, crônicas, álbuns comemorativos e alguns trabalhos da academia que, em comum, buscaram construir uma narrativa da história da região e de Londrina,

incurções de bandeirantes paulistas, esta região passou a existir, praticamente, somente a partir do final do século XIX e início do XX.

Uma primeira justificativa para a reocupação da região⁴⁸ teria sido a Lei de Terras de 1850, que transformou a região em área atrativa para investimentos. Segundo Cássio Vidigal (1969, p.63), logo após o ano de 1853, a região passou a receber sertanistas mineiros, fluminenses e paulistas. A chamada marcha do café, a busca por novas áreas de produção motivou fazendeiros paulistas a comprar terras no norte paranaense, fugindo, dessa forma, das restrições que os Estados produtores estavam sofrendo:

Com a crise da superprodução e a consequente baixa dos preços do café no mercado internacional, as elites cafeeiras dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro assinaram o Convênio de Taubaté visando adotar medidas restritivas ao aumento da produção. Como o Paraná, devido à pequena produção, não fez parte do acordo, as terras situadas à esquerda do rio Paranapanema, divisa do Estado de São Paulo com o Paraná, tornaram-se atrativas para alguns fazendeiros paulistas que queriam continuar expandindo seus negócios. A implantação e consolidação dessas fazendas em terras paranaenses somente se viabilizou com a ampliação da ferrovia, estacionada em Ourinhos, até a cidade de Cambará. (LEME, 2005, p.16)

Somente no século XX, mais precisamente a partir de 1919, que a vasta região situada no norte paranaense passou a ser ocupada dentro dos moldes capitalistas, similares aos que haviam sido implantados no oeste paulista, isto é, produção da monocultura cafeeira, visando prioritariamente atender a demanda do mercado externo.

A continuidade da expansão dessas fazendas de café, no Norte do Paraná, sofreu um grande revés quando da eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial. A crise econômica que perdurou até 1920, descapitalizou os fazendeiros que ficaram sem recursos para continuar com o trabalho de derrubada da mata e expansão da malha ferroviária, única forma rápida e segura de escoamento da produção na região. Este cenário proporcionou a abertura de espaço para a vinda de companhias colonizadoras, de capital privado, que se associaram aos fazendeiros, produtores de café. Por meio dessa parceria, conseguiram obter, junto ao governo do Estado do Paraná, a concessão de terras, a baixo custo, para implementação de seus negócios.

tendo como mitos-fundadores a CTNP e o ideário do pioneirismo. Estas publicações serão analisadas no decorrer do capítulo.

⁴⁸ Segundo TOMAZI (1997) a existência de grupos indígenas, sertanistas, caboclos e todo um processo de ocupação, realizado anteriormente, à chegada dos fazendeiros paulistas e mineiros, justifica nominar esta nova fase de ocupação, como reocupação do território.

Dentre elas destacou-se a Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa de capital inglês, subsidiária da *Paraná Plantations Syndicate*, com sede em Londres. Ela surgiu depois da vinda da chamada Missão Montagu ao Brasil, no ano de 1923. Essa missão contemplava interesses do governo brasileiro em atrair investimentos e novos capitais estrangeiros para o país. Segundo José Joffily (1985, p.41-45) a vinda desse grupo britânico estava vinculada a uma imposição dos credores ingleses ao governo brasileiro.

A CTNP adquiriu, entre os anos de 1925 e 1927, do governo estadual paranaense, 515.000 alqueires de terras, nas quais planejava investir na plantação de algodão. Visava com isso complementar e, até mesmo substituir, a produção desse produto já existente em colônias inglesas na África. Esta empresa adquiriu, em 1928, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, essencial não só para escoar a produção agrícola, bem como servir de elo de comunicação e meio de transporte dos migrantes e imigrantes que durante as décadas de 1920 a 1950, contribuíram para um crescimento populacional sem precedentes no Paraná.

Com a oscilação do mercado exportador do algodão no mercado internacional, a CTNP mudou de planos e transformou a região, naquela que seria uma das maiores produtoras de algodão do mundo, em um grande projeto imobiliário.

A premissa de seu negócio imobiliário consistia em priorizar a comercialização de pequenas propriedades, com preços acessíveis, direcionadas a pequenos agricultores. Os engenheiros e técnicos da Cia., ao elaborarem seus planos de colonização para essa área, idealizaram um projeto que previa a fundação de cidades-sedes distantes 100 km uma das outras, e pequenos núcleos urbanos entre essas cidades, situados de 15 em 15 km. A função desses seria a de servir como polos de abastecimento para os habitantes da zona rural. (LEME, 2005, p.17)

Para efetivar a colonização do seu território e dar início ao processo de demarcação de terras e lotes, a CTNP enviou uma caravana, em agosto de 1929, com técnicos e agrimensores, até a área que marcava o começo de suas terras. A caravana, antes de chegar ao local previsto, enfrentou uma difícil travessia do rio Tibagi e da mata fechada. Na clareira aberta, no local chamado de *marco zero* de Londrina, foram construídas as primeiras edificações: um almoxarifado que se transformaria em escritório da Companhia e um hotel para receber os futuros compradores de terras.

Dessa forma surgia Londrina⁴⁹, que por muitos anos se manteve como a sede da CTNP. Mesmo com a fundação de novas cidades, amparadas pela extensão da ferrovia, Londrina se desenvolveu como o principal polo urbano da região.⁵⁰

Objetivando atrair compradores para suas terras a CTNP não economizou em propaganda (figura 1). Utilizando-se de folhetos e matérias em jornais do Brasil e exterior evidenciou a fertilidade das terras, a ausência de saúvas, a alta produtividade e os preços baixos dos lotes a serem comercializados. Vendedores de terras foram contratados e espalhados pelo país em busca de possíveis compradores. Os estados de São Paulo, Minas e outras regiões do Paraná, pela proximidade foram os mais visitados. A CTNP não esqueceu nem mesmo dos analfabetos, alcançados pela propaganda via rádio e filmes. Na propaganda, Londrina e suas terras, eram idealizadas por meio de expressões que a transformavam em uma espécie de terra prometida, como: “Terra da Promissão”, a “Nova Canaã”, onde “em se plantando tudo dá” e também “onde se enriquecia da noite para o dia”.

A repercussão da propaganda movimentou corações e mentes no Brasil e até mesmo no exterior. Milhares de migrantes e imigrantes passaram a se deslocar em busca do *eldorado* paranaense. Segundo Arias (2008, p.15) a publicidade da Companhia atraiu:

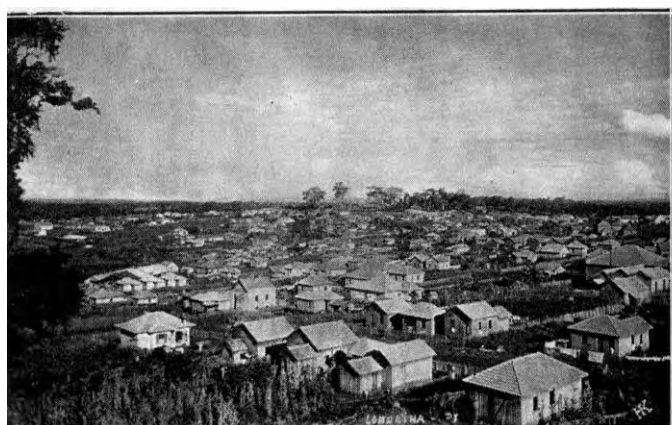
[...] uma grande e variada clientela: europeus que fugiam das convulsões políticas e sociais originadas pela consolidação da União Soviética, pela ascensão do nazismo e do fascismo, pela guerra civil espanhola, e também, camponeses expropriados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo europeu. A propaganda atraiu também brasileiros de todos os Estados, mas especialmente do centro-sul (São Paulo e Minas) e do nordeste, os grandes focos de tensões econômicas e sociais do período. E quando vieram, fixaram-se predominantemente no campo.

Em poucos anos uma vila de casas de madeira surgiu no meio da floresta. Para muitos que chegavam, ainda que se confirmasse a fertilidade das terras, seus preços baixos, a esperança de uma vida nova, contrastava com a dura realidade de uma vila *boca de sertão*. A dependência de estradas de terras, intransitáveis em épocas de chuvas, a poeira da terra roxa, em dias de seca, a pouca variedade de alimentos, transformava o sonho de muitos compradores em pesadelo.⁵¹

⁴⁹ O nome Londrina foi sugerido por João Sampaio, advogado dos ingleses, então diretores da CTNP, até 1930, como forma de homenagear a cidade de Londres, cidade-sede do empreendimento inglês. Em 12/06/1967 ele foi homenageado, pela Câmara Municipal de Londrina, com o título de cidadão honorário.

⁵⁰ A ferrovia chegou a Londrina em 1935. A história da expansão da ferrovia e a construção da estação que, no futuro, se transformaria na sede do Museu Histórico de Londrina - MHL será apresentada no capítulo 3.

⁵¹ A precariedade das estradas contrastava com a propaganda da CTNP (figura 1) que anunciava em seu terceiro tópico de vantagens a existência de “boas estradas de rodagem”. Londrina e região, com a chamada “Revolução



Vista parcial da cidade de LONDRINA

SINTA A ALEGRIA DE VIVER E PROSPERE NO NORTE DO PARANÁ

PARA que se possa bem ajuisar das possibilidades incensuráveis do Norte do Paraná, á presente data (Agosto, 1941) é preciso "vêr para crer" ou, então, ter conhecido outras terras e confronta-las. Na realidade terras tão produtivas, dificilmente se encontram. Daí o êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da America do Sul, cujas vendas, atingiram 76.000 alqueires! Proprietaria de uma área de 500.000 alqueires (1.200.000 hectares) de terras fertilíssimas, adequadas para qualquer cultura, situadas nas bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivaí, no Norte do Estado do Paraná, judicialmente divididas e todas adquiridas diretamente do Estado do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná oferece, por todas as razões, as melhores vantagens, tais como:

- 1.º TITULOS DE DOMINIO ABSOLUTAMENTE SEGUROS;
- 2.º FERTILIDADE E SALUBRIDADE;
- 3.º ESTRADA DE FERRO E BOAS ESTRADAS DE RODAGEM;
- 4.º AGUA DE UMA PUREZA INVULGAR.

O testemunho insuspeito e entusiasta dos ditos compradores de nossas terras, constituem a comprovação incontestável das nossas afirmações.

Cia. de Terras Norte do Paraná

Sociedade Anonima, com sede em LONDRINA, Estado do Paraná, Brasil.
Capital realizado Rs. 18.500.000\$000.

Solicitem informações no seu escritório em São Paulo à
RUA SÃO BENTO N.º 329 — 8.º andar — Caixa Postal 2771.

Nota-Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

Figura 1 Propaganda da Cia. de Terras Norte do Paraná - [década de 1930] - acervo CDPH

Aos poucos a cidade foi se estruturando e teve um rápido crescimento, populacional e econômico, justificados por ser a sede administrativa da CTNP. Mesmo fundando novas cidades e núcleos urbanos, todos os compradores precisavam passar por Londrina. Este crescimento chamou a atenção e surpreendeu muitos viajantes que por lá passaram, como Claude Lévi-Strauss (2000, p.112-114) que se surpreendeu com o processo racional de colonização e de estruturação das cidades em meio à mata fechada:

No momento que cheguei ao Brasil, a região estava se abrindo, principalmente sob a influência de uma empresa britânica que obtivera do governo a cessão inicial de 1,5 milhão de hectares em troca do compromisso de construir estradas e ferrovias. Os ingleses propunham-se a revender o território, em lotes, aos emigrantes vindos, sobretudo, da Europa Central e

Constitucionalista” de São Paulo, em 1932, também se viu isolada, sofrendo com o desabastecimento de alimentos e mercadorias. A ferrovia chegou a ficar paralisada por três meses durante o conflito.

Oriental [...] Nesses quadriláteros de maneira arbitrária cavados no coração da floresta, as ruas em ângulo reto são, de início, todas parecidas: traçados geométricos, privados de qualidade própria. Entretanto, umas são centrais, outras periféricas; algumas são paralelas e outras perpendiculares à via férrea ou à estrada; assim, as primeiras estão no sentido do tráfego, as segundas o cortam e o interrompem. O comércio e os negócios escolherão as primeiras, necessariamente com grande freguesia; e, por motivo inverso, as residências particulares e certos serviços públicos preferirão as segundas, ou a elas serão relegados.

Lévi-Strauss também chamou a atenção, em seu relato, do deslumbramento de muitos estrangeiros, recém-chegados à região, com relação à fertilidade da terra:

Por ora, os emigrantes só pensavam nas árduas alegrias da abundância: famílias pomerânicas ou ucranianas – que ainda não haviam tido tempo de construir uma casa, dividindo com seus animais um abrigo de tábuas à beira do riacho – cantavam essa gleba milagrosa cuja impetuosidade precisaram inicialmente domar, qual a de um cavalo selvagem, para que o milho e o algodão frutificassem em vez de se perder numa vegetação luxuriante. Um lavrador alemão chorava de alegria ao nos mostrar o pequeno bosque de limoeiros nascido de uns poucos caroços. Pois esses homens do norte não estavam apenas perplexos com a fertilidade, mas talvez, mais ainda, com a estranheza das culturas conhecidas somente pelos contos de fadas. (2000, p. 112-114)

Com as primeiras colheitas a CTNP também aproveitou para ilustrar suas propagandas com fotos de alemães, japoneses, dentre outros grupos de estrangeiros, radicados em Londrina e região, para aguçar o interesse de futuros compradores das terras ainda disponíveis.

Londrina foi transformada em município em 1934. Em 1938 foi transformada em Comarca, deixando de pertencer à Comarca de Jataí. Para ocupar a prefeitura de Londrina foi nomeado, pelo então interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas, como primeiro prefeito, Joaquim Vicente de Castro. Esta nomeação gerou um conflito de interesses entre a CTNP e o poder instaurado.

A CTNP, que até então era o centro político, econômico e social da cidade, a qual havia criado, se sentiu alijada do poder político municipal. Iniciou-se uma campanha, liderada pelo Partido Social Democrático (PSD) e diretores da Companhia por meio do jornal Paraná Norte,⁵² exigindo a saída do prefeito nomeado. A pressão deu resultado. O prefeito Joaquim Vicente de Castro ficou no poder de dezembro de 1934 até maio de 1935. Foi substituído pelo prefeito eleito Willie Brabazon Davids que acumulou, junto de seu mandato, o cargo de

⁵² O jornal Paraná Norte foi o primeiro jornal de Londrina. Dirigido por H. Puigari Coutinho este periódico era subvencionado pela CTNP. Considerado porta voz dos interesses da Cia., bem como um de seus maiores veículos de propaganda.

diretor da CTNP. Esta fusão entre interesses públicos e privados, no poder municipal, durou até o ano de 1940.

Em 1944 ocorreu a nacionalização da CTNP. Diversos fatores influenciaram na decisão dos ingleses de se desfazerem dos investimentos no país: o governo de Vargas havia onerado, com pesados impostos, os capitais estrangeiros no Brasil bem como proibido de que grupos estrangeiros tivessem a posse de terras; os gastos com a guerra fez com que a Inglaterra obrigasse suas companhias a repatriarem seus capitais, investidos nos exterior e a queda progressiva do número de vendas de terras na região.

A Companhia de Terras foi adquirida por um grupo paulista, Vidigal e Mesquita. No mesmo período ocorreu a incorporação da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná pela Rede Viação Paraná - Santa Catarina, pertencente ao governo federal.⁵³ Anos mais tarde, em 1951, a Companhia passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a normalização do comércio mundial o preço do café não parou de subir. Este fato provocou uma rápida e progressiva recuperação da economia cafeeira. A expansão dos cafezais, na região, impulsionou a economia. Londrina rapidamente se transformaria, na década de 1950, na chamada capital mundial do café.

A riqueza gerada pelo ouro verde contagiou as elites locais. A cidade virou um grande canteiro de obras. O discurso de uma cidade moderna contagiou os londrinenses:

Regado pelo rico dinheiro das safras de café, o espaço urbano londrinense conheceu uma verdadeira revolução arquitetônica. Prédios foram erguidos na área central, dando à cidade contornos de metrópole do interior. Na Avenida Higienópolis, projetada com ruas largas e reservada, desde os primeiros anos da colonização, como área nobre, diversas mansões, verdadeiros símbolos de poder, foram sendo construídas e ocupadas por representantes da elite econômica local. Arquitetos de renome, vinculados ao movimento modernista, foram convidados e trazidos à cidade. Eles foram responsáveis por grandes obras arquitetônicas que maquiaram a cidade com as cores da modernidade. João Batista Villanova Artigas, um dos maiores expoentes dessa corrente arquitetônica no país, assinou projetos de vários edifícios famosos da cidade, como a Casa da Criança, o Edifício Autolon, a Estação Rodoviária e, em conjunto com Carlos Cascaldi, o Cine Ouro Verde, que na época, significou a última palavra em casa do gênero; dotado de ar refrigerado e mobiliário de alto luxo, era o orgulho das elites locais. (LEME, 2005, p.40-41)

A modernização urbana provocou outras mudanças no cotidiano da população. As antigas carroças e charretes deram lugar aos automóveis; prédios antigos e casas de madeira

⁵³ Segundo ARIAS NETO (2008, p. 58) essa incorporação, ocorrida em 1944, já havia sido oficialmente prevista em 1939, por meio de um decreto de Getúlio Vargas.

foram demolidos para dar lugar aos prédios modernos, causando perdas irreversíveis ao patrimônio histórico da cidade.

Mas Londrina, que teve seu projeto de cidade, do início da colonização, comparado às chamadas cidades-jardim inglesas, viu crescer, como passar dos anos, em suas margens urbanas, certas ervas daninhas, que evidenciavam o outro lado do progresso. Os excluídos do banquete da modernidade e da riqueza econômica engrossavam a periferia da cidade. A mendicância, os assaltos, o movimento na zona boêmia de prostituição da cidade transformaram-se em problemas para a administração pública que, por meio de um conjunto de leis, de normatização urbana, e do aparato repressivo da polícia, buscou a seu modo controlar a presença desses indesejados no espaço citadino.⁵⁴

2.2 - O Jubileu de Prata: inventando e celebrando tradições

No final da década de 1950, Londrina e região, passaram a enfrentar uma crise econômica. A queda do preço do café no mercado internacional, devido à superprodução e principalmente pelos danos causados pelas geadas, trouxeram muitos prejuízos aos cafeicultores. Em 1958 eles organizaram a chamada Marcha da Produção. O movimento exigia a extinção do confisco cambial pelo governo federal, e, ao mesmo tempo, a implantação de políticas assistenciais para com os trabalhadores do campo, que, com a crise, passavam um processo de pauperização. A intransigência do governo federal e ameaça de repressão fizeram com que a marcha fosse suspensa. Mesmo assim alguns grupos seguiram para a capital federal, porém foram barrados no caminho por tropas do governo.

Mesmo com este cenário de crise a cidade não deixou de comemorar seu jubileu de prata. Mais ainda, transformou a data em um verdadeiro marco para a história da cidade.⁵⁵ As comemorações se notabilizaram por monumentalizar a história da cidade, forjando e inventando tradições.

A comissão, formada para organizar os festejos, tinha como presidente Aristides de Souza Mello, diretor da CMNP. Mais uma vez a proeminência da Companhia marcando presença, e com destaque, neste evento importante para a cidade, confirmava, mais uma vez,

⁵⁴ Para um maior aprofundamento sobre a história da zona de prostituição em Londrina ver (BENATTI, 1997) e (LEME, 2005); E sobre a história do controle policial na cidade ver (ROLIM, 1999).

⁵⁵ A crise da cafeicultura que se iniciou no final da década de 1950 e se aprofundou na década de 1960 teve alguns períodos de retomada. Durante o ano de 1959, coincidentemente, ocorreu uma alta nos preços do café.

seu poder de influência na esfera pública. Inúmeras atividades cívicas e sociais foram programadas para acontecer durante o ano do jubileu. Dentre elas destacaram-se: a criação e divulgação dos símbolos do município – brasão, bandeira e hino, lançamento de livros comemorativos, o baile do Jubileu, organizado pelas senhoras rotarianas em um clube social da cidade e as festas realizadas nos dias 09 e 10 de dezembro e a inauguração de um monumento, em formato de painel de azulejos, com imagens da Londrina de 1934 e a de 1959.

Os símbolos do município foram instituídos pela Lei nº 508 de 27/11/1959. A bandeira, elaborada por Guilherme de Almeida⁵⁶, toda vermelha, simbolizando a cor da terra e a fertilidade, com quatro estrelas de prata, dispostas em forma de cruz, simbolizando o Cruzeiro do Sul. Em interpretações mais ufanistas estas estrelas são interpretadas como sendo os quatro continentes, de onde vieram os pioneiros.⁵⁷



Figura 2 Bandeira do Município de Londrina

O brasão (figura 3), também criado por Guilherme de Almeida apresenta um escudo prata, espécie de reverência aos descobridores portugueses, tendo em seu interior uma cruz vermelha com quatro estrelas. Esta cruz, vermelha, é uma clara homenagem à Companhia inglesa que iniciou o processo de colonização da cidade. No canto superior direito, para dar ênfase à força econômica da agricultura, na economia do município, a figura de um arado de sable. No alto uma coroa mural dourada, com quatro torres. Nas laterais do escudo, dois ramos de café, frutificados, símbolo maior da riqueza da cidade. Na parte de baixo a inscrição

⁵⁶ O poeta Guilherme de Almeida participou do movimento de 1922. Modernista e nacionalista, “buscava nos mitos e valores regionais, elementos capazes de operar a unidade nacional.” (ARIAS NETO, 2008, p. 169)

⁵⁷ A cor vermelha, da bandeira, seria motivo de debates, durante o regime militar, pós-1964, por evocar, segundo alguns, o perigo vermelho do comunismo.

em latim: “*Prompte Labore Progredior*”, ou seja, “pelo trabalho progredido rapidamente”. Esta inscrição seria posteriormente, em 1981, alterada pelo professor Arthur Luponi, sendo substituída por “Londrina” ao centro e as datas “03/12/1934” e “10/12/1934”, respectivamente datas da criação e instalação do Município.



Figura 3 Brasão do Município de Londrina

Os dois símbolos, brasão e bandeira, criados por Guilherme de Almeida, evocavam e reverenciavam a origem britânica da cidade. O brasão, pela semelhança, foi inspirado no escudo da cidade de Londres. Em seu Memorial Descritivo o autor buscou justificar a conexão entre passado e presente, tradição e modernidade, tão celebrados e monumentalizados nas comemorações do jubileu de prata londrinense:

Tradição e modernidade – esses os dois extremos entre os quais se situam os emblemas heráldicos ora escolhidos para a cidade de Londrina. Tradição extrínseca: invocação à velha capital da Inglaterra, que à nascente cidade – milagre do Brasil – deu a nobre benção do nome e as generosas sementes de prosperidade. Atualidade intrínseca: esse jato febril de civilização moderna, que em apenas vinte e cinco anos se eleva à altura das mais pujantes cidades do país. Assim, conjuradas, tradição e modernidade inspiraram a essência e forneceram os elementos todos do Brasão de Armas que este memorial define.⁵⁸

O hino, com letra de Francisco Pereira Almeida Junior e música do maestro Andréa Nuzzi, celebra uma “cidade de braços abertos / a todos os filhos do nosso Brasil / E a todos

⁵⁸ Memorial descritivo e justificativo do Brasão, anexado à Lei 508/59. Livro de Leis do Município de Londrina. Londrina: Câmara Municipal, 1959.

aqueles de pátrias distantes”.⁵⁹ A realidade demonstrou que nem todos eram assim tão bem-vindos. Para escolha da música do hino a prefeitura promoveu um concurso, em 1958, de abrangência nacional, com divulgação nos principais jornais do eixo Rio-São Paulo.

Ainda dentro das festividades a prefeitura encomendou um monumento na forma de um grande painel de azulejos, para homenagear o jubileu da cidade. O painel retrata a cidade de Londrina em duas fases de sua história. A pequena cidade, ainda cercada pela floresta, no ano de 1934 e a Londrina moderna, com seus edifícios, do ano de 1959. Dividindo as duas imagens o brasão do município. O painel foi instalado no antigo prédio da Câmara dos Vereadores. Quando houve a demolição do prédio o painel foi seriamente danificado. Posteriormente, em 1981, foi reconstruído, por alunos da Universidade, e, atualmente encontra-se afixado no campus da UEL, em frente à Biblioteca Central.



Figura 4 Painel do Jubileu de Prata de Londrina⁶⁰

Desses festejos as questões mais relevantes, que terão relação direta com o perfil de constituição do MHL, foram suas produções discursivas. Livros e artigos celebrativos que buscaram construir uma identidade histórica para a cidade. Dentre eles destacam-se dois livros: “Londrina, 25 anos da sua História” e “Londrina no seu Jubileu de Prata: documentário histórico”.

⁵⁹ Versos de abertura do hino do município de Londrina. Lei nº 508 de 27/11/1959. Francisco Pereira Almeida Junior foi escritor e comerciante de café, filho de cafeicultores do Vale do Paraíba, radicado em Londrina desde 1937 (ARIAS NETO, 2008, p.177).

⁶⁰ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012. Monumento localizado no campus da UEL.

No livro *Londrina: 25 anos de sua História*, o autor, Humberto Puigari Coutinho, que foi diretor do jornal Paraná Norte, periódico financiado e porta-voz da CTNP, buscou reafirmar a grandiosidade de Londrina a partir da história de sua colonização.

Dividido em três partes o livro apresenta, em seu primeiro capítulo, a já tradicional história da colonização da cidade. A ênfase recai sobre o papel da CTNP e seus trabalhadores, pioneiros, na construção da futura Londrina. O segundo capítulo é reservado às biografias dos homens, selecionados pelo autor, que tiveram papel fundamental na formação e desenvolvimento do chamado *Norte Novo*. Com fotografias o autor apresenta a história dos políticos mais antigos e dos homens de ponta da CTNP. Todos eles, assim como Coutinho, fizeram parte desse grupo que esteve, na década de 1930, a frente do poder na cidade. O autor ignorou, nesta obra, os dirigentes que comandavam a cidade quando da publicação do livro, bem como os empresários e produtores de café. Por não pertencer ao grupo político que estava no poder naquele momento, na cidade, sua obra não recebeu apoio, nem divulgação nos principais jornais da cidade. O livro acabou tendo pouca repercussão. Mesmo assim se incorporou ao grupo de publicações celebrativas da história tradicional da cidade.

Já o livro *Londrina no seu Jubileu de Prata: documentário histórico*, dos jornalistas Gustavo Branco e Fideli Mioni, contou com o apoio para divulgação do Jornal Folha de Londrina, principal jornal da cidade. Gustavo Branco era proprietário da revista *Realizações Brasileiras* e tinha prestígio junto às elites cafeeiras da cidade. Ainda que o título destacasse o Jubileu, ele só foi publicado em 1960.

Além de relatar, em detalhes, os eventos sociais e cívicos, acontecidos durante o ano do Jubileu, o livro fez uma radiografia socioeconômica da cidade. Os diversos setores produtivos, especialmente a cafeicultura e a pecuária, foram destacados. E, diferentemente do livro publicado por Coutinho, neste, os grandes empresários e cafeicultores tiveram sua biografia destacada. Mas os pioneiros e a CMNP também não deixaram de ser referenciados.

A obra contemplou Londrina, como cidade moderna, com inúmeras fotos e textos que buscaram estabelecer uma ligação entre seu presente, calcado no desenvolvimento e riqueza da cafeicultura, e o seu passado, fruto do projeto de colonização da CTNP e do trabalho e conquista dos “desbravadores pioneiros”. Os autores tinham prestígio junto ao poder local e às elites, tanto agrária, cafeicultores, quanto urbana, comerciantes e industriais. Diferentemente da simplicidade da obra de Coutinho que tinha 165 páginas, o livro de Branco e Mioni, foi todo impresso em papel couchê, com 376 páginas, em tamanho 30 x 22 cm. A

capa do livro, com o Brasão de Armas do município, lhe deu um caráter de publicação-monumento da história da cidade.⁶¹

Se na publicação de Coutinho o saudosismo da primeira década de colonização da cidade é celebrado e os principais homenageados estão ligados à CTNP, na obra de Branco & Mioni, a elite cafeeira é a grande protagonista da história. Reunindo as obras, as festividades, a criação dos símbolos cívicos, podemos considerar que o Jubileu de Prata consolidou, no ideário da memória pública, uma história de Londrina como fruto da colonização racional, implantada pela CTNP. Colonização essa que só foi possível, segundo as publicações, graças à perseverança dos seus pioneiros que, por meio do trabalho, conseguiram vencer as dificuldades dos primeiros anos e enriquecer nas terras roxas do Norte do Paraná.

Ao mesmo tempo, como documentado na obra de Branco e Mioni, as chamadas elites, política e econômica, das décadas de 1940 e 1950, também passaram a integrar o panteão da história local, não só como herdeiros do legado da CTNP e dos pioneiros, mas também como responsáveis pela era de prosperidade econômica, vinculada à produção do café, que transformou a pequena vila, boca de sertão, do início da colonização, na metrópole do interior no ano do jubileu.

Essas representações não surgiram do nada. Elas foram fruto do trabalho, de propaganda e atuação política, junto ao poder municipal, que a CTNP construiu a partir da década de 1930 e cujos ecos ainda se fizeram ouvir em plena década de 1950. O dado novo que o Jubileu engendrou na história da cidade foi o papel de relevância dos cafeicultores e do café enquanto promotores da riqueza que proporcionou o desenvolvimento e a modernização de Londrina e região. O que deve ser ressaltado, não apenas nestas duas obras, referentes ao Jubileu, mas a todas as crônicas e obras celebrativas sobre a história da cidade e do Norte do Paraná é o destaque dado à CTNP. Como bem analisa ARIAS NETO, este destaque não aconteceu por um acaso:

O norte do Paraná é, no entanto, muito maior que a área da CTNP ou do município de Londrina [...], a CTNP é apenas um elemento dentro do processo de constituição da região, mas não se pode e não se deve subestimar a importância da sua atuação econômica, política e ideológica. A persistência na crônica histórica da identificação entre a CTNP e o Norte do Paraná revela a força das imagens produzidas nos anos 1930. A CTNP não procurou conquistar apenas o monopólio político e econômico. Todas as construções ideológicas expressas pelos jogos de identificações, que se encontram na formulação das imagens de Terra da Promissão, revelam que a

⁶¹ Nas descrições desses álbuns e crônicas não foi objetivo dessa pesquisa fazer uma análise iconográfica dos mesmos.

sociedade capitalista busca também o monopólio de “corações e mentes”, ou seja, a sua legitimação social. (ARIAS NETO, 2008, p.45)

Já, em um segundo momento, a narrativa de história da cidade foi, aos poucos, sendo sedimentada em crônicas e artigos de revistas e jornais, mas, principalmente com outras publicações de teor celebrativo. O papel da CTNP e dos pioneiros, na formação da cidade, também passou a ser inserido no imaginário da população.

Dentre elas podemos destacar o *Álbum do Município de Londrina*, publicado pela Prefeitura Municipal, em 1938. Esta publicação apresenta uma radiografia da cidade. Além dos dados físicos do município: limites territoriais, hidrografia, clima, relevo, o álbum apresenta estatísticas sobre a economia, ensino, religião, associações de classe, com destaque para a Associação Comercial, distritos e povoados do município, são apresentados mostrando o desenvolvimento da cidade e seu destaque no Estado do Paraná.

A publicação é repleta de propagandas, relacionadas aos patrocinadores, a maioria de comerciantes da cidade, com destaque para a CTNP. Uma questão elucidativa sobre o álbum é de que ele foi organizado por Adriano Marino Gomes, secretário municipal da gestão do prefeito Willie Davids que, como já mencionado, acumulou, em sua gestão como prefeito, o cargo de diretor da CTNP. Em suas páginas o álbum se transforma em um verdadeiro relatório da gestão de Davids. Elenca as principais obras e serviços realizados: aumento das redes de água e luz, estruturação do serviço de máquinas da cidade, a abertura do aeroporto, dentre outras. Apresenta todos os governantes da cidade, até aquela data, omitindo o conflito com Joaquim Vicente de Castro, e dá destaque a Willie Davids que tem uma foto apresentada na publicação.

O Álbum apresenta também um histórico do município, destacando a atuação dos pioneiros, nos primeiros anos de colonização. A publicação apresenta imagens que enfatizam a importância da CTNP e da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná enquanto alicerces do espantoso e extraordinário progresso de Londrina e região. Este álbum transformou-se em modelo e uma das primeiras fontes para as demais publicações que viriam depois.

Seguindo o caminho de enaltecimento do processo de colonização da região, impetrado pela CTNP, surgiu, em 1948, o primeiro número da revista feminina, intitulada “A Pioneira”. A revista, editada em Londrina e financiada pela CTNP, em seus números, buscou incrementar ainda mais a imagem positiva sobre a região, tendo Londrina como centro irradiador do progresso. Destacou, em suas páginas, os principais dirigentes da CTNP e demais pioneiros que venceram, leiam-se enriqueceram, nas terras roxas do norte paranaense.

Em 1949, foi publicado o livro, em formato de álbum, *Norte do Paraná: Terra abençoada*. O autor, Aristeu de Oliveira apresenta dados de Londrina e de várias cidades de sua área de influência: Arapongas, Apucarana, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibitiporã, Jataizinho e Mandaguari. O dado novo deste álbum, além da amplitude regional, está no fato de apresentar o histórico da região Norte do Paraná a partir da ocupação dos jesuítas espanhóis. A fundação das missões, a chegada dos bandeirantes, a destruição das reduções, o aprisionamento dos indígenas, são destacadas enquanto elementos que garantiram o domínio do território por brasileiros, integrando a região ao país.

A partir daí o autor estabelece um vínculo desse processo de ocupação com o que ele chamou de “desenvolvimento moderno, crescente e assombroso das terras desse setor do Norte do Paraná, considerando-se especialmente a formação e desenvolvimento dos municípios de Sertanópolis a Londrina [...]”⁶². Dessa forma, reforça o mito da CTNP e do pioneiro enquanto herdeiros dos antigos jesuítas e bandeirantes do século XVI.

A Londrina da década de 1950, com a aceleração do crescimento, da riqueza gerada pelo café, da construção das mansões e edifícios, foi retratada pelo professor Vicente Barroso em seu livro-álbum *O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre o dinheiro*. Publicado em 1956, apresenta a já tradicional história de fundação da cidade e o processo de crescimento acelerado, a partir da década de 1940. Ressalta também o movimento de pessoas, vindas de várias partes do Brasil e do exterior em busca do sonho do enriquecimento rápido.

Com o Jubileu de Prata, em 1959, vieram as duas obras: *Londrina: 25 anos de sua história*, de Humberto Puiggari Coutinho e *Londrina no seu Jubileu de Prata: documentário histórico*, de Gustavo Branco e Fideli Mioni. E como, já apresentadas, serviram, cada uma a seu modo, para reverenciar e imortalizar determinados personagens que participaram do processo de desenvolvimento de Londrina e região na narrativa da história da cidade.

As festividades e a produção de memórias do Jubileu não conseguiram, por outro lado, esconder a face amarga da crise da cafeicultura. As geadas, a queda nos preços do comércio internacional, invadiram os anos da década de 1960. Essa crise foi retratada, em 1969, pelo advogado João Zortéa em seu livro *Londrina através dos tempos e crônicas da vida*.

O autor divide a história da cidade em quatro períodos. No primeiro a história da região começa com a chegada dos bandeirantes paulistas e consequente “posse” do território então ocupado por indígenas e jesuítas espanhóis com suas reduções. No segundo vai de 1925, com a chegada da caravana da CTNP até 1930 quando o pequeno núcleo urbano se

⁶² OLIVEIRA, Aristeu (Org.)op.cit., p.4.

estabeleceu na mata. O terceiro período, que vai de 1931 até 1964, é considerado a fase do eldorado. Da derrubada das matas, do crescimento dos cafezais e do desenvolvimento urbano de Londrina. A modernização da cidade, a construção de edifícios e o crescimento da população. E o quarto período, que se iniciou em 1964 com a crise da cafeicultura. Segundo o autor a saída para o fim da desaceleração do progresso da cidade estava na criação de uma universidade e na mudança de foco da economia priorizando a indústria

Na década de 1970 a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, para celebrar o cinquentenário de sua antecessora, a CTNP, publicou, em 1975, o livro *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. Nesta obra o empreendimento colonizador, efetuado no Norte do Paraná, a partir da década de 1920, é reverenciado e reconhecido como exemplo de reforma agrária bem sucedida. A CTNP, como já relatado, havia sido comprada pelos grupos paulistas Vidigal e Mesquita, na década de 1940.

O livro estabelece uma narrativa da história da região a partir da formação do Estado de São Paulo, ainda no período colonial. A partir desta construção o bandeirante paulista se liga, umbilicalmente, ao fazendeiro de café que, amparado pelo processo de colonização da CTNP trouxe a civilização e o progresso ao Norte do Paraná. A publicação também constrói uma verdadeira apologia da atuação da CTNP/CMNP enquanto propulsora e gestora do processo que proporcionou à cidade de Londrina e demais cidades da região, estarem no estágio de desenvolvimento a que se encontravam.

É claro que por ser uma obra produzida pela CMNP, herdeira da CTNP, os conflitos de terras, tanto com indígenas e caboclos, que habitavam as terras antes da chegada da Companhia, foram omitidos. Ao mesmo tempo este livro se transformou em importante documento que, juntamente das publicações celebrativas, anteriormente publicadas, sem falar nos diversos artigos, em jornais, reforçou a importância e o papel da CTNP e de seus dirigentes na história da cidade.

Para a historiadora Sonia Adum estas publicações tiveram, em comum, a construção de um *discurso de felicidade* com relação à ocupação da região e formação de Londrina.

Estes textos, apesar da diversidade de gênero, tema e estilo, podem ser caracterizados como de “exaltação”. Na perspectiva dessas obras, o norte do Paraná é a Terra da Promissão, o Eldorado, a nova Canaã, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades iguais de enriquecimento para todos aqueles que quisessem trabalhar e prosperar. Essas análises, não raro, trazem no bojo a ideia de uma ocupação e construção pacíficas do território, onde o capital e seus agentes foram, naturalmente, preenchendo os espaços, como se estes estivessem ansiando e esperando por aqueles. (ADUM, 2009, p.10)

Portanto, esse *discurso de felicidade*, permeou toda esta produção narrativa sobre a história da cidade. Em comum estas publicações exaltavam a imagem parasidíaca que a propaganda construiu com relação à conquista da floresta, a abundância e fertilidade das terras. Seus principais personagens foram, desta forma, e aos poucos, sendo monumentalizados no imaginário coletivo. Com isso é factível afirmar que, a partir das festividades e celebrações do Jubileu de Prata, a história de Londrina, enquanto narrativa, passou a se consolidar como a história dos que venceram. Em um primeiro momento às adversidades da mata fechada, do sertão inóspito e, posteriormente, com a incrementação do fausto do café, que colocaram Londrina, com destaque, no cenário econômico brasileiro e mundial.

Dessa forma, toda esta produção discursiva se consolidou, enquanto história oficial da cidade, tendo na CTNP e na figura do pioneiro seus dois grandes mitos fundadores. Ainda que, no decorrer do processo de desenvolvimento da cidade estas representações tenham sido apropriadas, como já apresentado, pelas diversas gerações das elites locais, que, continuam se auto proclamando como herdeiras desse legado histórico.

Portanto, é possível considerar, as comemorações do Jubileu de Prata, como uma espécie de ritual de passagem, onde se buscou produzir uma determinada memória e tradição para Londrina. Sob a crise econômica, que se abatia sobre a produção do café, documentos, crônicas, símbolos, publicações, monumentos, imagens, serviram para construir lugares de memória. Essa produção de símbolos e representações permitiu àqueles homens, das décadas de 1950 e 1960, forjarem a própria identidade a partir de um elo simbólico com a história da cidade.⁶³ Uma identidade que servia para amenizar a perda do prestígio que a crise econômica provocava na elite cafeeira.

2.3 - Os Mitos Fundadores

A expressão “mito fundador” carrega em si o peso de ser uma construção ideológica que serve aos interesses e objetivos do grupo social que a fomentou. O mito, historicamente, trás a figura de personagens reais, representados de forma exagerada pela imaginação popular.

⁶³ ARIAS NETO, op. cit., p.155.

Ao serem utilizados para justificar a origem, o começo de determinado povo, Estado e até mesmo de um cidade ou comunidade, eles passam a carregar em si, justificativas que são significadas e resignificadas com o passar do tempo, transformando-se em mitos fundadores.

Para a filósofa Marilena Chauí (2007, p.9), o mito fundador possui uma força que transcende o tempo. Segundo ela, esse mito:

[...] impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. [...] é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

No caso da cidade de Londrina, sua história tem alguns ingredientes que a tornam não única, mas, de certa forma com especificidades que a diferenciam do padrão comum de desenvolvimento da maioria das cidades brasileiras. Como já apresentado a origem da reocupação do território, onde ela foi fundada, deveu-se a um empreendimento colonizador de capital britânico. O rápido desenvolvimento, por meio do sucesso da economia cafeeira, e consequente e espantoso crescimento populacional a transformaram, em apenas 20 anos, na década de 1950, no segundo mais importante polo econômico do Paraná. A multiplicidade étnica e de grupos regionais, na formação de sua população, tornaram a cidade e demais núcleos urbanos, de seu entorno, em um festival de sotaques e de culturas.

Esse processo de aceleração do tempo, representado pela história de Londrina, forjou alguns símbolos que impactaram nas narrativas sobre a cidade. Em comum elas elegeram a CTNP e o pioneirismo como mitos fundadores, mitos esses que passaram a justificar, na história local, suas celebrações e seus silêncios, seus heróis e seus esquecidos.

A construção da imagem da CTNP, como mito fundador, é explicada por ela justificar, a partir de seu plano racional de colonização, da fundação das cidades, da implementação e prolongamento da ferrovia e da sua participação no poder político local, como sendo a grande responsável pelas bases que propiciaram o desenvolvimento da cafeicultura e da cidade. Sempre é bom lembrar que a CTNP construiu um ideário de enaltecimento de seu empreendimento, em um primeiro momento, pelo trabalho de propaganda executado, desde a década de 1930, pelas páginas do jornal Paraná Norte e por publicações da própria Companhia, espécies de leituras e histórias de si. Já, em um segundo momento, por via

indireta, por meio das crônicas e publicações celebrativas, da cidade, que reforçaram o legado da CTNP e de seus personagens e da colonização inglesa para a história de Londrina.

Por sua vez, a figura do pioneiro, a que se consolida como mito fundador, está vinculada, primeiramente, à epopeia dos primeiros habitantes da cidade. Esta tradição de vencer a adversidade é apreendida e utilizada como herança pelos cafeicultores, das décadas de 1940 e 1950, muitos deles que somente chegaram à cidade depois da década de 1930. No plano das representações se construiu uma identidade transformando os cafeicultores e empresários da moderna Londrina em herdeiros históricos dos primeiros pioneiros.

Na década de 1950, o eldorado cafeeiro do norte do Paraná, proporcionou uma resignificação e uma abertura para a interpretação do ser pioneiro. Conforme aponta Arias Neto:

Nos períodos em questão – os anos do Eldorado – a representação do pioneiro portava um conjunto de significados distintos: ao mesmo tempo em que era identificado ao pioneiro norte-americano, era revestido da aura épico-mítica do bandeirante paulista, o que tornou possível a incorporação, em seu conteúdo, tanto da ideia do desbravador, como a do fazendeiro de café, representado também como um bandeirante moderno. Essas associações foram facilitadas e mesmo estimuladas pelo amplo significado do termo pioneiro, que é originário do francês – pionner – e quer dizer: militar, separador, explorador de sertões. (ARIAS NETO, p. 66)

A ideia do pioneirismo passou, dessa forma, a ser apropriada e (re)significada pelas elites londrinenses, no decorrer dos anos. A imagem que se perpetuou nas publicações comemorativas e de história, consideradas e referenciadas como sendo a história oficial da cidade, é a do pioneiro que “deu certo”. Aquele que enfrentou as adversidades dos primeiros anos de colonização e que triunfou, social e economicamente. É claro que este número de pioneiros bem sucedidos aumentou na década de 1930.

Como já relatado, comerciantes, cafeicultores, proprietários de empresas de ônibus, serrarias, dentre outros, também passaram a ser reconhecidos como pioneiros. Para seus descendentes o fato de serem filhos ou netos de pioneiros passou a ser utilizado como status social. Nas campanhas políticas para a prefeitura, mais que nascer em Londrina o fato de carregar um sobrenome de pioneiro transformou-se em importante aliado na idealização da imagem pessoal e avalizador da conduta do postulante ao cargo público, como que, pelo fato de carregar a ascendência pioneira no sangue, o colocasse em vantagem frente aos adversários, nascidos ou de ascendência de fora da cidade.

Esta prática de cultuar o chamado pioneirismo não é uma especificidade apenas de Londrina. Em muitas cidades, Estados e em outros países como Canadá e Estados Unidos é recorrente a existência do culto aos desbravadores, colonizadores ou fundadores.

Isto tem deixado marcas, seja em publicações relativas às suas respectivas histórias ou mesmo na formalização e constituição de seus lugares de memória. O fato é que, em Londrina, a questão do pioneiro, enquanto referencial de identidade histórica sempre foi muito forte. Ela ultrapassou o mero registro de participação na formação da cidade para se tornar onipresente na práxis do discurso da história local.

A questão do território, do local, é um dado importante para a construção da identidade de uma comunidade. O processo de ocupação e sua história tornam o espaço local em importante referencial da memória coletiva. A atuação da CTNP e dos pioneiros transformando este espaço que décadas depois se tornaria conhecido em todo o país, graças à produção cafeeira, acabou por vincular a memória local a uma amplitude nacional. Os monumentos e principalmente o Museu Histórico da cidade se encarregaram de dar uma dimensão maior ao seu significado, enaltecendo e celebrando as memórias de determinadas pessoas e grupos.

No início da década de 1970, José Maria de Andrade Andrade, então professor da Universidade Estadual de Londrina, desenvolveu uma pesquisa intitulada *Ethos do Pioneiro*. Sua preocupação estava em diagnosticar, do ponto de vista dos valores culturais da sociedade londrinense, o significado do pioneiro. A pesquisa também buscou analisar o discurso publicitário da Companhia de Terras que, ao fazer a apologia da história da colonização evidenciava o papel dos pioneiros nesse processo. Em artigo, publicado em uma revista acadêmica, o autor explicou que a motivação para o estudo do pioneiro, em Londrina, surgiu das referências que seus alunos lhes apresentavam sobre o tema. Citou dois exemplos:

A partir de 1974 começamos a dar atenção às referências e definições do que seja pioneiro, como esta fornecida por uma aluna, filha de pioneiro: “A classe alta é constituída dos que aqui chegaram e, corajosamente, desbravaram a terra, cultivaram-na e se estabeleceram, ficando num nível superior aos que provieram”. Ainda como definição de pioneiro afirmava outra aluna: “A sua maior parte é constituída dos fazendeiros que acompanharam o desenvolvimento da cidade e sua colonização”. (ANDRADE, 1978, p. 33)

Nas definições das alunas ficam claras as referências que se cristalizaram no imaginário da comunidade, com relação aos pioneiros. Primeiro o fato de que os pioneiros são

aqueles pertencentes aos segmentos sociais de maior projeção econômica e social, portanto os que venceram as adversidades, por meio do trabalho e, enriqueceram. E segundo a referência, ainda forte, da cafeicultura, como sendo o setor da economia local onde estariam alocados a maioria dos pioneiros que venceram, ou seja, os cafeicultores.

A força dessa representação, sobre o pioneiro, ficou tão enraizada e enfatizada, na história local, que acabou sendo oficialmente transformada em memória pública quando, em 1983, a Câmara Municipal de Londrina, por conta da proximidade do ano de 1984, ano do jubileu de ouro da emancipação política do município, aprovou a criação do “Dia do Pioneiro”.⁶⁴ Em 1983 a comemoração ocorreu no dia 10 de dezembro, aniversário de Londrina já que a lei não definia o dia de comemoração da homenagem. Em 1984 uma nova lei formalizou a data de 21 de agosto, dia da chegada da primeira caravana da CTNP ao chamado *marco zero* de Londrina, como sendo o dia de comemoração oficial de celebração à memória dos pioneiros.

Anexo à lei, uma relação com os nomes dos pioneiros que haviam chegado à cidade até o ano de 1932. No cabeçalho da relação de nomes vinha a seguinte justificativa;

Nesta página, damos os nomes dos primeiros moradores de Londrina, autênticos pioneiros, que realmente desbravaram a mata virgem e enfrentaram todos os obstáculos possíveis para se fixarem nesta terra. Na relação constam os pioneiros que aqui chegaram até o ano de 1932. Fizemos um esforço muito grande para não omitir nomes, porém, pedimos excusas se porventura alguém deixou de ser citado neste trabalho. Os dados foram colhidos na Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, com familiares dos próprios pioneiros e todas as fontes possíveis ao nosso alcance.⁶⁵

Este cabeçalho é muito interessante. Primeiro por reforçar o mito de desbravadores, dos pioneiros, que enfrentaram o sertão inóspito e, em segundo, por mostrar que os arquivos da CMNP serviram como fonte, para o levantamento dos nomes a serem celebrados como pioneiros. Ao todo 169 nomes foram contemplados. Se considerarmos que Londrina, no ano de 1930 tinha uma população de 1.346 habitantes, podemos afirmar que grande parte daqueles que chegaram à cidade até o ano de 1932, não figuraram na lista de homenageados. E como já explicitado toda escolha pressupõe também uma exclusão. Ao se privilegiar e dar voz a determinadas memórias, silenciaram-se outras, que, em tese, igualmente tiveram importância para o processo histórico de formação da cidade.

⁶⁴ Lei nº 3.573, de 25/04/1983, de autoria do vereador Oswaldo Caldarelli. Posteriormente, no ano de 1984, a Lei nº 3.712/84 deu nova redação à Lei anterior, estabelecendo a data de 21 de agosto como o dia oficial da homenagem aos pioneiros da cidade.

⁶⁵ Anexo ao Projeto de Lei nº 08/83, transformado na Lei nº 3.573, de 25/04/1983, op. cit..

A efetivação da data, de celebração da memória dos pioneiros, no dia da chegada da primeira caravana, reforçou ainda mais o ideário do mito de origem de Londrina. O espaço do *marco zero*, local de mata nativa, ainda preservada, e próxima ao centro da cidade, foi transformado em lugar de memória, no ano do Jubileu de Ouro, em 1984, com a instalação de um monumento em homenagem àqueles que participaram da referida caravana, reconhecida como fundadora da cidade. As palavras, eternizadas, no monumento procuravam deixar claro que o nascimento da cidade começava ali:

Toda cidade tem seu berço ou deveria ter / Este é o berço de Londrina / Londrina nasceu aqui no dia 21 de agosto de 1929 / Da natureza altiva veio a água boa que aflora imensa; as árvores frondosas deram suas primeiras casas e a sombra amiga que conforta; os pássaros, na madrugada, entoam o canto da liberdade e do trabalho e, no poente agradecem a Deus o milagre da vida, renovado a cada dia. / Naquela data, em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná, um punhado de homens aqui chegou e, com o coração cheio de energia e confiança no futuro, de joelhos, plantaram suas primeiras sementes. [...] ⁶⁶

Gravado no monumento, os nomes de sete homens, chefiados por aquele que é reverenciado como o pioneiro de maior destaque da cidade, exatamente por ter chefiado esta primeira Caravana ao local de origem da cidade, George Craig Smith. Após a apresentação nominal dos sete técnicos da CTNP, com suas respectivas funções: engenheiro, topógrafo, empreiteiro, dentre outros, encontra-se a denominação “e outros”. Estes primeiros anônimos se juntariam a tantos outros milhares de personagens que passariam à margem dos principais registros da história local.

⁶⁶ Inscrição no monumento ‘Marco Zero’. Londrina.



Figura 5 Monumento "Marco Zero"⁶⁷

Após ser inaugurado, o monumento do Marco Zero passou a ser visitado por escolares. Marlene Cainelli, docente do departamento de História, desenvolveu um projeto com crianças do ensino fundamental da rede municipal de ensino para visitar os lugares de memória da cidade. Com relação ao Marco Zero ela rememorou uma inusitada experiência relacionada à representação que algumas crianças faziam do monumento:

[...] Era um projeto de pesquisa e nós levamos as crianças lá no Marco Zero. Aí nós falamos primeiro sobre o Marco Zero que foi o primeiro lugar que chegou a caravana, primeiro lugar que aportou a caravana. (...) E o Marco Zero é aquela plaquinha, uma lápide, parece mais uma lápide de túmulo não é? Aí as crianças chegaram atentas, desceram todas, aí elas olhavam e falavam: “Só isso?” Acho que elas estavam esperando aquela carruagem, a caravana, o cenário montado em volta, aquela coisa. Outra professora levou lá e uma criança começou a chorar na frente dizendo: “O Marco Zero foi enterrado aqui!” [risos] Havia várias crianças que achavam que o Marco Zero era uma pessoa, que tinha vindo junto com a Caravana. De que o Marco Zero estava enterrado lá. De que morreu lá quando chegou. Elas criavam toda uma história.⁶⁸

O Museu Histórico de Londrina, que também fazia parte e ainda faz da rota de visitas de escolares, com o passar dos anos se notabilizou como sendo a instituição de memória onde, a narrativa mais tradicional da história da cidade, se tornou hegemônica transformando-se no principal promotor das festividades referentes ao dia do pioneiro. A maioria dessas

⁶⁷ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

⁶⁸ Depoimento Marlene Rosa Cainelli (2012).

comemorações ocorreu e ainda ocorre nos jardins localizados nas dependências do Museu. Em alguns anos a solenidade chegou a ser transferida para o gramado do entorno da réplica da primeira igreja matriz, localizada no campus da UEL.⁶⁹



Figura 6: Dia do Pioneiro no jardim do MHL⁷⁰



Figura 7: Dia do Pioneiro - homenagem aos imigrantes⁷¹



Figura 8: Dia do Pioneiro no campus da UEL⁷²



Figura 9: Dia do Pioneiro - confraternização⁷³

⁶⁹ A réplica da primeira igreja matriz de Londrina é uma construção em escala menor da original. Foi construída no campus da UEL em frente à Casa do Pioneiro. Esta casa de madeira, uma das últimas remanescentes no centro da cidade, foi doada pela família à UEL para ser a sede do Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC). O IPAC teve origem em 1986, a partir da iniciativa da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná que, juntamente da Prefeitura Municipal de Londrina e da Universidade, celebraram um protocolo de intenções. A partir daí um grupo multidisciplinar, envolvendo docentes e pesquisadores de várias áreas: História, Ciência Política, Arquitetura, Antropologia e Serviço Social iniciaram os trabalhos relacionados ao patrimônio cultural de Londrina e região. CERNEV, 1995, p. 1.

⁷⁰ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

⁷¹ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, [200..]

⁷² Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012. Esta fotografia registra uma imagem que está em um convite. A imagem original foi tirada por Toshio Igarashi em frente à réplica da primeira igreja matriz de Londrina, em 1999.

⁷³ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

Nestes eventos a celebração e culto ao pioneirismo são reiterados especialmente nas falas das autoridades presentes. Um considerável número de pessoas idosas, muitas delas filhos/as ou parentes de pioneiros, comparece todos os anos a estes eventos. A ASAM, que tem em seus quadros e, especialmente na diretoria, membros provenientes de famílias consideradas pioneiras, dá uma atenção toda especial a esta comemoração. É interessante observar o espaço, de destaque, que os organizadores, desta celebração aos pioneiros, conseguem obter, todos os anos, junto à mídia local.

As festividades do Jubileu se encerraram no ano de 1959, porém, sua repercussão, invadiu e contagiou a década de 1960. Nesta década um grupo de pessoas, ligada ao Rotary Club local, tentou criar um Museu para a cidade. Frustrada a primeira tentativa o Museu seria finalmente constituído a partir da comunidade acadêmica da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.⁷⁴ Além do Museu discutiu-se a necessidade de reverenciar, com monumentos, os principais nomes da história da cidade.

2.4 - A cidade e seus monumentos

Em 1960, o Rotary Club londrinense, após a morte do Sr. Arthur Hugh Miller Thomas, escocês, ex-diretor da CTNP, quando da fundação de Londrina, iniciou uma campanha visando à construção de um monumento, em praça pública, para homenageá-lo. A campanha se arrastou por anos. O rotariano Aristides de Souza Melo, em artigo, publicado no Boletim do Rotary, em 1964, justificou o pleito da homenagem cobrando das autoridades e dos londrinenses que se mobilizassem para erguer um digno monumento ao Mr. Arthur Thomas:

Quanto ao formidável progresso material a que a nossa cidade já atingiu, ninguém põe em dúvida. Mas, no que tange à tradição e à história, onde [estão] os seus repositórios, que são os seus museus e os seus monumentos? Eis porque é urgente darmos início ao preparo e preservação da nossa história e tradição, cultuando com uma campanha, a um tempo de gratidão, de justiça e nobreza, que vise eternizar em bronze, em praça pública, a figura máxima e altaneira de um homem e da sua obra! O homem, o saudoso “Mr. Thomas” [...] ⁷⁵

⁷⁴ A história do Museu da Cultura que o Rotary tentou criar será objeto de análise no final deste capítulo. O Museu da FEFCLL que deu origem ao MHL será objeto de análise do capítulo 3.

⁷⁵ MELLO, Aristides de Souza. Campanha pró-Monumento a Mr. Thomas. In: **Boletim Semanal do Rotary Club de Londrina**. Londrina, 17/07/1964, p. 1.

É interessante notar a ênfase que o autor deu à ausência de “museus e monumentos”, na cidade, visando preservar a “tradição e a história”. Era preciso monumentalizar pessoas e tradições, especialmente àquelas vinculadas à tradicional história londrinense. E neste aspecto o autor complementou sua justificativa, para o monumento, lembrando o trabalho realizado por Thomas a frente da CTNP e sua participação no processo de colonização racional da região.⁷⁶

Arthur Thomas, também foi homenageado com o batismo de um dos maiores parques da cidade (figura 11). Seu monumento está alocado próximo à entrada principal do referido parque (figura 10).



Figura 10 - Busto de Arthur Thomas⁷⁷

Aliás, Arthur Thomas, não foi o primeiro membro da Companhia homenageado com monumento em Londrina. Antes dele, em 1946, Willie Davids, um dos primeiros fazendeiros de café da cidade, primeiro prefeito eleito de Londrina e também diretor da CTNP, dois anos após sua morte, foi homenageado com a denominação de uma praça, localizada entre as antigas sedes da Prefeitura e dos escritórios da CTNP. Em maio de 1952 foi inaugurado, na

⁷⁶ O monumento acabou sendo construído e hoje está localizado no Parque que tem o seu nome, em frente à sede administrativa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Londrina.

⁷⁷ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

praça, um monumento com seu busto, com os seguintes dizeres: “Homenagem de Londrina a seu grande benfeitor Dr. Willie da Fonseca Brabason Davids.”



Figura 11 - Entrada do Parque Arthur Thomas⁷⁸



Figura 6 - Busto em homenagem a Willie Davids⁷⁹

Outro personagem, ligado à elite cafeeira, também, homenageado com um monumento em praça pública, foi o senador Abilon Souza Naves. Ele foi senador da República em 1958. Em 1953 era o responsável pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e ajudou a salvar a cafeicultura paranaense concedendo financiamento, pois os cafeicultores

⁷⁸ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

⁷⁹ Foto: acervo do DPH/SMC.

tiveram seus cafezais arrasados pelas geadas de 1953 e 1955. No ano do Jubileu de Prata, da cidade, ele sofreu um infarto fulminante e foi homenageado com a colocação de seu busto na praça 1º de Maio, no centro de Londrina. Uma rua da área central da cidade também foi batizada com seu nome.



Figura 13 - Busto em homenagem ao senador Abilon Souza Naves⁸⁰

Esta prática de setores das chamadas elites londrinenses, em monumentalizar a memória de personagens que se destacaram nas esferas pública e privada, pertencentes ou ligadas a elas, se configura como um exemplo, também comum em outras sociedades, tanto no Brasil como em outros países nas mais diversas temporalidades. Até porque a memória sempre foi um campo de disputas, onde, invariavelmente os grupos que detêm o poder econômico e político, acabam sendo privilegiados quando da escolha do que deve ser preservado ou celebrado.⁸¹ O fato dos monumentos londrinenses homenagearem os homens que estavam de alguma forma, ligados à CTNP ou ao poder municipal, apresenta dois aspectos. Por um lado, como já apresentado, referenda a chamada história tradicional, e, por outro, por serem escolhas feitas de cima para baixo, estes lugares de memória não criam vínculo, nem identidade com os setores populares da cidade, já que os mesmos não se veem neles representados.

Por se considerar uma cidade moderna e de colonização recente, século XX, excetuando-se as manifestações de associações e entidades de classe, reivindicando

⁸⁰ Foto: acervo DPH/SMC.

⁸¹ Utilizo o conceito de campo de disputas, com relação à memória, a partir das reflexões de Michael Pollak (1989).

homenagens pontuais, por meio de bustos, ou nomes de praças, escolas e ruas, o poder público municipal, até a década de 1990, pouco havia feito, em termos de projetos, para se pensar na preservação da história da cidade.

Esse quadro começou a se alterar a partir da década de 1990 quando um primeiro projeto foi elaborado, a partir do poder público, visando identificar lugares de importância para a memória local.

2.5 - “Aqui tem História” – mas ... de quem?

O projeto *Aqui tem História* consistiu em preservar aspectos da história londrinense, colocando placas de granito e bronze em determinados locais do centro da cidade. A autoria do projeto foi de Domingo Pelegrini Jr., então diretor do Departamento de Cultura, em dezembro de 1991 e tinha como objetivo identificar e demarcar a localização de determinados lugares da cidade, onde existiram ou ainda permaneceram construções e/ou espaços de “importância histórica” para Londrina. As placas teriam uma reprodução de uma imagem, daquele local, referente ao seu uso antigo e um pequeno texto explicativo da importância do local.⁸²

A monumentalização desses espaços, transformando-os em lugares de memória, referendava os já tradicionais locais vinculados ao processo de colonização da cidade. Apesar da boa receptividade, ao projeto, por parte da administração municipal, o mesmo não foi viabilizado por problemas orçamentários. Este projeto só foi retomado e viabilizado quatro anos mais tarde, em 1995, na gestão do prefeito Luis Eduardo Cheida, tendo como secretário municipal da Cultura, o prof. Alcides Vitor de Carvalho.⁸³

Os lugares a serem contemplados com placas foram escolhidos a partir de uma fotografia, elaborada em uma perspectiva de 180°, pelo fotógrafo José Juliani, feita na década de 1930, a partir do ponto mais alto do centro da cidade, a catedral. A partir dessa imagem foram demarcados os limites espaciais para a escolha desses lugares que, por terem o chamado xadrez central como limite, acabaram privilegiando espaços e construções

⁸² O cargo de diretor do Departamento de Cultura, ainda que, na época, subordinado à Secretaria Municipal de Educação, equivaleria ao de secretário da cultura. Domingos Pelegrini permaneceu no cargo durante a gestão do prefeito Antonio Casemiro Belinati (1989-1992).

⁸³ Em 1993, foi criada a Secretaria Municipal da Cultura de Londrina.

relacionados aos referenciais já tradicionais na cidade, ou seja, a CTNP e/ou instituições a ela vinculados.

O projeto original, de 1991, previa a identificação de 35 lugares, porém, para poder viabilizar, financeiramente, o projeto, em uma primeira fase, foi restringido este universo para dez. A secretaria Municipal da Cultura contou com o apoio financeiro da empresa de ônibus **Viação Garcia**, de família pioneira da cidade, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Os lugares escolhidos para receberem a placa de identificação *Aqui tem História* foram:⁸⁴

1 – O **Bosque Central Marechal Cândido Rondon**: espaço de mata nativa, remanescente do período de colonização de Londrina e região, situado no centro da cidade. Uma avenida, que dividia o bosque ao meio, foi transformada, durante um determinado tempo, em Terminal de ônibus urbanos. Depois, com a desativação do terminal, esta passagem foi fechada aos carros e transformada em espaço de lazer.

2 – A oficina da **Viação Garcia**: primeira empresa de ônibus da cidade, fundada em 1934, responsável pela circulação de pessoas e mercadorias nas estradas da região, desde as primeiras décadas da história da cidade. Esta empresa pertence a uma das famílias mais tradicionais da cidade, além de ser, a empresa, a patrocinadora do projeto;

3 – A Biblioteca Pública Municipal: No local existiu a **quadra de tênis dos ingleses** – técnicos e dirigentes da CTNP, na década de 1930. Posteriormente foi construído, na década de 1950, o Fórum que após transferência, na década de 1980, foi ocupado pela Biblioteca Pública Municipal. O Museu Histórico de Londrina chegou a reivindicar o prédio, na década de 1980, quando da transferência do Fórum, para sua nova sede;

4 – O Edifício Julio Fuganti: local onde funcionou a **primeira Escola Pública de Londrina**, em 1934. Antes dela outras duas escolas, que atendiam os filhos de colonos estrangeiros, já funcionavam na cidade: Escola Alemã do Heimtal, em 1931, e a Escola Japonesa, em 1933;

5 – O Banco Bradesco: local onde existiu o antigo prédio do **Paço Municipal**, construído em 1942. Após transferência, em 1972, o prédio histórico foi demolido;

⁸⁴ Os lugares escolhidos para serem homenageados, existentes ou demolidos, estão destacados, nos verbetes em negrito.

6 – O Colégio Estadual Marcelino Champagnat: este prédio foi inaugurado em 1946. Ali funcionou a **primeira Escola Normal de Londrina** e o Ginásio Estadual de Londrina;

7 – O Cine-Teatro Ouro Verde: local onde existiu o prédio que abrigou os **escritórios da CTNP**. O Cine Ouro Verde foi inaugurado em 1952.

8 – Associação Comercial e Industrial de Londrina: Criada, inicialmente, como **Associação Comercial de Londrina**, foi fundada em 1937. A primeira sede funcionou na esquina das ruas Mato Grosso e Minas Gerais. A sede própria, no local atual, foi inaugurada em 1942. O prédio foi demolido na década de 1970, sendo construído, em seu lugar, no ano de 1976, o atual edifício batizado de Palácio do Comércio;

9 – Fundação Telepar: este prédio, inaugurado em 1948, pertencia à **Companhia Telefônica Nacional**, subsidiária da empresa inglesa ITT – *International Telegraph and Telephone*, detentora, dos serviços telefônicos na cidade;

10 – Catedral Metropolitana: espaço de celebração das primeiras missas campais na cidade. No mesmo local foi erguida, em 1934, a **primeira igreja matriz**, toda de madeira. Em 1938 foi inaugurada uma nova igreja, de alvenaria, em estilo gótico. Esta acabou sendo demolida e em seu lugar foi construída a atual catedral, em 1972.

As solenidades de inauguração das placas foram inseridas nos festejos de aniversário da emancipação política de Londrina, no mês de dezembro daquele ano. A repercussão na mídia e o retorno do investimento como marketing para a empresa motivou a Viação Garcia em propor, à Secretaria Municipal da Cultura, a confecção de mais três placas, a saber:

11 – **Santa Casa de Londrina**: prédio, construído em 1944, pela Irmandade Santa Casa de Londrina. O complexo da Santa Casa cresceu, com o passar das décadas, com diversas ampliações, porém, preservou seu prédio original;

12 – **Colégio Mãe de Deus**: o Instituto Mãe de Deus foi criado em 1936 por irmãos do Instituto Secular de Irmãs de Maria de Schoenstatt, da Alemanha. A primeira ala, do atual prédio, foi inaugurada em 1938;

13 – **Palacete da Família Garcia**: prédio residencial construído em 1948, pertencente à família Garcia. Atualmente o prédio está sendo ocupado pelo Banco Santander. O Museu Histórico de Londrina chegou a reivindicar o prédio para ser sua sede no final da década de 1970.

Posteriormente um décimo quarto lugar de memória também foi contemplado:

14 – **Praça Willie Davids**. Nesta praça funcionou, em 1937, a segunda rodoviária de Londrina. Ela ficava exatamente em frente ao prédio dos escritórios da CTNP.

Após apresentação dos prédios e espaços contemplados com a denominação de lugares de memória, algumas considerações são pertinentes. Na primeira versão, em 1991, o projeto, como já apresentado, sugeria a monumentalização de 35 lugares. Dentre eles estavam os tradicionais lugares identificados e consagrados, pela história oficial, com a trajetória da CTNP e instituições de poder a ela vinculados. Porém, na lista, estavam, também, outros lugares, relacionados aos setores mais populares da cidade, que não foram contemplados quando da escolha das placas que seriam afixadas e que dariam certo ar de pluralidade de memórias ao projeto. Como, por exemplo, o coreto do calçadão; espaço público de lazer; o prédio da estação ferroviária: ponto de chegada e partida da população nas primeiras décadas da história da cidade; a praça 1º de Maio: local de manifestações culturais, sindicais e políticas; o distrito de Tamarana: um dos mais antigos distritos rurais de Londrina e o córrego das pombas, conhecido como fonte das lavadeiras, situado na área central da cidade, onde hoje está a av. Dez de Dezembro, dentre outros.⁸⁵

Mesmo com esta abertura, contemplando lugares mais identificados aos grupos populares, a lista dos 35 lugares, de forma hegemônica priorizava os lugares referendados pela historiografia mais tradicional, tendo a CTNP como referência. Dentre estes, que não foram elencados, porém, não escolhidos para receber as placas, destaco: a casa de David Dequech: primeira casa de comércio, pertencente ao comerciante que se tornaria presidente da Associação Comercial de Londrina⁸⁶; o Posto de Saúde: primeiro hospital da CTNP; casa do pioneiro Larianoff: primeira casa da av. Higienópolis, sendo ele funcionário da CTNP; Mata

⁸⁵ Algumas considerações sobre estes lugares são pertinentes. O coreto do calçadão, após ter passado por um processo de revitalização, foi, posteriormente demolido, a pedido da população de seu entorno, justificado por ter se transformado em abrigo de mendigos e moradores de rua; o distrito de Tamarana emancipou-se de Londrina por meio de um plebiscito em 1995, transformando-se, no mesmo ano, em um dos mais novos municípios do Paraná.

⁸⁶ Durante o processo de revitalização do museu (1997-2000) a “Casa Central”, de David Dequech, foi “recriada” como cenário em um dos módulos da exposição de longa duração, como veremos no capítulo 4.

da empresa Anderson Clayton: pequena mata nativa identificada como sendo o local em que chegou a primeira caravana, da CTNP, para fundação da cidade.

Outra questão relevante a ser considerada é o fato da empresa patrocinadora, Viação Garcia, ter incluído dentre os lugares a serem monumentalizados com as placas, a antiga residência da família, o Palacete dos Garcia, em um claro exemplo, como já comentado, de como as chamadas elites se utilizam de seu poder econômico e influência política para transformar seus bens privados em memória pública.



Figura 14 - Placa do Projeto Aqui tem História - Quadra de tênis dos ingleses⁸⁷

Na universidade, alguns professores do curso de História, ainda que não tenham publicamente criticado, em conversas informais com este autor,⁸⁸ questionaram na época a essência do título do projeto, afinal, em todas as placas, a frase *Aqui tem História* aparecia com destaque. Considerando que a história acontece e se constrói em todos os lugares, privilegiar determinados espaços significou passar uma mensagem equivocada à população. Como se a história só se legitimasse em espaços relacionados às pessoas e grupos detentoras do poder político, religioso e econômico. Os espaços escolhidos, em sua maioria, reafirmavam a visão tradicional da história da cidade, tendo a CTNP e a questão do pioneirismo como temas centrais de celebração.

⁸⁷ Foto: acervo DPH/SMC.

⁸⁸ Como já colocado na introdução além de ter sido aluno de graduação no curso de História da UEL, entre 1981 e 1986, a partir de 1987 passei a integrar o corpo de técnicos do CDPH. Por ser o CDPH um órgão ligado ao departamento de História tinha contato diário com os docentes do curso.

Outro dado, não menos relevante, é que ao selecionar estes lugares-memória muitos outros espaços, relacionados a outros grupos sociais ou que poderiam contemplar referências à diversidade social, religiosa e cultural, também importantes para toda a sociedade foram excluídos, silenciando outras possibilidades de narrativa da história londrinense.

De qualquer forma a iniciativa do poder público em se preocupar com a preservação da história da cidade, deve ser, ainda que pesem as críticas conceituais ao projeto, já elencadas, reconhecida. A população, de uma forma geral, aprovou a iniciativa, ainda que não tenha, com o passar dos anos, valorizado estes espaços, talvez por não se sentir identificada ou mesmo não se ver representada na maioria dos lugares escolhidos e institucionalizados.

Por estarem afixadas em locais públicos e não apresentarem a mesma resistência de grandes monumentos, algumas placas acabaram sendo roubadas. As que restaram sobreviveram às intempéries do tempo sem que exista um programa municipal, permanente e especializado, de conservação de seus monumentos situados em área pública aberta.

O Museu Histórico de Londrina, quando de sua revitalização, entre 1997 e 2000, em uma parede externa, de seu prédio, próxima a entrada principal, afixou reproduções de todas as placas do projeto. Inseriram algumas novas, não contempladas nos projetos originais. Uma delas homenageia a Sociedade Rural, entidade que congrega a elite dos produtores rurais de Londrina e região.

Outro projeto, o *Memorial do Pioneiro*, que envolveu o Museu Histórico e o poder público municipal, acabou gerando uma grande polêmica na cidade. O desenrolar do processo, para efetivação do Memorial, evidenciou uma luta, não só espacial, mas simbólica e conceitual, da noção de pioneiro e de memória pública.

2.6 - Memorial do Pioneiro: acertando contas com o passado?

Originalmente o projeto *Memorial do Pioneiro* surgiu a partir de uma necessidade do Museu Histórico em cobrir as composições ferroviárias, dois vagões, um tênder e uma locomotiva, que ficariam estacionados no pátio externo, ao lado da plataforma do prédio. O projeto inicial previa a construção de um anexo ao prédio do Museu, que, além de proporcionar a cobertura dos veículos ferroviários, serviria como um espaço especial, um memorial, para celebrar os pioneiros da cidade.

A direção do Museu e a ASAM conseguiram viabilizar, junto ao deputado federal da cidade, Alex Canziani, o valor de 240 mil reais que viriam do orçamento do Ministério do Turismo, tendo o município de Londrina, que entrar com a contrapartida de 40 mil reais. Para tanto foi realizado um concurso nacional para elaboração do projeto arquitetônico do memorial, o qual deveria interferir o mínimo possível na arquitetura do prédio histórico do Museu.

O projeto vencedor, do arquiteto Renato Mateus Gorne Viani, previa a criação de um anexo, a partir de uma edificação contemporânea, utilizando-se de técnica e materiais contemporâneos. A concepção do Memorial teria uma estrutura metálica, sob a forma de meia parábola, toda vedada com vidro. Este vidro daria transparência e visibilidade ao prédio histórico do Museu.⁸⁹ Tão logo o desenho do projeto vencedor foi divulgado pela imprensa (figura 15), surgiram inúmeras manifestações contrárias, vindo dos mais diferentes setores da comunidade londrinense, como arquitetos, historiadores e do público em geral. Em comum, nestas críticas, estava o fato de que o anexo proposto, ainda que de material translúcido, iria descaracterizar o prédio.

O então secretário de Cultura, para tentar resolver o impasse, convocou uma audiência pública, realizada em dois de junho de 2005. Para compor a mesa de debates, mediada pelo próprio secretário, foram convidados representantes das seguintes entidades: Câmara Municipal, Conselho Municipal de Planejamento Urbano, Universidade representada pelo Departamento de História e Secretaria Municipal da Cultura representada pela Divisão do Patrimônio Histórico. Na plateia, estudantes universitários, membros da ASAM, membros do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina, membros do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, além de pessoas da comunidade interessadas no debate.

Os membros da ASAM e a direção do MHL defendiam a construção do anexo junto ao prédio do Museu. Outros, por sua vez, eram contrários à ideia, por representar uma séria descaracterização da arquitetura original do prédio da antiga Estação Ferroviária. Durante o debate chegou-e a cogitar a construção do Memorial em um terreno da Prefeitura, situado próximo ao Museu, entre a Super Creche e o Pronto Atendimento Municipal. Novamente não houve acordo entre as partes discordantes.⁹⁰

⁸⁹ Museu seleciona projeto do Memorial do Pioneiro. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 dez. 2004, p.1.

⁹⁰ No local sugerido foi construída a Praça do Japão, em 2008, como grande marco em homenagem aos imigrantes japoneses, em meio às comemorações relativas ao centenário da chegada do navio Kasato Maru, no porto de Santos, em 1908. A inauguração da Praça contou com a presença do príncipe do Japão, Naruhito. Londrina e região possui uma das maiores colônias de imigrantes japoneses no Brasil.

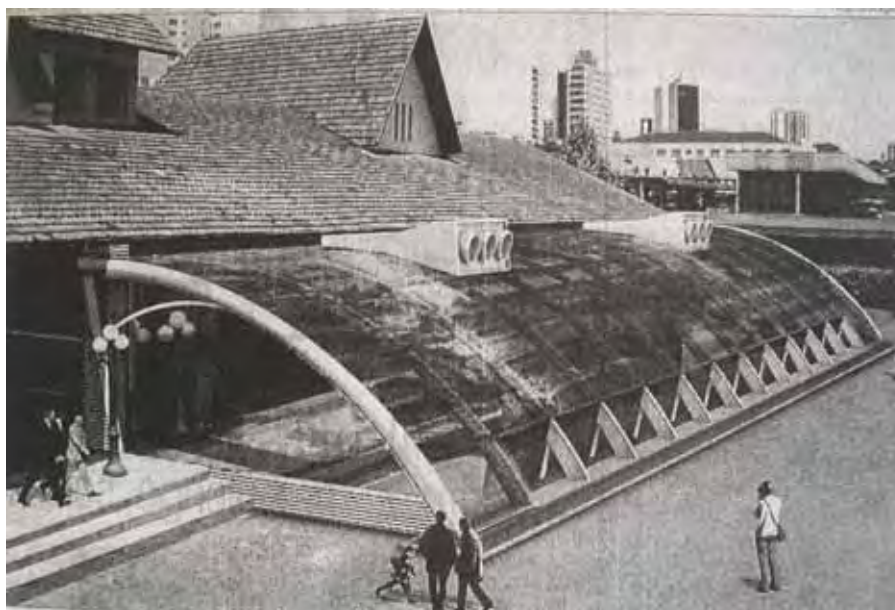


Figura 15 - Projeto de Memorial como anexo ao prédio do MHL⁹¹

Ao término da audiência pública o impasse persistiu e a execução do projeto continuou suspensa. Ainda no mês de junho, moradores e comerciantes do centro da cidade, por meio de um abaixo-assinado, reivindicaram junto ao prefeito Nedson Micheletti, que a construção do Memorial fosse realizada ao lado da Praça 1º de Maio. O prefeito, com o objetivo de resolver a questão, acatou a ideia e, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) elaborou-se um segundo projeto.

Deixou-se de lado a polêmica estrutura transparente, para cobertura das composições ferroviárias do Museu e idealizou-se um Memorial que seria instalado na travessa de paralelepípedos, em frente à Praça 1º de Maio, mais conhecida pela população como Praça da Concha Acústica. Inaugurada em 1957, a Concha Acústica se notabilizou por ser o local preferido, no centro da cidade, para a realização de manifestações sindicais, políticas, religiosas e apresentações culturais.⁹² Além disso, a praça, como o passar dos anos se notabilizou por ser um espaço singular para a memória da cidade. A terceira estação rodoviária de Londrina foi nela construída e posteriormente, com o aumento do movimento de ônibus e de passageiros para além de sua capacidade, desativada e demolida. Além do fato da

⁹¹ Folha de Londrina, 19 dez. 1984.

⁹² Na Concha Acústica ocorreram comícios políticos. Teixeira Lot e Juarez Távora, candidatos à presidência da República, passaram por lá. Na praça foi construído um busto homenageando o senador Abilio de Souza Naves. (CERNEV, 1995, p.7)

travessa, que receberia o Memorial, estar situada entre a praça e o prédio da Secretaria Municipal da Cultura projetado pelo arquiteto modernista João Batista Vilanova Artigas.⁹³

O novo Memorial seria composto por 17 totens de concreto visando homenagear os pioneiros da cidade. A escolha de totens, enquanto conceito de monumento, trás em si uma carga simbólica. Historicamente, para muitos grupos e sociedades, os totens, construídos como objeto de culto, trouxeram para o cenário coletivo uma relação simbólica de proteção e ancestralidade. De certa forma, no caso do Memorial, mesmo com uma nova abordagem, mais crítica, ele reforça o mito do pioneirismo, tão enraizado no imaginário coletivo dos londrinenses.

A travessa, Maestro Egídio Camargo Amaral, onde seria instalado o Memorial, seria fechada para a circulação de veículos e, em sua lateral, afixados os totens. Juntamente ao processo de construção do Memorial a prefeitura aproveitou para revitalizar a Praça 1º de Maio.

Buscou-se inserir, neste segundo projeto, uma das demandas do MHL, referentes ao primeiro projeto, que seria o de homenagear os pioneiros da cidade com a visualização de seus nomes. Para tanto a Secretaria Municipal da Cultura divulgou, por meio da mídia local, junto à população que estava aberto o cadastro para que as pessoas ou parentes destas, que tivessem chegado à cidade na primeira década, contados a partir do ano da chegada da primeira caravana da CTNP, portanto em 1929, até 31 de dezembro de 1939, poderiam se inscrever, preenchendo uma ficha no MHL. A equipe do Museu incorporou, aos inscritos, nomes de pioneiros que já faziam parte do seu cadastro antigo.

O Memorial foi inaugurado no dia 1º de maio de 2007. Os 17 totens, enfileirados na margem direita da travessa, foram então apresentados à população. No primeiro e último havia uma placa de apresentação do Memorial. Nos demais 15 totens, construídos verticalmente, em formato de paralelepípedos retos, apresentavam quatro placas, feitas de resina de mármore, semelhante ao bronze, afixadas uma em cada lado do totem.

Os 15 totens apresentam, em uma das placas, uma reprodução, em xilografura, do artista plástico Paulo Menten.⁹⁴ São imagens relativas à Londrina antiga. Estão assim

⁹³ Originalmente o prédio foi projetado para ser a Casa da Criança, posteriormente foi ocupado pela Biblioteca Pública Municipal e, finalmente, transformado em sede da Secretaria Municipal da Cultura. Em 2011 foi desocupado para passar por um processo de reforma e revitalização visando recuperar o projeto original da Casa da Criança.

⁹⁴ Natural de São Paulo, o artista plástico Paulo Menten foi pintor, desenhista, gravador e professor. Radicou-se em Londrina na década de 1990. Foi homenageado pela Câmara Municipal de Londrina com o título de cidadão honorário. É considerado um dos principais nomes da gravura brasileira. As imagens, reproduzidas nos totens encontram-se no Museu de Arte de Londrina (MAL) e a reprodução, em três dimensões, foi confeccionada por Roberto Vendrametto.

intituladas: Pioneiros de Londrina, Índio Paranaense, Pioneiros, Paisagem Urbana, Londrina ao Sol – 1935, Londrina Antiga - Paisagem Urbana 1, Série Pioneiro, Londrina Antiga 2 - Paisagem Urbana 2, Porta de Bar, Catita, Homem Pioneiro, Menina Pioneira, Mulher Pioneira, Londrina Antiga - Paisagem Urbana 3.⁹⁵

O segundo totem, intitulado “Pioneiros de Londrina”, em suas três placas restantes, homenageia os pioneiros de uma forma geral, porém, destacando os pioneiros desconhecidos e os desbravadores. O terceiro totem presta uma homenagem aos povos indígenas, primeiros habitantes da região. Apresenta também fragmentos de narrativas do povo kaingang, único grupo remanescente, nos dias atuais. Os demais 13 totens apresentam, em ordem alfabética, a listagem de 3.800 nomes dos pioneiros que se cadastraram junto ao Museu Histórico. Lembrando que o cadastramento ampliou o recorte temporal para identificação do *ser pioneiro*, para 10 anos, tendo como datas-limite os anos de 1929 e 1939. Antes, tradicionalmente, na cidade, se considerava pioneiro quem tivesse chegado até 1935. O fichário de pioneiros do Museu Histórico seguia esta data limite.

Ainda que o nome do Memorial reforce, de certa forma, a tradição de celebração ao pioneirismo, no caso deste Memorial, o fato de se colocarem os 3.800 nomes de pioneiros, em ordem alfabética, e que chegaram na primeira década de formação da cidade, não destacando, de forma individual, este ou aquele por ser ligado à CTNP ou por ter se destacado na vida social, política ou econômica da cidade, trouxe um elemento novo à visão, então tradicional e hegemônica, na cidade, com relação aos chamados pioneiros que deram certo, ou seja, que se enriqueceram e/ou tiveram algum tipo de projeção política ou social.



Figura 76 - Memorial do Pioneiro⁹⁶



Figura 17 - Memorial do Pioneiro⁹⁷

⁹⁵ O 15º totem teve sua placa de identificação, da imagem, furtada. A SMC não tem registro do texto, referente à imagem.

⁹⁶ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

⁹⁷ Foto: idem.

Outro dado relevante refere-se aos dois totens homenageando os pioneiros desconhecidos e os índios que foram expropriados de suas terras. No primeiro caso, ao ampliar o conceito de pioneiro para todos aqueles que não tiveram seus nomes monumentalizados em vias públicas ou registrados e celebrados pela história oficial, procurou-se igualar, ainda que no campo da memória, os diversos personagens que ajudaram a construir a cidade: do técnico da CTNP ao trabalhador rural, do ferroviário ao diretor da estação ferroviária, do gari ao prefeito, etc.

Uma das placas, no totem dos pioneiros desconhecidos, intitulada *Os Desbravadores*, procurou homenagear aqueles que, antes da CTNP, já haviam se aventurado pelas matas da região, conforme apresentado na inscrição:

Mesmo antes de 1929, quando chegou a primeira Caravana da Companhia de Terras Norte do Paraná, alguns homens de coragem se aventuraram na grande floresta que dominava a terra vermelha. Foram eles os desbravadores da futura Londrina. A eles nosso respeito e admiração.⁹⁸

Esta inscrição, ao fazer referência àqueles que vieram antes da CTNP, serviu para lembrar às gerações futuras que a ocupação da região não teve como marco fundador a chegada da Companhia inglesa. A segunda placa deste totem, ao referenciar o pioneiro desconhecido, serve, também, para quebrar a então primazia das chamadas elites, enquanto herdeiras do legado pioneiro. Afinal, até então, na versão hegemônica da história local apenas os nomes vinculados à CTNP ou àqueles que se enriqueceram eram lembrados e celebrados. Homenagear aqueles que, por diversos motivos, seja de ordem social, política ou econômica, foram excluídos ou silenciados na memória pública, tem um grande significado, como demonstra a inscrição:

Nem sempre a história registra os nomes daqueles que a construíram. Na paz e na guerra, há heróis cuja identidade nunca se revelou. Assim, o pioneiro desconhecido de Londrina ficará na memória de todos nós: o nome se perdeu, o valor humano se perpetuou.⁹⁹

E no segundo caso, ao homenagear os diversos povos indígenas que aqui existiram, e ao grupo remanescente, os *kaingang*, que sobreviveu e ainda vive em uma reserva, distante da cidade, os idealizadores do Memorial procuraram dar visibilidade a esta memória silenciada e, de certa forma, prestar contas com o passado. Um passado de expropriação de terras, de

⁹⁸ Inscrição no Totem ao Pioneiro Desconhecido, do monumento Memorial do Pioneiro, Londrina.

⁹⁹ Idem.

conflitos que acabaram por dizimar milhares de indígenas, cuja história tem pouco espaço na tradicional narrativa em que, a CTNP, surge imponente como a grande empresa que trouxe o progresso e o desenvolvimento a uma área inóspita e desabitada em meio à floresta do Norte do Paraná.

O próprio título do totem já vem com um importante significado com relação à proeminência sobre a região: “Aos povos indígenas, primeiros habitantes destas terras, a homenagem dos londrinenses de todas as épocas.” Como já apresentado a história que se buscou consolidar na cidade partia sempre da expansão dos cafeeiros paulistas, avançando sobre o norte do Paraná e o celebrado processo de colonização da britânica CTNP. Os povos indígenas eram apenas um detalhe nesta jornada civilizatória. Era como se eles nunca tivessem existido na região. Este totem não só procura preencher esta lacuna da história londrinense como tece uma dura crítica ao processo de colonização do branco, ao relatar, por meio de fragmentos de narrativas indígenas, os efeitos sobre suas respectivas comunidades. São narrativas dos *Kaingáng* da Terra Indígena do Apucarantina, reserva situada no município de Tamarana, ex-distrito rural de Londrina.



Figura 18 - Memorial do Pioneiro - Xilogravura "Índio Paranaense"¹⁰⁰

Os fragmentos estão apresentados em língua *Kaingáng* com a tradução logo abaixo. Pela importância do significado, simbólico e histórico, dessas narrativas, irei reproduzi-las por inteiro, conforme expostas nas placas do totem:

¹⁰⁰ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

É muito grande a terra que o nosso pai deixou para nós, mas os não-índios entraram todos já. Agora nós só temos um pedacinho que está do outro lado do rio Apucarana grande. Tinha muitos peixes. Nós fazíamos sopas com os peixes. Tinha muitos palmitos. Então cortava palmitos novos que comíamos junto com o piche (milho torrado e moído). Então hoje eu estou passando fome. Eu não tenho mais nada. Meus joelhos estão doídos porque eu vendo meus balaios longe daqui.¹⁰¹

Aqui tinham muitos pinheiros. Quando caíam os pinhões eu comia. Aqui tinham muitas árvores, matos, palmitos. Eu tinha muitos alimentos no mato. Mas agora não tem mais, então os não-índios estão derrubando os pinheiros. A terra agora é dos não-índios também.¹⁰²

Eu tinha muitas ‘criações’, mas agora não tenho mais. Eu tinha muitas ‘criações’ que viviam nos matos, que eram as antas. Mas agora eu não tenho mais. Então agora eu não tenho mais o que comer. Por isso estou vendendo os balaios, para eu sobreviver.¹⁰³

O meu avô sempre dizia prá nós que um dia vai existir muitos fog (brancos) por aqui. Daí a área nossa vai diminuir bastante sim. Mas isso aconteceu mesmo! O meu avô era muito velho. Os cavalos irão obrar por aqui na terra de vocês, ele sempre dizia isso. Mas está acontecendo isso mesmo!¹⁰⁴

Fazendo uma breve comparação entre os dois projetos, do poder público, relacionados à preservação da história local, podemos fazer algumas observações. O projeto *Aqui tem História*, ainda que na proposta original ampliasse o universo de lugares a serem monumentalizados, acabou, quando de sua implantação, por dar destaque aos lugares tradicionalmente reconhecidos como sendo ligados ao processo de colonização de Londrina, onde a CTNP e o chamado pioneirismo se efetivaram, no imaginário, como mitos fundadores.

Já o *Memorial do Pioneiro*, mesmo ainda evidenciando a questão do pioneirismo, pelo próprio título do monumento, trouxe um novo olhar, mais crítico, com relação à história da cidade. O próprio processo de escolha do local, a ser construído o monumento, se configurou como uma disputa de memória. A direção do museu e a ASAM, ainda que, originalmente, tivessem o propósito e preocupação com a cobertura e preservação das composições ferroviárias, também tinham com relação à perspectiva do Memorial, até por uma questão de coerência para com a narrativa consagrada no museu, o objetivo, de um lugar de memória que referendasse os pioneiros em sua construção conceitual mais tradicional.

O monumento, implantado pela Prefeitura, proporcionou uma abertura mais crítica e plural da história da cidade. Colocar ao lado dos pioneiros, referências aos povos indígenas e de habitantes anteriores à chegada da CTNP trouxe para o espaço público, um outro olhar sobre o passado da cidade. A inserção desses personagens, por décadas, ocultados pela

¹⁰¹ Inscrição no Totem “Aos Povos Indígenas, texto do índio Váganh da Terra Indígena do Apucarantina, 1990”.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Inscrição no Totem ‘Aos Povos Indígenas’, texto do índio Gog Rá da Terra Indígena do Apucarantina, 1990.

narrativa tradicional, colocou na berlinda o então consensual mito do vazio demográfico, reiteradamente sedimentado por meio de publicações comemorativas. Mito este que sustentava a narrativa tradicional, a qual tinha na chegada da primeira caravana da CTNP o marco zero da cronologia dita oficial da história londrinense.

Mas como todo monumento ele também foi alvo de críticas. A começar pelo critério escolhido para se estabelecer a data de corte do período a que se tinha direito a receber o título de “pioneiro”. Segundo Vanda de Moraes,¹⁰⁵ participante da comissão que estabeleceu estes critérios, depois de muita discussão chegou-se ao consenso de se estabelecer o prazo de dez anos, a partir da data da chegada da primeira caravana da CTNP, 21 de agosto de 1929. Portanto todo aquele que, por meio de documentos, confirmasse sua chegada à cidade até o dia 21 de agosto de 1939, teria direito a ter seu nome inserido no monumento. Por outro lado, os que chegaram a partir do dia 22 de agosto de 1939 estavam automaticamente excluídos da homenagem. Segundo ela qualquer data de corte que se estabelecesse seria injusta, porém, como o projeto tinha como objetivo homenagear os pioneiros, nominando-os no Memorial, foi preciso estabelecer uma data limite.

Outra crítica veio do fato deste Memorial ter sido construído em uma praça que tem um amplo significado para a população, especialmente utilizada pelas camadas mais populares da sociedade. Na visão de duas professoras da Universidade este monumento, apesar de alguns avanços, ainda referendava o mito do pioneiro. E sua instalação em uma praça repleta de significados para a comunidade representou, na verdade, uma forma de apropriação da mesma por uma narrativa tradicional já estabelecida:

É importante mencionar, para o entendimento dos significados que atribuímos à instalação do memorial na Concha Acústica, que a mesma é um “ponto de referência” já consagrado pela população como espaço de ‘monumento’. Ela já se encontra inserida como diria Pierre Nora (1984), como ‘lugar de memória’ no imaginário local, pois está em região central, portanto, com visibilidade dada pela configuração espacial que lembra a ágora, ao sugerir a condição de espaço para encontros, debates, manifestações, etc.. Assim, não se trata de um lugar qualquer, mas sim daquele que está presente no cotidiano de trajetórias de vidas, lembrando a vinculação ao passado e fortalecendo a necessidade de pertencimento. É um monumento que já tem a condição estabelecida de mediador entre a memória individual e a coletiva, ao propiciar o contato entre a primeira, a do Eu com a dos ‘Outros’ e materializar parte da base comum de vida, além de revelar esforços para o enraizamento de ‘determinada memória’. A construção do memorial nos sugere ações que buscam superar a presença da memória dos

¹⁰⁵ Vanda de Moraes é historiadora e diretora do DPH/SMC de Londrina. Informação fornecida por e-mail em 08 ago. 2012.

‘anônimos’ em termos de espaço arquitetônico dedicado à expressão popular para a inserção do instituído, datado, nomeado.¹⁰⁶

Já para Sonia Adum, também historiadora da UEL, o Memorial apresentou importantes avanços conceituais, reflexos diretos de novas abordagens conceituais no campo do patrimônio e áreas a ele correlatas:

Apesar de o Memorial recolocar o “mito de origem”, tão comum nas representações acerca da cidade de Londrina, pode-se perceber, através da sua construção, significativas mudanças no conceito, ocasionadas seguramente, por revisões que têm sido efetuadas a respeito do patrimônio, da memória e da história, tanto no âmbito local e regional, quanto no nacional e internacional. (...) as revisões aconteceram no sentido de uma inversão que coloca no centro das análises as “memórias subterrâneas”.¹⁰⁷

Esta mudança de perspectiva patrimonial, por parte do poder público, com as ressalvas apresentadas, não surgiu do nada. O embate que foi a disputa conceitual e espacial do Memorial refletiu, por um lado, uma perspectiva política nova a partir do fato do comando do poder municipal estar, pela primeira vez na história da cidade, nas mãos do Partido dos Trabalhadores, considerado, especialmente naquele período, de esquerda. Por outro lado, houve todo um processo de produção de novas narrativas, mais críticas, relacionadas à história local, fruto de pesquisas vindas da academia, sobretudo da área da História.

2.7 - A crítica à narrativa tradicional: o outro lado do “Eldorado”

A partir da década de 1980 diversos trabalhos acadêmicos, mestrado e doutorado, especialmente das áreas de História e de Ciências Sociais, passaram a questionar a até então intocada história oficial da cidade. Lembrando que ao utilizarmos o termo *história oficial* de Londrina, estamos nos referindo a uma produção discursiva, já referenciada neste capítulo, que, por meio de crônicas, álbuns e publicações celebrativas buscaram evidenciar uma determinada narrativa da história da cidade. Esta narrativa “oficial” tinha como eixo explicativo a trajetória da CTNP, da cafeicultura, os quais seriam os únicos a proporcionar o

¹⁰⁶ CAINELLI, M. e TUMA, M. 2009, p.214.

¹⁰⁷ ADUM, Sonia M. S. L. Práticas Discursivas, Patrimônio e Memória: Monumento Memorial do Pioneiro. In: SILVA, Cláudia e MORAES, Vanda (org.) **Encontro Cidades Novas: a construção de políticas patrimoniais**. Londrina: Edição Humanidades, 2009, p.14.

desenvolvimento de Londrina e região, por meio do trabalho, de forma pacífica e sem conflitos. Como desdobramento, dessas novas leituras, sobre o passado da cidade, os chamados mitos fundadores da cidade, a CTNP e o pioneirismo, até então intocados e venerados, passaram a ser questionados e resignificados.

Essa crítica à história, até então consolidada, surgiu, primeiramente, de fora da academia. O empresário e escritor José Joffily lançou em 1984 seu polêmico livro “Londres-Londrina”. Polêmico por ter sido o primeiro a se colocar, publicamente, contra o discurso, então hegemônico de celebração da CTNP. O autor questionou o processo de vendas de terras do governo paranaense a um grupo britânico que, segundo ele, estava vinculado a um processo maior, dentro das relações entre o Brasil e a Inglaterra, e que tinha ligação com empréstimos e a dívida externa. Para ele o silêncio sobre a atuação do imperialismo inglês no Paraná não era ingênuo:

A autêntica versão estava bloqueada pelo silêncio ou pela raridade de fontes idôneas. Assim, nas páginas da história do Paraná difundiu-se uma simpática imagem do imperialismo inglês. Seus agentes são saudados como salvadores do Brasil. Na retórica dos colonizadores a cobiça – por mais desenfreada que seja – está invariavelmente mascarada pela abnegação, pela benemerência e pela filantropia.¹⁰⁸

Mas houve também, dentro da academia, alguém que referendasse a narrativa tradicional, especialmente, com relação ao discurso da CTNP. Jorge Cernev (1988), em sua pesquisa de mestrado, não apenas reconheceu o papel da CTNP, no processo de colonização da região Norte do Paraná, como também referendou o próprio discurso da Companhia de que suas atividades de colonização se deram dentro de uma perspectiva liberal, porém objetivando o bem estar social das comunidades em que ela esteve inserida.

Em 1989, Nelson Tomazi, em seu mestrado, na área de História, seguindo o caminho crítico de Joffily buscou desconstruir o discurso da CTNP. Analisando a propaganda utilizada pela Cia. buscou questionar alguns fundamentos que ajudaram a consolidar, no ideário local, o chamado “mito da Companhia”. Dentre eles estava o discurso de que a CTNP havia promovido um exemplo pioneiro de reforma agrária no país e que a ação dos pioneiros teria sido fundamental para o sucesso do empreendimento colonizador.

Sonia Adum, por sua vez, produziu uma pesquisa que é considerada uma grande referência para os trabalhos das mais diversas áreas da academia que vieram depois e que trataram da história de Londrina. Em seu trabalho buscou reconstruir a memória dos

¹⁰⁸ JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.31.

excluídos e suas formas de resistência no eldorado londrinense. Ao mesmo tempo analisou e questionou o *discurso de felicidade* implícito nas publicações celebrativas, relacionadas ao processo de ocupação da cidade e região, o qual omitia e silenciava outros personagens, então esquecidos:

Apesar da visão idealizada, ou do “discurso de felicidade” que se tem produzido e reproduzido, pensamos ser o movimento do capital algo que ocorre sempre de forma violenta. A instituição desta nova ordem tem como eixo a expropriação de terras e homens, levando à construção de novo comportamento e novas formas de vida que sempre se tentam impor aos dominados. Dentro dessa ótica, procuramos demonstrar como se comportou a vida dos homens em uma região em que todos se vangloriam de ser pacífica e ordenada; se foi diferente daquela que em todos os cantos se processou, onde camponeses viram-se ameaçados ou expulsos de suas terras, muitas vezes, sob grande violência onde, “vadios”, “aventureiros”, “mendigos”, “caftens”, “jogadores” e “prostitutas”, isto é, aqueles que não se submeteram a lógica férrea do trabalho então construída, foram, por vários mecanismos, afastados em nome do tripé: “ordem/progresso/civilização”.¹⁰⁹

Dentre as diversas fontes, utilizadas pela autora, visando dar voz a estes excluídos da memória oficial, estava o acervo de autos-criminais do Fórum da cidade, onde ficaram registrados os conflitos e o sofrimento de personagens que não tiveram espaço nas colunas sociais dos jornais.

Seguindo a perspectiva de Sonia Adum, outra historiadora, Rosemeire Castro (1994) também se enveredou por pesquisar sobre os personagens excluídos da narrativa oficial. Seu foco, porém, priorizou em analisar a ausência das mulheres nas narrativas e representações da história local. Eclipsadas pelo brilho dos pioneiros homens, as mulheres também foram silenciadas pelo discurso de ocupação da região. A autora também não deixou de questionar a ausência de outros segmentos da sociedade, especialmente dos grupos populares, nestes registros.

Em 1993, o historiador José Miguel Arias Neto, seguindo os caminhos de Sonia Adum, buscou lançar um olhar crítico sobre a representação da política em Londrina. Em sua pesquisa contextualizou determinadas representações sobre a cidade, em fases distintas da mesma, durante seu desenvolvimento, como *Terra da Promissão* e *Eldorado*, a partir de mecanismos construídos para reproduzir esse ideário. Ao mesmo tempo procurou mostrar as contradições e os silêncios da história local.

¹⁰⁹ ADUM, S. M. S. L., 1991, p.9.

Seguindo este mesmo olhar crítico sobre o passado local, o historiador Rivail Rolim (1999) investigou o controle social efetivado pela repressão policial na cidade. Sua pesquisa enveredou pelos bastidores e mecanismos utilizados pelo aparato repressivo para conter e normatizar as “ameaças sociais” que pairavam sobre a cidade de Londrina.

Com tantos “personagens-outros” vindo à tona, e reivindicando seu espaço na história da cidade, não demorou para que, o tema da boemia e da prostituição fosse investigada. Coube a Antonio Paulo Benatti (1996) e ao autor deste trabalho, Edson Holtz (2005), a tarefa de, em suas respectivas pesquisas, analisarem o universo da prostituição, suas representações, seus personagens e os mecanismos de repressão, exclusão e normatização, a que foram submetidos, dentro daquela que foi considerada, por muitos, como uma das maiores aventuras prostitucionais do país.¹¹⁰ Mesmo a zona boêmia, sendo um espaço democrático, de livre acesso para todos os grupos sociais, seus personagens, especialmente as prostitutas, tiveram, por décadas, suas existências, na narrativa da história oficial, devidamente apagadas.

Em 1997, Nelson Tomazi, agora em seu doutorado, voltou a questionar os mitos fundadores da cidade ao investigar as representações sobre o Norte do Paraná. O autor fez um balanço das imagens que foram construídas durante o século XX, dentro e fora da academia, destacando os silêncios produzidos em nome de determinadas fantasmagorias, verdades que, em tese, estariam estabelecidas de forma hegemônica na história da região.

Segundo ele, o discurso triunfalista da Companhia ocultou outras formas ilícitas de limpeza da área que foi colonizada. O silêncio da Companhia de Terras para com o destino dos indígenas e posseiros na região pode ser comprovado por meio de depoimentos e até mesmo nas entrelinhas do discurso da própria Companhia.

Com relação aos indígenas o autor lembrou que os mesmos não possuíam, sob o ponto de vista do branco, a posse nem a propriedade das terras. A CTNP, juntamente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), teriam feito o remanejamento dos grupos indígenas que habitavam as áreas compradas por ela.

Já, no caso dos posseiros, a própria CTNP atestou, em publicação própria, da necessidade que teve em pagar, por até três vezes, pelo preço das terras em litígio, tentando, dessa forma, evitar qualquer problema relacionado à posse e a legalidade das mesmas. O autor, porém, cita outras formas, ilícitas, de higienização do espaço que seria ocupado pela Companhia, perpetradas por agentes a ela ligados:

¹¹⁰ A zona de prostituição de Londrina cresceu de forma paralela ao desenvolvimento de Londrina. A riqueza gerada pela economia cafeeira e o fato da cidade ser a sede da CTNP, transformou este espaço boêmio, segundo fontes da imprensa, das décadas de 1940 e 1950, em abrigo para mais de cinco mil prostitutas (LEME, 2005).

Quanto aos caboclos, muitas foram as formas de expulsá-los. Uma das mais conhecidas foi utilizando uma polícia particular para não dizer “jagunços”, mais conhecidos como “limpa-trilhos” ou “quebra-milho” que se utilizavam de todos os meios para expulsar os caboclos e posseiros que, porventura estivessem nas terras da CTNP. Um dos expedientes mais conhecidos era aquele que seguia o seguinte ritual: num primeiro contato conversava-se com o posseiro, caboclo ou pretense proprietário. Se este aceitasse que as terras eram da propriedade da CTNP, ajustava-se um acordo e resolvia-se a questão. Do contrário se faziam ameaças iniciais. Da ameaça inicial, passava-se a prática de demonstrações, como a morte de parte da criação. Após isso, se não houvesse acordo, queimava-se a plantação existente. Se ainda persistisse o contencioso, podia-se utilizar último argumento: a morte do posseiro, caboclo ou possível proprietário. (TOMAZI, 1997, p. 270-271)

Segundo Tomazi esta descrição de violência, empregada extraoficialmente, para salvaguardar os interesses da CTNP, teria lhe sido feita por um morador antigo da cidade que, por motivos óbvios, solicitou que o mantivesse anônimo. Ele ainda teria afirmado ao autor de que entre as famílias, das chamadas elites londrinense, algumas teriam, entre seus membros, pessoas que teriam trabalhado para a CTNP como “limpa-trilhos”.

A contundência do relato acima é um exemplo de como determinadas lacunas foram, propositalmente, deixadas de lado na construção da história local. A partir desses trabalhos, que fizeram uma leitura crítica desta narrativa tradicional, com novas abordagens, enfocando novos personagens, fazendo uma leitura a contrapelo das fontes oficiais, desconstruindo determinadas verdades que até então seguiam intocadas e sedimentadas, foi possível construir outras narrativas sobre o passado local. Questionando, inclusive, lugares de memória que serviam como suporte material dessas representações da cidade. Como bem observou Paoli:

A construção de outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. (PAOLI, 1992, p.27)

Esta produção acadêmica também serviu para acirrar o debate para com a perspectiva museológica, até então adotada pelo Museu Histórico de Londrina. O Museu, mesmo ligado administrativamente e academicamente à Universidade, continuou a ser o grande reduto de preservação e manutenção da narrativa mais tradicional da história local, por conta da perspectiva historiográfica de seus dirigentes e do trabalho de resistência, a qualquer mudança

conceitual na exposição histórica, promovido constantemente pela ASAM, como poderemos ver no próximo capítulo.

2.8 - Um museu para coroar o Jubileu de Prata

A ideia de concepção de um Museu Histórico para Londrina teve sua origem na década de 1950, mais precisamente em 1959, ano de comemoração do jubileu de prata da cidade. A partir de registros no jornal Folha de Londrina, datados de fevereiro de 1959, podemos deduzir que o ano do Jubileu de Prata proporcionou o clima que faltava para que o projeto de se viabilizar um museu para a cidade encontrasse eco junto à comunidade local. Em um pequeno artigo, intitulado “Museu de Londrina”, publicado por José de Oliveira Rocha, o autor reforçou a preocupação e a importância de se pensar em um projeto de museu para a cidade:

Penso que já era tempo de cogitar da fundação do Museu de Londrina. Sobre o assunto, aliás, já se tem conversado, inclusive no ROTARY local; contudo, nada, até hoje, foi feito de concreto. Tenho, para mim, que comemoração melhor não há de se fazer, neste período dos festejos do vigésimo quinto ano da cidade, que a criação desse MUSEU e é, inegavelmente, uma oportunidade feliz, para o prefeito a assinatura de um ato, que lhe ligará, indiscutivelmente, o nome à história da cidade. Apesar de com pouca idade, já tem Londrina muita coisa a recolher, para contemplação dos porvindouros e que sirva, no futuro remoto, de elemento precioso para esclarecimento da história dos primeiros dias da cidade. Porque não ir, então, dede já, recolhendo esse subsídio?¹¹¹

Neste mesmo artigo, o autor lembrou que a ideia de um Museu para a cidade remonta à época em que a CTNP demoliu seu velho barracão de escritórios e o reproduziu, sob forma de maquete, como uma lembrança a ser ofertada a Londrina. Estaria neste ato, segundo o autor, o germen de uma preocupação em salvaguardar a memória da colonização da cidade. Para o autor, o jubileu de prata, seria um bom motivo para que o prefeito oficializasse a criação do referido espaço de memória:

A ideia do Museu de Londrina não é minha. Ela vem de longe e remonta à época em que a C.T.N.P., demolindo o velho barracão dos escritórios da firma, reproduziu-o exatamente, como lembrança a ser ofertada ao município. A reprodução, por sinal, ainda está nos novos escritórios da Cia.,

¹¹¹ ROCHA, José de Oliveira. **Folha de Londrina**, Londrina, p.8, 22/02/1959.

a espera de local próprio, que será, inegavelmente, o Museu. É preciso, portanto, construir. Se isso não for possível, pelo menos que, ao criá-lo, localize-o o prefeito em uma das dependências do Paço Municipal. Aqui fica, pois, a lembrança da ideia, que é de outros e vem de longe, para que não morra. Fica, também, o alvitre da localização do Museu, no edifício da própria Prefeitura. Quem sabe dará o prefeito, neste ano jubilar, esse prêmio à cidade?¹¹²

Como podemos observar a perspectiva de formação de um museu foi constituída a partir dos festejos do Jubileu de Prata, tendo como referencial o processo de colonização, onde a CTNP desponta como grande ícone de memória. Também é interessante notar que um possível lugar para instalação, dessa instituição de memória, como sugeriu o autor do artigo, seria o próprio prédio da Prefeitura, buscando, dessa forma, garantir um apoio institucional do município, visando sua estruturação.

A movimentação para criação de um museu para Londrina foi assunto nas reuniões do Rotary Club local. Em seus boletins internos, o tema do museu ganhou destaque na publicação interna da entidade. Em novembro de 1960 o Boletim divulgou o resultado de uma enquete, realizada com cerca de 20 pessoas, de variadas atividades da comunidade londrinense, sobre possíveis questões que deveriam ser contempladas visando a criação deste para a cidade. Questões como a possível localização, especialidades temáticas, administração, manutenção e se a instituição teria ou não sócios contribuintes fizeram parte da enquete. Segundo o Boletim a maioria dos entrevistados considerou ser importante que o futuro museu se localizasse na área central da cidade, objetivando dar maior acesso ao público. O museu deveria, também, contemplar outras áreas, além da História, como: “Artes Plásticas, Música, Geografia, Economia, Cinema, etc..”¹¹³

Percebe-se que a demanda por outras áreas culturais e do conhecimento confirmava a carência destas, na cidade. Mais que um museu as pessoas entrevistadas pleiteavam uma espécie de centro cultural que abrigasse diversas atividades. O modelo de gestão, se administrado pelo poder público ou pela iniciativa privada, também foi tema da enquete. A maioria, segundo o Boletim, sinalizou para uma administração de caráter misto, reunindo entidades particulares e o poder público, em uma autarquia municipal. Mesmo com a publicação dos resultados da enquete e os apelos ao prefeito municipal, o museu não foi criado.

Em 1961, o diretor e redator do Jornal *Newsy* de Londrina, Antonio Vilela de Magalhães, retomou a questão publicando diversos artigos em prol da criação do museu. Em

¹¹² Id., 1959, p.8.

¹¹³ O MUSEU de Londrina. **Rotary Club de Londrina**, Londrina, pp.1-2, 18/11/1960.

um deles reforçou a importância de um museu para dinamizar ações de caráter cultural e educativo na cidade:

Um museu é um órgão cultural por excelência. Capaz de desenvolver atividades dinâmicas, de padronização da cultura e pode através de seus departamentos apresentar-se didaticamente, como coadjuvante das atividades educativas escolares, servindo a professores e alunos. Unindo seus associados e colaboradores, atendendo os mais diversos interessados, aglomerando departamentos específicos, de história, geografia, artes plásticas, teatro, música, literatura e poesia, bem como uma biblioteca geral conselho expressivo, talvez seja uma das mais acertadas formas de aglomerar os interesses culturais de uma cidade como Londrina..¹¹⁴

O fato de neste artigo a questão da multiplicidade de áreas, a ser contemplada no futuro Museu, se assemelhar ao publicado no Boletim semanal do Rotary, não é mera coincidência. Afinal, o jornalista Vilela também era diretor do Boletim semanal do Rotary. O Rotary Club reunia, no período, profissionais liberais, empresários, jornalistas, fazendeiros, o que credenciava a entidade, em termos sociais e políticos, certo poder de influenciar nas questões relativas à cidade e nas decisões do poder público municipal.

Em novembro de 1961 a Comissão de Serviços Internos, do *Rotary*, deliberou por iniciar os preparativos para a criação do museu. A proposta previa a criação de um Conselho dirigente, tendo como sede provisória a própria secretaria do Rotary. Previa-se a busca de um futuro local para transferência da sede do museu. O dia 10 de dezembro daquele ano foi a data escolhida para realização da Assembleia, para criação da instituição. A Prefeitura seria mobilizada para incluir nos festejos do aniversário a fundação do museu. O reitor da Universidade do Paraná também seria convidado. Foram elencados cinco objetivos que fariam parte dos estatutos da instituição:

- 1 – Constituir patrimônio cultural e artístico, compreendendo elementos quer sejam de arte ou de cultura histórica regional ou extra-regional, quer sejam de quaisquer ramos do conhecimento humano, que possam a vir a interessar à população de Londrina;
- 2 – Colocar este patrimônio ao alcance de seus sócios e consulentes da maneira mais acessível e democrática, preservados os justos interesses e direitos do Museu;
- 3 – Promover sessões culturais, conferências, cursos, aulas, exposições e todas as formas de reuniões de objetivo didático, bem como intercâmbio com instituições congêneres ou pessoas, do país e do estrangeiro;
- 4 – Incentivar a pesquisa científica e artística através de todos os meios ao seu alcance;

¹¹⁴ MAGALHÃES, Antonio Vilela de. Museu de Cultura de Londrina. **Jornal Newsy de Londrina**, Londrina, 27 mai, 1961, p.2.

5 – Através da autonomia dos seus vários departamentos alcançar o máximo rendimento dos seus propósitos e manter, dentro de sua orientação geral, um programa cultural e artístico sempre de padrão elevado;¹¹⁵

Pelos objetivos citados confirmou-se a ideia de um museu que promoveria atividades culturais das mais diversas, além de deixar em aberto a amplitude do acervo a ser constituído.

A Assembleia para criação do museu inicialmente marcada para acontecer em um clube social da cidade, o Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, foi, posteriormente, transferida para o salão nobre da Prefeitura. A criação do museu mobilizou diversas autoridades municipais. Além do prefeito Milton Menezes estiveram presentes: o presidente do Rotary, o juiz da 4ª Vara da Comarca, o diretor da Faculdade de Direito, o presidente da Associação Comercial, o presidente da Associação dos Professores do Norte do Paraná, o presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo da Faculdade de Filosofia, vereadores, professores, rotarianos, representantes da imprensa local e o pioneiro Oswald Nixdorf, representando os pioneiros da cidade.¹¹⁶

Nesta solenidade foi eleita a diretoria provisória tendo a frente, como presidente, o ex-governador do *Rotary Club* de Londrina, o Sr. Francisco Pereira de Almeida. A maioria dos cargos foi ocupada por membros do *Rotary*. Chama a atenção a participação nesta diretoria provisória, além de um juiz representante do poder judiciário, do arcebispo da cidade, Dom Geraldo Fernandes. A efetiva participação de membros dos diversos poderes locais confirmava a importância e relevância, naquele momento, da criação do referido museu para a cidade.¹¹⁷ A solenidade de criação foi destaque nos principais jornais da cidade. (figura 16)

Passadas as comemorações a diretoria eleita se reuniu em janeiro de 1962 visando efetivar a estruturação do museu. Ainda sem sede própria vislumbrou-se, para o mês de março do mesmo ano, como primeira atividade, uma exposição sobre o índio brasileiro em parceria com o Museu Paranaense.

Visando angariar peças e objetos para a seção de História do Museu chegou-se a promover uma noite de doações. Porém, como afirmou a ex-diretora do MHL Conceição Geraldo, “o museu não foi levado adiante e estas primeiras doações se dispersaram [...]”¹¹⁸

¹¹⁵ MUSEU de Londrina em organização. *Rotary Club de Londrina*, Londrina, pp.1-2, 17/11/1961.

¹¹⁶ FUNDADO o Museu de Cultura de Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, p.3, 12/12/1961.

¹¹⁷ MUSEU de Cultura de Londrina. *Rotary Club de Londrina*, Londrina, p.1, 22/12/1961.

¹¹⁸ Entrevista de Conceição Geraldo, outubro de 1989. Acervo de História Oral do CDPH; Algumas das peças e objetos arrecadadas nesta noite de doações, posteriormente, foram repassadas, já no final da década de 1960, ao Museu criado pela FEFCLL.



Figura 19 - Assembleia de fundação do Museu da Cultura de Londrina¹¹⁹

A não efetivação da estruturação do Museu não desanimou o jornalista Antonio Vilela de Magalhães que, em artigo no Boletim semanal do Rotary, considerou como mérito do movimento pela criação do Museu de Cultura de Londrina, a discussão pela criação de uma Universidade na região Norte do Paraná. Ao mesmo tempo lembrou que apesar do revés inicial do projeto do museu apontou duas razões para insistir nele: “1º - a ideia é boa e deve ser conduzida, ainda que, no futuro o acervo constituído passa [e] à Universidade; 2º - Londrina é razão suficiente para um experimento dessa ordem, principalmente porque tudo o que nela se pretende se consegue.”¹²⁰

Apesar de toda mobilização, entusiasmo e iniciativa do Rotary, envolvimento da prefeitura, autoridades e comunidade, o Museu de Cultura de Londrina ainda que tenha sido oficialmente criado, com eleição de uma diretoria provisória, acabou não se estruturando. Talvez o fato de a sede provisória, do referido museu, se confundir com a da secretaria de uma entidade privada, no caso o Rotary Club, tenha desestimulado um maior envolvimento da comunidade.

O fato é que, provavelmente, como reflexo desse movimento e discussão, anos depois, nas salas de aulas do curso de História da FEFCLL, seria gestado um novo movimento visando à criação de um museu histórico para a cidade. Este por contar com o suporte da Faculdade e, com o envolvimento de alunos e professores dos cursos de História e Geografia, conseguiu se efetivar, culminando com sua criação oficial em 18 de setembro de 1970. Sua

¹¹⁹ Folha de Londrina, 12 dez. 1961, p.3.

¹²⁰ MAGALHÃES, Antonio Vilela. O Museu de Cultura de Londrina. **Rotary Club de Londrina**, Londrina, 03 ago. 1962, p.1.

história, transformações, mudanças e reformas, bem como os personagens que participaram de sua trajetória, serão apresentados e analisados nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3: DESCOBRINDO O PALCO – O MUSEU E SUA TRAJETÓRIA

A história do Museu Histórico de Londrina apresenta algumas especificidades, que serão neste capítulo analisadas. O fato de ser um Museu criado e administrado por uma universidade e ocupar o prédio de uma antiga estação ferroviária, o torna uma instituição repleta de significados para a cidade.

Dessa forma, neste capítulo, será apresentada a trajetória do Museu enquanto instituição. Sua criação, estruturação e busca por um espaço mais adequado para suas atividades. A importância do papel dos diretores, enquanto comandantes, desta Nau de memória é enfatizado, sobretudo, para se revelar as escolhas museais impetradas em seu processo de constituição enquanto principal Museu da cidade.

O prédio, que o MHL ocupa, também será analisado como um edifício-monumento, carregado de símbolos e memórias. A história da ferrovia e seus silêncios, pouco lembrados na exposição de longa duração do Museu, recebem aqui uma maior atenção.

A história do ensino superior em Londrina e posterior consolidação da Universidade, é o outro elemento fundamental para se compreender a trajetória do MHL. As relações entre o Departamento de História e o Museu, criador e criatura, são aqui evidenciadas, especialmente os conflitos e embates relacionados às transformações pelas quais passou a historiografia, com relação ao fazer museal.

3.1 - Dos porões à Estação

Como já apresentado, no capítulo anterior, a primeira tentativa de se criar um Museu para Londrina, em movimento liderado por rotarianos, acabou naufragando no início da década de 1960. A segunda tentativa obteve êxito e foi gestada nas salas de aulas do curso de História da antiga FEFCLL.

A proposta da constituição de um museu e de um arquivo histórico para Londrina foi amadurecendo aos poucos. Segundo diversos depoimentos¹²¹, a então aluna e futura

¹²¹ Os primeiros trabalhos relacionados à constituição do Museu não foram registrados em atas ou documentos oficiais da Faculdade. Existem alguns registros nos jornais locais. A ausência de maiores registros textuais, sobre os primeiros anos de formação do Museu, foram, de certa forma, contornados com as informações obtidas pelos

professora do Departamento de História, Célia Moraes de Oliveira, após participação em um curso teria voltado entusiasmada com a possibilidade de se criar um museu histórico para a cidade. A ideia recebeu apoio dos professores do departamento de História e posteriormente de outros docentes dos demais departamentos da Faculdade.

A história do museu, de seu primeiro espaço, nos porões da Faculdade até sua instalação definitiva no prédio da antiga estação ferroviária, pode ser dividida, para efeitos didáticos de análise, em uma periodização que contempla três fases. A primeira durante o período em que o museu é criado e se constitui enquanto lugar de memória em salas dos porões da FEFCLL (1969-1986); Na segunda a partir do momento em que o museu é transferido para o prédio da antiga estação ferroviária e se transforma na grande referência de memória da cidade (1986-1997), e na terceira, quando ocorre um grande processo de revitalização que transformou o museu em uma instituição com expositores e instalações modernas (1997-...).

Em termos de museografia podemos conceituar as duas primeiras fases como sendo de um “museu-memória” e a última como um “museu-narrativa”. A análise desses conceitos e, de sua relação com estas fases da história do museu, será apresentada no capítulo quatro.

Um Pequeno Porão e muitas Histórias

Para formar o acervo do futuro museu, alunos e professores iniciaram, a partir de 1969, junto à comunidade, um movimento visando coletar peças, objetos e documentos relacionados à história da cidade e da região norte paranaense. Neste processo quatro professores se destacaram: Carlos Weiss, então professor de História da Arte e História Antiga e Medieval, Maria Dulce Alho Gotti, da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, Célia Moraes de Oliveira, da disciplina de História Medieval e Maria Aparecida Silva, da disciplina de História Contemporânea. Com apoio dos alunos e demais colegas dos cursos de História e de Geografia organizaram o processo de coleta do acervo.

Desde o início, Carlos Weiss ficou responsável pelo trabalho com os objetos e peças e Maria Dulce com a documentação. A proposta inicial de um museu histórico foi ampliada

depoimentos de três ex-diretores e da mais antiga funcionária do Museu. Depoimentos de: Olímpio Luis Westphalen (1979); Conceição Aparecida Duarte Geraldo (1989 e 2013); Marina Zuleika Scalassara (2012) e José Cezar dos Reis (2013).

para a criação, também, de um arquivo histórico que teria como objetivo acumular, organizar e preservar os documentos que não se encaixassem na categoria de peças e objetos. Esta divisão de competências relacionadas a quem deveria se responsabilizar pelo acervo documental provocou, anos mais tarde, algumas divergências, entre os responsáveis pelos dois órgãos de memória.

Visando a formação do acervo, os alunos do curso de História eram incentivados a buscar doações de peças e documentos em Londrina e nas suas cidades de origem e recebiam notas por este trabalho.¹²² Segundo Conceição Geraldo, vários docentes do Departamento passaram a direcionar suas disciplinas, com o intuito de transformar em atividades acadêmicas esse processo de coleta de documentos e peças. Essa atividade tinha como objetivo abastecer o futuro museu e arquivo de acervos. A perspectiva adotada direcionava este processo de pesquisa e de coleta para questões relacionadas aos colonizadores da região. Conceição Geraldo lembra ainda que os alunos deveriam “[...] levantar toda história da criação da fundação dos seus municípios, da colonização, [...] daqueles pioneiros que realmente marcaram de alguma forma sua passagem por cada um dos municípios [...]”¹²³

Ao evidenciar os “pioneiros que realmente marcaram [...] sua passagem” os holofotes dos pesquisadores, e formadores do futuro acervo, dentre as inúmeras doações recebidas, acabaram por priorizar os chamados homens de destaque da sociedade. Aqueles que, socialmente, economicamente e/ou politicamente, alcançaram postos-chaves no poder local. E foi dentro dessa perspectiva seletiva que o acervo do MHL foi sendo constituído.

A preocupação que movia professores e alunos na criação dessas instituições de memória estava não só na ausência da existência dos mesmos, mas, também, com as profundas mudanças que a cidade vivenciava. A modernização da cidade, especialmente a partir do final da década de 1950 e início dos anos 1960, provocou a demolição de inúmeros prédios antigos. Outro fato, relevante no período, era o envelhecimento e desaparecimento de diversos moradores que haviam chegado à cidade no início de sua colonização.

O museu, enquanto futura instituição de memória, pelo fato de estar sendo organizado por professores de uma Faculdade, promoveu certo recorte na seleção do que seria privilegiado como objeto e documento, merecedores de serem preservados enquanto acervo histórico para a cidade. Para tanto é importante lembrar que a maioria dos professores desse período não era formada em História. Havia poucos historiadores no Departamento. Segundo

¹²² Depoimento de Marina Zuleika Scalassara (2012). Segundo Zuleika, várias peças que haviam sido doadas, no início da década de 1960, na primeira tentativa de criação de um Museu para a cidade, acabaram sendo entregues ao Museu da Faculdade durante este movimento.

¹²³ Depoimento de Conceição Geraldo (1989).

ex-alunos¹²⁴ daquele período, dentre os docentes que ministravam aulas para o curso de História havia advogados, padre e um agrimensor. Essa diversidade de profissionais não graduados em História, aliada a uma formação mais tradicional, do ponto de vista historiográfico, por parte dos poucos historiadores docentes, influenciou na elaboração do conceito de museu que se estava criando. A perspectiva tradicional pode ser identificada pelo fato de se valorizarem a coleta de objetos e documentos textuais de "valor histórico", relacionados à grande epopeia da colonização da cidade.

Posteriormente, já na década de 1980, os docentes historiadores remanescentes desse período passaram a ser identificados, pelos novos professores do departamento de História, como sendo positivistas.¹²⁵

No decorrer do processo de acumulação e seleção do acervo, os chamados pioneiros que, como já demonstrado no segundo capítulo, faziam parte de certa seleção dentro da construção do ideário da colonização, vinculados à saga da Companhia de Terras, tiveram proeminência. Esta narrativa da história cidadina marcaria a gênese tanto do Museu quanto do futuro Arquivo Histórico, porém, será no museu que a resistência a mudanças, com relação à perspectiva museal, de acordo com as novas abordagens trazidas à luz pelas novas perspectivas historiográficas, nas décadas de 1980 e 1990, seria mais efetiva, vindo a consolidar-se com o passar dos anos.

Inicialmente e, extraoficialmente, o museu passou a ser denominado, Museu Geográfico e Histórico do Norte do Paraná. O *geográfico* do nome deveu-se à participação de alguns docentes do curso de Geografia, bem como pela perspectiva de que o futuro acervo contemplaria, além da história, artefatos arqueológicos e geológicos. Outro dado relevante, diz respeito ao fato de que no processo inicial de coleta de peças, muitos fragmentos e objetos indígenas foram doados ao Museu.

A abertura de abrangência para *Norte do Paraná* foi justificada pelos professores, pelo fato de Londrina exercer, no período, certa liderança regional não só como polo estratégico na economia e crescimento populacional, mas também pelo fato de ter sido a sede da CTNP. A ausência de instituições de memória, como arquivos e museus, nas cidades da região também influenciou esta preocupação.

A campanha de arrecadação de peças e documentos foi bem recebida pela população. Diversos objetos do cotidiano bem como ligados ao universo do trabalho, tanto no campo quanto em ofícios urbanos, foram direcionados para o museu. A crescente chegada de doações

¹²⁴ Depoimentos de José Cezar dos Reis (2013) e Jorge Cernev (2013).

¹²⁵ Depoimento de Cristiano Gustavo Biazzo Simon (2012) e Sonia Maria Sperandio Lopes Adum (2013)

aos recém formados museu e arquivo superou as expectativas de seus coordenadores. A não existência de espaços específicos para um arquivo e um museu na cidade, assim como, o aumento das doações que não paravam de chegar, foram contornadas com a cessão de duas salas, nos porões da FEFCLL, ao lado da secretaria da Faculdade, pelo então diretor Iran Martins Sanches.

As condições no início eram bastante precárias. O porão além de pouco ventilado, sofria com infiltrações de água e com o barulho dos alunos nos horários de intervalo. Durante o dia o prédio abrigava um colégio estadual.¹²⁶ O espaço reservado para o Museu era pequeno, fazendo com que as peças, ainda a serem catalogadas, ficassem expostas, já que não havia uma sala específica para a reserva técnica. A precariedade do espaço era a justificativa, do então responsável, Carlos Weiss, da não abertura do museu para visitas. A preocupação inicial estava em catalogar as peças doadas. Do mesmo modo, com relação aos documentos, Maria Dulce deu prioridade para o trabalho de registro da massa documental.

O museu não contava com funcionários. Apenas, Carlos Weiss, juntamente de alguns alunos, se responsabilizava pela catalogação das peças doadas. (figura 20)

Segundo Zuleika Scalassara, primeira funcionária e futura museóloga do museu, no início apenas Carlos Weiss cuidava do museu e Maria Dulce do Arquivo.¹²⁷ Ainda que estes dois professores tenham tomado a frente no processo de coleta de peças e de documentos, segundo notícia divulgada no jornal Folha de Londrina o museu estava dividido em seções, contando com o apoio de outros professores:

Em reunião realizada ontem à tarde na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, foi constituída a comissão provisória que ficará incumbida de tratar da organização do Museu do Norte do Paraná. Posteriormente à organização será constituída a diretoria da entidade. A comissão organizadora ficou assim constituída: coordenador geral, padre Carlos Weiss; seção de Geografia Humana, prof^a. Yoshiya Nakagawara; Geografia Física, professor João Antonio Calvo; História, prof. Jorge Cernev; Antropologia, professor Mário Borges Maciel; Arquivos e Documentos, professora Maria Dulce Alho Gotti; e Relações Públicas, Leonardo Henrique dos Santos. (...)”¹²⁸

¹²⁶ Depoimento de Marina Zuleika Scalassara (2012).

¹²⁷ Marina Zuleika Scalassara, graduada em Pedagogia e Orientação Educacional, foi contratada em 1970 pela FEFCLL para trabalhar na tesouraria. Em 1972 foi transferida para o Museu. Posteriormente se especializou em Museologia em São Paulo.

¹²⁸ MUSEU de Londrina tem comissão organizadora. **Folha de Londrina**. Londrina, 19 nov. 1969, p. 12.



Figura 20 - Alunos da FEFCLL catalogando peças do Museu ¹²⁹

Na mesma notícia do jornal a população foi alertada de que haveria um plantão, as terças-feiras, no período da tarde, na sala ao lado da diretoria da Faculdade, para recebimento de doações para o Museu.

Mesmo que instalado de forma precária nos porões da Faculdade o Museu passou a contar com um diretor. Carlos Weiss por estar liderando o processo, como coordenador geral, foi nomeado, oficialmente, diretor do Museu pela direção da FEFCLL no ano de 1970.¹³⁰ Weiss demonstrou desde o início um maior interesse pelo trabalho junto ao Museu, motivado principalmente por sua infância na Alemanha. Aliás, sua trajetória pessoal, ainda que pouco documentada, merece um aparte. Ele nasceu em 1910, na cidade de Colônia, Alemanha. Seu pai trabalhou como conservador no museu da cidade o que proporcionou a ele, desde a infância, um contato precoce com o mundo museal. Em sua terra natal cursou o Seminário Maior da Arquidiocese de Colônia. Posteriormente estudou na Faculdade de Teologia de Salzburgo, na Áustria. Chegou ao Brasil em 1939 e inicialmente prestou serviços religiosos na Diocese de Teresina, no Piauí. Depois, em 1942, se transferiu para a cidade de São Carlos, no interior paulista. Em seguida nova mudança, agora para o Paraná, vindo a atuar entre os anos de 1954 e 1955 nas cidades de Jacarezinho e Sabáudia.¹³¹

¹²⁹ MUSEU de Londrina tem comissão organizadora. **Folha de Londrina**. Londrina, 19 nov. 1969, p. 12.

¹³⁰ O MHL foi criado oficialmente no dia 18/09/1970, com o nome de Museu Geográfico e Histórico do Norte do Paraná.

¹³¹ Depoimento de Olímpio Luiz Westphalen (1979).

O temperamento forte de Carlos Weiss provocou alguns atritos em sua passagem pela paróquia de Sabáudia, fato este que teria acelerado sua transferência para Londrina. Passou então a se dedicar ao magistério, ministrando as disciplinas de História e Geografia. Em Londrina foi diretor do Ginásio Diocesano Nossa Senhora de Fátima. Em 1958 foi convidado para ser professor da disciplina de História Antiga e Medieval da FEFCLL, sendo nomeado catedrático interino no mês de abril de 1962. Esta nomeação só foi possível após a obtenção de sua cidadania brasileira. Desenvolveu a docência e a direção do Museu até sua morte em 1976.

Por ter sido um dos fundadores e primeiro diretor foi homenageado, postumamente, em outubro de 1978, pelo Conselho Universitário da então Universidade Estadual de Londrina, com a denominação de seu nome para o museu.¹³² A partir desta data, que se mantém até os dias atuais, o museu é oficialmente nominado como Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Com a criação da Universidade e transferência dos cursos para o campus universitário o Arquivo Histórico e o Museu foram espacialmente separados. O Arquivo acompanhou o curso de História e foi instalado no primeiro andar do novo prédio do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH). Já o museu permaneceu ainda por mais 15 anos nos porões do prédio onde passou a funcionar apenas o Colégio Estadual Hugo Simas. Os diretórios acadêmicos de Direito e o de Humanas - Diretório Acadêmico Rocha Pombo (DARP), desocuparam seus espaços, os quais faziam divisa com as salas originais do Museu. A transferência do Arquivo e dos diretórios acadêmicos proporcionou uma ampliação do espaço do museu. Uma pequena reforma foi realizada para melhorar a ventilação do local. Finalmente, desde sua criação, o museu passou a contar com um espaço maior para acondicionar seu acervo e poder realizar pequenas exposições.

Esta primeira fase do museu mais lembrava um gabinete de curiosidades. A falta de espaço para uma reserva técnica obrigava os responsáveis pelo museu em deixá-las no entorno das salas do porão. Os objetos, dos mais diversos, como chaleiras, utensílios domésticos, pequenos móveis e aparelhos, eram alocados neste espaço evidenciando-se apenas uma divisão entre peças indígenas e objetos relacionados ao processo de colonização da cidade.

¹³² Resolução do Conselho Universitário de nº 498/78. No entendimento da nova museologia os museus só devem receber nomes de pessoas ou instituições se contemplarem, em seus espaços internos, os acervos dos respectivos homenageados. O que não é o caso do Museu Histórico de Londrina.

Por meio das imagens (figuras 21 a 24) é possível perceber a quantidade de artefatos, objetos e a precariedade do espaço. No início dos trabalhos, tanto de coleta quanto de registro das peças e objetos, os professores e alunos não contavam com orientação técnica especializada.



Figura 21 - Objetos do acervo do MHL nos porões da FEFCL¹³³

A maioria dos objetos e documentos que chegavam ao Museu vinha de doações da comunidade de Londrina e região. Muitas famílias faziam questão de colaborar com a instituição. Além das doações o Museu, especialmente em sua primeira etapa, na década de 1970, formalizou a compra de objetos de alguns pioneiros. É o caso das peças, oferecidas e posteriormente adquiridas pelo Museu, do pioneiro Kurt Jakowatz. Um recibo, assinado por Jakowatz, confirma a venda ao Museu, por CR\$1.300,00 [um mil e trezentos cruzeiros], dos seguintes objetos: “[...] uma espingarda, um facão do mato, duas foices, um machado, um moinho, uma chaleira, uma forca, um arreo com cabresto, duas panelas, uma trena (sem fita), duas rodas de carroça de madeira, uma serra, uma fotografia ampliada com moldura e uma mesa.”¹³⁴

¹³³ Foto: acervo do MHL [década de 1970].

¹³⁴ MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. Recibo. Londrina, 04/10/1971. Acervo do MHL.



Figura 22 - Objetos do acervo do MHL nos porões da FEFCLL¹³⁵

Com o crescimento das doações, o diretor criou o primeiro organograma da instituição. Ele estruturou o museu dividindo-o em cinco divisões: Colonização, Antropologia, Paleontologia, Assuntos Indígenas e Café. A divisão de Café fora assim nomeada visando ser o embrião de um futuro Museu do Café do Paraná, o qual seria ligado ao próprio museu.¹³⁶



Figura 23 - Objetos e móveis do acervo do MHL nos porões da FEFCLL¹³⁷

¹³⁵ Foto: acervo do MHL [década de 1970]

¹³⁶ Depoimento de Conceição Aparecida Duarte Geraldo (1989).

¹³⁷ Foto: acervo do MHL [década de 1970]



Figura 24 - Artesanato indígena do acervo do MHL nos porões da FEFCLL ¹³⁸

Pelo que pudemos observar, a perspectiva museológica de Weiss era a de formação de um Museu que contemplasse tanto a História da cidade e região como também a chamada História Natural. A forte influência da museologia europeia, do século XIX, especialmente, relacionada à concepção dos chamados Museus de História Natural, ficou evidente no modelo que Weiss desejava consolidar para o Museu de Londrina.

Mesmo priorizando a história de Londrina e região Norte do Paraná, Weiss, por ser especialista em História Antiga, buscou trazer para o Museu peças arqueológicas. Algumas delas foram doadas pelo departamento de Antropologia da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, litoral do Estado, ao Museu, atendendo ao pedido feito por Weiss. ¹³⁹

Muitos dos professores, colaboradores do Museu, trabalhavam com a perspectiva de formação de um Museu que celebrasse os mitos fundadores da cidade, evidenciando uma potencial herança britânica. Weiss por outro lado e de forma até surpreendente buscou constituir um acervo que também contemplasse um dos maiores grupos de migrantes nacionais que vieram para Londrina, os nordestinos. Em um ofício, circular, endereçado a vários prefeitos, vigários e bispos, de cidades do Estado da Bahia, ele apresentava um aluno da Universidade, colaborador do Museu, autorizando o mesmo a coletar peças e receber donativos para o acervo. No texto do ofício ele procurou explicar a importância de se buscar,

¹³⁸ UNIVERSIDADE Estadual de Londrina. **O que é a UEL**. Londrina: UEL, 1974.

¹³⁹ Ofício nº 14/73. Departamento de Antropologia da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. 04/04/1973 - Acervo do MHL.

para o Museu, a cultura material dos diversos grupos que colonizaram a região norte paranaense:

O Museu se propõe representar a Geografia e a História da Região Norte do Paraná, a vida rural e urbana de sua população. Sendo a colonização de nossa região de data recente, nós nos empenhamos em que os diversos grupos colonizadores, brasileiros e estrangeiros, sejam devidamente representados através de peças típicas de sua vida própria, de seus costumes e de seu folclore, para que os estudantes e visitantes possam ter uma visão da complexidade desta sociedade norte paranaense e de sua origem, mas também, da riqueza de sua cultura e de suas tradições na terra em que viviam anteriormente.¹⁴⁰

A preocupação de Weiss em incorporar no museu a presença da cultura material de outras regiões, identificadas aos grupos que participaram do processo de colonização da cidade e região Norte do Paraná, contemplava uma perspectiva de retratar na narrativa expográfica do museu esta heterogeneidade migratória, objetivando reforçar a grandiosidade da história local, dando-lhe uma transcendência de formação da memória nacional.

Os primeiros anos do museu, nos porões da Faculdade, foram marcados pela carência de recursos materiais e humanos. Weiss que contava com o auxílio de apenas uma funcionária, chegou a solicitar à vice-reitoria da Universidade recursos financeiros para cobrir a aquisição de peças para o acervo, material de conservação e restauração de peças, dentre outros serviços. Do CLCH, a que o museu estava vinculado, recebeu vitrinas de madeira e vidro além de mobiliário de escritório.¹⁴¹

Em 1974 o museu foi transformado em órgão suplementar da UEL e passou a ficar ligado, administrativamente, ao gabinete da vice-reitoria, porém, continuou academicamente vinculado ao departamento de História e ao CLCH. Houve, na época, a intenção de Weiss em transferir o museu para o campus da UEL, porém, esta possibilidade não se viabilizou.

A preocupação de Weiss com a integridade das peças fazia com que o museu passasse a maior parte do tempo fechado para visitas. Segundo Zuleika Scalassara, as portas fechadas do pequeno museu aguçavam a curiosidade das crianças que, durante o período matutino e vespertino, frequentavam o Colégio Estadual que, dividia o uso do prédio com a FEFCLL. Muitas vezes, segundo ela, aproveitavam-se as férias do diretor para permitir a entrada das crianças no interior do museu.¹⁴²

¹⁴⁰ Ofício circular da direção do MHL. Londrina, 04/12/1973 – Acervo do MHL.

¹⁴¹ Ofício nº 04/73. MHL. 16/11/1973 . Acervo do MHL.

¹⁴² Entrevista com Marina Zuleika Scalassara (2012).

Carlos Weiss ficou a frente da direção até sua morte em 1976. Nestes seis anos, como diretor, priorizou a coleta e o registro das peças. Com sua morte assumiu Conceição Geraldo, também docente do Departamento de História. Na época de sua posse Conceição Geraldo era responsável pela disciplina de História da Arte. Ex-aluna do curso de História da antiga FEFCLL participou ainda como aluna, da campanha para coletar peças e documentos para o Museu e Arquivo.

Ela dirigiu o Museu em dois períodos: agosto de 1976 a março de 1979 e de 1994 a junho de 2002. Somando-se os dois períodos foram 11 anos de gestão a frente do Museu. Só perde em tempo, de comando, à frente da instituição, para Westphalen, seu sucessor, que chegou a impressionante marca de 15 anos na direção. A longevidade de ambos impressiona pelo fato de ser a função de diretor do Museu um cargo de confiança da reitoria da Universidade. Considerando-se que a cada quatro anos um novo reitor assumia a administração da universidade, a permanência de ambos por tanto tempo no cargo, não pode ser menosprezada.

Por um determinado período, na década de 1990, os diretores dos chamados Órgãos Suplementares da Universidade passaram a ser escolhidos e/ou reconduzidos ao cargo, por meio de uma eleição interna. No caso do Museu faziam parte do restrito colégio eleitoral: os funcionários do órgão, um representante do IPAC/LD, um representante dos alunos estagiários bolsistas no MHL e um representante do Departamento de História.¹⁴³

Com este formato o Departamento de História, que contava apenas com um representante neste colégio eleitoral, estava excluído de poder influir na escolha do futuro diretor de seu mais importante órgão de memória. Afinal, como já relatado, o MHL fora criado pelo Departamento de História. Mesmo em períodos em que este sistema de eleição interna não ocorreu os diretores Westphalen e Conceição Geraldo, foram reconduzidos ao cargo pelos reitores eleitos.

Na sua primeira gestão Conceição Geraldo manteve o trabalho que já vinha sendo feito por Weiss. Segundo ela sua primeira atividade foi a de registrar as memórias de antigos moradores da cidade:

[...] começamos um trabalho de contato com praticamente toda a população pioneira de Londrina, através das visitas, da gravação dos depoimentos e também pela imprensa, procurando atrair o maior número de pessoas para o

¹⁴³ ATA da consulta eleitoral realizada no Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss. Londrina, 17/09/1990 – Acervo do MHL. Os funcionários, entre técnicos especializados, administrativos e zeladoria, eram maioria no colégio eleitoral. Ainda que variasse o número entre uma eleição e outra esta categoria possuía em média onze votantes.

Museu, e principalmente, despertar em cada uma delas uma motivação para que doassem objetos ligados à sua vida, para que constituíssem futuramente no patrimônio da História da nossa região.¹⁴⁴

É de sua primeira gestão o projeto de coletar depoimentos entre os pioneiros da cidade de Londrina e de algumas cidades da região. A funcionária Zuleika Scalassara, com as sugestões de professores do departamento, elaborou uma lista de possíveis depoentes para este projeto de história oral. Segundo Conceição, nesta lista foram selecionadas, “[...] todas as pessoas que tinham um passado muito ligado ao passado da cidade de Londrina, e foi aí que então nós montamos um projeto de História Oral.”¹⁴⁵ Aliás deve-se registrar que este projeto, ainda que carregado de críticas pela metodologia adotada, foi reconhecido como um dos primeiros trabalhos com história oral no Brasil.¹⁴⁶

Para desenvolver um projeto de História Oral Conceição Geraldo contou com o apoio acadêmico de Maria Dulce Alho Gotti, coordenadora do Arquivo Histórico. Gotti havia feito contato com professores da Universidade Federal do Paraná que a orientaram e repassaram alguns textos sobre esta metodologia. Segundo Conceição, a entrevista partia de um roteiro de perguntas bem resumido, cujo objetivo estava em obter dos depoentes dados pessoais relacionados à vinda para Londrina: local de nascimento, motivo da vinda, etc. Segundo ela era difícil interromper os depoentes, pois muitos:

[...] se entusiasmavam tanto em relatar suas histórias de vida que quando nós interferíamos para fazer alguma pergunta ou ele desviava ou ele não dava ouvido e continuava falando. (...) eles não ouvem e continuam falando, é como se eles entrassem dentro deles próprios, numa parte da sua memória que está tão bem fechada e tão cheia de lembranças que eles não percebem nada mais que gira em torno deles, não ouvem as vozes das pessoas que estão em torno deles, tal o entusiasmo. Acho que tal lembrança, o saudosismo que eles tem do início de suas vidas aqui, porque realmente deve ter sido muito empolgante [...] ¹⁴⁷

Em uma rápida análise deste fragmento fica clara a idealização, por parte da ex-diretora, do processo de colonização de Londrina e região como tendo sido uma jornada fascinante. Outros documentos e relatos sobre os primeiros anos de construção da cidade demonstraram as dificuldades e a dura realidade que os chamados pioneiros encontraram na Londrina, boca de sertão.

¹⁴⁴ Entrevista de Conceição Aparecida Duarte Geraldo (1989).

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ THOMPSON, Paul Richard. **A Voz do Passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹⁴⁷ Idem.

Conceição Geraldo, excetuando-se o empenho na formação de um acervo de História Oral, para salvaguardar a memória dos pioneiros e dos primeiros tempos de colonização da cidade e região, manteve, de certa forma, a mesma perspectiva museológica até então desenvolvida por Weiss.

A precariedade dos porões, onde estava situado o Museu, motivou a então diretora a intensificar a procura por uma nova sede. No final de 1976 chegou-se a estudar como possível sede o Centro Cultural do município, localizado às margens do lago Igapó. Preocupada com as condições ambientais do espaço, pela proximidade do lago e possíveis danos físicos aos objetos, chegou a pedir estudos junto ao Departamento de Geografia da UEL. Mesmo, posteriormente, o Departamento de Geografia avaliando a instalação do Museu naquele local, as negociações com o Município não prosperaram.¹⁴⁸

Outras edificações que de certa forma eram carregadas de significados para a história da cidade e que, por algum motivo, seriam desocupadas, entraram na lista de possíveis destinos do MHL. Dentre elas foram sondadas a residência da família Fuganti, na Avenida Higienópolis. Em seguida o palacete da família Garcia, também na Avenida Higienópolis, passou a ser objeto de desejo. Segundo Conceição, este palacete apresentava características importantes para se transformar na sede do MHL. A localização privilegiada que poderia atrair um público maior e sua arquitetura europeia. Mas as negociações não obtiveram êxito. O prédio do antigo Fórum, localizado ao lado da catedral, centro da cidade, que, com a construção do novo Centro Cívico, seria desocupado, também foi reivindicado pela direção do MHL. Antes que o pedido fosse formulado soube-se que o prédio seria ocupado pela Biblioteca Pública Municipal.

Em 1977, nos ofícios do MHL, a diretora passou a denominá-lo de Museu do Café do Paraná. Neste período uma fazenda de café passou a ser sondada para sede do museu. Inúmeras reuniões foram feitas com representantes da chamada sociedade rural da cidade. A ideia seria a de solicitar junto ao governo do Estado o tombamento da sede e o entorno de uma fazenda, com o objetivo da instalação do museu e preservação do cenário de uma fazenda de café. Dessa forma, em um mesmo local, a sede de um museu e a memória da colonização e do café, produto responsável pelo *boom* econômico da cidade e região, seriam contemplados. Porém, o projeto não foi para frente devido a falta de mobilização dos interessados.

¹⁴⁸ Of. M. 262/76. Londrina, 27/12/1976. Acervo do MHL

Finalmente com o anúncio da mudança do leito ferroviário, que cortava ao meio a cidade, e a consequente desativação da sua estação ferroviária, a direção do Museu formalizou junto ao prefeito da época, o interesse pelo prédio visando à transferência do Museu para este prédio histórico.

A diretora do Museu, juntamente de Jorge Cernev, então diretor do CLCH da UEL, fizeram uma visita, em agosto de 1978, ao prefeito Antonio Casemiro Belinati solicitando a cessão, pelo poder público, do referido prédio para que o Museu pudesse ocupá-lo. Nesta visita entregaram um ofício formalizando o pedido. Nele, além de elogios ao prefeito que, por estar conseguindo fazer a variante ferroviária seria colocado em “um lugar de destaque na galeria dos homens que forjam o progresso, mercê de uma visão aberta para além do seu tempo.”¹⁴⁹, justificaram a reivindicação do prédio visando a preservação da história da cidade:

[...] como sabemos estar a sua administração voltada, também, para a preservação de nosso patrimônio histórico-cultural é que servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência a cessão do prédio da atual Estação Ferroviária para, ali, instalarmos este Museu que com seu acervo constituído de mais de cinco mil documentos representativos dos nossos 49 anos de colonização, abrigados naquele prédio histórico, será, com certeza, o orgulho de todos os londrinenses que, como Vossa Excelência, se preocupam em cultivar e preservar nossas raízes históricas.¹⁵⁰

Um dado interessante a ser relatado é que no início de 1978, antes mesmo de ser oficializada pelo poder municipal, a construção da variante ferroviária e consequente desativação do prédio da estação ferroviária, a direção do Museu solicitou à vice-reitoria da Universidade os serviços de um fotógrafo. O pedido era para que o profissional registrasse um edifício histórico, no centro da cidade, que estava sendo demolido e, também, fotografasse registro do prédio da estação ferroviária, o qual, segundo o ofício, poderia ser por alguma demanda comercial, ser o próximo a ser destruído.¹⁵¹

Conceição Geraldo, mesmo tendo iniciado o processo de reivindicação, em nome do museu, do prédio da Estação Ferroviária, não esteve à frente da mobilização e posterior transferência do mesmo, pois, após ter sido aprovada na seleção do curso de mestrado da UFPR, em Curitiba, acabou por deixar a direção do órgão em março de 1979, retornando ao mesmo somente em 1994.

¹⁴⁹ Of. M. 61/78. Londrina, 07/08/1978. Acervo do MHL.

¹⁵⁰ Idem. O fato do pai do prefeito ter sido ferroviário, ajudou a sensibilizá-lo para a proposta de preservação do prédio e, consequente transformação do mesmo em Museu Histórico. Depoimento de Conceição Aparecida Duarte Geraldo (2013).

¹⁵¹ Of. M. 13/78. Londrina, 14/02/1978. Acervo do MHL.

Com a saída de Conceição, assumiu a direção Olímpio Luiz Westphalen, também professor do Departamento de História e que teria o maior mandato a frente da direção do museu. Natural da cidade da Lapa, Paraná, graduou-se, no ano de 1946 em Curitiba, em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná.

Em 1948 mudou-se para Londrina iniciando sua carreira no magistério de primeiro e segundo grau. Foi professor e diretor do Colégio Estadual Vicente Rijo, de Londrina e um dos responsáveis pela instalação e direção do Ginásio Municipal de Cambé que, no ano de sua saída, foi transformado em Ginásio Estadual. Em 1957 retornou à Curitiba, sendo relatado para o Colégio Estadual do Paraná. Como participou ativamente da mobilização desde 1955, para a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Londrina, recebeu, no ano de 1959, o convite para retornar e assumir as aulas de História da América da então criada FEFCLL. O curso de História havia sido criado dois anos antes. Neste período da FEFCLL Westphalen foi membro, em vários mandatos, do Conselho Administrativo e do Conselho Departamental representando o Departamento de História, do qual era chefe.

Westphalen, em seu mandato, de 1979 a 1994, à frente do Museu, deu continuidade ao trabalho que Weiss e Conceição Geraldo imprimiram à gestão museal. Manteve a perspectiva de priorizar o enaltecimento aos pioneiros e à CTNP dentro do processo de colonização de Londrina e região Norte do Paraná. Contava também, apenas com a ajuda da secretária Zuleika Scalassara, única funcionária.

Foi na gestão de Westphalen que o MHL realizou sua primeira exposição externa, realizada no salão de entrada do Cine-Teatro Ouro Verde, e que teve como tema o Jubileu de Ouro da 1ª Caravana que colonizou Londrina. O espaço apertado que o museu utilizava nos porões do Colégio Hugo Simas, inviabilizava exposições que atraíssem um público maior. A utilização do saguão do Cine-Teatro Ouro Verde, além de mais espaçoso e de estar situado no centro de Londrina, deu maior visibilidade ao museu enquanto instituição de memória da cidade.¹⁵²

Segundo Westphalen, por decorrência da exposição comemorativa da 1ª Caravana, muitos pioneiros passaram a fazer doações valiosas para o acervo do Museu:

[...] e vale ressaltar aqui que houve um reconhecimento desse apoio [dos pioneiros] com a exposição recentemente realizada que muitos pioneiros que

¹⁵² As exposições temporárias e de longa duração do MHL serão analisadas no capítulo 4.

não sabiam se quer da existência do Museu, estão oferecendo documentos, fotografia antigas, e outras doações de real valor para o museu [...]¹⁵³

A maior luta, de sua primeira gestão, foi a de continuar a mobilização para garantir a cessão, por parte do poder público municipal, da Estação Ferroviária, a fim de ser a nova sede do museu. E com esta perspectiva de mudança buscou aumentar o quadro de recursos humanos junto à Universidade.

A Estação Memória

Quando ainda na gestão de Conceição Geraldo, o então prefeito Antonio Casemiro Belinatti aprovou a mudança do leito ferroviário e consequente desativação da Estação Ferroviária, o mesmo havia se comprometido em ceder o prédio para a Universidade afim de que fosse ocupado pelo museu. Porém, com o término de sua gestão à frente da Prefeitura a direção do Museu se viu obrigada a reiniciar a mobilização para convencer o novo prefeito, de oposição ao anterior, a ratificar o acordo com relação à cessão do prédio.

Na figura 25 podemos observar a reunião entre o novo prefeito, Wilson Moreira, e uma comissão com representantes da comunidade universitária, liderados pelo diretor do Museu, Olímpio Westphalen e o diretor do CLCH, Donato Parizotto. Eles foram a esta reunião acompanhados de membros da comunidade londrinense. Presentes também estudantes, representantes do Centro Acadêmico de História.

Antes da transferência do museu para sua nova e atual sede a prefeitura realizou uma reforma no prédio a fim de adaptá-lo para as novas funções que teria. Professores do departamento de Arquitetura da UEL foram convidados e contratados, pela Prefeitura, para participar desse projeto.

Segundo o arquiteto Jorge Marão,¹⁵⁴ um dos responsáveis pela reforma de adequação do prédio da antiga Estação Ferroviária em Museu Histórico, inicialmente houve uma resistência do então prefeito Wilson Moreira em ceder o prédio para o museu da Universidade. O prefeito teria dito aos arquitetos que queria um museu de Londrina e não um museu da Universidade. Ele não queria vínculo com a UEL. Ainda que não tenha explicitado

¹⁵³ Depoimento de Olímpio Luiz Westphalen (1979).

¹⁵⁴ Depoimento de Jorge Marão Carnielo Miguel (2011).

a razão é possível inferir, sobre esta resistência, como sendo uma tentativa de não se aproximar de uma instituição estadual, por possíveis divergências políticas.



Figura 25 - Reunião entre o prefeito Wilson Moreira (centro) e representantes da Universidade e comunidade¹⁵⁵

Em maio de 1984 o processo de mudança do leito ferroviário foi finalmente concluído. Houve, em seguida, a homologação e a assinatura de um convênio de cooperação cultural estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Londrina (PML) e a Universidade Estadual de Londrina, representada pelo reitor Marco Antonio Fiori para que o Museu pudesse, finalmente, ocupar o prédio da Estação.

Este acordo só foi possível porque a Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal, com a construção da variante ferroviária, transferiu, por meio de um acordo, a posse do prédio e demais galpões existentes para a Prefeitura Municipal.

Westphalen e seu conceito de Museu

Em um documento produzido por Westphalen, intitulado “Museu Regional de História”, provavelmente escrito na década de 1980, o autor tece análises sobre o papel do museu. Ao comentar a relação da instituição com a história de Londrina deixa claro a

¹⁵⁵ Fonte: acervo do MHL. [198...] Solicitação da cessão do prédio da Estação Ferroviária para o Museu em reunião realizada na Prefeitura Municipal de Londrina.

perspectiva de História que foi contemplava. Enaltece a importância do Museu por ter sido o primeiro criado na região e fala da sua importância na preservação da memória regional:

Natural que instalado e funcionando em Londrina, tenha o Museu o seu caráter regional, pois a chamada capital do Norte do Paraná, pela sua precedência de fundação em relação à maioria das cidades do Norte Novo e pelo alto grau de desenvolvimento alcançado, tornou-se a cidade polarizadora de todas as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais da região.¹⁵⁶

Esta defesa de Westphalen, do protagonismo de Londrina frente às demais cidades da região, está vinculada ao fato dela ter sido por muitos anos a sede da Companhia de Terras. Também, é interessante analisar, neste mesmo texto, como o diretor conceituava a missão do Museu:

Fundamentalmente a missão do Museu Histórico, ao preservar a memória histórica, é de incentivar e inculcar na comunidade o espírito da tradição, valorizando pioneiros que contribuíram com sua ação, trabalho e sacrifício em tempos difíceis que, como no caso da região Norte do Paraná, do zero construíram uma espetacular e mesmo épica colonização, exemplo e estímulo para seus descendentes e sucessores, agora responsáveis em dar continuidade à tarefa de proporcionar e efetivar o crescente desenvolvimento da Região [...] ¹⁵⁷

Neste fragmento ele reafirma a perspectiva museológica de celebração dos mitos fundadores da cidade. O discurso do progresso e da civilização, trazido pelos bravos pioneiros que enfrentaram e venceram o sertão inóspito do norte do Paraná, é aqui consolidado justificando não só o acervo acumulado e exposto pela instituição, mas seu papel enquanto lugar de uma memória que deveria referendar uma determinada tradição. Tradição que foi forjada dentro de uma perspectiva de um lugar de memória, que nas palavras de Westphalen ganham uma coloração de museu épico, por reforçar e evidenciar a trajetória dos bravos e intrépidos pioneiros, enquanto exemplo para as novas gerações.

Em outro trecho a exaltação dos pioneiros mais uma vez é reforçada, especialmente, com relação às exposições propostas e executadas pelo Museu neste período:

As exposições do Museu Histórico têm tido, como é natural, características relativas à evolução histórica da cidade e da região, comemorando datas e fatos históricos, a ação gigantesca dos pioneiros, que na verdadeira epopeia

¹⁵⁶ Westphalen, Olímpio Luiz. Museu Regional de História, [199..], p.2. Acervo do MHL.

¹⁵⁷ Idem, p.2.

que foi o povoamento e colonização da região Norte do Paraná, demonstraram fé, coragem e perseverança na construção de uma verdadeira civilização (...) sendo merecedores das homenagens que hoje lhes são prestadas por aqueles que pretendem com o mesmo espírito de pioneirismo e progresso dar prosseguimento ao trabalho já realizado, com o intuito de levantar ainda mais o valor de uma das regiões de maior importância, pelas suas realizações e potencialidades, de nosso país.¹⁵⁸

Fica claro no fragmento acima a ideia da relação entre o desenvolvimento e prosperidade da cidade com seus arrojados fundadores e colonizadores. O presente da cidade se justifica por seu passado. Um passado construído por determinados homens que venceram as dificuldades iniciais para construir a cidade que, por meio do Museu, tem o dever de celebrar suas memórias. Nesta construção celebrativa muitos outros personagens, especialmente aqueles que não ascenderam socialmente, acabaram sendo esquecidos, ficando de fora do espetáculo museal.

A denominação de “pioneiro” sempre foi estendida a todos que chegaram na cidade em seus primeiros anos de colonização. Porém o reconhecimento e o destaque nos espaços e registros da memória pública, como os monumentos, publicações comemorativas e lugares de memória, ficaram reservados aos pioneiros que “venceram na vida”, ou seja aqueles que ascenderam econômica, política e socialmente.

Westphalen, defendeu até o final de seu mandato, este modelo de narrativa histórica do Museu, chegando, por diversas vezes, a se indispor com o Departamento de História do qual, em tese, estava ligado academicamente.¹⁵⁹

Em setembro de 1987, ocorreu a tentativa de se criar uma Associação de Amigos para o Museu. Em correspondência enviada ao vice-reitor da UEL, Westphalen encaminhou um anteprojeto de estatutos da futura Associação, solicitando seu apoio para a implantação da mesma. Segundo o documento a Associação teria como “objetivo primordial [...] auxiliar na manutenção do Órgão e no apoio às suas atividades e promoções.”¹⁶⁰

Esta primeira tentativa de se criar uma associação de amigos acabou arquivada, sendo somente retomada e, com sucesso, em 1995, quando foi fundada a Associação Sociedade de Amigos do Museu (ASAM).

Já no final de seu mandato, Westphalen teve alguns afastamentos da direção para cuidar de sua saúde. Ao se aposentar e se desligar da Universidade foi substituído em 1994, pela ex-diretora Conceição Geraldo, a qual foi reconduzida ao cargo por indicação da

¹⁵⁸ Idem, p.3.

¹⁵⁹ Estes embates entre a direção do Museu e o Departamento de História serão ainda analisados neste capítulo.

¹⁶⁰ Of. M. nº 47/87. Londrina, 25/09/1987. Acervo do MHL.

reitoria.¹⁶¹ Esta segunda gestão de Conceição foi marcada, dentre outras questões, pelo grande projeto de reforma ou revitalização por que passou o Museu, viabilizado por meio de uma parceria com a iniciativa privada e órgãos públicos.

A revitalização do Museu

Pouco antes de sua saída da direção em 1979 para cursar pós-graduação, Conceição Geraldo formalizou, junto ao prefeito da época o pedido de cessão do prédio da antiga Estação Ferroviária para o Museu. Em seu retorno encontrou o Museu no prédio, então reivindicado, porém ainda enfrentando dificuldades com a falta de pessoal e a necessidade de muitas reformas.

Já no início desta sua gestão retomou o processo de fundação de uma associação de amigos a fim de colaborar com a arrecadação de recursos para as atividades do Museu, as quais iam deste as exposições até reformas no prédio. Para constituição da Associação de Amigos, convidou pessoas da cidade, cujas famílias, em sua maioria, tinham em comum, além de pertencerem a setores das chamadas elites locais, o fato de terem chegado nos primeiros tempos da história da cidade.

Em 1995, foi finalmente criada a ASAM. Esta entidade teve um papel fundamental no processo de revitalização do prédio e modernização do Museu. Nesta revitalização, que durou aproximadamente quatro anos, envolveu a comunidade a partir de um projeto que contou com o apoio do Colégio Máxi, instituição particular de ensino da cidade. Chamado de *Memória Viva* este projeto articulou diversas atividades para captação de recursos que foram investidos na revitalização do prédio, aquisição de mobiliários novos, expositores, vitrinas, alteração dos espaços internos e contratação de profissionais e assessorias técnicas especializadas. A área externa, do entorno do prédio, foi cercada com grades e revitalizada com a formação de um jardim e construção de um galpão rural.

Como resultado desta grande revitalização, a cidade e a universidade, ganharam um Museu, estruturalmente e materialmente moderno, porém, que manteve e realçou a narrativa tradicional da história da cidade.¹⁶²

¹⁶¹ Westphalen teve que deixar o Museu ao completar 70 anos por meio da aposentadoria compulsória. Faleceu em 14/01/2004.

Assim como seus antecessores na direção Conceição Geraldo consolidou, do ponto de vista museológico, uma versão da história de Londrina cuja narrativa evidenciou o processo de colonização e desenvolvimento da cidade. A CTNP e a figura do pioneiro continuaram sendo consagrados e cultuados como mitos fundadores, tanto da cidade quanto da região norte paranaense. Foi sem dúvida alguma, em sua gestão, o período de maior articulação e sintonia entre o trabalho de direção do MHL e a ASAM, na busca de uma formatação de museu que evidenciasse, principalmente, em sua exposição de longa duração, o legado e o ideário dos seus mitos-fundadores.

A gestão de Conceição Geraldo chegou ao final em julho de 2002. Com a eleição de uma nova reitoria, ela não foi reconduzida ao cargo. A direção foi assumida pelo prof. José Cezar dos Reis, também do Departamento de História.

O novo diretor fora contemporâneo da criação do Museu no início da década de 1970. Formado em História pela primeira turma da antiga FEFCLL, Reis fora contratado pela Fundação Universidade Estadual de Londrina em 1972. Foi o primeiro substituto de Maria Dulce no Arquivo Histórico (AH). Seu trabalho, no AH, possibilitou acompanhar o trabalho desenvolvido por Weiss, junto ao Museu, já que, na década de 1970, Museu e Arquivo dividiam o pequeno espaço dos porões do Colégio Hugo Simas.

A gestão de Reis no museu durou o tempo do mandato da reitoria que o nomeou. Não ocorreram grandes mudanças ou mesmo rupturas nas práticas e concepção museológica até então adotadas pelo museu. As principais mudanças ocorreram em sua política de aproximação com o Departamento de História, ampliando-se o número de estagiários do curso no museu, o retorno, com maior assiduidade, da representação do museu nas reuniões do departamento e Conselho do CLCH, além de uma maior abertura nas exposições temporárias, para temas e personagens até então não contemplados pelo museu.¹⁶³

Ao chegar ao Museu, trouxe na bagagem um trabalho de assessoria técnica na criação do Museu da cidade de São Jerônimo da Serra, região norte do Paraná. Era um projeto de extensão do Departamento de História e que contava com a participação de alguns técnicos do Museu Histórico de Londrina.

Em 2006 Reis foi substituído pelo prof. William dos Reis Meirelles, também do Departamento de História. Ainda que a prerrogativa de escolha dos diretores dos órgãos

¹⁶² O processo de revitalização, as parcerias com a iniciativa privada e seus resultados junto à expografia museal do MHL, bem como a formação e atuação da ASAM serão analisados no quarto capítulo.

¹⁶³ As exposições temporárias do museu serão objeto de análise no capítulo 4.

suplementares continuasse sendo do reitor, no caso do Museu Histórico manteve-se a tradição de se escolher um docente do Departamento de História.

Meirelles, havia realizado sua formação, em pós-graduação, tanto o mestrado quanto o doutorado, na UNESP, campus de Assis. É interessante ressaltar que Meirelles fez parte do grupo de professores do departamento de História que, nas décadas de 1980 e 1990, manteve uma postura crítica com relação ao discurso de história mais tradicional, defendido e celebrado pelo Museu.

Em sua gestão obteve a aprovação de um grande projeto na área de ação educativa, junto ao DEMU do Ministério da Cultura. Porém sua passagem pelo Museu acabou sendo abreviada. Seu modelo de gestão foi marcado por conflitos com alguns funcionários e principalmente com a ASAM.

Por adotar uma postura mais independente enfrentou uma crise de relacionamento com a ASAM, cujo ápice ocorreu quando ele anunciou que os arquivos de documentos, pertencentes ao acervo do MHL, seriam transferidos para o CDPH, no campus. A tentativa de transferência desses acervos documentais foi motivada pelo risco que o arquivo deslizante, instalado no segundo andar do Museu, passou a apresentar devido a seu peso. É importante lembrar que o prédio ocupado pelo Museu fora projetado para ser uma estação ferroviária. No primeiro e segundo andares haviam escritórios da referida estação. Conseqüentemente o piso desse segundo andar não fora projetado para suportar o peso, que o crescente aumento de documentos, sem falar da estrutura do próprio arquivo deslizante, proporcionava.

Retomando as ideias da década de 1970, quando o Museu e o Arquivo foram criados, em que se preconizava que os documentos ficariam sob a responsabilidade do AH/CDPH e os objetos bi e tridimensionais seriam do Museu, Meirelles propôs a transferência do acervo documental para o CDPH.

A ASAM não apenas discordou desta proposta como, utilizando-se do seu poder de mobilização de seus membros, articulou várias reuniões para pressionar o então reitor Wilmar Marçal visando impedir a transferência dos documentos e solicitar, por conta das várias críticas à gestão de Meirelles, sua substituição. O reitor atendeu ao pedido da ASAM e Meirelles que até então ocupava um cargo de confiança da administração da Universidade foi destituído de seu cargo.¹⁶⁴ Com a queda do diretor a ASAM saiu fortalecida. Para cobrir a

¹⁶⁴ Meirelles lembra que Marçal não teve coragem de chamá-lo para explicar o porquê de sua saída do cargo. A comunicação foi feita por um assessor da reitoria, por telefone, momentos antes de o ex-diretor sair de casa para se dirigir ao museu para trabalhar. Depoimento de William Reis Meirelles (2013).

ausência de comando o reitor nomeou, como diretora interina, sua assessora, a prof^a. Débora Martins, docente do curso de Educação Física.

O fato de o Museu ser um órgão suplementar da UEL o tornava, ainda que pesem as diversas nomeações e destituições à cargo do reitor, um setor diretamente ligado, segundo o organograma institucional, à gerência do vice-reitor. Portanto cabia ao vice-reitor a administração desses órgãos suplementares. A destituição do antigo diretor e nomeação de Débora Martins, sem a anuência do então vice reitor Cesar Cargiano, evidenciou uma crise de relacionamento dentro da cúpula gestora da Universidade.

Por sua vez os membros do Departamento de História, passados alguns meses, inconformados e irritados com a demora da nomeação de um novo diretor que fosse da área da História para o Museu, convocaram o então diretor do CLCH, Ludoviko Carnasciali, para uma reunião do Departamento, na qual houve a solicitação de que o mesmo interviesse junto ao reitor no sentido de exigir a indicação de um historiador para a direção do órgão.

Um dos problemas para esta demora estava justamente na crise de relacionamento envolvendo o reitor e seu vice. O vice queria indicar um nome. O reitor visando não acatar tal indicação queria manter Débora Martins, a qual por sua vez, mantinha um bom relacionamento com a ASAM e conseqüentemente poderia continuar no cargo até o fim da gestão daquela administração na universidade.

O impasse se arrastou por alguns meses até que o reitor cedeu às pressões do departamento.¹⁶⁵ Afinal, para os professores do Departamento, era uma questão de honra manter o comando do museu nas mãos de um historiador, pois além de ter sido criado e estar ligado academicamente ao curso de História, desde a sua fundação, tradicionalmente sempre um historiador havia sido designado para ocupar o cargo de diretor. Depois desta “batalha de bastidores”, o reitor convidou Angelita Marques Visalli, então chefe do Departamento de História para assumir o cargo no museu. O que ocorreu em julho de 2008. A indicação e posse da historiadora pôs fim ao impasse.

Visalli, não só dinamizou as relações do museu com o Departamento, participando das suas reuniões mensais como iniciou um processo de maior autonomia financeira do museu, por meio de projetos via leis de incentivo, tanto municipais, estaduais e federais. Estruturou várias exposições e conseguiu manter uma boa relação com a ASAM, mas com certa autonomia na gestão do museu. Algumas atividades tradicionais, ligadas ao trabalho da ASAM, como o *Dia do Pioneiro* foram mantidas.

¹⁶⁵ Este autor presenciou estes debates, pois no período, era representante dos técnicos do CDPH junto ao Departamento de História.

Sua gestão foi encerrada, em fevereiro de 2012, de forma voluntária, para realização de seu projeto de pós-doutorado.¹⁶⁶ Em seu lugar assumiu a também historiadora Prof^{ra}. Regina Célia Alegro com uma previsão de gestão até julho de 2014.

3.2 - A Estação Ferroviária e sua musealização

A transferência do Museu para a então desativada estação ferroviária garantiu a preservação deste prédio que se tornou um ícone na cidade enquanto marco urbano de sua história. Ainda hoje é um dos prédios mais utilizados em propagandas para identificar a cidade.

De arquitetura eclética sua imponência se destaca na cidade e chama atenção das pessoas que cruzam a Praça Rocha Pombo, seja em direção ao terminal urbano de ônibus ou para o Museu de Arte, antiga estação rodoviária.

Sua história está vinculada ao processo de colonização do norte do Paraná e a produção cafeeira. Nas primeiras décadas da história da cidade a ferrovia e o trem simbolizavam a modernidade que rasgava, com seus trilhos, a mata fechada do sertão paranaense.

É praticamente impossível falar da história do norte do Paraná e de Londrina sem que a ferrovia tenha o seu devido destaque. Ainda que retratada com pouca ênfase na expografia do MHL, a ferrovia e sua estação marcaram profundamente o imaginário de todos aqueles que chegaram a Londrina em suas primeiras décadas.

A Estrada de Ferro São Paulo-Paraná surgiu do interesse de fazendeiros paulistas que já estavam estabelecidos no norte do Paraná e precisavam dessa estrada para garantir uma ligação com a Estrada de ferro Sorocabana conseguindo, desta forma, escoar suas respectivas produções de café.

De início conseguiram do governo do Paraná, por decreto n.896, de dois de agosto de 1920, a concessão para construir e explorar a via férrea que partindo de ponto conveniente do ramal de Jaguariaíva a Ourinhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e passando por Cambará prosseguisse em direção a Vila de Jataí sobre a margem direita do Tibagi.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Assim como Reis e Meirelles, Visalli também não conseguiu fazer qualquer alteração conceitual na exposição de longa duração.

¹⁶⁷ MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. A Estação Ferroviária de Londrina, s.a., s.d., p.6.

O projeto inicial de uma ferrovia cortando toda esta região, já havia sido proposta, em 1920, por Cincinato Braga, parlamentar paulista que esteve presente na constituinte de 1934. Sua proposta previa uma ligação ferroviária ligando a cidade de Santos à capital do Paraguai, Assunção, além do aproveitamento dos rios da bacia paranaense para a viabilização de uma navegação fluvial e seu aproveitamento hidráulico.¹⁶⁸

Os concessionários desta estrada constituíram a Sociedade Anônima com o objetivo de levar adiante a construção da estrada de ferro que em seu início foi denominada de “Nordeste do Paraná”. Pelas dificuldades encontradas nas negociações com os dirigentes da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, relativo ao ponto de entroncamento, seus diretores optaram por abrir novas negociações com o Governo do Paraná trazendo o ponto de partida, da nova estrada férrea, para a cidade de Ourinhos-SP.¹⁶⁹

O primeiro trecho de 22 km ligou Ourinhos à localidade paranaense de Léoflora. Este trecho já era denominado de “São Paulo-Paraná”. Durante sua construção ocorreram interrupções por conta do movimento revolucionário paulista. A ferrovia foi ocupada por tropas o que atrasou o cronograma de sua expansão. Em 1925, já com o tráfego restabelecido, ela chegou até a cidade de Cambará.

A ferrovia entrou primeiramente no Norte Pioneiro, ligando Ourinhos a Cambará. Esse trecho foi construído de 1924 a 1927 pelos fazendeiros dessa região [...] Criada a Companhia de Terras Norte do Paraná, o mesmo grupo adquiriu o controle acionário da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, resolvendo estender a ferrovia de Cambará até as suas terras, situadas além do rio Tibagi.¹⁷⁰

Para viabilizar a conexão entre as linhas ferroviárias, os governos do Paraná e de São Paulo construíram, conjuntamente na divisa dos Estados, uma ponte metálica inaugurada em seis de novembro de 1917.

O prolongamento da estrada de Ferro até Londrina estava nos planos da CTNP, afinal, o sucesso de seu empreendimento imobiliário dependia de um meio de transporte que garantisse não só a vinda e instalação de compradores bem como o escoamento da produção de suas futuras propriedades.

¹⁶⁸ CERNEV, 1995, p.71.

¹⁶⁹ Em 25/11/1922, por decreto de nº 3.536 do Estado de São Paulo, os concessionários obtiveram a concessão para construir a linha férrea de Ourinhos (Estação da Sorocabana), ao porto Itaipava, a margem do rio Paranapanema. MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. op.cit., p. 6.

¹⁷⁰ CERNEV, 1995, p.71.

Com o avanço da construção da ferrovia várias estações foram progressivamente construídas: Andirá, no km 57; Bandeirantes, no km 82; Santa Mariana, no km 108; e Cornélio Procópio, no km 125. Em 1931 chegou até Jatahy e em 1932 foi aberta ao tráfego. A importância da Estrada de Ferro e da CTNP, de capital inglês, podem ser aferidas pela visita do príncipe de Gales e seu irmão príncipe George à cidade de Cornélio Procópio, em 1931, tendo os mesmos, realizado a viagem de Ourinhos a Cornélio Procópio de trem. Os diretores da Companhia cogitavam levar os príncipes até o Patrimônio que deu origem à cidade de Londrina. Mas as condições precárias da estrada, cuja viagem seria realizada em antigos carros Ford, acabaram por inviabilizar tal visita, fato este que frustrou a expectativa dos primeiros londrinenses, como registrado pelo britânico Morton (1983, p.16): “[...] Londrina, então, perdeu a oportunidade de ser visitada por dois membros da família real britânica, bem no seu início.”

Com o término, provisório da linha férrea em Jatahy, a CTNP organizou um serviço rodoviário entre Jatahy e Londrina para viabilizar o transporte das pessoas e das mercadorias. A transposição do rio Tibagy era realizada por meio de balsas.

A partir desse ponto o trajeto até Londrina era feito por pequenos caminhões e por ônibus, apelidados de jardineiras. A mais antiga ficou conhecida como Catita. Era um pequeno ônibus com as laterais abertas o que causava um grande desconforto para seus passageiros quando enfrentavam chuvas ou a poeira da terra vermelha. Com o passar dos anos novos ônibus foram adquiridos. Mesmo novos ficavam atolados na estrada durante o período de chuvas. Para os motoristas não havia outro jeito a não ser pedir ajuda aos passageiros que eram obrigados a descer e empurrar o ônibus. Há relatos de que, em muitos casos, ao acelerar o motorista “premiava” seus ajudantes temporários com uma chuva de lama. Estas dificuldades fizeram aumentar a pressão para que a ferrovia chegasse logo a Londrina.

Em 1933 foi aprovado o prolongamento da ferrovia até Londrina. Em 1935, já com a ferrovia concluída, iniciou-se o tráfego entre Jataizinho e Londrina. O crescimento de vendas dos lotes da Companhia de Terras e o crescente comércio impulsionaram os investimentos para levar a ferrovia para além de Londrina, chegando em 1939, em Maringá.

É interessante ressaltar a importância da ferrovia na vida dessas novas comunidades. A chegada e a partida dos trens era um acontecimento social. Nas plataformas, curiosos juntavam-se aos passageiros que iam embarcar e seus acompanhantes, funcionários da Estação, carregadores de malas, vendedores ambulantes que saltitavam entre os vagões tentando vender frutas, salgados, doces, dentre outros produtos. No caso das estações de Londrina, Ibiporã e Cambé, devido à proximidade, era possível ouvir o apito do trem quando

este saía de uma estação em direção à próxima. O som do apito já era motivo para o movimento, na próxima estação, começar. Bastava o trem partir e desaparecer no horizonte, entre a mata fechada, para a vida voltar ao normal.



Figura 26 - Estação Ferroviária de Londrina. Momento de chegada e partida de trem¹⁷¹

Além do impacto social, político e econômico que a ferrovia trazia, deve-se lembrar, como aponta Leão Rego, que as cidades planejadas pela CTNP eram construídas antes mesmo da chegada da ferrovia. Porém, tinham o desenho urbano pensado previamente com a presença dela. As cidades eram, portanto, idealizadas nas pranchetas dos técnicos da Cia. a partir do caminho que a ferrovia iria percorrer. Como verdadeiros portais imaginários as futuras estações e linhas férreas determinavam o traçado estrutural e viário dessas cidades. Elas praticamente nasciam a partir do ponto em que seria instalada a futura Estação.¹⁷²

Um registro interessante mas que se quer é lembrado na expografia do Museu, relativa à ferrovia, refere-se a um fato, do início da década de 1930, até recentemente pouco analisado. Em busca de compradores para suas terras no norte do Paraná, a CTNP realizou um grande trabalho de propaganda que atingiu não só outros Estados do Brasil, mas também diversos países do mundo. Segundo Marco Soares, alemães, com interesse em assentar colonos nesta região, adquiriram terras por meio da Sociedade para Estudos Econômicos do Ultramar, uma

¹⁷¹ Foto: Francisco Almeida Lopes, [195?]

¹⁷² REGO, L. 2009, p.126.

companhia colonizadora de capital alemão. Em 1932 esta Sociedade comprou terras na então chamada Gleba Colônia Roland, hoje a cidade de Rolândia.

A partir da fundação dessa colônia, diversos alemães passaram a se interessar em vir para o Brasil fugindo das hostilidades e discriminações provocadas pela ascensão do Partido Nazista. Porém, em 1934, com a proibição de remessa de dinheiro para o exterior, na Alemanha, foi articulado um processo de compra de terras envolvendo as companhias alemã e inglesa, os futuros colonos alemães, e tendo como elo a ferrovia que se construía no norte do Paraná.

O interessado em emigrar comprava, com seus recursos, material ferroviário alemão, que por sua vez era vendido à Companhia de Terras Norte do Paraná, a qual na época construía uma ferrovia ligando a sua área à região sul do Brasil. Este esquema sobreviveu até 1939, quando já em seu esforço de guerra, a Alemanha deixou de vender ou entregar ferro e aço. (SOARES, 2012, p. 21)

Famílias de alemães, inicialmente, algumas que tinham membros no Partido Social Democrata e no partido católico *Zentrum*, sabedores dos riscos que corriam com a ascensão do Partido Nacional Socialista, no poder, decidiram prontamente emigrar. Em uma segunda etapa, as de origem judaica, que, com o aumento da perseguição nazista também optaram por sair do país, depositaram na Alemanha, fundos para serem creditados à CTNP. Estes depósitos garantiam aos depositantes alemães o direito de propriedade em lotes e terras em áreas, sob tutela da CTNP, na chamada Gleba Roland. Por outro lado a Companhia de Terras investiu estes recursos na compra de locomotivas e de material rodante. A eclosão da guerra frustrou o embarque das mercadorias na Inglaterra. A Companhia de Terras, a partir daí, passou a importar equipamentos e maquinários dos Estados Unidos.

Em 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os investimentos para a ferrovia São Paulo-Paraná passaram a sofrer grandes cortes. Mas mesmo com a guerra na Europa, a Companhia de Terras continuou progredindo. O aumento das vendas e volume de negócios não parou de crescer gerando um aumento sem igual no tráfego da ferrovia. O escoamento do café pela ferrovia garantia um carregamento contínuo no sentido Paraná-São Paulo. Para equilibrar o movimento a CTNP optou pela venda de pequenos lotes aos futuros colonos ao invés de grandes áreas. Com a colonização desses pequenos lotes atraindo milhares de pessoas para a região, o sentido Estado de São Paulo – Londrina passou também a ter movimento, não só de passageiros como também de produtos e bens de consumo para toda esta população.

Mesmo a ferrovia e os negócios da Companhia indo bem, com o esforço de guerra a Inglaterra obrigou suas Companhias a repatriarem o capital investido no exterior. Segundo Morton a Companhia de Terras não teve outra saída senão vender suas ações para um grupo nacional:

[...] a Paraná Plantations (principal acionária da Cia. de Terras) foi convidada a vender as suas propriedades no Brasil. Negociações foram iniciadas para a venda da Cia. de Terras e da Estrada de Ferro em 1943, as quais foram completadas em 1944. A Cia. de Terras foi adquirida por um grupo de financistas brasileiros e a São Paulo-Paraná foi comprada pelo governo brasileiro e então incorporada à Rede Viação Paraná-Santa Catarina. (MORTON, 1983, p. 7)

Como já apresentado, no segundo capítulo, a Cia. de Terras Norte do Paraná, após ser comprada pelo grupo nacional passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP.

Com a pavimentação das rodovias a ferrovia foi aos poucos perdendo passageiros para os transportes rodoviários. De transporte mais rápido o trem passou a significar lentidão. O movimento de passageiros na ferrovia foi diminuindo até ser erradicado, definitivamente, em 10 de março de 1981 quando o último trem de passageiros partiu de Londrina. A ferrovia manteve o transporte de cargas que continuou lucrativo.

A cidade continuou crescendo de forma geométrica e a linha do trem que antes dividia apenas o centro da cidade passou a ser um problema pela extensão que ela ocupava em todo o tecido urbano da pequena metrópole do interior. A pressão pela construção de uma variante ferroviária, deslocando a malha ferroviária para a periferia norte da cidade foi pensada em 1966, ano dos primeiros estudos para viabilizar tal projeto. Em 1973 teve início a construção da variante ferroviária e como previsto na região norte, onde se iniciava o projeto de implantação de uma pequena área industrial para a cidade. Neste período também iniciaram os estudos para transformar o antigo leito ferroviário em uma importante artéria viária que ligasse as regiões oeste e leste da cidade. Com a variante já finalizada o último trem de cargas passou pela Estação de Londrina no dia 06 de novembro de 1982.

Retirados os trilhos restou a Estação e seus barracões. Cercada por prédios residenciais e comerciais e pela volúpia urbana, ela permaneceu por alguns anos à deriva das diversas propostas que propunham desde a preservação da estação com novas funções, até a sua demolição.

Como já demonstrado no capítulo anterior a transferência da ferrovia e consequente desativação da estação ferroviária e de seus barracões gerou diversas incertezas sobre o

destino desses prédios. Setores culturais e especialmente a direção do Museu de Londrina iniciaram movimentos no sentido de ocupar este espaço tornado emblemático para a história da cidade. Por sua localização privilegiada, em pleno centro de Londrina, pairava no ar a possibilidade de que a ganância imobiliária pudesse colocar no chão o prédio histórico. Felizmente para a cidade e para a história, o compromisso do prefeito anterior foi respeitado por seu rival que assumira o posto durante o processo de transferência da ferrovia para a variante. E o prédio da estação se transformou em Museu Histórico.

3.3 - O prédio monumento

A história do prédio, hoje ocupado pelo Museu, merece um capítulo a parte. Repleto de significados a grande estação ferroviária transformada em Museu, é mais que um símbolo para a cidade. Tornou-se um marco urbano com grande destaque na fisionomia urbana londrinense. Mesmo não sendo tombado pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, o prédio está cada vez mais consolidado como edifício remanescente da história da colonização do norte do Paraná e da formação da cidade de Londrina, transformando-o em monumento cidadão

Apesar de vários pedidos feitos pela comunidade, para que o prédio da estação ferroviária fosse tombado pelo governo estadual, o único processo elaborado para tal empreitada foi arquivado por tratar-se, o prédio, de uma construção de arquitetura eclética, o que, no período de análise, depreciava segundo a comissão que analisou o processo, o valor do mesmo para um possível tombamento.

Excetuando-se aqueles que utilizaram o prédio ainda como estação ferroviária, para a grande maioria da população, especialmente após a transferência da sede do museu histórico para este prédio, em 1986, é quase impossível dissociar a imagem do prédio do próprio Museu. É como se o prédio da estação tivesse sido construído para ser sede de Museu. Mas como bem analisou Paula (2010, p. 15), o Museu apenas ocupa o prédio que um dia foi uma estação ferroviária. A mudança de função foi possível por conta da construção da variante ferroviária, desdobramento direto do crescimento da cidade.

Transformar uma estação ferroviária, desativada, em Museu Histórico ou de Arte não é privilégio da cidade de Londrina. No mundo e no Brasil são inúmeros os exemplos dessas ressignificações e reutilizações de prédios que, reformados ou revitalizados, são remodelados

para visando atender outras funções. Em Paris, a antiga estação *Orsay* se transformou em Museu de referência ao século XIX; No Brasil podemos citar o Museu de Artes e Ofícios, de Belo Horizonte; Em Curitiba, o Museu Ferroviário está dentro de um Shopping, instalado em uma antiga estação ferroviária; Em São Paulo destaca-se o Museu da Língua Portuguesa, ocupando partes das dependências da estação ferroviária da Luz, ainda em funcionamento.



Figura 27 - A primeira estação ferroviária de Londrina¹⁷³

Inaugurado em 1950, o prédio da estação ferroviária, de estilo eclético, não foi a primeira estação que Londrina teve. Antes dessa, uma menor mais modesta, serviu como porta de entrada da cidade para todos aqueles, futuros compradores de terras, trabalhadores, fazendeiros e empresários que ali desembarcavam com a esperança de fazer a vida no *eldorado* do norte do Paraná.

A primeira estação foi construída em 1935. Pela imagem (figura 27) podemos observar que ela não passava de uma pequena estrutura com uma plataforma. A cidade apenas começava a ocupar espaços da mata fechada. Com destaque na imagem às primeiras casas da cidade.

Na segunda imagem (figura 28) pode-se perceber a festa e o significado, para a população local, da chegada do primeiro trem à cidade. Destacam-se, tanto no trem quanto na estação, as bandeiras da Grã-Bretanha, comunidade de origem da CTNP.

¹⁷³ Foto: José Juliani, acervo CDPH, 1935.

Com o crescimento acelerado da cidade, o aumento do número de passageiros e da produção cafeeira, a pequena estação começou a ter sua capacidade de atendimento comprometida.



Figura 28 - Chegada do primeiro trem a Estação de Londrina.¹⁷⁴

Em 1944, após a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná ter sido vendida à Rede Ferroviária Federal e conseqüentemente ter sido incorporada à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, iniciaram os planos para a construção de uma nova Estação com uma estrutura que comportasse a importância econômica da região. Londrina, por ter sido, por muitos anos, sede da CTNP, centralizava os negócios do café e demais produtos comercializados na região.

A justificativa para o orçamento da nova estação, datada de 11 de agosto de 1945, confirmava a grandiosidade do projeto:

A atual estação de Londrina é insuficiente ao movimento de mercadorias e passageiros naquela localidade. Por esse motivo e diante do crescente desenvolvimento daquele próspero município do Norte do Estado, foi organizado o presente projeto e orçamento de uma nova e ampla estação em alvenaria, com todas as instalações necessárias ao tráfego, tais como agência e dependências e serviço comercial. Os escritórios da residência da Via Permanente, serão ali instalados. O projeto prevê as melhores acomodações aos serviços da Rede e conforto público.¹⁷⁵

¹⁷⁴ 37 Anos: A Velha Jovem Londrina. **Novo Jornal, Londrina**, p.3, 12 a 19/12/1971. Imagem da Foto Galante autor; José Juliani, 1935.

¹⁷⁵ MUSEU Histórico de Londrina. A Estação Ferroviária de Londrina. s.a., s.d., p. 14 (texto datilografado)

A nova estação teria que ser construída no mesmo local da primeira e deveria estar situada à esquerda da linha. As dimensões previstas foram: 99,44 x 13,50 m de edifício sendo que a plataforma ocuparia um espaço de 109,64 x 6,00 m. O prédio seria de dois pavimentos, sendo que no andar inferior seriam alojados “os escritórios da agência, bagagem, encomendas, escritórios de notas, serviço rodoviário, composição de trens, depósito de materiais, bar e café, instalações sanitárias e sala de espera”.¹⁷⁶ O piso superior seria ocupado pelos escritórios da residência da via permanente, instalações sanitárias e serviços de rádio e telégrafo.

A concorrência para a construção da futura estação foi vencida, em 1945, pela Construtora curitibana Thá Filhos Ltda. O projeto arquitetônico foi coordenado por Durival de Brito e Silva e contou com a participação de técnicos e engenheiros como Laércio Forbeck, Lineu Ferreira do Amaral e Euro Brandão. Na época Euro Brandão, engenheiro recém formado pela Universidade Federal do Paraná, trabalhava na Viação Paraná-Santa Catarina, foi um dos encarregados pela construção do prédio.

Por muitos anos discutiu-se qual teria sido o prédio que teria inspirado o desenho da estação londrinense. Para muitos, especialmente aquelas pessoas defensoras de que Londrina é fruto de uma colonização, não só financeira, mas também cultural, da Inglaterra, tentando, dessa forma, forçar e inventar uma tradição, era relevante insistir na ideia de que o projetista teve como modelo a Estação Vitória, de Londres.

Porém outra versão apontou para uma inspiração paranaense. Segundo Euro Brandão, em entrevista para a jornalista da Universidade, Lia Mendonça, o projetista teria usado como modelo uma residência existente na Avenida Batel em Curitiba (figura 29). Ainda segundo a jornalista, que também entrevistou os herdeiros do referido imóvel, o projetista que fez o desenho da casa foi o mesmo que projetou o prédio da estação londrinense. Ainda que a diferença de proporções, entre as duas obras, seja imensa, não há como negar semelhanças, em alguns detalhes, entre elas.¹⁷⁷

O início da construção se deu em janeiro de 1946.¹⁷⁸ Em abril daquele ano a Prefeitura e outras instituições, preocupadas com o urbanismo da cidade, solicitaram à Rede Ferroviária,

¹⁷⁶ Idem, p.14

¹⁷⁷ MENDONÇA, Lia. Casa Curitiba inspirou a antiga ferroviária. **Boletim Notícia – UEL**, Londrina, p.8, 10/03/2007. Controvérsias à parte a “inspiração” do desenhista da obra continua um mistério.

¹⁷⁸ Um documento intitulado: “Especificações para construção de uma estação em Londrina”, assinada pelo engenheiro chefe do Departamento da via permanente da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, Sr. Linneu do Amaral, destaca detalhes sobre a qualidade e exigências técnicas relativas ao material que seria usado na construção do prédio. Concreto armado, madeira de pinho e de lei, calçamento com paralelepípedos aparelhados e rejuntados, revestimentos com azulejos brancos para os sanitários, ladrilhos e pisos cerâmicos São Caetano,

o alinhamento da futura estação com a rua Benjamin Constant. O pedido foi negado pela Rede que justificou a necessidade de grandes gastos para tal adequação. Mas, segundo Miguel Barreto o não atendimento ao pedido da prefeitura foi um ato político. Segundo ele o diretor da Rede era ligado ao PSD ao passo que as instituições londrinenses seriam ligadas à UDN. Em agosto de 1946 a Rede construiu uma maquete da futura estação visando dar conhecimento ao público da cidade.¹⁷⁹



Figura 29 - Residência no bairro Batel em Curitiba¹⁸⁰



Figura 30 - Museu Histórico de Londrina¹⁸¹

Na história da arquitetura o chamado ecletismo foi herdeiro do ecletismo nas belas artes, iniciado ainda no século XVII com tentativas de se produzir obras de arte a partir de uma síntese da contribuição dos diferentes mestres da Renascença. Na arquitetura o ecletismo surgiu no século XIX, e teve como característica a mistura de estilos arquitetônicos, historicamente já existentes, quando os arquitetos buscaram conciliar as técnicas, e materiais modernos às construções monumentais. No Brasil o ecletismo exerceu grande domínio na arquitetura entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX.

No caso do prédio da Estação londrinense, o ecletismo do projeto ia desde seu desenho até a diversidade de materiais utilizados em sua construção. Com relação ao desenho percebe-se a incorporação de vários elementos que remetem à arquitetura clássica, renascentista, medieval, neoclássica e barroca. Como bem aponta Zueleide Casagrande de Paula, este procedimento refletia os diversos estilos em uso em nosso país:

portas externas em imbuia, dentre outras especificações que denotam o custo e relevância da obra para a Cia. Ferroviária. O telhado, por ser de estilo europeu, exigia especificações mais detalhadas. Vigas e ripamento de sustentação deveriam ser em pinho de primeira qualidade. Forro e partes expostas deveriam ser de madeira de lei. Para cobertura do telhado, telhas chatas São Caetano que seriam presas com arame e argamassa. AMARAL, 1945, p.3.

¹⁷⁹ MUSEU Histórico de Londrina. A Estação Ferroviária de Londrina. Londrina, s.d.. p. 6-7 (texto datilografado)

¹⁸⁰ Foto: Assessoria de Comunicação da UEL, 2007.

¹⁸¹ Foto: Núcleo de Comunicação da Prefeitura Municipal de Londrina.

O edifício do Museu Histórico tem essa característica dentro dos estilos arquitetônicos, é deliberadamente eclético.(...). Esta edificação apresenta elementos de vários estilos, as mansardas e o enxaimel usados por povos europeus, com predominância na Alemanha entre o século XVI e XVIII e trazido ao Brasil em final do século XIX, por imigrantes europeus; as colunas de pedra, o telhado íngreme e os incrustes de pedras nas paredes, oriundos dos Alpes suíços trazidos por imigrantes sulistas. (PAULA, 2010, p. 12-13)



Figura 31 - Construção da 2ª Estação Ferroviária ¹⁸²



Figura 32 - Construção da 2ª Estação Ferroviária [194] ¹⁸³

Mesmo com estes elementos remetendo a estilos arquitetônicos mais antigos o prédio apresenta janelas laterais que remetem ao estilo modernista. Como já apontado, no segundo capítulo, Londrina vivenciou um período com construções modernistas, algumas que são referências até hoje, como Cine-Teatro Ouro Verde e a antiga Rodoviária, hoje Museu de Arte de Londrina.

Visualmente o que mais chama atenção para aqueles que passam, em sua frente, são os telhados inclinados e o uso de arcos e decorações que remetem a uma inspiração germânica. Para Castelnou, que também referenda o ecletismo do prédio, a profusão de elementos medievalistas “como o enxaimel, o uso de arcos de pedra rústica e de telhados íngremes com falsas mansardas”, lhe dão características que o transformam em importante testemunho do passado londrinense (CASTELNOU, 2002, p.89).

Já com relação aos elementos da construção, o ecletismo aparece na mistura de materiais utilizados. Estruturas de madeira aliadas ao ferro forjado, aproveitando-se dos novos avanços proporcionados pela engenharia do século XIX estão presentes.

Como já apresentado, o prédio sofreu uma grande reforma, no início da década de 1980, para adaptar seus espaços internos e externos a fim de viabilizar seu funcionamento

¹⁸² Fonte: acervo do MHL, [194..].

¹⁸³ Fonte: acervo do MHL, [194..].

como Museu Histórico. Aberto em 1986 o MHL a partir da reforma, transformou principalmente o espaço localizado no térreo, para receber as novas funções de Museu, com salas para exposições, de longa duração e temporária, além de um auditório que foi na segunda reforma de revitalização do Museu, ocorrida entre 1997 e 2000, desativado e desmontado para dar lugar à reserva técnica do acervo.

O fato é que o prédio da estação, hoje museu, transformou-se em importante ícone da imagem e imaginário urbano de Londrina. Sua localização espacial o deixa em maior evidência. Situado no que é considerado o centro histórico da cidade, tem a sua frente, a Praça Rocha Pombo. Além da praça os não menos imponentes arcos da antiga Rodoviária, hoje Museu de Arte. Ao lado do Museu encontramos, de um lado, o Planetário de Londrina e um grande Centro de Educação Infantil, do outro, o Terminal Urbano de ônibus. Como já comentado, a Praça Rocha Pombo e o Museu de Arte, antiga rodoviária, são tombados pelo Patrimônio Histórico do Paraná.

Além de ser um marco referencial para a cidade, o prédio do Museu transformou-se, com o passar dos anos, em um grande monumento que consolidou no espaço urbano as reminiscências gloriosas e ufanistas da colonização e fundação da cidade. O fato das exposições do MHL referendarem este discurso de memória, o qual enaltece a CTNP e a figura do pioneiro, transformou o prédio em um grande baluarte da tradição londrinense. A história da ferrovia e dos ferroviários, apesar de sua importância para o desenvolvimento, não só da cidade como também de toda a região, acabaram ficando em segundo plano na narrativa museológica da instituição.

Mais que um monumento arquitetônico da história cidadina, o prédio da antiga estação, faz parte com suas formas do espetáculo da memória, espetáculo este que é complementado pelas exposições que são nele apresentadas.

3.4 - A Universidade e o museu

A criação oficial do Museu Histórico de Londrina, ocorrida no início da década de 1970, coincide com o período em que foi gestada a Universidade Estadual da cidade. Por ter o Museu se constituído dentro de uma Faculdade e consolidado, tanto física quanto conceitualmente, em termos museológicos, dentro de uma Universidade, vamos voltar um pouco no tempo, à década de 1950, e compreender como foi o processo de formação do

ensino superior na cidade, a estruturação da futura Universidade, a partir da junção das Faculdades Estaduais isoladas, e como este processo influenciou na formação e gestão do Museu, especialmente sua relação com o Departamento de História.

A institucionalização dos cursos superiores em Londrina remete à década de 1950 quando diversos movimentos, na sociedade local, especialmente de educadores, pressionaram o governo estadual em busca da instalação do ensino superior na cidade. A não existência deles, em Londrina, obrigava os jovens da cidade, em busca de capacitação profissional em curso de nível superior, de se mudarem para outros centros como São Paulo e Curitiba (LIMA, 1991, p.15).

O crescimento econômico de Londrina se consolidava na década de 1950. Década marcada pela política nacional-desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek, onde a estruturação da indústria de base e obras de infraestrutura, repercutiu nos diversos setores da cadeia produtiva. As transformações na vida econômica e nacional prescindiram de uma maior qualificação e especialização na mão de obra. Estes fatores geraram uma necessidade social pela conquista do diploma universitário, não só por uma inserção melhor remunerada no mercado de trabalho bem como pelo status que ele representava na sociedade. Esse processo determinou o aumento na criação de cursos superiores em todo o país (LIMA, 1991, p. 9).

O rápido crescimento populacional de Londrina trouxe demandas na área da educação. Em 1946 a cidade contava com uma população de 22.560 habitantes. Pelo potencial agrícola da cidade e região já havia pressão pela implantação de um curso superior na área de Agronomia. Já na década de 1950 a população saltou para 38.317 habitantes, o que fez aumentar as reivindicações por faculdades na cidade.

Na década de 1960 a população mais do que dobra em número. Chega a 134.821 habitantes. Não só a cidade, em sua malha urbana, se expandia, mas também a necessidade de aumento do número de escolas do ensino fundamental e médio. A ausência, de uma instituição de nível superior formadora de docentes, era precariamente resolvida com cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). O CADES complementava a formação de professores recém-formados em outras áreas do conhecimento.

A necessidade de uma maior qualificação dos docentes da cidade e região, para dar conta da demanda da crescente abertura de escolas, além do isolamento da região com relação à capital Curitiba, fomentaram os movimentos que reivindicavam junto ao governo do Estado do Paraná, a criação de uma Faculdade de Filosofia.

Clubes de serviço como o Rotary Club local, em seus boletins internos, e órgãos da imprensa local também pressionavam o governo estadual para tal intento.

Fruto de toda esta pressão foi criada em Londrina, oficialmente em 1956, a primeira instituição de nível superior: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras.¹⁸⁴ Suas atividades foram iniciadas somente no ano de 1958. Inicialmente quatro cursos, noturnos, foram abertos: História, Geografia, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. Estes cursos foram implantados no regime seriado e tinham como habilitação o bacharelado. Somente no ano de 1962 é que ocorreu a substituição do bacharelado pela licenciatura.¹⁸⁵ Mais tarde dois novos cursos foram criados e implantados nesta Faculdade: Pedagogia e Licenciatura em Ciências.

Juntamente da FEFCLL foi criada a Faculdade Estadual de Direito.¹⁸⁶ Ambas foram alocadas, de forma precária e provisória, no prédio do então Colégio Estadual Hugo Simas, no centro da cidade. Os cursos das duas faculdades funcionaram ali até sua transferência para o campus da futura Universidade, no início da década de 1970. Posteriormente outras faculdades foram sendo criadas na cidade, com o objetivo de suprir a necessidade, no mercado local, de outros profissionais de nível superior.¹⁸⁷

Desde o início da década de 1960, pode-se observar manifestações na imprensa e também, por entidades de classe, reivindicando a tão sonhada Universidade para Londrina.

¹⁸⁴ A FEFCLL foi criada pelo Decreto Estadual nº 2568-A, de 25 de janeiro de 1956. Desta forma, o Estado paranaense assumia a responsabilidade não só pela implantação, mas também, pela manutenção dessa Faculdade e da Faculdade de Direito, criada, posteriormente, no mesmo ano. LIMA, 1991, p.13.

¹⁸⁵ Antes da transformação da habilitação bacharelado em licenciatura, os graduados, que quisessem exercer o magistério, precisavam se deslocar para Curitiba a fim de complementarem sua formação.

¹⁸⁶ A Faculdade Estadual de Direito de Londrina foi criada pelo Decreto Estadual nº 2781 de 04 de junho de 1956. RELATÓRIO, 1984, p. 9.

¹⁸⁷ Em 1962, foi criada, com o apoio da Igreja Católica local, a Faculdade Estadual de Odontologia. A Igreja cedeu, em caráter provisório, um espaço junto à Catedral, para a instalação de laboratórios. Anos mais tarde estes laboratórios foram transferidos para o Colégio Hugo Simas. No final da década de 1950, se discutia, na cidade, a necessidade de se criar uma Faculdade de Medicina. A concretização deste objetivo ocorreu, em um primeiro momento em 1961, com a aprovação pelo Senado Federal pela criação do curso, que ficaria filiado à Universidade Federal do Paraná. Esta proposta não agradou o grupo de médicos, responsável pela criação do curso. Após análises e estudos de uma comissão, com elementos da sociedade londrinense, optou-se pela criação de uma Fundação mantenedora para a gestão e manutenção da futura Faculdade. Nasceu assim a Fundação do Ensino Superior de Londrina (FESULON). Dessa forma, no ano de 1965, foi criada a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná. Além do curso de Medicina, outros dois também passaram a existir, Ciências Biomédicas e Farmácia e Bioquímica. Ainda, na década de 1960, ocorreria a implantação da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, com os cursos de Ciências Econômicas e Administração. Com dificuldades patrimoniais para sua implantação, esta Faculdade foi incorporada à FESULON, que já mantinha a Faculdade de Medicina. A incorporação desta Faculdade abriu caminho para a consolidação da FESULON, como principal entidade a reivindicar a junção futura das demais faculdades em prol da criação de uma Universidade para Londrina. Com esse objetivo a FESULON adquiriu, na segunda metade da década de 1960, 47,8 alqueires da antiga Fazenda Santana, como área estratégica para implantação da futura Universidade. Ainda, em 1967, iniciaram as construções dos primeiros prédios, para a Faculdade de Medicina, no novo-futuro campus. RELATÓRIO, op.cit. p.10

Vai num crescendo constante a ideia da Universidade. (...) Os entusiastas são muitos e não há principais. Professores e diretores de nossas Faculdades, administradores, entidades como o Rotary Club. Todos tem dado o seu apoio. (...) A Secretaria da Educação promoveu uma consulta, visando encaminhar o assunto, era ideia constituir-se a Universidade com raízes regionais, denominando-a “do Norte do Paraná”. [...] A ideia renasce. Londrina não esquece a Universidade. Há de tê-la.¹⁸⁸

Este sonho foi concretizado em 1970, com a criação da Universidade Estadual de Londrina. Diferentemente da proposta inicial da Secretaria Estadual de Educação, de se criar uma universidade para todo o norte do Paraná, acabaram sendo implantadas, juntamente da Estadual de Londrina, outras duas: a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Reconhecida em 1971, a universidade londrinense agrupou todos os cursos e faculdades isoladas, já existentes na cidade.

O ex-diretor do Museu Histórico, Olímpio Westphalen, que fez parte do Conselho Técnico da FEFCLL, lembra que ocorreram divergências entre as Faculdades Estaduais e a FESULON, com relação à gratuidade ou não do ensino, quando da implantação da Universidade:

Nessa transição havia uma divergência entre as faculdades estaduais e as da FESULON: Medicina, e Ciências Econômicas e Contábeis. As Estaduais queriam ensino gratuito e as da FESULON queriam ensino pago, que foi o que vigorou, além de outros aspectos de cunho filosófico, político e contingencial. (SILVA, 1996, p.356)

Triunfo da pressão da sociedade londrinense, a Universidade nasceu em pleno período do regime militar. Se na teoria a junção das diversas Faculdades resultou em uma maior racionalização dos recursos públicos bem como de uma maior interação acadêmica entre alunos e professores, na prática, significou ao menos em seus primeiros anos, um esvaziamento da convivência universitária.

A agitação política, os debates que se realizavam nos diretórios acadêmicos, no então prédio do Colégio Hugo Simas e que aproximava os alunos e docentes dos diversos cursos, sofreu um duro golpe com a transferência dos mesmos para o campus da UEL. A distância da cidade, a distribuição espacial dos centros de estudos no campus, que favorecia ao isolamento, a ausência de um restaurante universitário ou anfiteatro que viabilizassem reuniões ou

¹⁸⁸ MAGALHÃES, Antonio Vilela. Universidade. **Jornal Sequência**, Londrina, p.2, 25/07/1963.

assembleias contribuíram para colocar obstáculos a uma maior convivência entre os universitários (LIMA, 1991, p.18).

Sempre é bom lembrar que a Universidade fora criada em um período de arrefecimento do regime militar. O controle da sociedade, da imprensa, dos movimentos sociais, passava também pelo controle das críticas e mobilizações que vinham especialmente do meio universitário. Londrina por sua importância econômica e estratégica no Paraná passou a receber uma atenção especial dos órgãos federais de informação e de controle.

É dos anos 1970, a criação, na estrutura administrativa da UEL, da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), órgão responsável por monitorar o ambiente acadêmico, fornecendo informações ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), de Curitiba, sobre reuniões, assembleias, além da elaboração de descrições das principais lideranças tanto do movimento estudantil quanto do movimento docente.

Em sua pesquisa sobre a história da Universidade, Silva entrevistou algumas pessoas envolvidas com a AESI que, mesmo não se identificando, deixaram alguns depoimentos contundentes sobre as práticas do referido órgão no meio acadêmico:

O órgão fazia a triagem ideológica na contratação de docentes e fichamento de estudantes principalmente seus “perigosos líderes” envolvidos com a discussão da má qualidade do ensino, falta de professores, redemocratização da Universidade, direitos humanos, Lei de Segurança Nacional. (SILVA, 1996, p.219)

Ultrapassando o critério meramente policial de certidão negativa do DOPS para lecionar, o docente teria ainda que não demonstrar qualquer interesse em mudanças na Universidade ou realidade brasileira. Os homens da AESI e da polícia interna estavam sempre presentes nas salas de aulas e nas reuniões e assembleia de docentes e estudantes, onde agentes, ridiculamente disfarçados, empunhavam binóculos e modernas máquinas fotográficas importadas. Não foram poucas as demissões de professores “subversivos”, inconformados com a situação do ensino e com a estrutura repressiva. (SILVA, 1996, p. 220)

Com o processo de redemocratização do país a AESI foi extinta na UEL em 1982. O então reitor, prof. Marco Antonio Fiori, afirmou ter mandado incinerar todos os arquivos e fichários. Ainda em seu depoimento ele assim justificou seu ato:

[...] não via a necessidade daqueles documentos e queria eliminá-los, porque não pretendia mexer com o que havia passado. Iniciávamos uma nova época, sem perseguições e sem revanchismos.” (SILVA, p. 220)¹⁸⁹

¹⁸⁹ Na gestão do então reitor João Carlos Thonson, uma comissão, organizada e composta por membros do Conselho Universitário investigou o destino destes documentos. Os documentos administrativos da AESI foram

O MHL atravessou este período de turbulências políticas de forma incólume. Por desenvolver atividades e uma política museológica considerada tradicional não enfrentou nenhum problema com este órgão de controle e informação da UEL.

A universidade, assim como, o país, sobreviveu ao período autoritário e com o passar dos anos foi se consolidando como a maior universidade estadual paranaense. Uma questão interessante a ser realçada nesta trajetória, do ensino superior londrinense, refere-se à articulação e pressão exercida por setores da sociedade local, junto ao governo estadual, visando à implantação dos cursos superiores na cidade. Uma articulação que extrapolou o campo educacional e chegou às esferas políticas do poder. Esta prática, guardadas as devidas proporções seria exercida, posteriormente, por setores das chamadas elites locais, junto ao Museu da Universidade, ao analisarmos a atuação da ASAM em seu trabalho junto à administração do Museu.

3.5 - O museu e o Departamento de História: entre aproximações a afastamentos

Idealizados e articulados ainda na década de 1960 na então FEFCLL, o MHL e o Arquivo Histórico passaram a fazer parte da estrutura da universidade tão logo ela foi criada. Ainda que tenham mantido o vínculo com o Departamento de História, apenas o AH foi transferido para o campus universitário, acompanhando o Departamento. Os dois órgãos criados juntos, seguiram, a partir da década de 1980, trajetórias diferentes tanto no espaço quanto no conceito de história e memória a que seus acervos foram objeto no decorrer dos anos.

encontrados no CDPH. Este pesquisador encontrou diversos documentos, produzidos pela AESI e que evidenciavam o seu caráter de controle e de vigilância social e política, nos arquivos do DEOPS, na capital paranaense. Atualmente estes documentos fazem parte do fundo Deops, e estão á disposição para a consulta pública no Arquivo Estadual do Paraná, em Curitiba, e no CDPH da UEL. A fala do ex-reitor evidenciou o descaso que existia e ainda, infelizmente, existe com relação à preservação de documentos públicos relevantes para a memória social. Como historiador e técnico de um Centro de Documentação, não posso deixar de lamentar atitudes como essas. Primeiro pelo prejuízo que esta destruição de fontes provocou para a história da instituição e, para a pesquisa, de uma forma geral. Segundo, pelo ato em si significar a eliminação de documentos públicos que, em tese, são protegidos por lei e que só poderiam ser eliminados após passarem por uma comissão de avaliação documental, segundo as premissas da arquivística.

Ambos permaneceram academicamente vinculados ao Departamento de História. Os diretores do Museu e coordenadores do AH/CDPH sempre foram, em sua grande maioria, docentes do curso de História.¹⁹⁰

Antes de detalhar as relações envolvendo o Museu e o AH/CDPH com o Departamento de História é importante mostrar a trajetória e formação dos docentes desse Departamento, desde o período da sua criação na antiga FEFCLL até a década de 1990.

Como já relatado o curso de História, ao lado dos cursos de Geografia, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas, fazia parte da primeira Faculdade Estadual criada em Londrina, a FEFCLL. Antes de sua criação os professores que ministravam as aulas de História na rede de ensino de 1º e 2º graus, em sua maioria, ou eram de fora ou tinham outra formação e se capacitavam para ministrar aulas na área por meio do CADES.

A primeira turma, do curso de História que se iniciou em 1958, se graduava como bacharel. Para ter a licenciatura os alunos precisavam fazê-la em Curitiba, naquele que seria o quarto ano. Em 1962 o curso de bacharelado foi transformado em licenciatura ao ser criada a 4ª série com disciplinas pedagógicas. A criação desses cursos de licenciatura visava formar professores para o ensino médio com o objetivo primeiro de suprir a carência de novos professores, necessidade crescente a cada ano devido ao aumento vertiginoso da população da cidade. Esta, por sua vez, promovia a abertura de um número maior de escolas para dar conta da demanda estudantil. (MAESIMA, 2003, p.85).

Segundo Enezila de Lima, ex-aluna do curso de História (1964-1967) da antiga FEFCLL e docente aposentada do Departamento de História da UEL, os docentes na época eram apenas graduados. Desses, poucos tinham formação em História. A estrutura curricular na então Faculdade estava direcionada às atividades pedagógicas já que o objetivo primeiro era a formação de docentes. A pesquisa não tinha espaço. Com relação ao trabalho com fontes históricas a exceção, conforme apontou a professora, era a professora Maria Dulce Gotti, que, devido a uma rápida passagem pela Universidade de São Paulo, fazia um trabalho com fontes em sua disciplina de Introdução aos Estudos Históricos.¹⁹¹

A partir dos anos 1980, aumenta a procura de docentes em busca de capacitação, na pós-graduação, bem como a chegada de novos professores, sendo que alguns deles já tinham

¹⁹⁰ Na coordenação do Arquivo Histórico/CDPH sempre estiveram à frente, professores do Departamento de História. No Museu a única exceção ocorreu por um curto período de tempo, entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 quando, Débora Martins, docente do curso de Educação Física e então assessora especial da Reitoria, dirigiu o Museu, de forma interina, após o afastamento pelo reitor, do historiador William Reis Meirelles.

¹⁹¹ Depoimento de Enezila de Lima, apud MAESIMA, 2003, p. 85.

o mestrado, fato este que promoveu mudanças significativas nas práticas teórico-metodológicas do Departamento. (MAESIMA, 2003, p. 87)

Museu e AH/CDPH tiveram suas trajetórias moldadas pelas transformações por que passou o Departamento de História. No início de suas atividades, tanto o Museu quanto o Arquivo, estruturaram seus acervos a partir de uma perspectiva historiográfica mais tradicional, identificada pelos novos docentes como sendo positivista.

Com o decorrer dos anos evidenciou-se uma crescente diferença entre estas duas instituições de memória. Enquanto o CDPH, especialmente no final dos anos 1980 e durante a década de 1990, abriu conceitualmente seu acervo, para as novas abordagens e perspectivas teóricas advindas das transformações por que passava a historiografia no Brasil, fruto dos ecos dos debates da historiografia francesa, sobretudo da escola dos *Annales*, e também do marxismo, o Museu mantinha-se fiel a uma perspectiva mais tradicional. O distanciamento físico do Departamento, assim como, sua vinculação administrativa à vice-reitoria, permitiu ao MHL certa independência e, por que não dizer, certa blindagem para com a renovação historiográfica e metodológica pela qual o CDPH passava.

Para compreender a diferença de perspectivas, apresentarei a seguir, de forma separada, a trajetória desses dois órgãos tendo como referencial suas respectivas relações com o Departamento de História.

O Arquivo Histórico / CDPH

O AH/CDPH, espécie de “irmão gêmeo” do MHL, com a transferência dos cursos da FEFCLL para o campus universitário, foi também realocado passando a ocupar o primeiro andar do prédio do CLCH. Inicialmente permaneceu no espaço que fora ocupado pela Biblioteca Setorial de Ciências Humanas, ou seja, uma sala de aula.

Desde o início, assim como o Museu, o AH permaneceu vinculado administrativamente e academicamente ao departamento de História, tendo, portanto, em sua coordenação, sempre um historiador. Mesmo quando o Museu foi transformado em Órgão Suplementar da universidade, passando, dessa forma, à órbita administrativa da vice-reitoria, o Arquivo permaneceu ligado ao Departamento de História.

Nos primeiros anos da década de 1980, o AH contava apenas com um funcionário formado em Letras. Os primeiros coordenadores do Arquivo mantiveram a perspectiva de

acervo a qual, poderíamos conceituar de mais tradicional. Coleções de periódicos da cidade e documentos, fotografias, mapas e depoimentos orais que tinham como foco central a saga da colonização de Londrina e região. A CTNP e a figura do pioneiro, assim como no Museu, tinham também no AH, seu espaço nobre de celebração e consolidação enquanto mitos fundadores da cidade.

Ainda na década de 1980, com a chegada de novos professores ao Departamento, muitos deles já com pós-graduação concluída, iniciou-se um processo de transformação conceitual no curso e no ainda denominado Arquivo Histórico. Uma comissão de professores, com a participação de estagiários do curso de História, passou a discutir, já no ano de 1987, a reestruturação do Arquivo, transformando-o em Centro de Documentação e Pesquisa. Para esta comissão, o objetivo maior era o de preparar o órgão para ser um centro de apoio para a pesquisa, a ser desenvolvida por professores e alunos visando à futura estruturação e criação de cursos de pós-graduação no Departamento. Desde então, já no ano de 1988, o AH passou a ser denominado de Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH), que se mantém até os dias de hoje.¹⁹²

Esta mesma comissão, assim como outros professores do Departamento, tinha o interesse de também estender a mesma reestruturação conceitual ao MHL. Tarefa que se mostrou difícil frente à resistência de seus diretores.

O CDPH, por sua vinculação administrativa e acadêmica com o Departamento de História, caminhou dentro de uma política de formação de um acervo mais plural, contemplando um universo mais diverso de enfoques, de novos sujeitos, o que significou uma abertura para a entrada de coleções e fundos documentais, como autos criminais, fanzines, coleções sobre diferentes temáticas: movimentos estudantil, operário, agrário, partidos políticos, religiões, imigração, dentre outros. Além de uma diversidade tipológica e de suporte que ia do tradicional documento manuscrito, passando pelo periódico, audiovisual, iconográfico, cartográfico, microformas, chegando ao documento digital.

Estas mudanças de filosofia de acervo, caminhavam ao lado de uma produção acadêmica, que lançava olhares mais críticos a então consolidada história tradicional londrinense. Trabalhos de pós-graduação, notadamente das áreas de História e de Ciências Sociais, como já apresentados no segundo capítulo, contemplavam e faziam emergir no cenário da história local novos temas e personagens, até então esquecidos ou simplesmente silenciados pela chamada história oficial da cidade.

¹⁹² Para uma visão mais aprofundada do processo de criação do CDPH ver a dissertação de MAESIMA (2003).

O crescimento do acervo documental do CDPH e a precariedade de sua localização proporcionaram, em 2003, sua transferência para um novo prédio que passou a abrigar o Instituto de Referência em Ciências Humanas (IRCH). Este prédio foi destinado para ser a sede dos principais laboratórios de pesquisa, ensino e extensão dos cursos do CLCH: História, Filosofia, Ciências Sociais, Letras Vernáculas e Letras Estrangeiras. O CDPH, que possuía o maior e mais pesado acervo, ocupou todo o andar térreo.

Além do novo espaço o CDPH vinha, no decorrer dos anos, ampliando e qualificando sua equipe de técnicos. Se em 1987 o CDPH contava com apenas um técnico, em 2012 o Centro já contava com um quadro de seis técnicos, sendo três historiadores, uma arquivista e duas sociólogas e, um grupo de estagiários bolsistas, em sua maioria do curso de História, em um número médio de oito por ano.¹⁹³

A proximidade espacial do CDPH com o Departamento, além do vínculo administrativo e acadêmico permitiu a este lugar de memória, que acompanhasse as mudanças nas concepções teóricas e metodológicas no campo historiográfico. As perspectivas inovadoras da Escola dos *Analles*, do Marxismo e da chamada Nova História Cultural, permitiram que novas fontes documentais fossem incorporadas a seu acervo. O CDPH acompanhou também as demandas das linhas de pesquisa do Departamento e da pós-graduação, especialmente depois da criação do curso de mestrado em História.

Além da disponibilização de acervos organizados, o CDPH promoveu e ainda promove cursos de capacitação abertos à comunidade interna e externa da UEL, desenvolve projetos de assessoria técnica a instituições congêneres, além de promover exposições e eventos nas áreas de História, Arquivologia e Patrimônio Histórico.

O Museu Histórico de Londrina

Como já apresentado, o Museu iniciou suas atividades em duas salas nos porões do Colégio Hugo Simas, na antiga FEFCLL. Com a criação da Universidade e transferência dos cursos para o campus universitário, o Museu continuou no centro da cidade. Se por um lado o AH/CDPH acompanhou o Departamento de História, em sua transferência para o campus, o

¹⁹³ Como resultado de uma eficaz política de capacitação de seus técnicos, o CDPH, neste ano de 2013, vai passar a contar, em seus quadros, com dois doutores em História e dois mestres sendo um em Ciências Sociais e outro em Ciências da Informação.

Museu permaneceu onde estava, até sua transferência, em 1986, para o prédio da antiga Estação Ferroviária.

O distanciamento físico do campus contribuiu para certo isolamento do Museu da vida acadêmica da universidade. Mesmo que alguns professores realizassem projetos pontuais junto ao Museu, os diretores, especialmente nas primeiras décadas de sua existência, realizaram suas gestões, administrativa e museológica, de forma desconectada do Departamento de História. Dessa forma deixaram até mesmo de frequentar grande parte das reuniões administrativas do Departamento e do Conselho do Centro de Ciências Humanas.

Quando no final da década de 1980 e início da década de 1990, o AH passou por transformações no conceito de lugar de memória, transformando-se em CDPH, contemplando uma visão mais plural e crítica da história local, a administração do MHL passou a resistir a qualquer tipo de interferência do Departamento, especialmente em sua concepção museológica. Deve-se ressaltar que neste período, o Departamento de História possuía algumas divisões, entre seus docentes, tanto com relação às opções historiográficas quanto na disputa pela política interna.

Quando se fala em opções historiográficas o departamento apresentava dois grupos antagônicos. Grande parte dos professores mais antigos era denominada, pelos mais novos, como positivistas. Por sua vez os mais novos eram identificados como marxistas. Porém, quando ocorriam eleições para chefia do Departamento uma nova configuração se estabelecia. Segundo Cristiano Simon, docente e ex-chefe do Departamento de História e também ex-diretor do CLCH, criava-se, ainda que temporariamente, uma divisão entre os da casa e os de fora, sendo que estes últimos passaram a questionar determinadas tradições, referendadas pelo Museu:

[...] estavam chegando pessoas mais jovens, com a reabertura do curso, após Estudos Sociais, após ditadura, após ele ter sido interrompido, quando iniciaram os concursos na década de 80, [...], mas pelo que eu pude então perceber dessa história, neste momento chegaram marxistas mesmo, novos leitores de outras coisas e instalou-se ali uma coisa bastante interessante [...] você tinha, se é que podíamos chamar essa geração antiga, trabalhando em uma perspectiva da escola metódica, que a gente chamava de positivistas [...] Então quando eu cheguei já era o professor Olímpio, bastante tempo diretor do Museu, [...] ele era uma pessoa muito centralizadora, muito vaidosa e tinha-se aí uma ideia de formação do norte do Paraná, de Londrina, de toda uma questão da história, que esses novos profissionais, que essas pessoas que chegavam ao Departamento questionavam. A questão do pioneiro, a questão de isso aqui ser parecido com uma reforma agrária, que eram

pequenos lotes de terras. Todo um discurso ideológico colocado em cima do pioneirismo, de tudo isso que começou a ser questionado.”¹⁹⁴

Além das questões conceituais de narrativa histórica, adotada pelo Museu, a prática, por parte dos dirigentes da instituição, de continuar a receber doações de acervos textuais, que em tese deveriam ser encaminhados para o CDPH, o que liberaria, dessa forma, espaços no Museu para peças e objetos bi e tridimensionais passou a ser questionada. Outra questão, bastante criticada pelos professores do departamento, relacionava-se à forma de escolha do diretor do museu, que durante anos ficou restrita a um pequeno colégio eleitoral, em que o departamento tinha apenas um voto. É desse período que se registram as maiores divergências entre o departamento, a direção do CLCH e a direção do Museu.

A reitoria da Universidade, ciente dessa crise de relacionamento e também para tentar evitar o que se convencionou chamar de sobreposição de trabalho, solicitou ao Departamento de História um projeto para tentar resolver as questões relacionadas à duplicidade de acervos e a gestão dos diversos órgãos de memória da instituição. Após estudos foi apresentado o projeto da Casa da Memória.

3.6 - A Casa da Memória

O projeto “Casa da Memória” surgiu em 1987, a partir da preocupação do vice-reitor da UEL, Carlos Apoloni. Após verificar a inexistência de informações precisas sobre os acervos documentais sob a guarda de órgãos da Universidade, fez visitas, juntamente de outros professores membros do Conselho de Administração, aos diversos setores da instituição que tinham a guarda de acervos documentais como a Biblioteca Central, Museu Histórico, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Hemeroteca e Fimoteca do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) e Assessoria de Relações Universitárias (ARU).

Passados dois anos, os representantes desses setores formaram uma comissão, designada pelo vice-reitor. A justificativa para a constituição de tal comissão foi assim descrita:

- 1) Existência de atividades com duplicidade de funções;

¹⁹⁴ Depoimento de Cristiano Gustavo Biazzo Simon (2012).

- 2) Investimentos necessários para a mesma atividade em órgãos diferentes;
- 3) Falta de eficácia (pessoal qualificado, equipamentos, espaço físico) dos diferentes órgãos;
- 4) Necessidade de se estabelecer uma política para a documentação que se traduza em objetivos, planejamento e execução eficiente.¹⁹⁵

Depois de inúmeras reuniões a Comissão finalizou seus trabalhos em 1990, apresentando um relatório cujas premissas principais eram: “1) Princípios e prioridades de cada órgão; 2) Acervo de cada órgão; 3) Problemas existentes em cada órgão; 4) Superposições detectadas; 5) Sugestões para solucionar os problemas levantados. (...)”¹⁹⁶

A Comissão apresentou seu relatório ao vice-reitor, porém não foi possível traçar diretrizes para buscar soluções para os problemas elencados já que na comissão não houve consenso com relação a algumas mudanças que deveriam ser implementadas. A falta desse consenso passava pela pessoa do diretor do MHL, Westphalen, que discordava de uma possível transferência de parte do acervo documental do Museu para o CDPH.

Em ofício encaminhado ao vice-reitor, Westphalen, fez duras críticas aos responsáveis pela elaboração do relatório. Da mesma forma é possível identificar a resistência oferecida por ele a qualquer tentativa de se caminhar para um trabalho conjunto com os demais órgãos da Universidade:

[...] vi que o mesmo [relatório] visa atingir diretamente o Museu Histórico, o único órgão a ser prejudicado pelas conclusões nele contidas, parecendo-me que a formação da Comissão já vinha como objetivo principal atingir o Museu Histórico ferindo-o fundo em sua estrutura, com a estranha alegação de que o mesmo seria local inadequado para documentos escritos, fotografias, gravações e outros tipos de peças museológicas.¹⁹⁷

Ainda no mesmo ofício, Westphalen lembra que o Museu tinha vinte anos de existência e que tanto ele, quanto sua equipe, eram contrários às deliberações do Relatório. Declarou, também, que esta “cobiça sobre seu rico acervo” era fruto do prestígio que o Museu havia conseguido em sua trajetória, que vinha desde os tempos nos antigos porões até sua estrutura atual. Para respaldar seu intento, anexou à sua correspondência, um ofício da presidenta do Comitê Brasileiro do ICOM, a museóloga Lourdes Rego Novaes, a qual se solidarizava com sua luta pela manutenção dos acervos documentais junto ao Museu.¹⁹⁸ Com

¹⁹⁵ UEL. Projeto “Casa da Memória”: A política documental da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 1993, p.2.

¹⁹⁶ UEL. Idem. p, 2

¹⁹⁷ Of. M. nº 29/90. Londrina, 19/04/1990. Acervo do MHL.

¹⁹⁸ Of. 31/90. Rio de Janeiro. 21/03/1990. Comitê Brasileiro do ICOM. Acervo do MHL.

a resistência, por parte do Museu, o relatório acabou sendo arquivado e conseqüentemente as deliberações do Relatório não foram implementadas.

Depois de passados três anos a nova vice-reitora, Luzia Yamashita Deliberador, retomou o projeto e convocou nova comissão, especificamente relacionada ao Departamento de História e seus órgãos de memória. Fizeram parte da comissão: o diretor do CLCH, Joaquim Carvalho, o chefe do Departamento de História, José Cezar dos Reis, o diretor do MHL, Olímpio Westphalen e a coordenadora do colegiado do curso de História, Enezila de Lima. De todos, apenas Westphalen e Enezila eram remanescentes da primeira comissão. O objetivo da vice-reitora foi o de tentar estruturar e viabilizar o projeto da Casa da Memória, como um órgão capaz de se responsabilizar pela gestão documental da Universidade, especialmente seus documentos em idade permanente e/ou históricos.

Dentre outros dados a comissão detectou a existência de inúmeros documentos relacionados à história local e regional, assim como, coleções documentais relacionadas à história do ensino superior londrinense, sob a guarda da UEL, porém, disseminadas em diversos arquivos nas pró-reitorias, MHL, CDPH, dentre outros.

Após diversas reuniões, novamente não houve consenso entre Westphalen e os demais membros da comissão. Apesar disso, o Departamento de História encaminhou o projeto da Casa de Memória para a vice-reitoria.

O projeto tinha como principal objetivo, a junção administrativa dos diversos organismos que detinham acervos documentais, visando sua organização e preservação. A Casa da Memória seria formada por três divisões: o MHL, o CDPH e um Arquivo Permanente da UEL, a ser criado futuramente.¹⁹⁹ Mesmo unificados administrativamente se manteria, por outro lado, a separação física desses órgãos. Mas, o documento do projeto deixava claro a necessidade de se adequar as funções do Museu, especialmente aquelas relacionadas ao CDPH:

Essa política unificada, gestada e gerida pela Casa da Memória, evitaria, por exemplo, as sobreposições e duplicações de funções como as que existem hoje, notadamente entre o Centro de Documentação e o Museu. Evitaria também o desvio de funções ou inadequação de funcionamento, como vem ocorrendo com o Museu. (...) Os Centros de Documentação especializam-se em temas específicos, como por exemplo, a “colonização e ocupação da “região”, que não é atribuição dos Arquivos Públicos e dos Museus, aqueles pelas suas funções legais e este pelos tipos de acervo, os objetos.²⁰⁰

¹⁹⁹ O Arquivo Permanente da UEL passou a existir com a criação do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina (SAUEL), em 2006.

²⁰⁰ UEL. op. cit., p.3.

O ponto principal da discórdia e intransigência de Westphalen estava, em primeiro lugar, na nova tentativa de se transferir o acervo documental do museu para o CDPH e, em segundo, perder sua autonomia administrativa para um órgão gestor, no caso a Casa de Memória, ligada ao Departamento de História. Este segundo ponto alteraria o status do Museu, rebaixando-o dentro do organograma institucional da Universidade.

Novamente, por meio de ofício, encaminhado para a vice-reitoria,²⁰¹ Westphalen destacou que, com a criação da chamada Casa da Memória o Museu deixaria de ser órgão suplementar e passaria a ser uma divisão da nova instituição, responsável pela gestão dos lugares de memória da Universidade. E, ainda, foi contundente ao criticar os colegas de departamento:

[...] há por parte de eventual maioria do Departamento de História, constituída, em grande parte, por professores novos na UEL e em Londrina, não afeitos com a realidade da evolução histórica de nossa cidade e da região, a pretensão de diminuir a importância do Museu Histórico, transformando-o em mera Divisão de outro órgão que, pela proposta, quer bitolar os seus objetivos e atuação, quebrando-lhe a relativa autonomia que hoje recebe da administração superior.²⁰²

Westphalen deixou claro que não apenas ele, mas toda a equipe do museu era contrária à proposta, primeiro, por não terem sido consultados e segundo, por tirar a autonomia do órgão. Mais do que uma batalha pela definição ou redefinição do status do Museu, no organograma administrativo da UEL, estava em jogo, segundo Westphalen, uma luta pelo controle do Museu:

[...] justamente aqueles que se arvoram em donos do Departamento de História e do Museu, nada por ele fizeram, querendo agora apoderar-se, com grande avidez, do 'prato feito', sabe lá com que intenções. [...] Ao que parece pretendem o esvaziamento do Museu Histórico, com evidentes prejuízos, não só para o Órgão Suplementar mas, também para toda a comunidade usuária que, certamente, sentir-se-á frustrada ao ver o seu Museu cerceado em seu funcionamento pleno.²⁰³

As palavras de Westphalen, neste ofício, deram visibilidade ao conflito existente no Departamento entre os novos, de fora, e os antigos, da casa. Porém, como observador deste

²⁰¹ Westphalen encaminhou este ofício à nova vice-reitora, Nitis Jacon Moreira.

²⁰² OF. M. nº 23/94. Londrina, 06/07/1994. Acervo do MHL.

²⁰³ Id. 1994, p.2

processo, já que no período era técnico do CDPH, no chamado “grupo de fora” existiam também, professores da casa, que mesmo antigos no departamento, também discordavam daqueles que haviam se encastelado no Museu e resistiam a qualquer tentativa de intervenção conceitual na perspectiva museológica que, durante décadas, mantinha-se engessada.

Novamente, a resistência da direção do Museu prevaleceu e o projeto da Casa da Memória acabou sendo arquivado. O fato é que, durante as gestões de Westphalen e Conceição Geraldo, que juntos totalizaram 26 anos a frente do Museu, a relação deste órgão com o departamento não foi das melhores. Ambos os diretores mantiveram uma gestão autônoma frente ao departamento.

Esta autonomia foi, de certa forma, justificada pelo vínculo administrativo que os órgãos suplementares deveriam manter com a vice-reitoria. Porém, o que se cobrou, dessas administrações, à frente do museu, era a retomada e manutenção do vínculo acadêmico com o Departamento de História e o CLCH. O perfil mais tradicional, consolidado no MHL, contrastava com a abertura que as novas abordagens historiográficas, notadamente das décadas de 1980 e 1990, proporcionaram ao perfil documental do acervo do CDPH.

Ainda que os questionamentos à práxis museológica dos gestores do Museu continuassem fortes no Departamento de História, as tentativas de mudanças acabaram sendo arquivadas. Novas críticas seriam feitas, ainda que não disseminadas publicamente, quando do término do processo de revitalização, pelo qual passou o Museu, entre 1997 e 2000. A chamada exposição de longa duração e a transformação de alguns cenários e salas internas do Museu em “memoriais”, relacionados às famílias financiadoras desses espaços, ainda nos dias atuais, causa indignação em setores da academia. E, será este processo de revitalização e seus desdobramentos, que serão objeto de análise nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 4: O ESPETÁCULO – 1º ATO: DECIFRA-ME OU DEVORO-TE

Ao fazermos uma analogia entre o museu e o teatro podemos considerar a exposição museológica como o grande espetáculo oferecido pelo museu a seu público. Os objetos e cenários expográficos compõem o enredo da narrativa museal. O circuito da exposição envolve o público em um jogo de significados e de sentidos. O acervo, selecionado pelos agentes ligados ao museu, acabam, de certa forma, por definir os limites, as vozes e os silêncios proporcionados por este espetáculo da memória.

A engrenagem museal é movida por dois pilares principais, a preservação e a comunicação. A partir deles, outros processos interferem no ciclo por que passam os objetos, desde sua transformação em objeto museológico até ter a sua visibilidade pública por meio da exposição. Relacionados à preservação temos: a coleta e/ou doação, a triagem, a documentação, o acondicionamento e a conservação. Já em relação ao vetor da comunicação o museu e seu acervo ganham visibilidade pública, e seu modelo museológico passa a construir um discurso de memória. Esse processo envolve todo o planejamento da exposição, da definição do tema, da seleção dos objetos, da estruturação do espaço expositivo e dos cenários, da divulgação e da ação educativa, quando existente.

O MHL, assim como muitos museus do país, seguiu um modelo de expografia que poderemos conceituar de “museu-memória”. Segundo Myrian Santos (2006, p.2) que analisou a história de dois grandes museus brasileiros, o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial, em Petrópolis, no “museu-memória” a:

[...] história é apresentada por uma sequência de objetos e palavras do passado que reflete uma temporalidade descontínua e pontual. O forte simbolismo ou carisma atado às peças remete não a elas próprias, mas a uma realidade maior, da qual os objetos são apenas um fragmento.

Desta forma, durante suas duas primeiras décadas e meia de existência, de 1970 a 1985, a perspectiva de comunicação museológica do MHL, se considerado o que hoje entendemos por exposição de longa duração, seguia este modelo.

Esse modelo de museu se aproxima dos antigos antiquários e gabinetes de curiosidades, onde a ênfase expositiva era direcionada ao objeto enquanto fragmento e relíquia do passado. O Museu Histórico Nacional durante muitas décadas, desde sua criação oficial em 1922, manteve este modelo mais tradicional de exposição. Na década de 1980 ele

foi reestruturado. O prédio foi revitalizado e a museografia passou por uma radical transformação. A partir daí o Museu Histórico Nacional passou a seguir um modelo de “museu-narrativa” onde, segundo Myrian Santos (2006, p.20), “o discurso histórico, racional e moderno substitui a história que se apoiava na memória e onde a linguagem das palavras subordina o outro elemento da narrativa museológica, que é o objeto.”

No modelo de “museu-narrativa” os objetos perdem a centralidade que tinham no modelo anterior, sendo subordinados, em sua ordem expositiva, de acordo com os discursos narrativos. Assim, a História passa a ser construída por meio de uma concepção de tempo linear e progressivo.

Mesmo com as transformações e atualizações conceituais no campo da museologia, entramos no século XXI apresentando um quadro, no qual grande parte dos museus brasileiros ainda mantém um modelo de “museu-memória” em suas políticas expositivas. Isto se deve à falta de profissionais especializados em seus quadros técnicos, como museólogos, historiadores, antropólogos, dentre outros, o que contribui para a manutenção dessa realidade expositiva tradicional.

O MHL a partir de um grande projeto de revitalização, que durou de 1997 a 2000, teve seu conceito museológico alterado de um museu de história local para museu de sociedade. As mudanças nele operadas proporcionaram uma radical transformação em suas práticas expositivas, deixando de ser um “museu-memória” para se transformar um “museu-narrativa”.

Para entender esta transformação apresentaremos a seguir uma breve contextualização das primeiras exposições produzidas e realizadas pelo museu londrinense, os temas privilegiados e a relação com a comunidade local.

4.1 - O “Museu-Memória”

Como já analisado no terceiro capítulo, o MHL, desde o seu período de estruturação, ainda no final da década de 1960, priorizou em seu acervo objetos visando à formação de uma instituição museológica com caráter regional. O processo de colonização, a ocupação do território, o rápido desenvolvimento e crescimento urbano, e a ênfase no chamado pioneirismo demarcaram não só a configuração do seu acervo, mas também, suas primeiras exposições.

Quando o museu ainda estava alojado nas três salas que compunham os porões do Colégio Hugo Simas, por falta de espaço o acervo ficava guardado e exposto ao mesmo tempo. Mesmo havendo uma insipiente tentativa de agrupar de forma temática o acervo – objetos indígenas, utensílios domésticos, móveis, animais taxidermizados, dentre outros artefatos, o espaço expositivo, que se confundia com o administrativo, remetia aos antigos gabinetes de curiosidades. A quantidade de objetos doados, conforme o museu passou a ser conhecido pela comunidade local e regional, não parou de crescer, inviabilizando cada vez mais uma exposição adequada do acervo naquele espaço.

Esta primeira fase do museu, mesmo que sob uma forma inadequada de exposição, permitiu uma maior e crescente identificação da comunidade com a instituição. Os objetos, muitos deles com modelos repetidos, colocados lado a lado enchiam estantes e armários.

Mesmo com a falta de espaço para expor no porão o museu começou a estruturar e a realizar suas primeiras exposições temporárias no local. Inicialmente privilegiou temas relacionados às datas cívicas e folclóricas do calendário escolar. Mesmo estando aberto à visitação do público em geral e tendo como público cativo os alunos do Colégio onde estava sediado, o museu também recebia visitas de alunos de várias escolas da cidade. Em 1973 na gestão interina de Maria Aparecida Silva foi organizada, pelo museu, uma exposição comemorativa da “Semana do Folclore” que se repetiria dois anos depois.

Durante a XIII Feira Agropecuária de Londrina, em 1975, o museu montou em plena Feira a “I Mostra do Museu do Café do Paraná”. Além de temas relacionados ao pioneirismo o museu evidenciou principalmente o produto de maior destaque na economia da região, o café. Tanto que estruturou uma mostra com o sugestivo nome de “Exposição Progressiva de Londrina no Ciclo do Café”.

Ainda neste ano de 1975 o museu montou mais duas exposições de caráter didático: reeditando a “Exposição sobre Folclore” e uma exposição dedicada ao caráter cívico do culto à bandeira e à tradição pioneira, tão relevante à perspectiva de História do museu: “Exposição Comemorativa da Primeira Bandeira Nacional Hastada em Londrina”.

Os anos se passavam e em 1977, o museu reapresentou essas duas exposições didáticas, como a “I Mostra do Café do Paraná” e a “Exposição Comemorativa à Bandeira Nacional”. A questão indígena se transformou em tema principal de uma exposição somente em 1979. Nesta mostra foram utilizadas peças arqueológicas e de artesanato, do acervo, relacionadas aos grupos indígenas da região.

O grande salto em termos de visibilidade externa do museu para com a comunidade londrinense ocorreu, com a montagem de uma exposição temporária fora do espaço dos

porões do Colégio. Juntamente às comemorações relativas ao cinquentenário da fundação de Londrina, foi organizada a exposição temporária “Comemoração do Cinquentenário da 1ª Expedição ao local onde surgiu Londrina”.²⁰⁴ A comemoração tomou como marco temporal a data do início da colonização da cidade, 21 de agosto de 1929, efetivada pela CTNP. A organização dessa exposição foi projetada um ano antes pela então diretora Conceição Geraldo. Ao solicitar recursos para um órgão estadual, justificou a importância da exposição ao enaltecer o papel da CTNP no processo civilizatório da região:

Em 21 de agosto de 1979 estaremos comemorando o cinquentenário da fundação da cidade de Londrina, aniversário da vinda do primeiro grupo de funcionários da Companhia de Terras Norte do Paraná que aqui chegou para iniciar, definitivamente, a colonização de extensa área de terras e que resultou no povoamento da mais rica região do Estado, a região Norte Novo. Como parte das solenidades alusivas à efeméride consta a montagem de uma exposição que retrate toda a epopeia, do desbravamento da selva até o estágio atual do grande desenvolvimento.[...] ²⁰⁵

Com sua saída para fazer pós-graduação coube a seu sucessor, Olímpio Westphalen, a tarefa de organização da exposição. Realizada no saguão de entrada do Cine Ouro Verde a exposição apresentou várias fotografias dos primeiros anos da colonização e é claro da caravana, tema principal da mostra, assim como objetos do período. Evidenciou-se a participação do pioneiro George Graig Smith, que chefiou a famosa caravana, tanto na organização com pela sua presença durante a exposição. A exposição teve ampla cobertura da mídia e recebeu muitos visitantes. Segundo Westphalen “a exposição proporcionou sensível aumento de visitantes e doações ao Museu, além de consultas e pesquisas.”²⁰⁶

É interessante observar, por meio de duas correspondências enviadas por Westphalen, após o encerramento da exposição, de como ele e sua antecessora na direção do museu, Conceição Geraldo, compartilhavam e reforçavam o ideário da CTNP e do pioneirismo como mitos fundadores da cidade e conseqüentemente, responsáveis diretos pelo seu desenvolvimento. Em carta de agradecimento ao pioneiro George Graig Smith assim denominou a caravana:

²⁰⁴ A emancipação política de Londrina ocorreu em 1938, porém o caráter épico desta caravana é celebrado por muitas pessoas, o que incluía o MHL em suas primeiras décadas, como merecedor de ser reconhecido como marco fundador da cidade.

²⁰⁵ Of.M. n 29/78 de 10/03/1978 – acervo do MHL.

²⁰⁶ Boletim n. 1 MHL 1980 1 sem, p.7.

[...] caravana esta que constituiu o marco inicial da épica marcha colonizadora de toda esta fabulosa região conhecida como o Norte Novo do Paraná [...] prestar a sua homenagem pela sua relevante participação na pioneiríssima expedição do extraordinário “*development*” desta dadivosa região.[...] ²⁰⁷

E no ofício enviado ao gerente da CTMP, em agradecimento à cessão de peças para a exposição:

Pelo presente temos a satisfação em devolver as valiosas peças gentilmente cedidas ao Museu [...] na Mostra Comemorativa da 1ª. Caravana chegada ao local onde surgiu Londrina, enviada pela então Companhia de Terras do Norte do Paraná, caravana que constituiu o marco inicial da exuberante colonização, da qual esta grande empresa representou papel de primordial relevância. [...] a Mostra foi revestida do mais amplo sucesso, quer pela montagem, quer pelos seus milhares de visitantes, entre os quais velhos pioneiros que, com grande emoção, evocaram os heroicos tempos do início da colonização.[...] ²⁰⁸

A repercussão da exposição rendeu publicidade e reconhecimento à existência do museu e destaque em relação ao seu papel de lugar de referência da memória local, do mesmo modo que iniciou uma série de outras mostras expositivas com perspectiva celebrativa, relacionadas aos feitos e personagens vinculados aos primeiros tempos de colonização da cidade. Os objetos e temas vinculados aos pioneiros e ao empreendimento imobiliário da Cia. de Terras passaram a ter destaque nas exposições de maior repercussão do museu. ²⁰⁹

Durante as comemorações do jubileu de ouro de Londrina, em 1984, o museu organizou a sua primeira exposição de rua. Dividida em cinco grupos de painéis esta exposição foi distribuída estrategicamente em cinco espaços da área central da cidade. Cada uma delas enfocando um determinado tema, como: religiosidade, ensino, emancipação política, transportes e fundação da cidade. ²¹⁰

²⁰⁷ OF.M. n. 330/79, 20/09/1979 – acervo MHL.

²⁰⁸ OF.M. n.335/79, 25/09/1979 – acervo MHL.

²⁰⁹ Ainda na década de 1980, antes da mudança pra o prédio da Estação Ferroviária, o MHL continuou organizando exposições temporárias nos porões do Colégio, priorizando temas direcionados ao público escolar, como folclore, índios, além é claro sobre a história da cidade. As exposições de maior repercussão, novamente tiveram, como cenário, o saguão de entrada do Cine Ouro Verde como: “Eugênio Brugin” – comemorativa do cinquentenário da chegada do pioneiro a Londrina” (1981); “Da Peroba ao Perobal” – evolução do Ensino em Londrina – comemorativa do 10º. Aniversário da UEL” (1981); “Centenário de nascimento do Dr. Willie Davids”, diretor técnico da CTNP (1983); “Exposição comemorativa do cinquentenário da instalação da 1ª escola pública de Londrina” (1984); “Exposição comemorativa do cinquentenário da criação da 1ª Paróquia de Londrina” (1984); “Exposição sobre Serviços de Saúde na História de Londrina” (1984). OF.M. n.196/84 Boletim do MHL, n.5, 1981; Boletim do MHL, n.9, 1984.

²¹⁰ Uma exposição similar utilizando-se dos mesmos painéis foi também realizada no calçadão da cidade em 1998.

Com o processo de mudança da sede do MHL, em 1986, para o prédio da antiga Estação Ferroviária, as atividades do museu foram temporariamente paralisadas visando o acondicionamento, transferência e organização do museu no novo prédio. Diferentemente da fase anterior, nos porões do colégio, a administração do MHL optou, nesta nova fase, em manter todo o acervo acondicionado em uma grande sala transformada em uma espécie de reserva técnica. A partir de então, o museu passou a realizar apenas exposições temporárias, no espaço onde atualmente está situada a exposição de longa duração.



Figura 33 - Exposição de Rua no calçadão de Londrina²¹¹

Estas exposições contemplaram diversos temas: além das já tradicionais relacionadas às semanas do folclore e do índio, realizou, em 1984, a exposição “Cultura Negra em Londrina”, durante a 1ª. Bienal do Livro, sediada nas dependências do Museu.”²¹² Além disso passou a organizar, sempre no mês de dezembro, a “Mostra de Presépios” (1987 a 1995).

Assim como nas décadas de 1970 e 1980 as exposições temporárias mantiveram, também na década de 1990, a ênfase no tema do pioneiro: “primeira escola”, “primeira paróquia”, além de uma série de exposições intituladas “Pioneiro I, II, III, IV, V e VI”, realizadas durante o ano de 1990 visando homenagear as famílias pioneiras de Londrina.²¹³ Além dessas, até o seu fechamento, em 1997, para início dos trabalhos de revitalização do prédio, a equipe do museu organizou as seguintes exposições: “George Craig Smith e a

²¹¹ Foto: acervo MHL, 1984.

²¹² OF.M.n.196/84, 04/09/1984; OF.M.n.60/88, 10/06/1988; OF.M.n.27/90, 23/03/1990 – acervo MHL.

²¹³ OF.M.n.27/90, 23/03/1990 – acervo MHL.

Colonização Britânica” (1992), “Perfil de um Grande Pioneiro – Hikoma Udihara” (1993) e “Segmentos do Trabalho Pioneiro” (1995).

As exposições relacionadas à história da cidade ou para fins escolares dividiram o calendário de ocupação da galeria de exposição com temas nacionais e até internacionais.²¹⁴ A galeria também foi utilizada para apresentações de peças de teatro do Festival Internacional de Londrina (FILO).



Figura 34 - Galeria Histórica²¹⁵

Posteriormente com a reabertura em 2000 o museu passou a contar com espaços separados e mais adequados para exposições temporárias e de longa duração. As exposições temporárias que até então duravam poucos dias ou algumas semanas passaram a ter sua temporalidade aumentada para meses. O planejamento, a escolha do tema, a captação de recursos, a montagem de cenários, a abertura e a divulgação passaram a fazer parte de um processo de organização que passou a envolver toda a equipe técnica do Museu.

A simplicidade das primeiras mostras cedeu lugar a exposições estruturalmente mais complexas, com suporte audiovisual, que envolviam recursos maiores. Nesta nova fase o museu passou a contar, além do apoio financeiro da ASAM, com recursos do PROMIC. O

²¹⁴ As exposições temporárias, produzidas e com acervos externos ao museu, de maior repercussão com o público foram: “Instrumentos de Tortura Medieval”, “Brasil e Alemanha” e “Leonardo Da Vinci – a aventura do gênio universal”.

²¹⁵ Foto: acervo MHL, década de 1980.

museu iniciou assim uma nova fase museográfica deixando de ser um “museu-memória”, transformando-se em um “museu-narrativa”.

Esta alteração conceitual no campo da expografia visou, segundo proposta inicial da museóloga Cristina Bruno, responsável pelo projeto temático da exposição de longa duração, ampliar as possibilidades de abordagem das referências sobre o passado da cidade. Porém, prevaleceram elementos narrativos vinculados ao discurso histórico tradicional, aos quais se identificavam a direção do Museu e os membros da ASAM.

4.2 - O “museu-narrativa”

O processo de revitalização do MHL teve início em maio de 1995, com o retorno à direção de Conceição Geraldo. Ela reassumiu o museu, pela segunda vez, após aposentadoria compulsória de seu antecessor Olímpio Westphalen. No início, ela, juntamente com técnicos do museu, realizou um levantamento do acervo, assim como, elencou as necessidades do órgão. Com os dados em mãos elaborou um Plano de Trabalho, que foi encaminhado à reitoria da universidade, em que destacou as seguintes prioridades: viabilização do fechamento por meio de instalação de grades da área do entorno do museu; limpeza e jardinagem do entorno; pintura do prédio; aquisição de novos móveis para a administração e setores expositivos; climatização de áreas técnicas; reenquadramento de funcionários em disfunção; criação de novas vagas de técnicos; dentre outras questões pontuais.²¹⁶

A Universidade, por questões de contingenciamento de recursos, respondeu negativamente à solicitação, porém, permitiu à diretora que buscasse apoio na sociedade a fim de viabilizar os recursos necessários. A partir de então, iniciaram-se os contatos para constituição de uma associação de amigos para o museu. Dessa forma, com a captação de adesões e apoio à ideia da associação junto a pessoas da sociedade, em sua grande maioria pertencentes às famílias de pioneiros da cidade, foi fundada a Sociedade Amigos do Museu – SAM.

²¹⁶ OF.M.n.65/94, 24/10/1994.

4.3 - Associação Sociedade Amigos do Museu – ASAM²¹⁷

Antes de apresentar a história da ASAM, bem como, o perfil social dos membros que a compõe, como estes se identificam com a proposta museológica até então desenvolvida pelo museu, cabe fazer uma breve contextualização do surgimento das primeiras associações de amigos de museus na História.

Segundo Varine-Bohan, a formação das primeiras associações de amigos de museus remonta ao início do século XIX. Ainda que não formalizadas, como as conhecemos atualmente, a reunião de pessoas interessadas em contribuir com museus, fosse captando recursos para adquirir obras, especialmente no caso de museus de arte, divulgando as atividades da instituição, foi uma herança do final do século XVIII e princípio do século XIX. Nesse período as chamadas “elites ilustradas”, se reuniam em “reuniões literárias, círculos científicos, ateneus, clubes culturais, salões de leitura, etc.”, a fim de discutir questões relacionadas à cultura, à ciência e à arte.²¹⁸ A partir dessas preocupações, surgiram as primeiras associações de amigos, cujo modelo de atuação se espalhou pelo mundo. Em 1972, na cidade de Barcelona, foi realizado o I Congresso Internacional das Associações de Amigos dos Museus. Neste encontro foi elaborado um conjunto de normas a serem seguidas pelas associações em todos os países bem como he definiram um conceito: “As Associações de Amigos dos Museus [...] são constituídas por membros do grande público, sem fins lucrativos, e organizam-se com a finalidade de promover e desenvolver o museu como instituição a serviço do homem.”²¹⁹

Como já comentado, a iniciativa da constituição das primeiras associações de amigos esteve vinculada principalmente, aos chamados museus de arte. A necessidade de comprar obras de arte à venda no mercado nacional e internacional, além da organização de exposições mobilizava a disponibilidade de grandes recursos. Já os museus históricos, em sua grande maioria, vinculados e sustentados pelo poder público, somente no final do século XX começaram a contar com o apoio de associações de amigos.

A preocupação em ter associações de amigos participando da vida dos museus veio ao encontro dos pressupostos da chamada nova museologia que ao defender o conceito de museu

²¹⁷ A ASAM foi criada inicialmente com o nome de “Sociedade Amigos do Museu” (SAM), posteriormente, para se adequar à legislação, foi incorporada a palavra ‘associação’ ao nome da entidade alterando a sigla para ASAM, que se mantém até os dias atuais.

²¹⁸ VARINE-BOHAN, 1979, p. 97.

²¹⁹ Idem, p.100.

integrado defendia a participação ativa da comunidade no universo museal. Esta participação não se restringia apenas à arrecadação de recursos ou ajuda na montagem das exposições, mas, também exigia um papel ativo dos membros na discussão, dentro de um conselho deliberativo ou consultivo da instituição sobre sua política museológica.

Uma questão importante a ser evidenciada refere-se ao fato de que a maioria das associações de amigos foi, e ainda é composta, hegemonicamente por membros pertencentes às elites sociais e econômicas. Este formato de composição social das associações acabou por influenciar, em muitos casos, o perfil do acervo, assim como, das exposições dos museus.

Se considerarmos o processo de constituição da maioria dos museus históricos do mundo, a partir da formação dos acervos e construção das narrativas museológicas, efetivadas por meio de suas exposições, percebemos a proeminência de um discurso de memória no qual se privilegia o papel das classes dominantes nos processos históricos de formação das suas respectivas comunidades, Estados e países.

O MHL, cuja história é objeto dessa pesquisa, seguindo o exemplo de outros museus de referência no país, também constituiu a sua associação de amigos. A primeira tentativa de se criar uma associação de amigos partiu do ex-diretor Olímpio Westphalen. Porém, segundo Rui Cabral, fotógrafo do museu e contemporâneo do ex-diretor, durante muito tempo Westphalen fora contrário à criação de uma associação de amigos. Havia lhe confidenciado que “[...] um dos perigos era a Associação se interferir total e demasiadamente na administração do museu.”²²⁰

Esta resistência pode ser compreendida pelo longo tempo em que Westphalen dirigiu o museu de forma solitária. Ao se afastar progressivamente, na década de 1980, do departamento de História, passou a comandar o museu durante 15 anos de forma autônoma. Como já analisado, desde 1974, o museu era um órgão suplementar da Universidade e, portanto, ligado administrativamente à vice-reitoria. O vínculo acadêmico com o CLCH, especialmente com o Departamento de História, sofreu certo afastamento durante as gestões de Westphalen e Conceição Geraldo, devido ao modelo de narrativa histórica institucionalizada na museografia do museu. A inexistência de um conselho deliberativo interno ou de alguma entidade externa permitia-lhes uma gestão sem interferências em questões administrativas e conceituais referentes à política museológica.

Porém, no final da década de 1980, o surgimento de inúmeras associações de amigos junto a arquivos, museus e centros culturais, e a sempre crescente necessidade de recursos

²²⁰ Depoimento de Rui Antonio Frias Cabral (2011).

para viabilizar as atividades do museu, fez com que mudasse de opinião. No segundo semestre de 1987 pleiteou, via instâncias administrativas e jurídicas da Universidade, a viabilização de uma associação de amigos. Em ofício enviado ao vice-reitor da UEL, Westphalen assim fundamentou tal iniciativa:

“Estamos encaminhando, em anexo, um ante projeto de Estatutos, visando a criação da Associação dos Amigos do Museu, cujo objetivo primordial deverá ser o de auxiliar na manutenção do Órgão e no apoio às suas atividades e promoções. [...] Sugerimos que seja ouvida a Assessoria Jurídica, pra a mesma dar seu parecer, principalmente sobre o vínculo que a nova entidade deva ter, ou não, com a Universidade”²²¹

Porém, a demora no trâmite burocrático aliado aos sucessivos afastamentos para cuidar de sua saúde, além da chegada de sua aposentadoria, acabaram por deixar para a administração seguinte à criação da entidade. Foi somente na segunda gestão de Conceição Geraldo, que a criação da ASAM foi viabilizada. A história dessa entidade, a composição dos membros, a atuação e sua importância na consolidação da política museológica do museu londrinense, serão agora objeto de análise.

A ASAM foi criada em maio de 1995 por iniciativa da então diretora Conceição Geraldo. A nova entidade tinha como objetivo realizar ações que auxiliassem o MHL na manutenção e preservação do prédio e do espaço físico e, da mesma forma, apoiasse as diversas atividades promovidas pela instituição.

O surgimento da ASAM foi motivado principalmente pela necessidade de se arrecadar recursos para viabilizar o projeto de revitalização do museu, por meio de parcerias público-privadas. Para a constituição da primeira diretoria Conceição Geraldo e a voluntária Elenice Dequech, também integrante da diretoria da ASAM, convidaram para compor os quadros diretores da nova entidade, na grande maioria, pessoas de famílias de prestígio social, muitas delas, filhos ou netos de pioneiros.

Estas pessoas, da diretoria da ASAM, tinham em comum a disposição de serem voluntárias em prol da preservação da história da cidade. Um dado importante, relacionado a esta questão, diz respeito à identificação e à defesa que esses voluntários tinham em relação ao discurso de história construído e evidenciado pelo museu. A ênfase dada pelo museu em suas exposições ao passado pioneiro, com destaque para os antigos dirigentes da CTNP e às pessoas a elas ligadas, assim como, aos personagens que se destacaram na economia e na

²²¹ OF. M. n. 47/87, 25/09/1987 – acervo do MHL.

política londrinense, permitiam uma identificação das pessoas pertencentes aos quadros das elites locais.

A diretoria da SAM, como primeiro trabalho inicial, empenhou-se na operacionalização e efetivação do projeto “Memória Viva de revitalização das áreas internas e externas do museu”. Após a concretização desse grande projeto, a ASAM passou a realizar diversos tipos de eventos com a finalidade de arrecadar fundos para o museu, como o “Chá entre amigos do Museu”, realizado uma vez por ano, geralmente em salões de clubes sociais da cidade; a campanha “O Museu é 10”, que consiste no débito de dez reais mensais na conta telefônica do doador e; desfiles de moda beneficente.²²²

Além da arrecadação de recursos a ASAM sempre participou de forma mais ativa em alguns projetos, como eventos relacionados à exaltação da memória dos pioneiros. Dentre eles destacou-se a realização da “Missa do Pioneiro”, que durante três anos teve como palco a réplica da primeira igreja matriz de Londrina, localizada no campus da UEL. Já desde 2001, com o museu reaberto ao público após o período de reformas, a missa, transformada em culto ecumênico, passou a ser realizada nos jardins do museu.

Com a criação oficial, pela Câmara Municipal, do “Dia do Pioneiro”, a ASAM e a direção do museu passaram a assumir e centralizar as comemorações dessa efeméride, sempre na data de 21 de agosto, data que marca a chegada da primeira caravana de técnicos da CTNP ao local onde foi fundada a cidade. Este evento reúne, todos os anos, centenas de pessoas, entre pioneiros, filhos e netos de antigos moradores da cidade. A Festa, os discursos, a celebração e a repercussão na mídia fortalecem este evento como uma das tradições inventadas que marcam a história local. Ao rememorar a chegada dos pioneiros sob a forma de epopeia, essas comemorações reforçam, e de certa forma, impõem ao museu, a necessidade de manter em sua expografia os referenciais históricos e ideológicos que sustentam esta tradição.

Nas primeiras edições desses eventos, a exaltação à memória pioneira se consolidou na incorporação de alguns elementos da cultura material do passado, como a utilização de um ônibus antigo, ferramentas de trabalho e da escolha de hinos religiosos das décadas de 1930 e 1940. A utilização desses elementos, tendo como palco a réplica de uma antiga igreja e como atores, os pioneiros e seus descendentes, compunha um quadro que buscava teatralizar o

²²² Dentre outras atividades a ASAM também desenvolveu um projeto visando trazer escolares ao museu. Intitulado “Tem Criança no Museu” este projeto oferecia aos alunos de escolas públicas municipais a possibilidade de passar uma tarde no museu para a realização de diversas atividades pedagógicas e lúdicas. A associação também criou e mantém, no saguão de entrada do museu, um balcão com vitrina para expor e vender *souvenirs* com símbolos e imagens que remetem ao museu.

passado. Um passado que evocava e reforçava no imaginário da comunidade o mito de origem da cidade.

É interessante observar, por meio das correspondências, a harmonia discursiva existente entre a direção do museu e a ASAM, no que se refere à legitimação dessa perspectiva de história local, nestes eventos:

[...] Como será um culto religioso em Ação de Graças aos nossos pioneiros que tanto contribuíram para o progresso de Londrina, procuraremos reconstituir um pouco da história do início da colonização e, para isso, gostaríamos que muitos deles fossem transportados, até ao Campus, por meio de transporte da época. (...) Contando com a costumeira atenção de Vossa Senhoria na preservação e resgate da História da cidade, antecipamos agradecimentos.”²²³

“Servimo-nos do presente para externar sinceros agradecimentos pela participação de Vossa Senhoria como representante das etnias homenageadas por ocasião da Celebração Ecumênica realizada no último dia 21 no pátio do Museu, em comemoração ao Dia do Pioneiro. A beleza dos trajes típicos representativos dos países de origem dos desbravadores do sertão do Norte Novo do Paraná deu um colorido especial à celebração, despertando em cada um dos presentes uma doce nostalgia dos velhos tempos e um imenso orgulho por terem tido o privilégio de participarem do progresso da Região desde o início da colonização.”²²⁴

Durante a direção de Conceição Geraldo a ASAM participou, de forma muito próxima, na gestão administrativa do museu dando-lhe apoio financeiro e político nos embates com o departamento de História, sobretudo, às críticas à perspectiva tradicional da expografia referente ao passado citadino.

A importância da existência de uma associação de amigos para a manutenção do prédio e para as atividades realizadas pelo museu londrinense é consensual. As críticas direcionadas à atuação da ASAM, especialmente vindas de professores da Universidade, Estadual de Londrina, notadamente do departamento de História, estão direcionadas aos limites de atuação da associação na gestão do museu, assim como, na sua defesa do discurso tradicional de história da cidade. O fato de a associação ter em seus quadros, de forma hegemônica, pessoas pertencentes aos setores das chamadas elites locais, acabou, segundo estas críticas, interferindo e influenciando na entronização de determinadas memórias presentes no museu.

²²³ OF. M. n. 66/98, de 19/05/1998 – acervo MHL. Ofício enviado pela diretora do MHL, Conceição Geraldo, ao presidente da Viação Garcia, empresa pioneira de ônibus interurbanos de Londrina.

²²⁴ OF. CIRC. SAM. n. 6/2001 – acervo MHL. Ofício circular da SAM assinado por sua presidente e também pela diretora do museu e endereçada a dezenas de representantes de etnias da cidade.

Para se entendermos melhor essa questão vamos primeiro apresentar o processo de revitalização pelo qual passou o MHL, em cujo período de modernização do prédio e dos espaços expositivos transformou-se em um “museu-narrativa”.

4.4 - Projeto Memória Viva: a modernização do museu

O projeto intitulado “Memória Viva para a revitalização dos espaços internos e externos do Museu” durou quatro anos e mobilizou centenas de pessoas e instituições públicas e privadas. A busca inicial por apoio levou a direção do museu e membros da ASAM a formalizarem um pedido de auxílio, sob a forma de um projeto cultural, para o Colégio Máxi de Londrina, o qual, durante o período de junho de 1996 a março de 1997, colaborou na campanha pela valorização do museu junto à comunidade, assim como, aliando-se na arrecadação de recursos.²²⁵

Os objetivos do projeto visavam não apenas realizar reformas no museu, mas também transformar os espaços expositivos. Para tanto o museu passou a contar, desde julho de 1996, com a assessoria técnica da museóloga Cristina Bruno, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Com experiência na implantação de vários museus, ela, a partir de uma visita técnica ao museu, elaborou um diagnóstico da realidade da instituição.

O laudo técnico elaborado pela museóloga, apontou para a necessidade da elaboração de um plano diretor estratégico que deveria contemplar três áreas de atuação: a revitalização e reforma do espaço físico, tanto interno quanto externo; a elaboração de um planejamento institucional que contemplasse ações e a elaboração de projetos e; a reciclagem e a capacitação do quadro técnico profissional do museu.²²⁶

Com relação ao planejamento institucional, recomendou que se priorizassem os investimentos financeiros e de recursos humanos para a realização de três projetos: “1) Informatização do acervo; 2) Implantação das Galerias Histórica e de Objetos, com os

²²⁵ O lançamento do Projeto foi realizado nas dependências do Colégio Máxi, no dia 07 de maio de 1996 e contou com a presença de autoridades locais – vice-reitora e prefeito municipal, dentre outros. Este evento contou também com ampla cobertura da mídia local. O Colégio Máxi é uma instituição de caráter privado, tradicional na cidade e caracterizado, por ser frequentado, em sua maioria por parte dos filhos de famílias de alto poder aquisitivo. Relatório anexado ao Of. SAM. N. 26/97, acervo MHL.

²²⁶ BRUNO, C.O. Laudo Técnico sobre o Museu Histórico de Londrina. São Paulo, 09 jul. 1996, p.4.

respectivos projetos museográficos; 3) Projetos de Ação Educativa e Cultural” Projetos estes fundamentais para contemplar plenamente os objetivos maiores que se esperam de uma instituição museológica, ou seja, a salvaguarda do acervo por meio da preservação e documentação e, a estruturação e implementação de processos de comunicação por intermédio das exposições e de ações educativas.²²⁷



Figura35 - Reunião de Cristina Bruno com a equipe do MHL e ASAM ²²⁸

O Plano Diretor do museu foi elaborado pela diretora Conceição Geraldo e pelas servidoras-técnicas Zuleika Scalassara e Elaine Garcia por meio das observações levantadas pelo laudo técnico de Cristina Bruno e, pela análise de documentos similares produzidos pelo MAE/USP e pelo Museu Paranaense.²²⁹ As autoras estruturaram o Plano Diretor em três partes que contemplavam um diagnóstico da instituição – prédio, acervo, recursos humanos e financeiros, projetos em andamento e atuação museológica; o delineamento do discurso museológico a partir de seu acervo; e uma plano de trabalho materializado pelo projeto “Memória Viva” que estava sendo iniciado.

O documento foi redigido durante o segundo semestre de 1996 e sob a influência da assessoria técnica de Cristina Bruno. Isto é observável desde as referências bibliográficas

²²⁷ BRUNO, C.O.. Laudo Técnico sobre o Museu Histórico de Londrina. São Paulo, 09 jul. 1996., p.7.

²²⁸ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, 1997.

²²⁹ BRUNO, Maria C.O.. Plano Diretor – Subsídios para uma proposta tentativa. São Paulo: Divisão de Difusão Cultural do MAE, 1995; MUSEU PARANAENSE. Plano Diretor. Curitiba, 1996.

utilizadas para a confecção do documento nas quais se destacam autores identificados com a chamada nova museologia.²³⁰ Tendo como referência esta influência teórica o Plano Diretor projetava um museu mais integrado, aberto à participação da comunidade e que enfatizasse a comunicação museológica por meio de exposições e da ação educativa.

Por outro lado a utilização de conceitos das novas abordagens da museologia não foi suficiente para que se fizesse uma crítica à perspectiva de história tradicional, construída pelo museu desde sua criação em 1970. Em diversas passagens do Plano Diretor buscou-se justificar a formação do acervo e sua legitimação tendo como ponto principal o consequente compromisso conceitual do museu para com a história da colonização.

As referências e o destaque que é dado à “ação colonizadora” ou ao “processo de colonização”, assim como ao “pioneirismo”, expressões estas que permeiam todo o documento, deixam claro a preocupação em reafirmar o compromisso do museu para com a preservação e comunicação de uma história já consolidada pela instituição ao longo do tempo. Em nenhum momento, no Plano Diretor, se fez qualquer alusão ao caráter de “empreendimento imobiliário” perpetrado pela CTNP na região. A atuação da CTNP enquanto um processo de caráter capitalista é substituído e amenizado, no plano do discurso, por uma ideia de “ação colonizadora” dentro de uma perspectiva civilizatória. E o museu assume para si a responsabilidade da preservação dessa memória:

Assim, a ação colonizadora continuará sendo pesquisada, documentada, preservada e comunicada enquanto processo, e considerada como resultado direto e material da inteligência humana e do trabalho do homem. É proposta do museu registrar a ação colonizadora e o desenvolvimento histórico da cidade como partes do contexto de urbanização e modernização, entendida, a própria colonização, sempre, como um processo social. Assim entendido, o Museu Histórico não promoverá apenas o registro do passado, mas objetivará preservar o presente e antecipar prospectivas futuras.²³¹

O fragmento acima aponta para questões que foram, durante a história do museu, constantemente retroalimentadas, do ponto de vista de sua narrativa museológica e histórica. A primeira é a ênfase no processo colonizador como um vetor que marca a origem da epopeia civilizatória na região, para tanto, estabelece-se no plano discursivo uma ligação com o desenvolvimento do presente e a certeza de continuidade no futuro. A segunda questão está

²³⁰ Na bibliografia referenciada no final do Plano Diretor Plano Diretor, encontram-se obras de Hugues de Varine-Bohan, Waldisa Russio, Fernanda de Camargo Moro e a própria Cristina Bruno. GERALDO, C., GARCIA, E., e SCALASSARA, Z.. Plano Diretor. Londrina: Museu Histórico de Londrina, 1996.

²³¹ GERALDO, C., GARCIA, E., e SCALASSARA, Z.. Plano Diretor. Londrina: Museu Histórico de Londrina, 1996, p.23.

relacionada à idealização da “inteligência humana e do trabalho do homem” como justificativas não só pelo sucesso da colonização como também do desenvolvimento da cidade.

O trabalho dos pioneiros, por esta perspectiva, se basta enquanto trunfo que viabilizou a realização dos seus sonhos individuais, do mesmo modo que, ainda, justifica, nos dias atuais, o enriquecimento e sucesso empresarial na cidade ou no campo, dos pioneiros mais proeminentes. Os conflitos, a exploração do trabalho, a especulação imobiliária, simplesmente desaparecem nesta equação histórica. Por isso a importância dada aos objetos doados pelas famílias pioneiras que, transformados em “objetos testemunhos”, dão credibilidade material, como pequenos tijolos documentais estruturados de tal forma que passam a dar sentido a uma determinada “história oficial da cidade”:

Nenhum acontecimento histórico marcou tanto a vida de Londrina como todos os eventos do cotidiano que constituem o processo de colonização, onde muitas pessoas aqui realizaram seus sonhos, participaram de uma aventura e contribuíram com seu trabalho pioneiro. A riqueza acumulada com o café, a vinda dos colonizadores, as dificuldades enfrentadas, a modernização e as soluções encontradas, enfim, a memória das lutas passadas e atuais, a noção de que o futuro também será de luta, essa história, pode ser narrada através da linguagem dos objetos-testemunhos.²³²

É inegável a importância do Plano Diretor como documento pois, além de fazer um diagnóstico estabelece as diretrizes administrativas, estruturais e conceituais do museu. Portanto e pelo fato de se tratar de um museu universitário, chamou-nos a atenção, durante a leitura do documento a ausência de qualquer referência ao Departamento de História da Universidade. Na justificativa do Plano Diretor, na qual o Museu é apresentado como um órgão da Universidade e se faz um breve histórico de sua criação e trajetória, em nenhum momento é citado o vínculo acadêmico com o Centro de Letras e Ciências Humanas e por extensão ao departamento: “O Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss” é um órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina, vinculado administrativamente à Reitoria e por delegação do Reitor é coordenado pela Vice-Reitoria e administrado por um diretor.”²³³

A ênfase ao vínculo administrativo com a vice-reitoria omite a questão da relação acadêmica que todo órgão suplementar da Universidade precisa ter com um Centro de Estudos. Para a então diretora Conceição Geraldo, referendava-se na legislação da própria

²³² GERALDO, C., GARCIA, E., e SCALASSARA, Z.. Plano Diretor. Londrina: Museu Histórico de Londrina, 1996, p.21.

²³³ Idem, p.01.

universidade. Em seu depoimento, a diretora deixou muito claro que a questão do vínculo legal com a vice-reitoria determinava a subordinação do museu:

[...] todos os órgãos suplementares são vinculados administrativamente à Reitoria que por delegação do reitor é administrado pelo vice reitor. Veja bem, administrativamente, e, vinculado academicamente ao Centro de estudo. E assim eu procedi durante todo o meu período de administração. Administração eu tratava diretamente na reitoria [...]²³⁴

É óbvio que a crise de relacionamento político envolvendo a direção do museu e o Departamento de História relacionada, a divergências conceituais sobre a narrativa apresentada pela expografia museal, iniciada na gestão de Westphalen, ainda estavam latentes. No texto, a ênfase dada à subordinação administrativa para com a vice-reitoria, visava tirar do departamento qualquer possibilidade administrativa de intervir na condução dos trabalhos efetivados pelo museu.

Com o Plano Diretor aprovado a direção do museu e a ASAM tiveram a independência necessária, com a anuência da reitoria, para, de forma autônoma, buscar apoios e recursos públicos e privados para a revitalização do museu. Esta autonomia também permitiu, aos coordenadores da revitalização, estabelecer os critérios da contrapartida, ou seja, alguma retribuição a ser oferecida aos doadores e investidores do projeto Memória Viva.

A aproximação entre o departamento e o museu, durante o processo de revitalização, somente aconteceu por interferência da assessora Cristina Bruno. Por se tratar de um museu universitário, a museóloga reiterou, junto à direção e à ASAM, a importância e a necessidade da interlocução com a academia.²³⁵ Dessa forma Conceição Geraldo solicitou ao departamento a formação de uma comissão com o objetivo de participar de algumas reuniões, com a equipe técnica e de coordenação do projeto de revitalização, visando trazer elementos para subsidiar a formulação da proposta de exposição de longa duração. Ao mesmo tempo, foi reservada a uma comissão de professores do departamento a tarefa de formulação dos textos de apoio para a referida exposição.

Paralelo às diretrizes conceituais da exposição e linha de acervo, a direção e membros da ASAM iniciaram contatos com empresas, instituições de fomento, famílias de pioneiros, buscando recursos para viabilizar as reformas estruturais internas e externas do prédio do museu. Muitos profissionais, arquitetos, agrônomos, engenheiros, decoradores, dentre outros, de forma voluntária também participaram do projeto. A arrecadação de recursos atingiu,

²³⁴ Depoimento de Conceição Aparecida Duarte Geraldo (2013).

²³⁵ Depoimento de Maria Cristina Oliveira Bruno (2013).

aproximadamente, o valor de R\$ 750 mil, destes, R\$ 400 mil doados pela iniciativa privada – empresas, famílias, doadores individuais, dentre outros, e os investimentos públicos giraram em torno de R\$ 350 mil reais.²³⁶

Ao todo foram de mais de 700 apoios entre pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas. Já na fase final da revitalização o museu passou a contar, por indicação de Cristina Bruno, com a assessoria do museógrafo da USP Maurício Cândido da Silva para orientar a equipe técnica no tocante às questões relacionadas ao processamento museológico – documentação, restauração, preservação, planejamento e com maior ênfase ao processo de montagem das exposições.

No processo de revitalização do prédio os três pavimentos do museu foram assim estruturados: a) No térreo foram projetados três espaços de exposições: a Galeria Histórica, a Galeria de Mostras Temporárias e a Galeria de Objetos. b) No primeiro andar os espaços foram divididos entre o setor administrativo – direção e secretaria geral; salas técnicas e de documentação - Biblioteca e Setor de Imagem e Som; e Sala do Pioneiro – para reuniões e recitais de música. c) No segundo andar ficaram as salas de pesquisa, Laboratório Fotográfico e sala de documentação – arquivo de jornais e documentos textuais.

A área externa, do entorno do museu, também passou por uma transformação. Um barranco que existia em frente ao prédio foi recuado permitindo a criação de um jardim-cultural. Este jardim além de uma pequena plantação de café, referência à rubiácea cuja economia foi uma das responsáveis pelo rápido desenvolvimento e crescimento da cidade e região, recebeu também plantas nativas da região e outras representativas dos continentes de origem dos pioneiros. Na área localizada ao fundo do prédio foi construído um galpão rural para abrigar e expor veículos de tração animal e alguns objetos relacionados ao trabalho no campo pertencentes ao acervo do museu.

Ao lado da plataforma da Estação foram recolocados em um espaço correspondente à metade do prédio, trilhos para receber duas composições ferroviárias, sendo uma composição de passageiros com divisão para primeira e segunda classe e outra de administração, doadas pela Rede Ferroviária Federal. A colocação dessas composições teve como objetivo instituir

²³⁶ Das instituições públicas o projeto de revitalização recebeu investimentos da Prefeitura Municipal de Londrina – PROMIC, Universidade Estadual de Londrina e dos governos Estadual e Federal – Ministério da Cultura. Da Prefeitura e da Universidade vieram todo o serviço de mão de obra, utilizada durante os quatro anos de reformas. Museu Histórico de Londrina: portas abertas para o futuro. In: **Notícia**. Publicação semanal da Universidade Estadual de Londrina. Número especial, dezembro de 2000.

uma relação histórica da ferrovia com o prédio – antiga estação ferroviária, transformada em instituição de memória.²³⁷



Figura36 - Composições ferroviárias no pátio do MHL ²³⁸

4.5 - Um museu gradeado

Dentro do projeto de revitalização uma das primeiras intervenções no espaço onde se localizava o museu, foi o de cercar toda área como forma de circunscrevê-la. A reivindicação de isolamento do espaço do museu, justificada pela falta de segurança e por certos “problemas sociais”, sempre foi carregada de polêmica e teve origem, dez anos antes, ainda no período de transferência da instituição para a antiga Estação Ferroviária. Em novembro de 1986, a poucos dias da transferência do museu, Westphalen solicitou à reitoria da UEL seguranças para o prédio: “[...] Os guardas são necessários para a segurança interna do edifício [...] pois o

²³⁷ A direção do museu também conseguiu a doação de uma locomotiva que se encontra guardada em um dos armazéns do Instituto Brasileiro do Café - IBC. Após ser restaurada será colocada à frente dos vagões hoje expostos e já revitalizados.

²³⁸ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

mesmo, infelizmente, é muito vulnerável à ação de vândalos e mesmo de ladrões, daí a extrema necessidade da solicitação ser atendida de imediato.[...]”²³⁹

Em 1987, a então diretora interina Zuleika Scalassara solicitou ao reitor que interviesse, junto ao Comando da Polícia Militar, para que cedesse dois policiais a fim de fazerem a segurança do museu. Justificava seu pedido ao afirmar que pelo fato do museu estar próximo da “[...] Estação Rodoviária e terminal de ônibus urbanos, a região [era] povoada de marginais e, portanto, necessitava de guardas”.²⁴⁰

Com a questão da segurança parcialmente resolvida, em agosto de 1991, a direção do museu passou a reivindicar, solicitando ajuda da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, providências no sentido de sanear a passarela subterrânea que ligava a praça Rocha Pombo ao museu, pois com o fechamento do sanitário público que existia na praça, em frente ao museu, a passarela passou a se utilizada como banheiro e “frequentada por marginais” Segundo Westphalen: “tal situação denigre a administração pública, diante dos visitantes do Museu que reclamam, com justa razão, do horrível visual e do mau cheiro existentes.”²⁴¹

A resposta e ação dos gestores da Prefeitura demonstrou a falta de sensibilidade tanto para a questão social quanto para a falta de sanitários públicos naquela região. O secretário Assad Jannani simplesmente resolveu o problema fechando os sanitários e a passarela com paredes de tijolos.²⁴² Foi somente em 1994 que Westphalen, em ofício à Secretaria Municipal de Cultura, oficializou um pedido para o cercamento do museu. Nas justificativas novamente as questões relacionadas à segurança e à higiene da área além de um pedido para a remoção da Feira do Produtor. Esta Feira era realizada aos domingos em frente ao museu e gerava um grande acúmulo de lixo deixado pelos feirantes. O diretor também lembrava que ao lado do museu, outro prédio da Prefeitura, a Super Creche, dispunha de uma cerca, o que reforçava a solicitação.²⁴³

Em 1995 e 1996, chegou a vez da então diretora Conceição Geraldo reivindicar pela colocação de uma grade ao redor do museu. Em ofícios enviados tanto para a Prefeitura²⁴⁴ quanto para a Câmara de Vereadores, dentre as justificativas, além da segurança do prédio e do acervo, apareciam, com certo destaque, as mazelas sociais:

²³⁹ OF.M. n. 67/86, 17/11/1986 – acervo MHL.

²⁴⁰ OF.M. n. 11/87, 26/11/1987 – acervo MHL.

²⁴¹ OF.M. n. 20/91, 09/08/1991 – acervo MHL.

²⁴² OF. n. 604/91 – SSP-GAB, 13/08/1991 – acervo MHL.

²⁴³ OF.M. n. 43/94, 09/08/1994 – acervo MHL.

²⁴⁴ OF.M. n. 12/95, 13/03/1995 – acervo MHL.

[...] um dos grandes problemas enfrentados pelos funcionários e visitantes é a falta de segurança devido à: 1. a invasão de vândalos que danificam vidraças, postes de iluminação e o acervo exposto na plataforma; 2. a prática de atos libidinosos no pátio e varandas; 3. infanticídio no sanitário feminino; 4. briga entre mulheres de programa com emprego de materiais cortantes; 5. uso indevido do pátio para estacionamento de carros alheios aos serviços do Museu.²⁴⁵

A Prefeitura, por sua vez, encaminhou o pleito à Secretaria Municipal da Cultura, órgão responsável pelo prédio.²⁴⁶ Esta, por sua vez, apresentou a reivindicação ao Conselho de Cultura. No Conselho houve um grande debate entre os favoráveis e contrários à colocação de grades. Para os que eram favoráveis os argumentos apresentados pela direção e membros da ASAM, relacionados à falta de segurança e problemas sociais advindos de pessoas consideradas perigosas, eram suficientes para justificar a colocação da cerca e consequente isolamento. Já os contrários entendiam que a colocação das grades iria restringir o direito da população de transitar pelo local, considerando ser um local de passagem para trabalhadores que acessavam o Terminal Urbano de ônibus, assim como, para as mães que levavam seus filhos à Super Creche. Após várias reuniões o Conselho acabou aprovando a instalação de grades.²⁴⁷

Uma das alternativas para não afastar a presença do público do museu foi, após a colocação das grades, fazer um portão de acesso pela Avenida São Paulo, em frente à entrada do Terminal de ônibus. Uma segunda entrada foi feita para carga e descarga na Rua Benjamin Constant, ao lado da Super Creche. Posteriormente, durante a revitalização, foi reaberta a passagem subterrânea sob a Rua Benjamin Constant, ligando a Praça Rocha Pombo aos jardins do museu. Na área de acesso ao túnel, pela Praça Rocha Pombo, foi instalado um portão e colocadas grades próximos das escadas visando o controle do acesso nos horários determinados para seu funcionamento.

O túnel, após a revitalização, tornou-se o portal de entrada. Em suas duas paredes laterais foram colocados dois grandes murais. Um contando a história do prédio, com textos e imagens, desde o início de sua construção para ser Estação Ferroviária e posteriormente adaptado para se tornar o museu. No outro um breve relato do processo de revitalização pelo

²⁴⁵ OF.M.n.005/96, 18/01/1996 – acervo MHL.

²⁴⁶ Cabe lembrar que o prédio do museu mesmo cedido para uso da Universidade desde 1986 ainda pertence à Prefeitura, portanto qualquer reforma ou alteração no prédio e no seu entorno prescindem de autorização da Prefeitura. Por ter se transformado em uma instituição cultural, a Secretaria Municipal da Cultura é a responsável, por meio do Conselho de Cultura, em dar ou não o aval para estas modificações.

²⁴⁷ OF.n. 013/96/CMC, 04/04/1996 – acervo MHL.

qual passou a instituição e o nome de todas as empresas e pessoas que contribuíram com trabalho ou doações para a sua realização.



Figura 37 - Entrada do túnel pela Praça Rocha Pombo ²⁴⁸

Figura 38 - Interior do túnel de entrada no MHL ²⁴⁹

Com a transformação do túnel em entrada principal para seus visitantes, a antiga entrada, em frente ao Terminal Urbano, foi transformada em acesso exclusivo para carros de funcionários, assim como, passou a servir de carga e descarga para caminhões e utilitários. Porém alguns anos depois a Prefeitura Municipal realizou a revitalização da Praça Rocha Pombo. Por ser a praça tombada, membros do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná questionaram a intervenção feita para a abertura do túnel de acesso sem autorização do Conselho. Dessa forma a Prefeitura foi notificada e obrigada a fechar novamente o túnel.²⁵⁰

Com a entrada subterrânea fechada, o espaço interno do túnel passou a ser utilizado como local de recepção de escolas e realização de pequenos eventos em geral. Outra alteração ocorreu com relação ao acesso. A direção transformou o portão da Avenida Benjamin Constant, que era o mais distante do Terminal Urbano, em entrada principal para o público. Esta alteração de acesso, que perdura até os dias atuais, para muitos, especialmente professores da Universidade, passou a apresentar dois problemas: primeiro, o risco de acidentes envolvendo o público e os carros que se utilizam da mesma entrada; e, em segundo, o fato de priorizar a esta entrada ao invés da que se localiza em frente ao Terminal de ônibus,

²⁴⁸ Autor: Rui Cabral, acervo MHL.

²⁴⁹ Autor: Rui Cabral, acervo MHL.

²⁵⁰ Segundo Vanda Moraes, diretora da Divisão de Patrimônio Histórico da SMC, houve no período uma pressão para o fechamento já que o local de acesso, próximo às grades do túnel se transformou em banheiro público além do acúmulo de lixo. Informação fornecida por e-mail em 28/05/2013.

onde o fluxo de populares é maior. Ainda que não explicitamente, representou uma forma sutil de selecionar o público que frequenta o museu, como bem lembrou a museóloga Gina Issberner:

[...] a entrada oficial deveria ser em frente ao Terminal urbano, para poder aumentar o fluxo de visitantes, mas havia um problema sério, no uso do espaço do Museu, por exemplo, o banheiro era frequentado por prostitutas, tinha gente que dormia na marquise do Museu, então, não era um público que queria realmente visitar o Museu mas, usar as dependências, quer dizer, em parte, mas assim foi posto justamente visando o isolamento, um certo isolamento, porque poderia ser trabalhado o Museu como um ponto de apoio social. Então se havia prostitutas por que não trabalhar com essas mulheres? Se haviam pessoas com necessidades sociais por que não trabalhar com essas pessoas? O Museu com a comunidade. Mas houve, propositalmente, colocaram a grade para isolar. [...].



Figura 39 - Entrada do MHL em frente ao Terminal²⁵¹



Figura 40 - Entrada do MHL em frente ao Terminal²⁵²

4.6 - Galeria de Objetos

Com a demolição do piso do antigo anfiteatro a direção, equipe técnica e assessoria museológica idealizaram transformar a reserva técnica do museu em uma galeria permanente de visitação. Criaram, dessa forma, a chamada “Galeria de Objetos” que visava expor ao público o maior número possível de objetos do acervo, os quais não estavam sendo utilizados nas demais exposições da instituição. Dessa forma contemplariam o anseio dos doadores em

²⁵¹ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2013.

²⁵² Idem.

verem as peças por eles doadas expostas. A transformação da reserva técnica em espaço expositivo, não é muito comum para a maioria dos museus, porém, foi entendida pela comissão técnica do projeto de revitalização, como sendo oportuna e interessante como forma de ampliar o número de peças expostas, assim como, e principalmente, corresponder às expectativas dos doadores.



Figura 41 - Galeria de Objetos²⁵³



Figura 42 - Galeria de Objetos²⁵⁴

No caso do MHL o envolvimento da comunidade no processo de revitalização, especialmente dos antigos e novos doadores de peças, aliado ao tempo em que o museu permaneceu fechado para o término das obras, gerou certa expectativa em relação à nova exposição de longa duração. Com a criação da “Galeria dos Objetos”, a equipe técnica visou contemplar os doadores cujas peças não iriam ser utilizadas na exposição de longa duração. Para tanto esse novo espaço recebeu um tratamento no piso, colocação de gesso no teto, pintura de vidros, além de ter sido encomendado um mobiliário expositivo especialmente projetado para esta Galeria. Diferentemente das outras galerias do museu, esta agruparia os objetos por tipologia, considerando-se sua forma e função. Dessa forma a Galeria de Objetos tornou-se um desdobramento da Galeria Histórica. (BRUNO, 2000, p.185)

Os objetos que não foram escolhidos para fazerem parte desta galeria foram acondicionados em caixas e transferidos para um depósito do Almojarifado Central da Universidade, localizado no campus da UEL. Em 2006, o Almojarifado necessitando de mais espaço para acomodar o crescimento do estoque de todo o material de consumo da

²⁵³ Autor: Rui Cabral. Acervo MHL, [2000].

²⁵⁴ Autor: Rui Cabral. Acervo MHL, [2000].

Universidade, solicitou a todos os órgãos que se utilizavam de seu recinto para guarda de diferentes materiais e objetos, que os removessem.²⁵⁵

Dessa forma o MHL foi obrigado a retirar suas peças, transferindo-as para a então galeria. Além do retorno das peças e artefatos a galeria também recebeu os arquivos deslizantes que, por conta do peso, conforme já apresentado no terceiro capítulo, também foram deslocados para o mesmo espaço. O grande número de objetos repatriados, além dos arquivos-deslizantes, inviabilizou a continuidade da Galeria como espaço expositivo. Durante sete anos, de 2000 a 2007, o público pode visitar esta Galeria, porém, com o seu fechamento para visitação, o espaço se transformou em uma mistura de depósito e reserva técnica do acervo do museu.

A ausência de uma política de aquisição e de linhas de acervo manteve o museu em uma posição passiva em relação às novas doações. Esse processo aliado à falta de espaço para acondicionar os objetos recém chegados, obrigou a direção a buscar uma alternativa de armazenagem. O local encontrado para depósito do acervo excedente foi uma área dentro dos antigos armazéns de café, do IBC, na cidade.²⁵⁶

4.7 - Galeria de exposições temporárias

O MHL desde a década de 1970 organizou diversas exposições temporárias. Na falta de um espaço adequado, como já apresentado, além das salas do próprio porão onde estava situado, o museu levou suas principais exposições temporárias para outros espaços da cidade. Além de organizar sua primeira exposição de rua, foi sem dúvida alguma no saguão do Cine Teatro Ouro Verde, o espaço mais nobre e maior visibilidade ao público.

Com a transferência do museu para o prédio da Estação Ferroviária, assim como acontecia no período do porão, um mesmo espaço acabou sendo utilizado tanto para as exposições temporárias quanto para a exposição de longa duração. Na verdade esta exposição de longa duração, desse primeiro momento no prédio da Estação Ferroviária, poderia ser denominada como “exibição das peças do museu”, uma vez que não havia uma preocupação mais elaborada, de se fazer um circuito narrativo com as peças expostas.

²⁵⁵ Of.Almox. enviado em 25/07/2006 para o museu.

²⁵⁶ No ano de 2013, segundo informações do MHL, o número de peças acondicionadas no IBC, já estava estimada em aproximadamente 1.200 peças.

Da mesma forma que no período do porão, a concepção de “museu memória”, com a exibição das peças de forma individual, sem a preocupação de contextualização de conjunto ou de coleção se sobressaía. A ênfase a instrumentos que remetessem à história da colonização da cidade prevalecia. Esta exposição era eventualmente desmontada para abrir espaço para as exposições temporárias internas, com acervo do próprio museu, e também, para as exposições e eventos produzidos externamente.

No processo de revitalização o espaço até então ocupado pela reserva técnica foi transformado em Galeria de Exposições Temporárias. Formada por três salas situadas do lado direito do prédio do museu, ao lado da área do saguão, esta Galeria, segundo a concepção conceitual de Cristina Bruno, deveria receber exposições que complementassem a exposição de longa duração, acondicionada na Galeria Histórica. Como a exposição de longa duração apresenta como data limite o ano de 1975, ano este marcado pela grande geada que decretou o fim da era do café na região e a busca por uma resignificação econômica para a cidade, a Galeria de Exposições Temporárias, segundo ela, deveria se tornar o espaço ideal para atualizações temáticas e históricas não contempladas na narrativa da exposição de longa duração.

Quando houve a reabertura do museu, após a revitalização, a Galeria de Exposições Temporárias, foi ocupada com uma exposição de objetos não contemplados na exposição de longa duração. A exposição intitulada “Um Outro Olhar” contou com a participação, na curadoria, de quarenta e três profissionais do Núcleo de Arquitetura e Decoração de Londrina.

Cristina Bruno tinha a ideia de transformar a Galeria de Exposições Temporárias em espaço de diálogo e contraponto à narrativa da exposição de longa duração, por meio de novas abordagens e pesquisas produzidas pela Universidade em relação ao passado da cidade. Porém, em seus primeiros anos, esta Galeria recebeu exposições que ainda referendavam o discurso histórico já hegemônico no museu. Esta perspectiva começou a mudar com a chegada de novos diretores, mais abertos a temas que não ficassem presos ao discurso tradicional sobre o pioneirismo. Mesmo não conseguindo fazer alterações ou propor uma reavaliação narrativa da exposição de longa duração, que seguiu intocada, puderam, ao menos, trazer para o museu a possibilidade de enfatizar novas questões.²⁵⁷

²⁵⁷ Dentre as principais exposições, pós-revitalização, tivemos: 2001: “Semeando o futuro – UEL 30 anos”; 2003: “O Povo que fez e faz Londrina”; 2004: “Londrina rumo aos 70 anos”; 2005: “Andando sobre Trilhos”; 2006: “Ferramentas de Mestres Carpinteiros Japoneses”; 2007: “Paraná Norte – ontem, hoje, sempre: patrimônio histórico restaurado”; 2009: “Ao sabor do café: fotografias de Armínio Kaiser”; 2010: “Haruo Ohara – fotógrafos”; 2010: “Expressão visual de um autodidata: José Juliani o colono fotógrafo”; 2010: “Caravana 80 anos sob o olhar de George Graig Smith”; 2011: “UEL 40 Anos”; 2012: “Cuidar, Curar, Lembrar: memória da saúde em Londrina”; 2012: “Ouro Verde Nossa paixão”. Em 2013, passados mais de doze anos da reabertura do



Figura 43 - Exposição "Um Outro Olhar"²⁵⁸

4.8 - Galeria Histórica e sua exposição de longa duração

Os museus, notadamente identificados como históricos, geralmente, têm nas suas respectivas exposições, o seu cartão de visitas, ou seja, procuram proporcionar uma espécie de síntese da história representada pelo seu acervo. Tenha ele um caráter local, estadual, nacional e até mesmo com pretensões de ser universal, o museu encontra na o espaço ideal de construção de um discurso histórico. A seleção dos objetos e constituição dos cenários, o circuito proposto, a inclusão ou não de determinados personagens ou temas, elementos da museografia já apresentados no início desse capítulo, ganham na exposição de longa duração uma importância política no campo da memória que transcende em muito o impacto que as exposições temporárias tem sobre o público visitante.

A Galeria Histórica do museu londrinense foi pensada como espaço, a ser reservado para abrigar a chamada exposição de longa duração. Esta galeria ficou com o maior espaço expositivo, com três grandes salas, ocupando todo o setor esquerdo do prédio.

museu, a temática indígena finalmente se transformou em objeto principal de uma exposição temporária denominada "Povos Indígenas no Norte do Paraná". Fonte: Catálogos das exposições do MHL e arquivo administrativo do MHL.

²⁵⁸ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, 2000.

Responsável pela proposta museológica dessa galeria, Cristina Bruno estruturou a exposição de longa duração com um prefácio e três módulos. No prefácio, localizado em um pequeno espaço anterior à entrada da Galeria Histórica, são abordados esclarecimentos gerais sobre a ocupação do território, no qual se situa o município de Londrina, referentes ao período anterior ao século XX.

O primeiro módulo apresenta o empreendimento da colonização, com a conseqüente transformação e ocupação do território. O segundo módulo aborda a emancipação política da cidade, sua estruturação urbana e a chegada dos migrantes e imigrantes. E, no terceiro módulo, a explosão econômica proporcionada pelo café, a diversidade cultural, a crise econômica e a decadência devido às sucessivas geadas que provocaram a busca por alternativas agrícolas e de serviços para a cidade e região.

Cristina Bruno fundamentou sua proposta baseando-se nas “estruturas fundadoras da historicidade da cidade de Londrina”, tendo, como eixo temático, o conceito do trabalho. Segundo a museóloga, os vetores que deveriam ser apresentados na exposição versariam sobre:

Organização coletiva da sociedade; aplicação de técnicas/tecnologias; geração de indicadores econômicos; divisão entre o cotidiano público e privado; motivação para a integração social e contraponto à desagregação social; e configuração de rupturas e/ou mudanças.²⁵⁹

Para realizar esta proposta “museológica-expositiva”, realizou diversas reuniões com a equipe responsável pelo projeto de revitalização, especialmente com a diretora Conceição Geraldo, membros da ASAM e, em algumas oportunidades, com professores do departamento de História. Como já comentado, aos professores havia sido reservada a tarefa da produção de textos para dar suporte ao trabalho da museóloga, e que seriam utilizados em quadros explicativos para apoio na Galeria Histórica.²⁶⁰

²⁵⁹ BRUNO, Maria C. O.. Memorial Descritivo. Correspondência pessoal enviada para Conceição Geraldo. 22/07/1998. São Paulo-SP – acervo MHL.

²⁶⁰ Segundo Sonia Adum, participante dessa comissão de professores, poucas questões por eles formuladas, foram utilizadas na exposição. As críticas à CTNP, as várias referências à presença de nordestinos e outros grupos sociais na formação da cidade, elementos e questões que não se encaixavam na perspectiva da história tradicional, consolidada no MHL, foram desconsiderados. Depoimento Sonia Maria Lopes Sperandio Adum (2013). Por outro lado, segundo Zuleika Scalassara e Conceição Geraldo, os professores teriam demorado muito para entregar o texto e quando o fizeram, o mesmo não se encaixava na proposta histórica da exposição. Dessa forma o texto, em linguagem “muito acadêmica” acabou sendo deixado de lado. Mesmo assim o texto foi enviado para a museóloga Cristina Bruno. Para resolver o problema da falta de textos de apoio, para a exposição, a presidente da ASAM, Maria Alice Brugin, convocou o escritor londrinense Domingos Pelegrini para a tarefa

As publicações e demais textos de pesquisa, enviados para Cristina Bruno, foram selecionados pela equipe técnica do museu. Este material, excetuando-se os textos críticos produzidos pelos professores do departamento, em sua maioria, referendava a narrativa já tradicional do museu em relação à construção da história local tendo como premissa a chegada da CTNP. O memorial descritivo proposto inovou ao privilegiar o tema do trabalho como vetor conceitual da estruturação dos módulos. Mesmo assim ela não conseguiu romper com alguns elementos-chaves da narrativa tradicional que o museu, desde sua criação, carregava.

A seguir descreveremos a composição dessa exposição de longa duração, seus cenários e a disposição espacial dentro da galeria histórica. Em seguida faremos uma análise conceitual desde as críticas formuladas pela academia, do mesmo modo por algumas situações vivenciadas pelo trabalho de ação educativa junto aos visitantes.

O Prefácio

A Galeria Histórica é composta de uma pequena sala (figura 44) que dá acesso às escadas que levam aos andares superiores do museu e também à entrada da exposição de longa duração. Nesta pré-sala, chamada de “prefácio”, encontra-se um painel com a apresentação geral da exposição. Este painel apresenta uma fotografia panorâmica da cidade, da década de 1980, repleta de edifícios e que tem à sua frente a imponente e moderna rodoviária. Ao seu lado um pequeno texto apresenta Londrina em sua grandiosidade populacional e econômica não deixando de mencionar a importância dos pioneiros no processo de seu ‘desbravamento’:

A jovem e dinâmica cidade de Londrina, com meio milhão de habitantes, mais de 300 mil eleitores é o segundo centro de importância econômica, política, social e cultural do Estado do Paraná e a terceira maior cidade do sul do país. Em suas origens e em seu desenvolvimento, Londrina teve como fator básico de seu extraordinário progresso a economia cafeeira que a projetou, em pouco tempo, no cenário nacional e internacional como a Capital Mundial do Café. Hoje, entretanto, sem menosprezar a importância do café, com o mesmo entusiasmo de ontem, pratica-se a policultura com base nos mais recentes avanços de tecnologia aplicada à produção de riqueza

agrícola. Londrina, desbravada em 1929, setenta anos depois ainda tem pioneiros vivos. A todos os pioneiros de Londrina é dedicada esta exposição.²⁶¹

Ainda no painel, sob o texto, são apresentados os títulos dos três módulos que estruturam a exposição de longa duração, sendo que cada módulo enfoca um determinado período do desenvolvimento da cidade. Seguindo a proposta conceitual de Cristina Bruno a exposição tinha como objetivo “apresentar as estruturas fundadoras da historicidade da cidade de Londrina a partir do conceito sobre o trabalho.”²⁶²

Ainda no Prefácio, nas laterais da passagem para o primeiro módulo, dois painéis apresentam imagens dos primeiros colonizadores fazendo a derrubada da mata para construção dos primeiros ranchos. Se o visitante não for alertado é capaz de adentrar ao primeiro módulo sem perceber que nesta pré-sala, à sua esquerda, está uma vitrina com vestígios arqueológicos pré-coloniais e uma urna funerária (figura 45). Sobre esta vitrina, na parede, há um painel intitulado “Sertão do Tibagi” cujo texto apresentam dados históricos e arqueológicos sobre a formação da região:

A história de Londrina começa a cerca de 130 milhões de anos, quando se separaram os atuais continentes da África e América do Sul. (...) Os estudos arqueológicos realizados no Estado do Paraná evidenciam que o povoamento dessa região remonta mais ou menos há 10 mil anos (...)²⁶³

O texto segue evidenciando que a região havia sido habitada por grupos humanos e que no século XVII índios Kaingáng e Guaranis viviam em reduções jesuíticas, massacradas posteriormente por espanhóis e pelos bandeirantes. Os guaranis, descreve o texto, fogem para o Paraguai e os grupos de kaingáng sobreviventes são deslocados para reservas no início do século XX. Em seguida aparecem as primeiras informações relacionadas ao empreendimento inglês e a chegada dos colonos. Não há menção no texto a conflitos ou a litígios de terras quando da ocupação da área.

A vitrina expõe objetos e fragmentos cerâmicos ou de pedras encontrados em escavações na região. A urna funerária, elemento que mais identifica a presença indígena, está colocada em um discreto canto ao lado da vitrina. Do lado direito desta, com certo destaque

²⁶¹ Texto de apresentação da Galeria Histórica no painel de abertura. MHL, 2000.

²⁶² Texto de apresentação da Galeria Histórica no painel de abertura. MHL, 2000.

²⁶³ Texto do painel “O Sertão do Tibagi”. Prefácio, MHL.

está colocado um aparelho de agrimensura, objeto símbolo dos empreendedores que com ele demarcavam as terras a serem vendidas no lugar da floresta abatida.



Figura 44 - Vista do Prefácio a partir do saguão do MHL²⁶⁴

Figura 45 - Vitrina com vestígios arqueológicos²⁶⁵

1º. Módulo: O Empreendimento da Colonização

No primeiro módulo intitulado “O Empreendimento da Colonização: apropriação e transformação do território” a expografia enfatiza a chegada da CTNP e dos pioneiros no território. Logo na entrada da sala o visitante atravessa um portal de galhos representando a mata fechada (figura 46).

Ao lado dessa mata um pequeno tablado com as ferramentas utilizadas para derrubá-la e domesticá-la. O primeiro cenário que se vê à frente, tomando grande parte do lado esquerdo do módulo, é a reprodução do escritório da CTNP. Como podemos observar pela imagem, ao fundo do cenário, um grande painel reproduz uma imagem do escritório da Cia. de Terras, que, durante anos, centralizou a venda de terras na cidade e região.

O cenário da Cia. serve como elo entre outros dois cenários que compõe o módulo: um rústico rancho de palmito e a primeira casa comercial de madeira, tipos de construção que demarcaram momentos distintos da ocupação do território. O rancho de palmito apresenta ao visitante as dificuldades que os primeiros colonos enfrentaram quando chegaram à pequena vila que se formava no final da década de 1920. O cenário destaca o espaço doméstico da cozinha. Além das ferramentas de trabalho penduradas na parede externa, encontram-se utensílios domésticos, animais taxidermizados, uma janela e uma porta cenográficas. A

²⁶⁴ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

²⁶⁵ Idem.

primeira com a reprodução de uma imagem da derrubada da mata e a segunda representando a continuidade do espaço doméstico com a imagem de crianças.

Como contraste do rancho, e evidenciando o desenvolvimento do pequeno povoado surge a reprodução da primeira casa comercial, a Casa Central David Dequech. Os objetos e as representações dos alimentos pendurados sobre o balcão e os utensílios domésticos à venda, além dos equipamentos utilizados pelo comerciante compõem este cenário que evidencia e homenageia o pioneiro David Dequech, um dos primeiros comerciantes e ex-presidente da Associação Comercial e Industrial da cidade.

Entre o cenário da casa comercial e o “portal” da mata, um painel apresenta uma das primeiras plantas da cidade de Londrina, onde estão evidenciados os diversos terrenos colocados à venda e o quadrilátero central da futura cidade. Na frente do painel uma cruz se destaca, demarcando a presença religiosa neste período.

Este primeiro módulo conta, também, com painéis de apoio e uma vitrina central. Nos painéis são destacados os primeiros comerciantes, a múltipla utilização do palmito como alimento e para a edificação das casas e, o projeto de ruas e espaços públicos da nascente cidade. Na vitrina, ao centro do módulo, destacam-se os objetos e armas utilizados na conquista do território junto à floresta.

Um detalhe interessante, relacionado à vitrina com armas de fogo, é que ela chama muito a atenção dos escolares que visitam o museu. Segundo Hildebrando, que trabalhou no setor de ação educativa do museu, esta vitrina foi motivo para um inusitado e impactante diálogo entre escolares que, para ele, representou um choque de realidade:

Mas eu era quase arrastado para dar explicações sobre as armas e numa dessas situações um menino numa faixa aí de 10 anos mais ou menos disse que ele gostaria de ter uma arma daquela para ele. Eu procurando estimular o diálogo, enfim, perguntei ao guri: “Mas o que é que você iria fazer com essa arma?”, “Ah eu ia dar uns tiros em uns índios”, “Ia matar uns índios aí!”. Obviamente não conhecia até aquele momento o livro didático mas isso não estava escrito em nenhum livro didático. Isso fazia parte de um processo cultural de leitura do papel do homem branco que veio “salvar a região”, entre aspas obviamente, da aflição que era os índios em vida livre aqui na região. Ao lado desse guri havia uma garota um pouco mais velha na faixa dos 12 anos e essa garota falou: “Que não, que ela não faria aquilo se ela tivesse a arma”, “Não, não ia matar índio nenhum, eu ia matar o homem que matou o meu irmão”. Então assim, naquele momento a minha pequenês foi absoluta porque nada do que eu pudesse falar poderia contornar adequadamente a situação que foi criada junto com as outras crianças que olharam para ela. E da minha relação com aquela aluna propriamente dita.

Enfim eu, totalmente desamparado pela teoria e pela prática, só pude chamá-los para a gente continuar a visita.²⁶⁶

Ao lado do cenário da CTNP, sobre um tablado, destacam-se alguns objetos tornados símbolos da domesticação da natureza pelo homem, como o facão, a serra, as botas e o chapéu do colonizador.



Figura 46 - 1º módulo - representação da mata²⁶⁷



Figura 47 - 1º módulo - ao fundo rancho de palmito²⁶⁸



Figura 48 - 1º módulo - Escritório da CTNP²⁶⁹



Figura 8 - 1º módulo - Casa Central ao fundo²⁷⁰

2º. Módulo: A Emancipação de Londrina: apropriação e transformação do território”

²⁶⁶ Depoimento de Gilberto Hildebrando (2013).

²⁶⁷ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

²⁶⁸ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, [2000].

²⁶⁹ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, [2000].

²⁷⁰ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

O segundo módulo destaca a emancipação política da cidade em 1934. Em um painel intitulado “Organização Política e Social” faz-se uma síntese da emancipação e estruturação do poder político local. Os primeiros prefeitos, a criação da Prefeitura, Câmara e Fórum municipais e as obras de infraestrutura da cidade: calçamento, redes de água, luz e esgoto, agências bancárias, são apresentadas por meio de fotografias.

Em cenários distribuídos por todo o módulo, estão representadas diversas profissões com seus respectivos instrumentos de trabalho: barbearia, consultório dentário, alfaiataria, imprensa, joalheria, relojoaria, que dão a dimensão da diversidade de ofícios que a cidade, em crescimento, já apresentava em plena década de 1930. Dentre estes cenários exibem-se homenagens pontuais a três pioneiros da cidade. No cenário da alfaiataria o sr. Lupercio Luppi; no da imprensa o diretor da Folha de Londrina João Milanez e; no cenário da joalheria o senhor Ernesto Diez. Nas vitrinas centrais diversos objetos referenciavam outros ofícios e profissões relacionados à marcenaria, construção civil, mecânica, área médica, dentre outras.

O módulo também apresenta em duas vitrinas, colocadas entre o painel da organização política e social da cidade, objetos da vida doméstica que compõem a diversidade dos vários grupos de imigrantes que chegaram à cidade. Nas vitrinas centrais, além da exposição de diversos objetos relacionados aos mais variados ofícios e documentos - como antigos jornais, passaportes, carteiras de trabalho, documentos oficiais da criação do município e símbolos da cidade – são evidenciados.



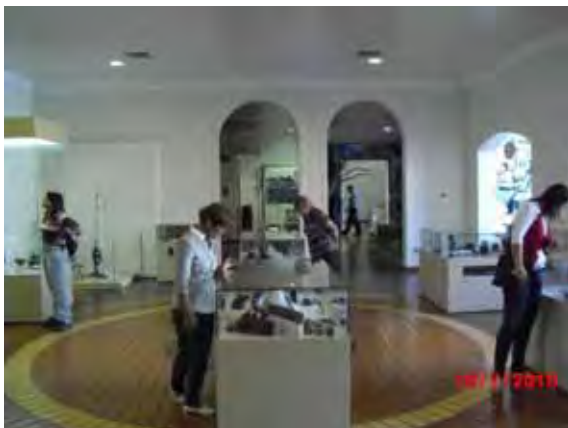
Figura 50 - 2º módulo – vitrinas²⁷¹



Figura 51 - 2º módulo - vitrinas²⁷²

²⁷¹ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, [2000].

²⁷² Idem, [2000].

Figura52 - 2º módulo – vitrinas²⁷³Figura53 - 2º módulo - vitrinas²⁷⁴

3º. Módulo: A Explosão Econômica com o Café e a Modernidade na Vida Urbana: Diversidade cultural e afirmação econômica

Fechando a exposição de longa duração o terceiro módulo, como o próprio título diz, enfatiza o rápido desenvolvimento e enriquecimento da cidade e região, fruto da economia cafeeira. O apogeu e a decadência do café, esta última devido às sucessivas geadas, dividem o módulo com outros cenários e vitrinas que buscam retratar o crescimento das atividades urbanas, como os transportes, o movimento gerado pela exportação do café, a vida cultural e religiosa e as transformações na área educacional.

O módulo apresenta três grandes cenários: no primeiro aparece o escritório do diretor da Estação Ferroviária, acompanhado de um painel com fotografias de quando a ferrovia reinava hegemônica como principal meio de transporte na região. O segundo apresenta um grande painel com a imagem da primeira rodoviária da cidade e, ao lado, um cilindro-tanque para abastecimento de ônibus movidos a gasôênio, alternativa utilizada durante a Segunda Guerra quando faltou gasolina no país. O terceiro e último cenário ocupa todo o espaço de fundo do módulo e é dedicado ao café. Entre painéis e sacas do produto para exportação, a história da cafeicultura é celebrada como a responsável pela transformação da pequena vila “boca de sertão” na segunda maior cidade do Estado.

A Companhia Cacique de Café Solúvel, sediada na cidade, é a grande homenageada neste cenário. O histórico da empresa, seus diretores e sua entrada no mercado de exportação de café solúvel são evidenciados. Um painel, dentro do cenário, repleto de imagens realça a importância do café na economia da cidade e do país.

²⁷³ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2010.

²⁷⁴ Idem, 2011.

Ao lado desse cenário um painel, intitulado “Diversidade Rural” retrata com imagens e texto a transformação no mundo produtivo da cidade depois da erradicação do café. O investimento em outras culturas como o algodão, aveia, fumo, a valorização da pecuária, a criação da Associação Rural de Londrina, mais tarde transformada em Sociedade Rural do Paraná, e o incremento que a agroindústria propiciaram à cidade, são temas de destaque neste painel. Essas novas culturas permitiram a continuação do desenvolvimento, destituindo a relação de dependência hegemônica criada pela cultura cafeeira, que, durante décadas, ditou o ritmo da vida econômica, social e política londrinense.

Para completar a expografia do módulo, em seu lado esquerdo, um grande painel, repleto de imagens, documenta a evolução do ensino na cidade desde as primeiras escolas até a criação da Universidade Estadual de Londrina. Outros painéis do módulo procuraram, por meio de imagens, descrever a diversidade cultural, esportiva e de lazer que a modernidade proporcionou à cidade. Imagens mostram a criação de cinema, teatro, emissora de TV e de rádios, *Jockey Club*, barragem do Lago Igapó, empresa de telefonia, sem falar da renovação urbana da cidade com construções de arquitetos modernistas. Há um destaque para a construção das mansões na Av. Higienópolis, pertencentes, em sua maioria, a cafeicultores, os quais reproduziam os casarões da avenida Paulista da São Paulo do início do século XX.

Nas vitrinas, diversos objetos como brinquedos antigos, aparelhos de rádio e TV, instrumentos musicais utilizados nos bailes, além de utensílios domésticos, buscam exemplificar por meio da cultura material a efervescência pela qual viveu a cidade durante os prósperos anos do café.

No espaço central do módulo uma vitrina se destaca com objetos e vestimentas relacionados à Igreja Católica. Ao lado desta vitrina, dois painéis trazem imagens dos primeiros templos da cidade enfocando igrejas católicas, evangélicas e uma budista.

A exposição de longa duração acabou tendo uma extensão, ainda que não sinalizados tanto no painel de abertura quanto no projeto espacial e cenográfico formulados por Cristina Bruno. Trata-se de cenários situados fora da Galeria Histórica. No lado externo do prédio do museu dois espaços, situados nas extremidades da parte frontal do edifício, foram fechados com vidros e transformados em cenários que homenageiam dois pioneiros com temáticas que se inserem na proposta desenvolvida pela exposição de longa duração.

O cenário, situado na extremidade esquerda do prédio remete ao cultivo do café e tem como homenageado o pioneiro Hermínio Victorelli. Já, o cenário alocado na extremidade da direita homenageia o pioneiro Amadeu Mortari, proprietário da Serraria e Indústria Mortari, as quais são evidenciadas na expografia.

A narrativa histórica da exposição de longa duração, na qual se evidencia o papel da CTNP e do trabalho dos pioneiros na formação e desenvolvimento da cidade, se complementa com outros elementos situados do lado externo do prédio. A começar pelo “Jardim do Pioneiro” localizado em frente à fachada do museu. Como já mencionamos anteriormente, ele foi projetado para ter plantas dos cinco continentes, como forma de homenagear a origem dos diversos grupos de imigrantes que chegaram na cidade. Exemplares da mata nativa da região e um pequeno cafezal em referência à opulência da economia cafeeira, completam este jardim temático.

Do lado oposto do museu, onde está situada a plataforma, foram recolocados trilhos e dormentes para receber dois vagões, doados pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), como forma de lembrar ao visitante a função original do prédio.²⁷⁵ À frente da plataforma foi construído um galpão rural para abrigar objetos e veículos de tração animal, pertencentes ao acervo do museu.



Figura 54 - 3º módulo - cenário escritório Est. Ferroviária²⁷⁶



Figura 55 - 3º módulo – vitrinas²⁷⁷

²⁷⁵ Uma locomotiva que está sendo restaurada deverá se juntar aos vagões ao lado da plataforma

²⁷⁶ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

²⁷⁷ Foto: Rui Cabral, acervo do MHL, [2000].



Figura 56 - 3º módulo - vitrina "religiões"²⁷⁸



Figura 57 - 3º módulo - cenário "Cia. Cacique de Café"²⁷⁹

Toda esta estrutura expositiva de longa duração, complementada pelos elementos externos, se por um lado foi festejada e elogiada durante a reabertura do museu em 2000, por outro, com o passar dos anos, passou também a ser objeto de algumas críticas relacionadas ao discurso de história que se buscou evidenciar com esta expografia, pois exclui determinadas categorias temáticas, sociais e de gênero.



Figura 58 - Galpão Rural²⁸⁰



Figura 59 - Galpão Rural²⁸¹

²⁷⁸ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

²⁷⁹ Foto: Rui Cabral, acervo do MHL, [2000].

²⁸⁰ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

²⁸¹ Foto: Rui Cabral, acervo do MHL, [2000].



Figura 60 - Jardim do Pioneiro²⁸²



Figura 61 - Jardim do Pioneiro²⁸³



Figura 62 - Saguão de entrada do MHL²⁸⁴



Figura 63 - Vista externa dos cenários do módulo 2²⁸⁵

Após o entusiasmo da festa de reabertura, olhares mais críticos passaram a identificar alguns problemas neste grande palco da memória londrinense. Para alguns professores da Universidade, especialmente aqueles ligados ao departamento de História, a exposição de longa duração, ainda que tivesse o mérito de ter sido organizada sob o tema do trabalho e contar com belos e bem estruturados cenários, em modernas salas expositivas, ainda referendava em sua narrativa histórica a perspectiva da tradicional história oficial da cidade.²⁸⁶

Analisando os cenários, as imagens, os textos e o circuito expositivo, percebemos uma exposição que produz alguns silêncios, ainda que para a maioria dos visitantes estas ausências

²⁸² Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

²⁸³ Foto: Idem.

²⁸⁴ Foto: Idem.

²⁸⁵ Foto: Idem.

²⁸⁶ Depoimentos de: Cristiano Gustavo Biazzo Simon (2012); Enezila de Lima (2011); Gilmar Arruda (2012); Maria Aparecida Silva (2012); Marlene Rosa Cainelli (2012); Sonia Maria Sperandio Lopes Adum (2013); William Reis Meirelles (2013).

sejam quase imperceptíveis e até desconsideradas. Mas basta um olhar mais crítico e certas omissões passarão a se fazer presentes. Em uma exposição de longa duração que tinha como objetivo fazer uma síntese da história da cidade, percebemos, dentre outros silêncios, uma clara falta da presença das mulheres, dos negros, dos nordestinos, sem falar da importância ínfima atribuída à presença indígena antes e durante a ocupação branca do território.

Além dessas ausências percebe-se que os “holofotes” da história, conforme a narrativa museológica construída, não só focaram como também, idealizaram espaços especiais, tanto no circuito expositivo, quanto em outros ambientes criados, evidenciando determinadas memórias. Estes espaços, revitalizados durante o processo de reforma, se transformaram em espécies de memoriais privados.

Os silêncios e as vozes consagradas serão objeto de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5: O ESPETÁCULO – 2º ATO: ENTRE SILÊNCIOS E MEMORIAIS

A apreensão do espetáculo museal passa pela relação que se estabelece entre sua grande “vitrine” institucional, que é a exposição, e o público que a consome. Ao contemplar uma narrativa histórica em um museu, nem sempre o público percebe que, nas entrelinhas da memória ali consagrada, além das que são evidenciadas, outras vozes permanecem silenciadas. Intencionais ou não, perceptíveis ou não, as escolhas efetuadas no espaço museal refletem uma relação de forças pela disputa de uma pretensa hegemonia na construção da memória pública.

5.1 - Culturas silenciadas

Abordar cada silêncio, em sua complexidade, dentro da narrativa da exposição de longa duração do MHL, demandaria uma abertura em termos de pesquisa e de redação que extrapolaria, em muito, os limites de alcance propostos nesta tese. Portanto abordaremos alguns aspectos destas omissões, evidenciando a ausência dos negros, das mulheres, dos nordestinos e, por último, dada sua importância, a questão indígena, por ela representar uma negação do mito do vazio demográfico. Mito este que serviu - e ainda serve nos dias atuais - para legitimar e celebrar o papel de construtores do progresso, imputados à CTNP e aos pioneiros, conforme se construiu e se consolidou nas diversas narrativas que dão base discursiva à história local.

5.2 - Onde estão os negros?

A ausência da presença negra na história de Londrina não é prerrogativa apenas do MHL. Segundo José Donizete B. de Oliveira (2002, p.65), que em sua pesquisa de mestrado se enveredou pela temática do movimento negro na cidade, praticamente, não havia referências, até o ano de 2002, na produção acadêmica de pós-graduação – mestrado e

doutorado, que tem em comum a temática da história de Londrina, citações da participação do negro nesse processo.²⁸⁷

A invisibilidade negra atingia, segundo ele, inclusive os álbuns comemorativos da história local:

Também, este esquecimento involuntário ou voluntário é característico dos álbuns comemorativos sobre a cidade, nos quais, apesar de saber-se da existência e uma “elite negra” (professores, médicos, advogados, pastores e comerciantes), ela não é mencionada nas homenagens dadas aos cidadãos prestantes, pelo Legislativo Municipal, menções aos “pioneiros” e etc.. (OLIVEIRA, J.D., 2002, p.66)

Na história londrinense diversas entidades negras ou com maciça participação de negros e pardos foram criadas, como a Sociedade Beneficente Princesa Isabel (1940), a Associação de Recreação Operária de Londrina (AROL) (1950), o Movimento de União e Consciência Negra – MUCON (1985), o Movimento e Estudo da Cultura Afro-Brasileira – MECAB (década de 1980), a União Negra Evangélica de Londrina – UNEL (1990) e a Associação das Escolas de Samba de Londrina – ASSOCISAMBA (1989). (OLIVEIRA, J.D., 2002)

Mesmo com tantas entidades negras na histórica local, não foram colocadas na exposição do museu uma referência textual ou de imagem que pudesse contemplar sua participação no processo histórico. Este silêncio não passou despercebido por uma estudante norte americana. Hildebrando, que durante alguns anos coordenou o trabalho de ação educativa no museu, ao receber a visita de vários alunos norte americanos que faziam intercâmbio na UEL, contou o seguinte episódio:

E houve uma situação (...) de uma estudante norte americana negra, participante de um curso de pós-graduação. Ela, depois de percorrer toda a exposição, pergunta: “Mas onde estão os negros na história de Londrina?” Aí eu a chamei para recuar alguns passos para mostrar uma evidência fotográfica e aí pude com a ajuda de um tradutor que estava junto dizer que “infelizmente na história consagrada como história oficial da cidade de Londrina os negros tem um papel pouco relevante”, e mostrei (naquele momento havia uma única evidência que era de um operário negro), falei: “Olha, não é uma ausência absoluta, a gente tem aqui um trabalhador negro mas não um relato sobre o seu papel, as suas dificuldades, a sua situação de negro em uma cidade que foi marcada na sua história oficial, como nascida

²⁸⁷ A única exceção, encontrada por ele, foi na tese da socióloga Ana Maria Cesário Almeida, docente da UEL, “A morada do vale: sociabilidade e representações - um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal”, defendida na USP, em 1995. Em um pequeno fragmento, de um depoimento de um imigrante alemão, os negros são assim conceituados: “arruaceiros, bagunceiros [...] não tinham origem, como nós”.

inglesa, criada com referências britânicas e também alemãs, francesas, europeias, espanholas, portuguesas e tudo mais".²⁸⁸

Outro dado relacionado à ausência das referências negras na exposição pode ser identificado no 3º módulo, no espaço reservado à memória das religiões. Como já relatado a grande vitrina apresenta apenas vestimentas e objetos relacionados ao culto católico. Nos dois painéis que ladeiam esta vitrina encontram-se apenas imagens de templos católicos, evangélicos e uma referência a um templo budista. Religiões afro-brasileiras como Candomblé e Umbanda não são referenciadas em nenhum momento.²⁸⁹

Os negros tiveram seu reconhecimento, enquanto participantes do processo de formação da cidade de Londrina, apenas em 2003, quando o então diretor José Cesar dos Reis organizou a exposição temporária “O Povo que fez e faz Londrina”. Mesmo enfrentando algumas resistências pontuais, Reis conseguiu juntamente da equipe, estruturar uma exposição mais plural em relação aos grupos que formaram a cidade. Incluindo, com direito a cenários próprios, grupos que estavam praticamente invisíveis na exposição de longa duração, como os negros, os índios e os nordestinos.

No lugar de reconhecer a presença negra e de outros grupos nacionais no processo de formação da sociedade londrinense, setores da sociedade preocupados em europeizar a formação social da cidade, com a aprovação e anuência do poder público municipal, por diversas vezes, buscaram construir e inventar uma tradição britânica para a cidade. Na absoluta ausência de registros de famílias inglesas no processo de colonização, tentam por meio da “sacralização” do papel da CTNP e sua origem inglesa, a justificativa para tentar transformar Londrina em uma cidade de origem britânica.

Dessa forma, tentando criar no plano das representações, junto à população, uma identificação com um suposto passado inglês, a Companhia telefônica da cidade, a Sercomtel, pertencente à prefeitura, instalou diversas cabines telefônicas “inglesas” em vários pontos da cidade. Mais recentemente, em maio de 2013, um novo shopping foi inaugurado na cidade. Por estar localizado próximo ao monumento do Marco Zero, sua decoração é toda repleta de símbolos relacionados à Inglaterra. Talvez, estas práticas e tentativas de se criar um elo com

²⁸⁸ Depoimento de Gilberto Hildebrandro (2013).

²⁸⁹ Em Londrina, O Cantinho do Pai João de Aruanda, terreiro umbandista, foi criado em 1970 e o *Ylê Axé Ôpó Omin*, de orientação do Candomblé em 1988. Além das religiões afro-brasileiras outras denominações religiosas, fundadas ou criadas antes da estruturação da exposição também ficaram de fora como a Mesquita Muçulmana Rei Faiçal (fundada em 1973) e o Centro Espírita Nosso Lar (1936). MAGALHÃES, Leandro H., BRANCO, Patrícia C. e ZANON, Elisa. **Guia da Diversidade Religiosa da cidade de Londrina**. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, 2007.

uma suposta e artificial herança britânica explique o silêncio do museu para com as comunidades negras e de nordestinos, presentes, mas não reconhecidas, na formação histórica de Londrina.



Figura 64 - Boulevard Londrina Shopping²⁹⁰



Figura 65 - Cabine telefônica “inglesa” no centro de Londrina²⁹¹



Figura 66 - cabine telefônica “inglesa” na Rodoviária²⁹²



Figura 67 - Boulevard Londrina Shopping²⁹³

5.3 - Onde estão as mulheres?

Qualquer pessoa em visita à exposição do museu, ao seu final afirmará que existem algumas evidências da presença da mulher na história da cidade. Em algumas imagens e

²⁹⁰ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

painéis, elas estão presentes, mas sempre no papel de coadjuvantes. Como a secretária, no cenário da CTNP, como professora nas fotografias das primeiras escolas, acompanhando os maridos nos eventos sociais e de lazer. Porém, do início ao fim da exposição, cabe aos homens o papel de protagonistas da história. Na política, na economia, nos diversos ofícios apresentados elas estão ausentes.

Na produção historiográfica, não acadêmica, como nos álbuns comemorativos, em crônicas ou relatos, a presença feminina também é silenciada. Os protagonistas no mundo público são todos homens. As falas, seus diversos papéis sociais são secundados pela presença masculina. A epopeia da colonização, a derrubada da mata, o desenvolvimento econômico, a construção do status de pioneiro, são reportados aos homens. Ao fundirem suas memórias à memória pública, não reservam espaço às suas esposas e companheiras. Rosimeire Castro, em sua pesquisa, buscou tirar as mulheres dessa invisibilidade social:

As mulheres anônimas, quase sem história, parecem pertencer a uma categoria indistinta, destinadas ao silêncio, coadjuvantes e sombras tênues das ações masculinas, portanto, relegadas ao esquecimento. Este anonimato ou exclusão é desqualificado ao vencermos as resistências da história tradicional e recuperarmos as práticas socioculturais das mulheres como testemunhas e protagonistas sobreviventes de épocas passadas, na história da cidade. (...) as mulheres não foram meras expectadoras no cosmopolitismo da população advéncia, mas que tiveram nomes, papéis, palavras, hábitos e ideias no despertar de uma nova ordem, mesmo sendo elas, ricas, cultas, analfabetas, “mal faladas”, bem comportadas, casadas, solteiras, viúvas, separadas, prostitutas, lavadeiras, doceiras, floristas, etc.. (CASTRO, 1994, p. 18)

Se analisarmos os temas e personagens celebrados nas diversas exposições temporárias organizadas na história do museu, como já apresentado, é possível identificar uma clara proeminência do protagonismo masculino. Ao referendar, ainda que sob uma roupagem expográfica mais moderna, o discurso de história tradicional, o museu acabou por reservar às mulheres um papel secundário, quando não, invisível perante a presença masculina.

No primeiro módulo da galeria histórica há um bom exemplo dessa invisibilidade feminina, em um contexto no qual uma mulher deveria ser a protagonista no cenário. Aproveitando a experiência de Hildebrando, junto ao público do museu, a respeito da questão da ausência feminina na exposição, ele relatou-me uma interessante declaração feita por uma neta de um dos personagens homenageados no primeiro módulo:

[...] uma descendente de uma dessas famílias, lá homenageadas, me contou uma história de seus avós e foi para mim muito importante para eu aprender um pouco o cotidiano daquela família que estava lá representada na exposição de longa duração e que as pessoas me perguntavam na época, sobre a família, sobre aquele objeto ou sobre aquele espaço, como perguntavam sobre os demais espaços. Então conversando assim informalmente com essa pessoa, com essa neta daqueles homenageados ela me contou uma passagem e depois eu lhe perguntei: “Eu tenho sua autorização para contar isso para as pessoas? Porque isso é muito importante o que você acabou de dizer” e ela disse que sim, que eu poderia falar sobre isso para as pessoas. Que é um espaço da casa comercial David Dequech da forma que está representada lá. Que como o David Dequech era um viajante ele não permanecia muito atrás da venda. Quem permanecia ali era a mulher dele a dona Jamile Dequech. Então aquele espaço era para ela muito mais vinculado à memória da avó do que do avô que é a figura que está homenageada lá, tanto é que ela falou: “Você está vendo aquele desenho?” Há um desenho na parede de fundo desta ambientação retratando uma porta, uma porta entreaberta. Ela falou que a Casa David Dequech, a casa comercial, tinha ligação com a casa residencial dos Dequech. (...) e aquela porta era que dava acesso entre a sala da residência e o espaço por detrás do balcão para atender o cliente. E a dona Jamile cuidava dos dois espaços. A porta ficava aberta enquanto o marido estava viajando, fazendo as vendas dele e assim que chegava um cliente ela ia para lá atender. Se essa não é uma figura feminina essencialmente forte e presente naquela exposição e que não está retratada dessa forma eu não sei o que dizer.²⁹⁴

Este depoimento ilustra de forma contundente a seletividade de gênero colocada pela expografia. Uma seletividade que direciona os holofotes da memória pública aos homens, especialmente àqueles bem sucedidos financeiramente. É interessante lembrar que o homenageado, no caso, David Dequech, foi um dos fundadores da Associação Comercial de Londrina. Sua visibilidade e reconhecimento político no espaço da vida pública lhe garantiram a proeminência na referida homenagem.

Já sua esposa, com sua múltipla rotina de trabalho, acumulando os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos e o trabalho na venda, tem seu nome citado apenas em uma pequena referência, em um quadro, discretamente colocado no interior do cenário, praticamente imperceptível para o público: “Sua esposa Jamile Dequêch, sempre companheira, calejava os cotovelos no balcão, atendendo os fregueses com o mesmo tino comercial dos libaneses.” No cenário onde era a presença mais constante, coube-lhe um simples e discreto papel de coadjuvante.

Da mesma forma, as trabalhadoras no campo ou em ofícios urbanos, como as costureiras, telefonistas, enfermeiras, empregadas domésticas, dentre outras e mesmo as

²⁹⁴ Depoimento de Gilberto Hildebrando (2013).

primeiras mulheres que chegaram a cidade nos primeiros anos de ocupação do território, tiveram em comum a invisibilidade na história ou quando muito uma imagem opaca.

Se as mulheres, consideradas “de família” ou “honestas”, ficaram ausentes na exposição, o que dizer das damas da noite. Pesquisas acadêmicas revelaram a existência de um pequeno exército de prostitutas em Londrina, durante a existência da famosa zona boêmia da Vila Matos.²⁹⁵ Segundo estimativas da imprensa da época, entre as décadas de 1940 e 1950, Londrina chegou a ter mais de cinco mil prostitutas, trabalhando nas ruas e em dezenas de casas de tolerância no auge da economia cafeeira. Elas também fizeram parte da história londrinense.

A memória dessas damas da noite avançou no tempo e, ainda em pleno século XXI faz parte das lembranças dos habitantes mais velhos da cidade, especialmente de sua parcela masculina. Se a Vila Matos que ficou conhecida como uma das maiores aventuras boêmias que se tem registro no país, jamais foi contemplada com alguma referência, em nenhuma das exposições temporárias ou de longa duração do museu, o que esperar de suas principais personagens?²⁹⁶

5.4 - Onde estão os nordestinos?

Como já relatado no segundo capítulo, a formação de Londrina e do Norte do Paraná contou com um grande movimento migratório e imigratório. A historiografia mais tradicional enfatiza, nesse processo, o papel dos imigrantes, como os alemães, japoneses, italianos, poloneses, espanhóis, dentre outros e, além, é claro, de uma sobrevalorização dos ingleses pelo vínculo com a CTNP. Sem dúvida alguma, foram os brasileiros, especialmente paulistas, mineiros e nordestinos, os principais formadores das populações da maioria das cidades do Norte do Paraná.

²⁹⁵ BENATTI (1997) e LEME (2005).

²⁹⁶ Cabe citar uma honrosa exceção. Durante a gestão do diretor José Cezar dos Reis o museu promoveu um grande espetáculo com teatro e dança para comemorar o aniversário da cidade. Denominada “Estação Londrina”, a encenação, apresentada durante vários dias e aberta ao público, teve como palco, a plataforma do museu. O espetáculo fazia uma viagem pela história de Londrina e foi incluída uma cena com a chegada das prostitutas em uma charrete. O que, convenhamos, representou um grande avanço para o até então “sagrado”, moralmente falando, espaço do museu.

A importância dos nordestinos na formação da população londrinense foi reconhecida, ainda na década de 1970, por Carlos Weiss, primeiro diretor do museu. Ao inserir no acervo peças relacionadas aos diversos Estados de origem dos migrantes e imigrantes, deu especial atenção à busca de peças de artesanato da Bahia e de outros Estados nordestinos como forma de justificar, por intermédio da cultura material, a formação plural e de caráter nacional da cidade. Porém, esta perspectiva museológica, com a morte de Weiss, foi modificada nas gestões seguintes de Conceição Geraldo e Westphalen. Em comum estes diretores enfatizaram, tanto no acervo, quanto nas exposições, os referenciais europeus na formação londrinense.

A maioria dos grupos que vieram para o Norte do Paraná, nacionais ou estrangeiros, teve ao menos no início do processo de ocupação, o trabalho no campo como ponto de partida. O desenvolvimento da cafeicultura e a necessidade de braços proporcionaram a vinda de grandes levas de trabalhadores nordestinos. O estigma de “trabalhadores braçais” imputado aos nordestinos, fugidios da miséria e da seca, gerou um preconceito em relação ao seu papel na formação de Londrina. As chamadas elites locais, em suas diversas formas de produção discursiva sobre o passado - crônicas, álbuns, artigos, dentre outros - priorizaram a construção de uma identidade europeia para Londrina. Dessa forma, os migrantes nacionais tiveram sua importância diminuída. Dentre eles, os nordestinos foram os mais prejudicados. Exemplo objetivo desse processo de exclusão é a não existência de referências na exposição à presença desses trabalhadores na história da cidade.

A cidade conta, desde 1996, com uma tradicional festa da comunidade nordestina. Realizada anualmente, e com apoio da Prefeitura Municipal, a Festa Nordestina de Londrina é o evento de maior conagração de nordestinos e descendentes que vivem em Londrina e região. O organizador da festa, em todas as suas edições, é o cearense de Quixadá, Raimundo Maia Campos Júnior que assim justificou a importância da festa:

Assim que cheguei a Londrina, percebi que a cidade e a região tem muitos nordestinos. Pelos meus cálculos, há mais de 500 mil nordestinos e descendentes no Norte do Paraná. Muitos vieram pequenos, outros são filhos de nordestinos que não conhecem a terra dos pais. (...) Se há tantos nordestinos em Londrina, por que não fazer uma festa em homenagem a essa comunidade, da mesma forma que fazem os japoneses, os alemães, os gaúchos, os italianos?²⁹⁷

²⁹⁷ BRIGUET, Paulo. O Nordeste pede passagem na Terra Vermelha. **Jornal de Londrina**. Londrina, 03 set. 2008, p. 19.

A importância numérica dos nordestinos na comunidade, assim como, o fato dessa tradicional festa ter sido iniciada um ano antes do processo de revitalização do museu, não foram suficientes para sensibilizar ou mesmo lembrar a direção do museu e associação de amigos da importância de ter essa comunidade representada em pelo menos um painel da exposição.²⁹⁸ Além disso, diversos nordestinos, de destaque na história da política ou na sociedade local, não tiveram sua origem identificada em publicações comemorativas da cidade, como os ex-prefeitos Dalton Paranaguá (piauiense) e Hugo Cabral (cearense), além do advogado e escritor João Soares Caldas (sergipense) e de Kleber Palhano (engenheiro maranhense).²⁹⁹

Ainda em relação à exposição, Sonia Adum, que participou da comissão do departamento de História para confecção dos textos de apoio da exposição de longa duração, revelou que no processo de escolha dos textos, houve uma triagem ideológica a fim de contemplar a perspectiva mais tradicional de narrativa histórica da formação da cidade:

O nosso texto procurava ser, aí sim talvez, a história vista de baixo, talvez a gente tenha procurado inverter um pouco porque estava a juventude naquela radicalização de querer romper com aquela tradição, com aquela coisa que a gente já vinha discutindo a tempo sobre o Museu, que era um Museu que só falava de pioneiro e tal. A Conceição disse que nós estávamos livres para fazer o que quiséssemos. Na nossa exposição, só para você. ter uma ideia, os nordestinos apareciam muito. Eles apareciam muito, porque a gente colocava números. Então não aparecia só italianos. Eu lembro que a gente deu grande destaque para os nordestinos. (...). As vezes a gente falava: “Isto aqui não vai colocar!” Então tem essa ideia. Tem a Conceição, tinha a Associação de Amigos do Museu, tinha algumas expectativas que o nosso texto não bateu. Não se integrou à expectativa.³⁰⁰

Silenciados na exposição, os nordestinos continuam a ter visibilidade somente em sua tradicional festa. Ficam a espera que as novas gestões do museu, que em seus últimos

²⁹⁸ A 1ª Feira Nordestina foi realizada em 1996, nas dependências externas, do entorno do MHL. Com o fechamento do museu, em 1997, para os trabalhos de revitalização, a festa foi transferida para o estacionamento do Shopping Com Tour (1997). Nos três anos seguintes – 1998 a 2000, passou a ser realizada na praça Avelino Vieira, em frente a este Shopping e, a partir de 2001, foi novamente transferida para o Museu de Arte de Londrina, onde se mantém até os dias atuais.

²⁹⁹ Em Londrina um bairro chamado Gleba Palhano concentra, desde o final da década de 1990, a maioria dos prédios de luxo da cidade. Provavelmente a maioria de seus moradores, grande parte pertencente aos quadros das chamadas elites locais, que apreciam a ideia de que Londrina seja identificada e lembrada como fruto de uma colonização europeia, sobretudo britânica, desconhecem que o nome do valioso bairro é o sobrenome de um nordestino.

³⁰⁰ Depoimento de Sonia Maria Sperandio Lopes Adum (2013)

trabalhos têm sinalizado por uma maior abertura no campo da memória, possam dar a essa comunidade o seu devido espaço e reconhecimento na história.³⁰¹

5.5 - Onde estão os índios?

Dentre os vários silêncios que a exposição de longa duração produziu, a questão indígena e o mito do vazio demográfico podem ser considerados como pontos estratégicos, se pensarmos na construção da narrativa oficial da história da cidade.

Diversos trabalhos acadêmicos, especialmente de pós-graduação, nas áreas de Antropologia e de História, desde a década de 1990, trouxeram a público, a questão da presença indígena na região desde os tempos coloniais.³⁰²

Antes mesmo desses trabalhos, o então polêmico e já citado livro “Londres Londrina”, do historiador autodidata José Joffily, já havia suscitado um grande debate na cidade. Ao revelar as práticas utilizadas contra os índios coroados, justificadas, segundo o autor, para contemplar interesses da CTNP, Joffily recebeu pesadas críticas dos pioneiros mais tradicionais da cidade. Entre eles estava George Craig Smith, que liderou a famosa caravana pioneira. Em cartas enviadas ao departamento de História da UEL, os pioneiros reafirmavam a versão de que não havia índios quando chegaram à região onde foi construída a cidade de Londrina.³⁰³ A tese da limpeza étnica da área a ser colonizada, defendida por Joffily, foi posteriormente confirmada pelos trabalhos acadêmicos e por depoimentos de pessoas que afirmaram ter trabalhado para a Cia. de Terras como limpa-trilhos.

O avanço da chamada “civilização” do homem branco sobre terras indígenas, iniciado ainda no período colonial, persistiu no tempo. D. João VI, em 1808, formalizou por meio de uma Carta Régia, a permissão para que se legitimasse uma verdadeira política de guerra contra os índios *Xoklêng* (Botocudos) que habitavam as terras onde estão situados os Estados do Paraná e Santa Catarina. A promulgação da Lei de Terras, em 1850, só veio aumentar o interesse para as áreas consideradas como vazios demográficos do país. A terra passou a ter valor e podia ser comprada. Os territórios indígenas, não reconhecidos pelo homem branco,

³⁰¹ Os nordestinos, como já apresentado, foram em 2003 também contemplados na exposição temporária “O Povo que fez e faz Londrina”.

³⁰² TOMAZI (1999), TOMMASINO (1995), ADUM (1991).

³⁰³ Estas cartas solicitavam ao departamento de História que se posicionasse publicamente sobre as críticas levantadas por Joffily, confirmando, dessa forma, a “verdadeira” e “única” história da colonização de Londrina. Depoimento de Sonia Maria Sperandio Lopes Adum (2013)

passaram a ser vendidos a companhias colonizadoras com o objetivo do lucro fácil. É deste período os primeiros relatos da ação de bugreiros que, financiados por Companhias de Colonização, “limpavam” as áreas então cobiçadas pelo capital da indesejável presença indígena:

A violência à pessoa do índio, oficiosa ou clandestina, implantou-se com tal ímpeto que muitos indivíduos assumiram as funções de bugreiro como profissão. Profissão que, às vezes, exigia, como no sul de Santa Catarina, que o bugreiro comprovasse a número de índios que havia morto durante certa 'batida'. Tal era feito, 'cortando as orelhas dos bugres mortos e colocando-os em salmoura para serem apresentados ao agente da Cia. de Colonização, encarregada do pagamento [...]³⁰⁴

Na segunda metade do século XIX o Norte do Paraná passou também a ser cobiçado, aumentando os conflitos com os indígenas, especialmente, os *Kaingáng*. As diversas tentativas de aglutinar os índios em aldeamentos visavam permitir o avanço da civilização branca sobre suas terras. A implantação gradativa de fazendas, assim como, o interesse do Império em estabelecer uma comunicação entre o Mato Grosso e o Porto de Antonina, no Paraná, fizeram aumentar o número de expedições pelo rio Tibagi, dentro do território dos *Kaingáng*. Para a antropóloga Kimiye Tommasino (1995, P. 302), já existiam, no século XIX, referências documentais da existência dos *Kaingáng* na região:

Os *Kaingang* já frequentavam esta região quando Londrina não existia nem em sonhos. Esta era parte de seu território de caça, coleta e pesca. No Manuscrito deixado por Frei Timotheo, primeiro diretor do Aldeamento de São Pedro, relata o missionário capuchinho que no dia 24 de julho de 1859 encontrou no rio Três Bocas, 40 índios *Kaingang* pescando com paris [armadilha de pesca], recebendo a ele e ao Comandante da Colônia do Jataí com grande alegria. De nossa parte, temos depoimentos dos *Kaingang* mais idosos do Posto Indígena Apucarana que também confirmam que caçavam nestas terras.

Estatísticas, relativas à presença indígena na região, apontam, no ano de 1876, para a existência de 461 *Kayoás* e 902 *Kaingáns*. Este número sofreu uma sensível queda, anos mais tarde, depois que uma epidemia de varíola atingiu os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo. Mais de 400 índios teriam morrido em menos de uma semana. Muitos dos sobreviventes acabaram, com medo, abandonando os aldeamentos.³⁰⁵

³⁰⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **O homem índio sobrevivente do sul**. Coedição UFSC/ANAÍ/UCS/ESTSL e Editora Garatuja. Porto Alegre, 1978, p.31 apud TOMMASINO (1995, p.85).

³⁰⁵ Idem, p.127/128

Nas primeiras décadas do século XX, a chamada colonização pioneira, definitivamente adentrou sobre os territórios *kaingáng*, dos Estados do Paraná e de São Paulo. A expansão das ferrovias e estradas sobre os sertões representaram uma invasão sem precedentes na história contra os territórios indígenas. A chegada de famílias, sitiantes e fazendeiros gerou inúmeros conflitos com os índios. Neste contexto, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com o objetivo, na lei, de prestar assistência aos índios do Brasil, estivessem em aldeamentos, nômades, ou vivendo “promiscuamente com civilizados”.³⁰⁶

O SPI, além de não garantir o direito dos índios sobre seus territórios, foi utilizado pelo governo para pacificar e levar para os aldeamentos os grupos que se mantinham arredios e isolados nas florestas. Os interesses em jogo, especialmente de apropriação dos territórios indígenas, fomentaram tentativas políticas de enfraquecer a ação do SPI. Relatos orais de lideranças indígenas e também de um ex-funcionário da CTNP confirmaram a prática de ações conjuntas, de funcionários do SPI e da própria Cia., em expedições que objetivavam liberar a área da presença indígena.³⁰⁷

O fato é que, quando os primeiros colonizadores chegaram à região de fundação de Londrina, a área já havia sido devidamente “higienizada” da presença indígena. Fundamentando assim a ideia do mito do vazio demográfico, na qual, construiu-se a crença de que os colonizadores enfrentaram a mata virgem, intocada, despovoada e, do nada construíram as cidades que hoje formam o norte paranaense. Portanto, desde os relatos desses primeiros colonizadores, foi se construindo, por meio de crônicas, álbuns e demais publicações comemorativas e alusivas à colonização, uma história que se pretende oficial, a qual se tornou hegemônica por muitas décadas consagrando como mitos fundadores de Londrina, a CTNP e os bravos pioneiros.

O passado indígena, os conflitos de resistência, o confisco de seus territórios e a ação criminosa de bugreiros, a serviço de interesses privados, foram desta forma, devidamente silenciados da história da cidade e da região.³⁰⁸ A produção do silêncio sobre a presença indígena na região, antes da chegada da CTNP, configurada no mito do vazio demográfico, acabou sendo reafirmada até mesmo dentro da academia. Esta perspectiva foi reproduzida nos

³⁰⁶ Decreto 8.072 de 20/06/1910. GAGLIARDI, José Mauro - O indígena e a República. Editora Hucitec/Editora da USP/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. São Paulo, 1989, p.228/229. Apud. TOMMAZINO (1995, p. 158).

³⁰⁷ Tommasino conseguiu localizar e entrevistar o Sr. Júlio Brito, ex-funcionário da CTNP que confirmou sua participação ao lado dos funcionários do SPI no trabalho de retirada dos índios da região a ser colonizada pela Cia. de Terras. TOMMAZINO, 1995, p. 145.

³⁰⁸ Os *Kaingáng* ao serem expropriados de seus territórios, tiveram subtraídos também a relação mítico-cosmológica que possuíam com sua terra. Depoimento de Kimiye Tommasino (2013).

livros didáticos e na representação cartográfica da ocupação do Estado do Paraná. A região Norte do Paraná, desabitada, só passa a existir como espaço ocupado, apenas com a chegada da Cia. de capital inglês, trazendo seus colonos nacionais e estrangeiros.

O MHL, em sua exposição de longa duração, faz uma pequena indicação da presença dos indígenas no chamado Prefácio. A ante sala da Galeria Histórica, na qual se apresenta os três módulos da formação de Londrina, como já apresentado, possui uma vitrina com objetos e fragmentos arqueológicos de cerâmica e de pedra relacionado aos antigos habitantes da região. Funcionando como uma espécie de “pré-história” da cidade, não há nenhuma indicação das práticas utilizadas para afastar os índios da região. Os conflitos, as mortes, a violência física e simbólica derivadas da desterritorialização forçada, não são mencionados. É como se eles deixassem de existir. Criou-se uma lacuna no tempo, apagando a presença indígena na região.

O circuito e a expografia da Galeria Histórica fazem com que qualquer possibilidade de inferência à existência dos índios, se acabe logo que se adentra ao primeiro módulo, quando se passa sob a coluna que representa a mata virgem, a perfeita e sutil materialização do mito do vazio demográfico. Dessa passagem, em diante, os índios deixam de existir para a história da cidade. Entram em cena, no palco do espetáculo da memória, os personagens consagrados pela história local, os bravos e destemidos pioneiros e a CTNP devidamente materializados no rancho de palmito e no escritório para vendas das terras. Mesmo deslocados para uma reserva dentro do município de Londrina, ainda hoje existente, os índios sequer são mencionados ou visualizados nos diversos cenários que se intercalam entre os diversos módulos de exposição.³⁰⁹

Cristina Bruno, ao descrever o processo de discussão para estruturação da exposição de longa duração, relatou que houve resistência por parte da direção do museu e de membros da ASAM, para que fosse abordado o tema do passado arqueológico da cidade e a questão indígena anteriores à chegada da CTNP:

Para mim ficou claro que Londrina construiu a sua história em cima desses mitos ligados a sua história do pioneirismo. (...) o primeiro grande lote de informações que tem ali, a partir das fotos, é justamente a implantação da Cia. de Terras. Porque eles tem fotos desde o primeiro dia. Bom, isso fez que nós travássemos uma discussão durante meses se existia ou não ocupação pré colonial ali. É óbvio que existia. Então algumas pessoas do museu

³⁰⁹ A Terra Indígena do Apucarantina está situada no município de Tamarana. Até dezembro de 1995 Tamarana era um distrito de Londrina.

falavam que não, que imagine. Bom aí eu fui atrás, gente de Maringá, por exemplo, onde tinha Arqueologia para poder mostrar que ali teve. Depois de muita dessa luta descobriu-se que no próprio museu tinha acervo arqueológico que é um pouquinho ali na entrada (...) essa discussão é a que talvez tenha levado mais tempo e essa eu enfrentei de cara mesmo, de frente, porque isso foi um embate, porque justamente eu trabalho com essa área entendeu? E eu falava “Olha é lógico que isso não ocorria. Nessa floresta as sociedades viviam aqui, os índios tais, os índios tais” Até que com muito esforço eu consegui uma moça lá de Maringá, que fosse até o museu e apresentasse um mapa “Está vendo esse rio aqui, então esse aqui está cheio dessas ocupações arqueológicas” (...) Agora o que é que poderia ser feito em uma situação dessas? Fazer aquela ante-sala já foi uma vitória sem precedentes entendeu? Isso eu lembro que foi um embate meu, pessoal assim muito acirrado.³¹⁰

Conceição Geraldo por sua vez confirmou que no período da ocupação do território pela CTNP, existiam apenas alguns “remanescentes indígenas dos antigos aldeamentos”, já que “índios mesmo ainda em seu estágio cultural primitivo não, não havia. Porque meu pai veio para cá no início, encontrava índios remanescentes já quase que aculturados, etc.”³¹¹ Esta versão relacionada à memória familiar da ex-diretora era e ainda é, compartilhada pela maioria dos filhos de pioneiros, especialmente dos membros da ASAM, assim como, do também ex-diretor Westphalen. Se analisarmos o que estas famílias encontraram quando chegaram nesta região, poderemos inferir que o ponto de vista deles, de certa forma, é compreensível.

Afinal de contas o processo de limpeza “social” da área ocorreu antes da chegada efetiva dos primeiros moradores da cidade. Sobre esta questão, temos um dado que é a memória construída por estas famílias, partindo de suas experiências de vida. Outro dado já citado, diz respeito à construção historiográfica que foi elaborada, tendo como referências, estas memórias, as quais foram corroboradas com o silêncio dos agentes da CTNP e do próprio SPI, sobre os processos de deslocamento das populações indígenas. Restou na lembrança dos primeiros que chegaram, a mata virgem e a floresta inabitada, que foi prontamente derrubada para permitir a chegada e implantação da civilização.

Não poderíamos deixar de registrar uma informação importante relacionada ao período de revitalização do museu e que tem vinculação com a memória indígena. Quando em 1997, a sala utilizada pelos professores do projeto de extensão da Universidade, denominado IPAC-Lda, dentro do prédio do museu, foi desocupada, Kimiye Tommazino, que então participava, junto com professores da Universidade Estadual de Maringá (UEM), de uma pesquisa

³¹⁰ Depoimento de Maria Cristina Oliveira Bruno (2013).

³¹¹ Conceição Aparecida Duarte Geraldo (2013).

interdisciplinar junto às comunidades indígenas na bacia do Tibagi, procurou a direção do museu para manifestar o interesse pela sala para alocação dessa pesquisa. A resposta ao seu pedido revela a importância que a temática indígena tinha na política museológica, então, consolidada no museu:

Tínhamos interesse em organizar essa sala com o material que estávamos coletando em campo nas áreas de Etno-arqueologia, Etnologia e Etno-história e eu, sendo da UEL fui encarregada de falar com a nova diretora, a Professora Conceição. Disse-lhe que éramos um grupo que pesquisava os índios na bacia do Tibagi e gostaríamos de contribuir na organização dessa sala - que sabíamos estar recém-desocupada - sobre os índios no norte do Paraná. A reunião deve ter durado menos de 5 minutos: a diretora disse-me que o Museu não tinha interesse. Acabou-se a reunião.³¹²

As lacunas e os silêncios da exposição de longa duração continuam presentes. Eles são produto das escolhas que determinaram esta narrativa, hoje, hegemônica, da expografia do Museu londrinense. Seu circuito expositivo teceu uma determinada versão da história da cidade, dispensando a presença dos negros, nordestinos e índios, e deixando as mulheres como coadjuvantes. Personagens, estes, excluídos do banquete da memória pública.

Se os esquecidos incomodam, o que dizer dos protagonistas? O mesmo museu que silencia, por outro lado, desvela memórias. Mais que dar visibilidade a determinados temas ou a uma narrativa histórica, o MHL também permitiu, em seu processo de revitalização, que se constituíssem pequenos espaços de consagração para algumas memórias particulares. Espécies de memórias para alguns poucos escolhidos.

5.6 - Inventando memoriais

A revitalização do museu, sua modernização em termos de espaços, mobiliários expositivos, iluminação, como já analisado, foram o resultado de uma grande mobilização na cidade. A arrecadação dos recursos necessários, só foi possível pelo envolvimento de um grande número de pessoas e empresas.

³¹² Entrevista de Kimiye Tommazio (2013). Dezesesseis anos depois desse episódio, Kimiye, já aposentada da Universidade e residindo em São Paulo, foi convidada pela nova diretora do museu a colaborar na organização de uma exposição temporária intitulada “Povos Indígenas no Norte do Paraná”, que apresenta os principais povos indígenas que existiram e ainda existem na região, mostrando os problemas enfrentados por eles durante o processo de ocupação do território. A abertura da exposição foi realizada no dia 28/04/2013.

Nesse processo diversas estratégias foram utilizadas para captar os recursos necessários para viabilizar todas as obras no museu. Instituições, empresas, além de famílias da cidade, foram acionadas, em busca de doações.

Conceição Geraldo, então diretora e coordenadora geral do projeto de revitalização, e Elenice Mortari Dequech, associada da ASAM, elaboraram, com a anuência da própria ASAM, um ofício que foi enviado a diversas famílias tradicionais da cidade, visando à concessão de patrocínio para a construção de vários cenários da exposição permanente, reformas nas galerias de exposições de longa duração e temporária e, também, em espaços internos do museu. Em comum estes ofícios enfocavam a importância da preservação da memória dos pioneiros e por extensão da própria família a qual se pedia o patrocínio. Pela relevância e importância deste documento, na oficialização dessas parcerias público-privadas, irei transcrever os trechos mais comuns:

Prezada Senhora: O “Projeto Memória Viva de revitalização dos espaços internos e externos do Museu” criado pela Sociedade Amigos do Museu e Colégio Máxi com o apoio da Universidade Estadual de Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina e a participação da iniciativa privada encontra-se em fase adiantada de execução e visa, além da reordenação do espaço físico para a exposição de todo o acervo, o **resgate da história das famílias de pioneiros** que enfrentaram todas as adversidades dos primeiros tempos da colonização e direcionaram suas atividades em prol do progresso da cidade que ajudaram a construir. Dentre estas várias famílias, a família (...) se destaca pelos relevantes serviços (...) prestados à comunidade londrinense e regional. Sendo assim, vimos pelo presente convidar Vossa Senhoria e seus ilustríssimos Irmãos a participarem do “Memória Viva” patrocinando a (...) **deixando em aberto para negociação o que poderemos oferecer em contrapartida**. Colocando-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer outros esclarecimentos, externamos nossos votos de estima e consideração.³¹³

Chama atenção no documento acima, em primeiro lugar, a importância que se deu à necessidade de se enfatizar a ligação e identificação entre as *famílias de pioneiros, dos tempos da colonização*, com a família à qual se pleiteava o patrocínio. Buscou-se vincular esta família, potencial doadora, de recursos para o museu, ao mito-fundador do pioneiro, cuja construção ideológica desembocava na epopeia do bravo e intrépido trabalhador que venceu as adversidades da natureza e com o seu trabalho conseguiu vencer na vida. E que por conta desse passado, transformou-se no próspero empresário e/ou fazendeiro. Além disso, acenou-se com a possibilidade desta família receber alguma homenagem, por meio da visibilidade do

³¹³ O documento vinha assinado por Elenice Mortari Dequech, como conselheira da ASAM e por Conceição A. Duarte Geraldo, diretora do Museu. Estes fragmentos foram retirados do OF.M.142/97 de 23/07/1997 – acervo MHL, grifo nosso.

museu. Uma contra partida que, convenientemente, se mostrou no mínimo sedutora para alguns.

Em segundo lugar, e com certeza o ponto que acabou gerando certa polêmica pelos seus resultados, que será aqui analisado, estava no fato de se deixar em aberto para negociação, o que o museu como instituição pública e de memória, poderia oferecer em contrapartida para aquela família apta a colaborar com sua doação financeira.

No caso do MHL e de seu projeto de revitalização, a parceria público-privada possibilitou aos doadores mais generosos, notadamente algumas famílias e empresas vinculadas aos quadros das elites locais, a ocupar, com suas respectivas memórias, determinados espaços do museu. Ao aceitarem colaborar financeiramente na reforma de algumas salas ou na ambientação de alguns cenários da exposição de longa duração, as famílias investidoras, também, assumiram, com certa autonomia, grande parte de todo o processo de composição material desses espaços a elas reservados, acrescentando certo toque familiar à cenografia museal.

Para Cristina Bruno, o financiamento privado em instituições públicas é um processo que pode ser considerado normal nos tempos atuais, principalmente, quando o Estado está ausente ou sem condições de investir. Ela cita os Estados Unidos como exemplo, já consolidado, de patronato³¹⁴ em que o investimento privado já faz parte da história cultural da população norte-americana. Uma das modalidades mais comuns de apoio está na contribuição em formato de “adoção” de salas, auditórios, laboratórios de Universidades, museus, etc. No Brasil este tipo de parceria já está se tornando comum. Encontramos em museus, placas com o nome dos patronos que reformaram ou revitalizaram diferentes espaços.

Com relação do MHL, Cristina Bruno se surpreendeu com a participação das famílias em todo o processo de revitalização. Um envolvimento que, em determinadas situações, ela precisou intervir, devido à intromissão excessiva das famílias no processo. Em seu

³¹⁴ A questão do chamado patronato ou mecenato, como preferem alguns, historicamente está vinculado à proteção ou patrocínio de artistas ou instituições culturais. Ainda que tenha raízes na antiguidade romana foi na no período renascentista que o chamado mecenato prosperou, sobretudo, pela ação das famílias principescas europeias. Os museus, sempre considerados e utilizados como espaços de representação dos setores dominantes da sociedade, sempre se beneficiaram desse apoio. Contemporaneamente o Estado, por meio das chamadas Leis de Incentivo Cultural, tem se transformado em uma espécie de mecenas estatal, financiando inúmeros projetos das mais diversas áreas culturais. Mas o Estado sozinho não consegue dar conta de toda a produção cultural e da preservação do patrimônio histórico e cultural nas suas mais diversas modalidades. Estas lacunas foram e ainda são preenchidas pelo investimento da iniciativa privada, seja por meio de associações de amigos, empresas, sindicatos, organizações não governamentais, pessoas físicas, famílias, dentre outros. Para um maior aprofundamento das diversas modalidades de Patronato bem como da historicidade do termo mecenato ver COELHO, T. **Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário**. São Paulo: FAPESP/Ed. Iluminuras, 1999, p. 246 e 290.

depoimento, a museóloga cita um momento especificamente delicado, relacionado ao processo de construção das ambientações dos vários cenários da exposição de longa duração, onde as famílias financiadoras também contrataram, por conta própria, seus arquitetos, engenheiros e decoradores. Cada grupo de profissionais estava trabalhando com uma perspectiva de projeto conceitual individualizado para seu respectivo cenário:

[...] eu assistia situações das famílias emocionadíssimas que estavam ajudando o museu da cidade (...) para pensar aqueles cenários do segundo módulo que eram três que tinham umas vinte pessoas entre arquitetos e engenheiros, as pessoas estavam ali na melhor das suas intenções entendeu? Ali no caso como é no meio da exposição foi possível nós discutirmos “Olha tem uma linguagem única, então isso, aquilo” e outras questões (...) porque eu já trabalhei com muitos profissionais ao longo do tempo, houve uma intenção, não é que eles iriam só financiar, as famílias também entenderam que elas tinham que arrumar tudo, então quando eu cheguei tinha uma reunião com quase trinta pessoas, cada uma trouxe o seu decorador, o seu engenheiro, o seu arquiteto, entendeu. E daí foi uma longa conversa [...] ³¹⁵

A linguagem, a que se referiu Cristina Bruno, estava relacionada à estética expográfica dos cenários, que precisavam seguir a mesma linha conceitual com relação às vitrinas, painéis, etc.. Por isso, a necessidade de reunir os mais diversos profissionais, contratados pelas famílias, a fim de homogeneizar a linguagem visual desses espaços que, apesar de abordarem profissões diferentes, faziam parte de uma narrativa museológica maior da galeria histórica.

Esta mobilização de profissionais, fruto do investimento direto das famílias patrocinadoras, teve, como justificativa, o fato de que, ao aceitarem patrocinar cenários ou salas internas do museu, elas receberiam, em contrapartida, a abertura para terem seus pais, pioneiros da cidade, devidamente homenageadas nestes espaços.

Tanto Elenice Dequêch quanto Conceição Geraldo, confirmaram, em seus respectivos depoimentos este acordo chancelado pela ASAM e devidamente apoiado pela direção do museu:

[...] os valores que nós tínhamos para a reforma eram grandes. Porque praticamente foi feito tudo, então nós pensamos em fornecer aos doadores maiores, empresas ou famílias, uma **contra partida suave**. Uma contra partida que também **deixasse marcado na comunidade a participação deles**. Nós fomos em busca de famílias. As que responderam afirmativamente foram pequenos espaços que designava ou homenageava a sua família. ³¹⁶

³¹⁵ Depoimento Maria Cristina Oliveira Bruno (2013).

³¹⁶ Depoimento Elenice Mortari Dequêch (2013).

Porque tanto eu, quanto a Elenice, dona Maria Alice que [presidente da ASAM] sempre trabalhou com filantropia e outras da Sociedade Amigos do Museu, já com experiência de trabalho voluntário em outras entidades e essa coisa toda é que disseram: **“Olha, ninguém dá nada sem nada em troca”** Então foi realmente uma decisão coletiva ali. E outra nós tínhamos, eu e a Elenice principalmente, e a Zuleika também, nós tínhamos ido em grandes museus do Rio, Petrópolis, São Paulo. E lá tinha o nome dos patrocinadores. Oras, se lá tem, porque é que nós não poderíamos ter? E olha que **nós não demos nomes a ninguém que não pudesse merecer**. Então partiu da Sociedade Amigos do Museu e apoiado pelo Museu.³¹⁷

Com o sinal verde dado pela direção do museu e pela ASAM, as famílias se empenharam, e com razão, para que os espaços a elas reservados recebessem o melhor acabamento possível. Por isto a contratação de profissionais especializados das mais diversas áreas e da utilização de materiais de acabamento de alta qualidade. Afinal de contas, nestes espaços, seus respectivos patriarcas estariam recebendo uma homenagem, conseqüentemente, extensiva a toda família.³¹⁸

Esta sedução que envolve a possibilidade de ter o nome da pessoa ou da família evidenciado em uma instituição de memória, com a visibilidade pública que tem o museu, aparece em inúmeros exemplos, nas mais diversas sociedades e temporalidades. E, neste aspecto, as chamadas elites dominantes, sejam no campo político, econômico, social ou religioso, sempre mantiveram sua primazia, não só por meio do processo do patronato, mas também, por serem, tradicionalmente, as principais doadoras de objetos aos museus.

O ato da doação em si carrega o desejo do doador, seja ele individual ou familiar, em garantir a transferência de sua visibilidade do privado para o público. Ainda mais, quando o museu que está recebendo esta doação acumula e produz sentidos ligados à história da fundação da cidade, do Estado ou do país. No Brasil o Museu Paulista e o Museu Histórico Nacional constituíram seus respectivos acervos com doações dos grupos mais abastados da sociedade. Grupos estes que viam nestas instituições, a possibilidade real de preservar e dar visibilidade de suas histórias privadas no espaço e na história pública. Houve, é claro, no período de formação dessas instituições, a clara intenção por parte de seus dirigentes de transformar esses museus em instituições para e das elites, até mesmo porque, a “elas era atribuído o papel de fundadoras da nação brasileira.” (MENDONÇA, 2012, p. 165)

Esta perspectiva elitista na concepção dos museus se alterou, principalmente nas últimas décadas do século XX, devido aos diversos movimentos sociais que desembocaram,

³¹⁷ Depoimento de Conceição Aparecida Duarte Geraldo (2013), grifo nosso.

³¹⁸ As salas e cenários “adotados” por famílias e algumas empresas, também contaram com recursos provenientes de outras fontes, porém, o custo maior recaiu sobre estes patrocinadores. Conforme dados do Relatório “Memória Viva”, de 02/12/2000, acervo MHL.

dentre outras demandas, à luta pelo direito à memória das diversas minorias. Estes movimentos se complementaram às transformações no campo teórico da museologia, assim como, pela formação de inúmeros museus universitários, que, por sua vinculação acadêmica, abriram espaços para novas abordagens, privilegiando a pluralidade de memórias. Mas esta abertura conceitual e democratizante dos museus ainda não atingiu a maioria dos museus locais.

É claro que o museu londrinense já tinha, no período da revitalização, todos os ingredientes para adotar uma perspectiva museológica mais plural em termos de representação da memória social da cidade, contemplando de forma democrática, a diversidade social presente na história, desde sua formação e até mesmo antes dela. Afinal o museu, mesmo com a prerrogativa de ser um museu de História da cidade e ocupar um prédio cedido pela Prefeitura, pertencia a uma Universidade, com vinculação acadêmica, em tese, com um departamento de História. Mas, como pudemos demonstrar nesta pesquisa, houve desde a gestão de Westphalen e mantida na de Conceição Geraldo, uma política de independência e afastamento administrativo e conceitual, em termos de perspectiva historiográfica, do departamento. Esta disputa política se traduziu na defesa, por parte da direção do museu, com o efetivo apoio dos membros da ASAM, da manutenção de uma narrativa histórica, considerada por muitos, mais tradicional e parcial, do passado da cidade.

A identificação das elites londrinenses, sobretudo daquelas pessoas vinculadas à ASAM, à narrativa histórica, então hegemônica no museu, permitiu não apenas o apoio político à direção nos conflitos com o Departamento de História, como também, viabilizou essa parceria público-privada, uma vez que houve uma clara conjunção de interesses e de identificação entre a memória pública, custodiada pelo museu, e as memórias privadas dos futuros homenageados.

A “contra partida suave”, preconizada por Elenice Dequêch, acabou tomando proporções que fugiram do controle. Ao terem liberdade para colocar nos cenários e espaços, por elas financiados, referências relacionadas ao respectivo patrono a ser homenageado, ocorreu o que poderíamos chamar de um processo de constituição de memoriais particulares dentro de um museu público.

Segundo informações fornecidas por alguns funcionários do museu, durante a revitalização das salas do primeiro andar, o decorador Alexandre Moreira, que assessorou tecnicamente na execução do Projeto Museológico e Museográfico, além de coordenar a composição dos ambientes, havia orientado para que fossem confeccionadas pequenas e discretas placas. O objetivo era o de que estas fossem colocadas nas portas das salas, a fim de

identificar o nome do patrono, uma pequena biografia e uma fotografia do mesmo. Porém, esta orientação não foi seguida pelas famílias que acabaram por colocar inúmeros quadros com fotografias, diplomas e títulos referentes ao homenageado no interior dos ambientes.

As salas, acima evidenciadas, que estão situadas nos andares superiores do museu, receberam os nomes de seus respectivos patronos e estão assim denominadas: Diretoria “Afonso Nacle Haikal”, Setor de Imagem e Som “Eugênio Brugin”, Sala do Pioneiro “Francisca Campinha Garcia”, Biblioteca “José Garcia Molina” e Sala de Documentação “José Garcia Molina”. Esta última é a única sala situada no segundo andar. As demais se localizam no primeiro andar do prédio do museu. A seguir, faremos uma descrição desses espaços, evidenciando detalhes que acabaram por transformá-los em memoriais de exaltação de seus respectivos patronos.

A sala da direção do museu (Diretoria) homenageia o médico pioneiro Afonso Nacle Haikal. A ambientação da sala objetivou transformá-la em um cenário que lembrasse o consultório do pediatra. Nas paredes, além da foto do homenageado, foi também afixado um grande painel com a história das atividades médicas na cidade, com imagens do pequeno hospital, enfatizando a participação de Haikal. Também estão presentes diplomas, comendas, propagandas de sua clínica particular em anúncios de jornal da época, placas em sua homenagem e medalhas recebidas pelo homenageado.



Figura 68 - "Memorial" Afonso Haikal³¹⁹



Figura 69: "Memorial" Afonso Haikal³²⁰

³¹⁹ Foto: acervo pessoal do autor, 2012.

³²⁰ Foto: acervo pessoal do autor, 2012.

O Setor de Imagem e Som homenageia o pioneiro Eugênio Brugin. Além de um quadro com a foto do patrono, apresenta, também, em suas paredes, outros quadros com fotografias da família, diplomas e um pequeno painel com a sua biografia.

O pioneiro José Garcia Molina foi homenageado em duas salas. A Biblioteca e a Sala de Documentação. Na Biblioteca, há um grande retrato do patrono, sob a forma de pintura, colocado sobre um quadro menor, em que ostenta medalhas relativas à sua participação na Segunda Guerra como pracinha da FEB. Em outra parede desta sala foram colocados quadros com diplomas do homenageado.



Figura 70 - "Memorial" Eugênio Brugin ³²¹

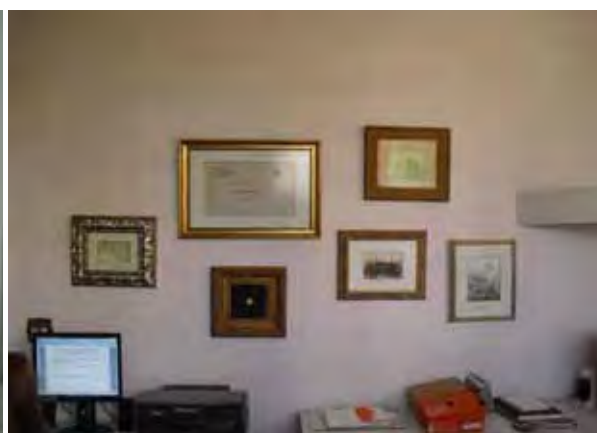


Figura 71: "Memorial" Eugênio Brugin ³²²



Figura 72: "Memorial" Garcia Molina ³²³



Figura 73 - "Memorial" Garcia Molina ³²⁴

³²¹ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

³²² Idem.

³²³ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, [2000].

³²⁴ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.



Figura 74 - Sala do Pioneiro - Família Garcia Cid ³²⁵



Figura 75 - Sala do Pioneiro – Família Garcia Cid ³²⁶

A Sala do Pioneiro foi projetada para ser um local de encontro e reuniões de pioneiros e seus descendentes, do mesmo modo, para servir de espaço para apresentações culturais, sobretudo recitais. Dentre os “memoriais”, este recebeu a homenagem mais discreta. Na parede, há uma pequena placa com os dados da homenageada e também pioneira Francisca Campinha Garcia. O piano, que compõe o cenário desta sala, foi doado pela Rádio Londrina. Porém, a descrição da placa, quando ocorreu a reabertura do museu, foi ofuscada por um porta-retratos com uma foto da homenageada sobre o piano. Este detalhe, ainda que sutil, passava ao visitante desavisado, uma falsa ideia de que toda aquela ambientação representasse uma sala de estar da casa da homenageada.

A personalização de alguns espaços do museu não se restringiu às salas técnicas ou administrativas. No andar térreo, onde se encontram as galerias, Histórica e de Exposições Temporárias, pudemos observar a constituição de mais alguns “memoriais”, também financiados por famílias e empresas da cidade. A começar pelo primeiro módulo com a homenagem ao pioneiro David Dequêch, proprietário da Casa Comercial, uma das primeiras da cidade. A construção desse cenário, não contou com o aporte financeiro da família, mas sim, da empresa Casas Pernambucanas de Londrina, que fez a doação como forma de homenagear o seu primeiro representante na região.

Este cenário apresenta duas placas com o nome do comerciante na fachada da Casa Comercial. Nas paredes internas do cenário, um painel conta a história de David Dequêch, e, outro, a história da instalação das Casas Pernambucanas.³²⁷ Na frente do cenário, destaca-se um painel com uma imagem do pioneiro e, sobrepondo-se a ela, um texto do próprio

³²⁵ Idem.

³²⁶ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, [2000]

³²⁷ Como já comentado, dentro do cenário, quase imperceptível para os visitantes há uma pequena referência sobre a esposa do homenageado, Jamile Dequêch.

homenageado contando a simbólica história de um pedaço de tronco de peroba, colocado ao lado do painel, que pretensamente, teria sido usado como alicerce da primeira casa construída em Londrina. Após demoli-la em 1952, o pioneiro guardou o tronco como uma espécie de relíquia, testemunho da colonização da cidade. E concluiu a história com a seguinte frase:

[...] Porque não dizer, não esperava estar em vida por ocasião da entrega deste esteio ao museu local, cabendo a ele de lá do museu onde o entronizarem, transmitir às gerações futuras, em sua linguagem muda, a homenagem dos pioneiros de Londrina e com vibrante diapasão, lhes dirá como ela nasceu. Londrina, julho de 1968. David Dequêch.³²⁸

Este cenário da Casa Central e o do escritório da CTNP, situado logo à frente, além de abrirem, juntamente do rancho de palmito, o primeiro módulo da exposição, marcam de forma simbólica, a importância do pioneirismo e da própria Cia. como mitos fundadores da cidade. E dessa forma determinam, a partir da narrativa museológica, qual o discurso histórico que se pretende hegemônico e devidamente sacralizado pelo museu.



Figura 76 - "Memorial" David Dequêch³²⁹



Figura 77 - "Memorial" David Dequêch³³⁰

No segundo módulo existem três cenários com visibilidade para os visitantes, tanto do lado interno quanto externo do museu. Duas famílias e uma empresa patrocinaram a maior parte desses espaços. A empresa patrocinadora é a Folha de Londrina, principal e mais antigo jornal, ainda em circulação, de Londrina. Seu cenário destaca em um retrato, a fotografia do seu fundador e principal diretor durante décadas, João Milanez. Além dele, o cenário apresenta a imagem de dois antigos trabalhadores do mesmo jornal, um linotipista e um

³²⁸ Painel do cenário "Casa Central", exposição de longa duração, MHL.

³²⁹ Foto: Edson Holtz, acervo pessoa, 2012.

³³⁰ Idem.

tipógrafo. Completam este memorial, pacotes do jornal, uma impressora e uma mesa com tipos gráficos. Como complemento deste cenário, há uma vitrina à frente com alguns exemplares de jornais mais antigos que já deixaram de circular.

O segundo “memorial” desse módulo homenageia o pioneiro Lupércio Luppi e sua alfaiataria. O cenário apresenta algumas máquinas de costura antigas, além de um armário com tecidos, um velho rádio e, como referências ao homenageado, há um painel na entrada do cenário com sua biografia. Na parede interna, um grande painel com a reprodução de uma imagem de sua alfaiataria com seus funcionários em plena função. Além disso, estão expostos dois quadros: um com seu diploma e outro com fotos, além da placa com o nome da sua alfaiataria.



Figura 78 - Memorial" Folha de Londrina/João Milanez³³¹



Figura 79 - "Memorial" Folha de Londrina/João Milanez³³²



Figura 80 - "Memorial" Lupercio Luppi³³³



Figura 81 - "Memorial" Lupercio Luppi³³⁴

³³¹ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

³³² Idem.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.



Figura 82 - "Memorial" Ernesto Diez³³⁵

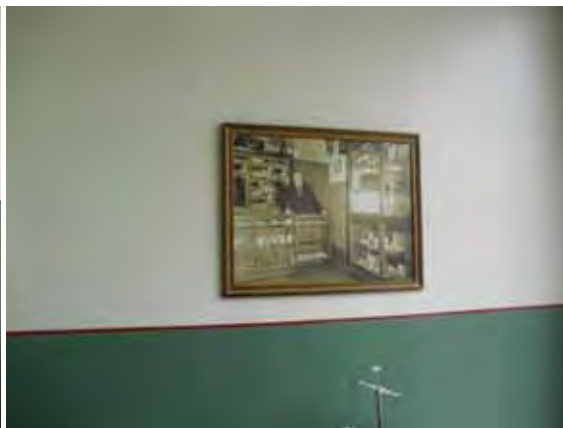


Figura 83 - "Memorial" Ernesto Diez³³⁶

O terceiro e último “memorial” desse segundo módulo reproduz em seu cenário, a joalheria e relojoaria do imigrante espanhol Ernesto Diez. Composto por duas mesas de trabalho, além de alguns instrumentos utilizados tanto na relojoaria quanto na joalheria, o cenário também apresenta um retrato do homenageado atrás do balcão de sua loja e uma reprodução de sua imagem trabalhando em um grande painel. A frente de seu cenário, de forma similar aos cenários anteriores, um painel com dados biográficos do pioneiro e uma vitrina de apoio apresentando documentos e instrumentos de trabalho utilizados por ele.

No terceiro e último módulo da exposição de longa duração, sobressai o grande cenário reservado à empresa Cacique de Café Solúvel. O cenário faz uma síntese da história da cafeicultura na região, destacando-se, é claro, o papel da empresa nesse processo. Do lado esquerdo do cenário, encontra-se um grande painel com um navio e, à sua frente, sacas de café para exportação. Ao centro, uma pequena mesa para provadores de café.

Ao fundo do cenário, um grande painel relata a trajetória da cultura cafeeira na região, o crescimento e enriquecimento da cidade, as inaugurações de agências bancárias, a construção dos palacetes de cafeicultores na Avenida Higienópolis, assim como a visita de políticos importantes à cidade, como os presidentes Getúlio Vargas, Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek. O lado esquerdo do cenário é todo reservado para a história da empresa, seu crescimento e a transformação industrial do produto transformado em café solúvel, principal item de exportação da Cacique. O painel ao fundo traz imagens dos primeiros diretores da empresa, destacando-se em um grande retrato, sob a forma de pintura, do diretor presidente Horácio Sabino Coimbra, que também foi homenageado, com o nome da Galeria Histórica. Segundo Conceição Geraldo, a homenagem a este senhor foi devida ao reconhecimento pelo

³³⁵ Idem.

³³⁶ Idem.

seu protagonismo no setor industrial da cidade e é claro, também, pela generosa contribuição financeira que a empresa fez para o projeto de revitalização de toda a Galeria Histórica.

Este cenário da empresa apresenta, ainda, diversas embalagens de seus produtos industrializados, colocados de tal forma no cenário, que o visitante mais desavisado pode acabar se confundindo e, por um momento, pensar que não está mais a frente de um cenário museológico, mas sim diante de um estande de uma feira industrial.

Complementando a exposição de longa duração, como já comentado, dois cenários foram criados para preencher dois espaços externos nas extremidades da face frontal do prédio. Da mesma forma que os cenários e salas internas, estes dois cenários foram patrocinados por duas famílias.

O cenário situado na extremidade esquerda presta uma homenagem para o pioneiro e fazendeiro de café, paulista de Serra Negra e descendente de italianos, Hermínio Victorelli. A cenografia do espaço reproduz, com o auxílio de um grande painel ao fundo, uma cena na qual aparece um trabalhador anônimo em um terreiro de café com uma tulha ao fundo, além de instrumentos e ferramentas utilizados no trabalho na tulha compondo o cenário.

Ainda no cenário, outro painel, com a imagem de uma pilha de sacas de café, interage com alguns sacos reais do produto com o nome da fazenda, que tem o sobrenome da família neles estampados. Na frente da vitrina, um pequeno painel traz a biografia do pioneiro homenageado. Este cenário possui uma janela que se comunica com o cenário da Cia. Cacique no interior do museu. À frente do cenário, uma pequena plantação de café, que compõe o Jardim do Pioneiro, completa o contexto da cafeicultura que este memorial apresenta.

Na extremidade da direita, o espaço foi ocupado pela família Mortari. Segundo Elenice Mortari, este cenário foi o último a ser feito devido à dificuldade de se conseguir mais patrocinadores. Fato este que foi decisivo para que sua família patrocinasse o espaço:

Tanto que a gente não conseguiu para a última varanda do Museu a gente não conseguia mais patrocínio. Nós fizemos. A família Mortari, não porque é a minha família, porque eu não gostaria de ter feito. Porque a gente nunca acha que você. deva participar na História. Mas aí os pioneiros, a própria SAM e o Museu, a dona Conceição insistiram para que nós fechássemos aquele último espaço. Então foi feito em nome do meu avô, Mortari.³³⁷

O cenário dividido em duas ambientações homenageia o pioneiro e industrial Amadeu Mortari, paulista de Matão. Na ambientação da serraria, pedaços de toras de madeira estão

³³⁷ Depoimento de Elenice Mortari Dequêch (2013).

colocados ao lado de uma máquina de serrar, sendo manipulada, de maneira simulada, por um totem de madeira com a reprodução, em tamanho natural, da imagem de um funcionário. No piso um painel relata a importância da serraria nos primeiros tempos de formação da cidade. Ao lado, um quadro com um diploma recebido pelo pioneiro por sua participação na II Grande Exposição Internacional de Curitiba.

Já na ambientação da indústria, um grande painel fotográfico com uma imagem aérea do centro de Londrina, tendo à frente a imagem da indústria Mortari. No cenário uma pilha de tijolos e telhas similares às que eram produzidas pela indústria que, pela ligação com a serraria pertencente à mesma família, também produzia madeira aparelhada, portas e janelas. Ao lado do grande painel da cidade foi colocado um retrato do pioneiro homenageado com um breve histórico de sua trajetória. Na frente desta ambientação, um painel conta a história da indústria e cita, ao final, alguns nomes de antigos funcionários da empresa.

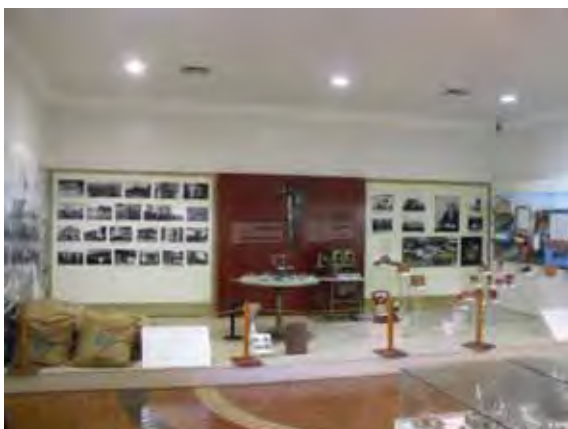


Figura 84 - "Memorial" Cia. CaciQUE de Café Solúvel³³⁸



Figura 85 - "Memorial" Cia. CaciQUE de Café Solúvel³³⁹

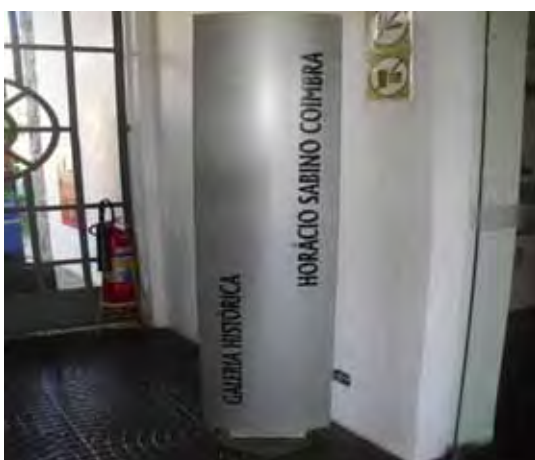


Figura 86 - Totem da G. Histórica "Horácio S. Coimbra"³⁴⁰



Figura 87 - "Memorial" Cia. CaciQUE de Café Solúvel³⁴¹

³³⁸ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

³³⁹ Idem.

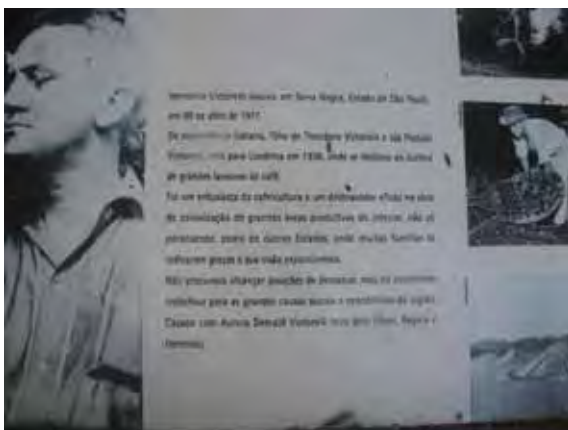


Figura 88 - "Memorial" Hermínio Victorelli³⁴²



Figura 89 - "Memorial" Hermínio Victorelli³⁴³



Figura 90 - "Memorial" Amadeu Mortari³⁴⁴



Figura 91 - "Memorial" Amadeu Mortari³⁴⁵

A Galeria de Exposições Temporárias contou, dentre outros apoios, com o patrocínio da família Lopez. Assim como foi feito para a Galeria Histórica, a de exposições temporárias também recebeu um totem com os nomes dos patronos, o casal Amélia e José Lopez Lopez. Mas, a família também providenciou um quadro com fotos e histórico dos patronos que foi colocado no interior da primeira sala da Galeria. A presença do quadro no interior da sala interferia na expografia das mostras temporárias lá colocadas. Com o passar do tempo os técnicos conseguiram retirar o quadro. Porém, por um bom tempo, conforme confirmou a museóloga Gina Sberner, ocorreram cobranças por parte da família financiadora do espaço:

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

³⁴⁵ Idem.

Toda exposição temporária é cobrado o quadro e a placa para aquilo lá. Só que aquilo interfere no circuito expositivo. Ali não é lugar. (...) Atrás da porta de vidro, bem na entrada. Então sempre é cobrado aquele quadro daquela pessoa. Imagina começar uma exposição temporária e de cara tem um indivíduo lá dentro que não tem nada a ver com o circuito. Nada a ver com o tema.³⁴⁶

Ainda no andar térreo do museu, ao lado da Galeria de Exposições Temporárias, outros dois espaços também foram “adotados”. A cafeteria denominada, Hilário Lunardelli, funcionou nos primeiros anos depois da revitalização, porém, com o baixo movimento acabou fechando. O espaço ainda é utilizado por funcionários e estagiários. A família do homenageado preencheu a parede, ao lado da cafeteria, com dez quadros com imagens da família, da fazenda do patrono e com seus dados biográficos.

Ao lado da cafeteria foi criado um miniauditório, denominado Sala de Multimeios Antonio Augusto Caminhoto. Na placa, sobre a porta, além do nome do patrono, foi incluído também para homenagem, o de sua esposa Carmelina Caminhoto. No corredor, do lado externo, três quadros apresentam os patronos. No interior da sala, há um conjunto de quadros apresentando algumas das antigas salas de cinema da cidade. Próximo à estante da sala, foram colocados alguns quadros relacionados ao homenageado, com sua imagem, biografia, medalha, objetos religiosos e um diploma.



Figura 92 - Totem da Galeria de Expo. Temp.³⁴⁷



Figura 93 - "Memorial" Lopes & Lopes³⁴⁸

³⁴⁶ Depoimento de Gina Esther Issberner (2012).

³⁴⁷ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.

³⁴⁸ Foto: Rui Cabral, acervo MHL, [2000].



Figura 94 - "Memorial" Hilário Lunardelli



Figura 95 - "Memorial" Hilário Lunardelli

Externo ao prédio foi construído um galpão rural com a finalidade de abrigar alguns veículos de tração animal, equipamentos e instrumentos utilizados no trabalho do campo, além de alguns objetos domésticos. A cenografia do espaço privilegia a cultura do café, com imagens e sacas com referências ao produto. Patrocinado pelas famílias Martinez e Sciarra, o espaço recebeu, em suas paredes internas, quadros com fotografias dos respectivos patronos.

Figura 96 - "Memorial" Família Caminhoto³⁴⁹Figura 97 - "Memorial" Família Caminhoto³⁵⁰

³⁴⁹ Foto: Rui Cabral, acervo do MHL, 2013.

³⁵⁰ Foto: Edson Holtz, acervo pessoal, 2012.



Figura 98: "Memorial" Martinez & Sciarra³⁵¹



Figura 99 - "Memorial" Martinez & Sciarra³⁵²

Feitas as apresentações e descrições destes espaços-memoriais, cabem algumas reflexões sobre seus significados para a instituição museológica. Em primeiro lugar, é consensual, até mesmo para os críticos, tanto da narrativa da exposição de longa duração, quanto desse processo de apropriação desses espaços, tornados “memórias”, em reconhecer a importância do trabalho realizado por todos os envolvidos no processo de revitalização do museu, transformando-o, em termos estruturais, em um dos mais modernos e equipados do país.

Porém, os argumentos apresentados, justificando a forma de viabilização dos recursos necessários para o museu, não são suficientes para convencer os críticos desse processo. Eles consideram, e com razão, que ocorreu, ainda que revestido de uma ação benemérito-cultural por parte de setores das elites, certa apropriação, de caráter privado, dos espaços de um museu público.

Considerando a visibilidade que as instituições de memória têm na sociedade, é até compreensível, com já analisado neste capítulo, o desejo que muitas pessoas têm de verem suas histórias representadas e eternizadas nos museus. Seja por meio de seus objetos doados ou na relação indireta que se estabelece com a presença, nos espaços expositivos, dos patriarcas ou ancestrais de suas respectivas famílias. Por outro lado, a função de um museu de sociedade, conforme prerrogativa conceitual projetada por Cristina Bruno, para o museu londrinense, pressupunha uma instituição museológica que refletisse, em seus espaços expositivos, a pluralidade de memórias da comunidade onde ele está inserido.

³⁵¹ Foto: Rui Cabral, acervo do MHL, [2000].

³⁵² Idem.

O fato de se introduzir nos cenários e nas salas revitalizadas, fotografias, diplomas e demais referências dos respectivos patriarcas, estas famílias transformaram estes espaços em espécies de extensões privilegiadas de suas vidas privadas. Esta ação garantiu a inserção de uma “autobiografia” do homenageado, já que em vários desses “memoriais”, a expografia dos cenários foi composta com objetos pessoais ou, por ele utilizados.

Ao passarem a fazer parte, com destaque e visibilidade, do espetáculo museal, as memórias desses homenageados, romperam com os limites do espaço doméstico e passaram a ser reconhecidos e consagrados pela memória pública.

Mesmo os “memoriais”, situados dentro do circuito da exposição de longa duração, ainda que possam ser justificados por apresentarem determinados ofícios, como o de joalheiro, tipógrafo, alfaiate, jornalista, do trabalho em serraria ou em tulhas de café, dentre outros, ainda assim, foram privilegiados pela exposição de seus nomes e biografias em seus respectivos cenários. Estes “cenários-memoriais”, ainda que passem despercebidos para a maioria dos visitantes, contrastam com a perspectiva despersonalizada dos outros espaços e vitrinas, cujos objetos expostos não têm a identificação de seus doadores.

Já, as outras salas e espaços internos, também transformados em “memoriais”, passam ao visitante ou pesquisador que os frequentam, principalmente o de pesquisa, vídeo, documentação ou da própria direção, a estranha impressão de que o museu foi instalado em um prédio composto de várias residências particulares.

Um problema herdado desses “memoriais”, presentes no circuito expositivo, está no fato de estarem inseridos em uma exposição de longa duração. Para a museologia “longa duração” não significa “eterna” e, portanto, recomenda-se que estas exposições sejam repensadas e atualizadas a cada cinco anos. Porém, por envolver custos com a reformulação e criação de novos cenários e demais recursos técnicos de expografia, muitos museus prorrogam por prazos indeterminados estas exposições.

A exposição do MHL completa, em 2013, exatos treze anos. Para os membros da ASAM, a exposição de longa duração tem caráter permanente, afinal de contas ela “monumentaliza” a versão da história local na qual eles se reconhecem. Dessa forma, entendem que esta exposição, por representar a “verdadeira” e “única” história de Londrina, deva ser mantida permanentemente. A esta perspectiva, de senso comum sobre a História local, acrescenta-se o fato de que muitas famílias, por terem investido na revitalização desses espaços, não gostariam de ver as memórias de seus respectivos patriarcas serem excluídas do circuito expositivo ou das salas internas do museu.

Em depoimento, duas senhoras, membros da ASAM, até sinalizaram para a possibilidade de algumas atualizações ou a inclusão de algumas peças no circuito expositivo, mas não a alteração da essência da narrativa histórica.³⁵³

Os museus, assim como os demais lugares de memória, continuarão a ser palcos para embates entre diferentes perspectivas e narrativas da história bem como, *locus* político de entronização ou esquecimento de memórias. As celebrações e os silêncios continuarão dialeticamente sendo compostos nestes espaços, transformados em teatros da memória. O MHL, o grande palco da memória londrinense, com sua história, seus atores, seus personagens, seus enredos, seus objetos, seus cenários, seus memoriais, seus públicos e seus silêncios, continuará construindo sentidos e tecendo códigos.

Caberá ao futuro, decifrá-los ou então, por eles, continuarem sendo devorados.

³⁵³ Depoimentos de: Elenice Mortari Dequêch (2013) e de Maria Lopes Kireeff (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CORTINAS SE FECHAM MAS O ESPETÁCULO DA MEMÓRIA CONTINUA

Chegar ao final da pesquisa traz um sentimento dúbio. Por um lado, a satisfação de estar próximo de encerrar uma jornada, iniciada quatro anos atrás, e que envolveu dedicação, pesquisa, viagens, leituras e mais leituras, sem falar dos solitários e intermináveis dias tecendo a redação dos capítulos. Por outro, uma sensação de que se poderia avançar mais, penetrar em outros meandros do universo museal, buscar mais e mais fontes, as quais parecem ser inesgotáveis, identificar outros silêncios e seguir novas pistas. Mas, enfim era preciso delimitar, circunscrever a pesquisa para que, assim como em um teatro, as luzes pudessem ser acesas para o público e as cortinas serem fechadas. E, então aguardar com certa ansiedade pelas críticas dos espectadores.

Esta pesquisa ao percorrer no tempo a trajetória do Museu Histórico de Londrina, revelou as diversas forças que agiram e ainda agem em seu interior. Seus personagens, seus objetos, seus cenários, suas vozes, seus “memoriais” e principalmente seus silêncios, compõem o grande enredo do passado local. Desta forma, foi preciso decifrá-lo em seus meandros discursivos para tentar entender o jogo de sentidos existente entre o museu e a sociedade londrinense.

Para compreender seu significado e importância foi necessário, antes, fazer uma pequena viagem pela história dos museus, das políticas públicas relacionados à preservação do patrimônio no Brasil e em Londrina. Foi preciso, ainda, analisar seus monumentos como totens de consagração de determinadas memórias. Assim como, fez-se imperativo, abordar as transformações no mundo museal, a partir da formação do ICOM e, sobretudo, do movimento pela Nova Museologia, fruto do emblemático Encontro de Santiago, no Chile, que sacudiu a perspectiva museológica clássica, então, hegemônica, da maioria dos museus históricos.

No Brasil, os grandes museus do século XIX abriram o caminho, como apresentado, para a criação, ainda no século XX, de milhares de museus. A área do patrimônio e por extensão dos museus vivenciaram, no século passado, um processo contínuo de estruturação e implementação de políticas públicas, voltadas para a proteção dos bens culturais. A começar pela criação do SPHAN na década de 1930, sob a influência das ideias revolucionárias de Mário de Andrade, passando, na década de 1970, pelas iniciativas renovadoras de Aloísio Magalhães até culminar, na primeira década deste século XXI, com a formalização, pelo governo federal, da Política Nacional de Museus e a tão aguardada, pelos profissionais da área, criação do IBRAM.

O MHL teve como grande cenário uma cidade e sua história peculiar. De pequeno vilarejo, boca de sertão, no final da década de 1920 e início da década de 1930, Londrina transformou-se, na virada do século XX para o XXI, em importante metrópole do interior paranaense, com mais de meio milhão de habitantes. A colonização marcada por um empreendimento imobiliário de uma Companhia de terras com capital inglês, a chegada de milhares de brasileiros, paulistas, mineiros, nordestinos, e imigrantes de várias nacionalidades, a rápida urbanização marcada, sobretudo, pela riqueza gerada pela economia cafeeira, deram o tom que deixaria marcas profundas no processo de construção da memória coletiva.

O final da década de 1950, sobretudo nas comemorações do Jubileu de Prata de Londrina, emergiram representações de um passado, tornado épico em publicações comemorativas, álbuns, crônicas, artigos, transformando a figura do pioneiro e da CTNP, em mitos fundadores da jovem cidade. Mitos, esses, eleitos como responsáveis pela implantação da civilização na região Norte do Paraná, vencendo as inóspitas e “desabitadas” florestas. A ideologia do trabalho, no plano das representações, justificou a consagração das famílias de pioneiros que “deram certo”, ou seja, se enriqueceram, acumularam terras, viraram empresários ou fazendeiros. Para todos aqueles que não ascenderam socialmente restou o papel de coadjuvantes na história.

Mas, não bastava lembrar, com certa ufania, do passado. Era preciso construir lugares de memória, visando consagrar personagens ligados aos mitos fundadores. E vieram os primeiros monumentos no espaço público. Os rotarianos queriam mais, desejavam um museu para a cidade. A primeira tentativa, provavelmente, pela falta de estrutura e de maior comprometimento dos envolvidos, naufragou no início da década de 1960. Porém, professores e alunos da antiga FEFCLL, no final dos anos 1960, retomaram a ideia e conseguiram criar o embrião do futuro MHL.

Do pequeno porão ao imponente prédio-monumento da antiga estação ferroviária, o MHL assumiu seu posto de principal guardião da memória local. Entre suas paredes, desde a década de 1970, desfilaram, por meio de sua expografia, personagens e temas que referendaram seus mitos de origem, assim como, procuraram consolidar uma história, reconhecida por muitos, como oficial, única e verdadeira.

Nesse processo o papel dos diversos diretores, que estiveram à sua frente, cada qual a sua maneira deixou marcas. Carlos Weiss com a perspectiva de um museu regional, mas com a amplitude de uma memória que se pretendia nacional. Sua busca por objetos, tanto de famílias de imigrantes quanto dos migrantes nacionais, especialmente dos nordestinos, estes

sempre esquecidos e silenciados na maioria das exposições do museu, teve como objetivo mostrar a pluralidade na formação social da cidade.

Olímpio Westphalen e Conceição Geraldo defenderam, a partir de suas concepções de História, a manutenção, no discurso histórico do museu, da chamada história oficial da cidade. Buscaram legitimar, a partir da seleção do acervo e por extensão em suas expografias, uma tradição que se sustentava a partir da sacralização das figuras do pioneiro e da CTNP e dos homens a ela vinculados. Esta defesa, como foi possível observar, gerou críticas e embates com a academia. A partir da década de 1980, os novos professores do departamento de História passaram a criticar e exigir mudanças conceituais no museu. Imbuídos pelos ventos da renovação historiográfica, sobretudo das correntes marxistas e da história cultural, assim como, pela produção de pesquisas em diversas áreas, que ao fazerem uma leitura a contrapelo da histórica local, descortinaram temas, personagens e vozes, até então silenciados no discurso histórico engendrado pelo museu, por meio da expografia de sua cultura material.

Na final da década de 1990, com a realização do projeto de revitalização do museu, o prédio da velha estação ferroviária ganhou novas galerias expositivas, miniauditório, salas de pesquisa e de documentação, biblioteca, iluminação e estruturas expositivas renovadas – vitrinas, painéis, cenários, transformando-o em um dos mais modernos museus do Paraná. Além da renovação física, uma mudança conceitual importante se deu na museologia do MHL, a sua transformação de “museu-memória” em “museu-narrativa”. Os objetos, isoladamente, deixaram de ter a primazia na comunicação museológica. Entraram em cena as exposições planejadas, os cenários, seguindo uma perspectiva temática, que promoveu um novo redirecionamento no circuito expositivo.

A reabertura do renovado museu, em 2000, ganhou atenção e repercussão na mídia. Porém, logo se percebeu que o novo museu manteve, no eixo narrativo de sua exposição de longa duração, elementos de referência do já tradicional e consagrado discurso de história da cidade. A estruturação dos módulos, a composição dos cenários, os objetos escolhidos, ainda que articulados a partir do vetor conceitual do tema do trabalho, não foram suficientes para romper com uma tradição tão cara à direção do MHL e à associação de amigos.

A ASAM configurou-se como uma importante personagem na construção do enredo teatral do museu. Desde sua criação, passou a ter um papel fundamental como captadora de recursos para o museu, por outro lado, e devido à sua composição, formada majoritariamente por filhos e netos de pioneiros, e em grande parte pertencentes a setores das chamadas elites locais, posicionou-se firmemente em defesa da manutenção da narrativa tradicional. Durante o processo de revitalização do museu, juntamente de Conceição Geraldo, membros vinculados a

esta associação efetivaram parcerias público-privadas que, se por um lado proporcionou a vinda de recursos para as reformas do prédio, por outro acabaram permitindo a apropriação de espaços do museu, denominados nesta pesquisa de “memoriais”.

Estes “memoriais” acabaram consagrando determinadas memórias a partir do diferencial do poder econômico. Dessa forma, algumas famílias, da noite para o dia, obtiveram o privilégio de verem seus patriarcas, e por extensão o respectivo sobrenome, sacralizados no panteão do grande templo da memória pública local. Mais do que demarcar espaços simbólicos e políticos, para estas famílias, a partir de uma ação pretensamente benemérita, importou transformar o Museu Histórico em uma extensão de seus espaços privados. Assim, suas respectivas memórias ao adentrarem no museu passaram a ter a chancela de públicas.

Na dinâmica da engrenagem museal, entre esquecer e desvelar, entre selecionar e excluir, um jogo de poder se estabelece, evidenciando a dimensão política dos museus. O exemplo do Museu Histórico de Londrina pode ser configurado como uma vitória parcial, ainda que em bases frágeis e tensas, da perspectiva hegemônica de memória das chamadas elites londrinenses.

O museu enquanto teatro da memória deve, em tese, permitir ao seu público a possibilidade de outras interpretações de seu “espetáculo” museológico. A consagração de algumas memórias no MHL contrastou e ainda contrasta com os silêncios de outros grupos não convidados a participar do banquete da memória.

O visitante desavisado ou não conhecedor de outras narrativas do passado citadino, talvez não perceba, mas, em suas galerias, personagens invisíveis ou opacos movem-se furtivamente por entre seus cenários, vitrinas e painéis, à espera, talvez, de serem percebidos ou de terem seus silêncios descobertos.

Um bom e eficiente trabalho de ação educativa poderá aguçar a curiosidade do visitante permitindo que as certezas sacralizadas nas galerias do museu, transformem-se em dúvidas. Afinal, atrás do cenário da CTNP, ainda ecoa os cânticos rituais dos *kaingáns* e de sua floresta destruída; abaixo das vitrinas dos imigrantes europeus, escondem-se os sonhos de nordestinos e de tantos outros trabalhadores nacionais que, por não terem enriquecido não foram adotados pela “família pioneira”; ao lado ou escondidas atrás das imagens dos homens pioneiros, um pequeno exército de mulheres segue coadjuvante na masculina historiografia oficial; subtraídos da grande vitrina onde reina absoluta a religião católica, ainda soam os atabaques dos negros e suas religiões marginalizadas; todos esperando, quem sabe, que suas memórias possam ser inseridas, com visibilidade, no jogo teatral da história.

Ao terminar de tecer os fios desta tese ficou a sensação de que ao vasculhar os porões da memória desse grande teatro, passamos a conhecer e a compreender melhor a engrenagem do enredo museal, com seus principais personagens, seus sonhos, seus medos, suas angústias e, principalmente, suas escolhas. Também ficamos com a certeza de que a temática dos museus, enquanto objeto para a pesquisa histórica, ainda é um mundo pouco explorado e com os caminhos em aberto para quem quiser se aventurar. Até porque, o fascinante espetáculo da memória não tem data para sair de cartaz.

“o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”

Walter Benjamin

REFERÊNCIAS

Fontes:

Sites:

Boletim do Museu Histórico de Londrina:

<<http://www.uel.br/museu/publicacoes/boletim%2005.pdf>>

Cadernos de Sociomuseologia – Universidade Lusófona de Humanidades – Lisboa:

<<http://www.mestrado-museologia.net/cristina2007.htm>>

Coordenação do Sistema Estadual de Museus-PR, Museus e Espaços Museológicos:

<<http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>

IBRAM – Sistema Brasileiro de Museus:

<http://www.museus.gov.br/SBM/sbm_apresentacao.htm> acesso em 11 nov. 2012.

Leis e Decretos

Lei nº 508 de 27/11/1959 – Criação do Hino, Brasão e Bandeira do Município de Londrina.

Lei nº 2.676 de 18/10/1976 – Denominação de uma rua, no Jardim Santiago, como “Pe. Carlos Weiss”.

Lei nº 3.573, de 25/04/1983 – Criação do Dia do Pioneiro. A Lei nº 3.712/84 deu nova redação à Lei anterior, estabelecendo a data de 21 de agosto como o dia oficial da homenagem aos pioneiros da cidade.

Lei nº 6.363, de 17/11/1995 – Dispõe sobre a remessa de cópias de leis com denominação de vias, logradouros ou outro bens públicos de qualquer natureza que contenham nomes de pessoas, à Biblioteca Municipal e ao Museu Padre Carlos Weiss.

Documentos:

AMARAL, Linneu. Especificações para construção de uma estação em Londrina. Ministério da Viação e Obras Públicas Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Curitiba, 22/08/1945.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Políticas Nacionais de Museus – Memória e Cidadania**, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura; Instituto Brasileiro de Museus. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Brasília-DF: MinC/Ibram, 2010.

BRUNO, Maria Cristina O.. Laudo Técnico sobre o Museu Histórico de Londrina. (anexo à correspondência endereçada à direção do MHL), São Paulo, 09 jul. 1996.

_____. Proposta Museológica da Galeria Histórica. Memorial descritivo. 1998.

_____. Relatório da visita técnica ao MHL. 2007.

CATÁLOGO do Museu Histórico de Londrina. 2000.

CATÁLOGO do Museu Histórico de Londrina. 2010.

Dados Históricos a respeito do Norte do Paraná coligidos pelo Sr. George Craig Smith. 1983.

DIAGNÓSTICO do Patrimônio do Município de Londrina. SMC. 1995.

ESTATUTO da Associação Sociedade de Amigos do Museu – ASAM.

GERALDO, Conceição; GARCIA, Elaine; SCALASSARA, Marina Zuleika. **Plano Diretor. Londrina:** Museu Histórico de Londrina, 1996.

LIVRO DE LEIS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 1959.

MAGALHÃES, Lenadro H., BRANCO, Patrícia C. e ZANON, Elisa. **Guia da Diversidade Religiosa da cidade de Londrina.** Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina – PROMIC, 2006.

MUSEU Histórico de Londrina. A Estação Ferroviária de Londrina. s.a., s.d., (texto datilografado)

Ofícios recebidos e expedidos pelo MHL (1970-2011) – Acervo administrativo do MHL.

PREFEITURA Municipal de Londrina. Secretaria Municipal de Cultura. Projeto Aqui tem História. Londrina, 1991. (mimeo).

PREFEITURA Municipal de Londrina. Secretaria Municipal de Cultura. Projeto Aqui tem História. Londrina, 1994 a. (mimeo).

PREFEITURA Municipal de Londrina. Secretaria Municipal de Cultura. Projeto Aqui tem História II. Nº 089/94/SMC. Londrina, 1994 b.. (mimeo).

Processo n. 11.997/2000 – Solicita a oficialização dos nomes dos Patronos dos ambientes do MHL (biografias anexo). 2000.

Processo nº 9663/2008. Regimento do Museu Histórico de Londrina, 2008.

PROJETO “Casa da Memória”: A política documental da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 1993

PROJETO “Tem criança no Museu”, ASAM, 2001.

PROJETO Cultural Comunitário – CUCO. Londrina, UEL, s.d.

RELATÓRIO 1983. Assessoria de Planejamento e Controle. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1984.

RELATÓRIO de atividades do Projeto “Memória Viva”. Londrina, MHL, 1997.

RELATÓRIO de atividades do Projeto “Memória Viva”. Londrina, MHL, 2000.

RELATÓRIO de atividades do Museu Histórico de Londrina. 2001.

RELATÓRIO de atividades do Museu Histórico de Londrina. 2002.

RELATÓRIO de atividades do Museu Histórico de Londrina. 2003.

RELATÓRIO de atividades do Museu Histórico de Londrina. 2004.

RELATÓRIO de atividades da ASAM. 2005.

Resolução do Conselho Universitário de nº 498/78 – Denominação do MHL (Pe. Carlos Weiss)

WESTPHALEN, Olímpio Luiz. Museu Regional de História. Texto impresso, s.d., Arquivo do Museu Histórico de Londrina.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **O que é a UEL**. Londrina: UEL, 1974.

Depoimentos escritos e orais:

Acervo do Laboratório de História Oral do CDPH – UEL:

Conceição Aparecida Duarte Geraldo: historiadora, ex-diretora do MHL, (outubro de 1989).

Olímpio Luiz Westphalen: historiador, ex-diretor do MHL, 29/10/1979.

Entrevistas realizadas por Edson J. Holtz Leme:

Conceição Aparecida Duarte Geraldo, 26 e 28/03/2013 e 01 e 04/04/2013

Cristiano Gustavo Biazso Simon, historiador, docente da UEL, 23/01/2012.

Elenice Mortari Dequech, membro da ASAM, 23/01/2013

Enezila de Lima, historiadora, ex-docente da UEL, 29/08/2011.

Gilberto Hildebrando, historiador, ex-técnico do MHL, 01/03/2013

Gilmar Arruda, historiador, docente da UEL, 17/12/2012

Gina Esther Issberner, museóloga do MHL, 14/09/2012

Jorge Cernev, historiador, ex-docente da UEL, 03/04/2013

Jorge Marão Carnielo Miguel, arquiteto, docente da UEL, 07/10/2011.

José Cezar dos Reis, historiador, ex-diretor do MHL, ex-docente da UEL, 17/01/2013

Kimiye Tommasino, antropóloga, ex-docente da UEL, 29/05/2013
Maria Aparecida Silva, historiadora, ex-docente da UEL, 14/11/2012
Maria Cristina Oliveira Bruno, historiadora e museóloga do MAE/USP, 15/03/2013
Maria Darci Moura Lombardi, museóloga, ex-funcionária do MHL, 16/09 e 04/10/2011.
Maria Lopes Kireeff, ex-presidente da ASAM, 25/01/2013
Marina Zuleika Scalassara, museóloga, ex-funcionária do MHL, 16 e 28/03/2012.
Marlene Rosa Cainelli, historiadora, docente da UEL, 23/11/2012
Rui Antonio Frias Cabral, fotógrafo do MHL, 06/09/2011.
Sonia Maria Lopes Sperandio Adum, historiadora, docente da UEL, 25/02/2013
William Reis Meirelles, historiador, ex-diretor do MHL, ex-docente da UEL, 01/03/2013

Monumentos da cidade de Londrina analisados na pesquisa:

Aqui tem História (placas) – região central.
Busto de Arthur Thomas – Parque Arthur Thomas.
Busto do Senador Aylon Souza Naves – Praça 1º de Maio.
Busto de Willie Davids – Praça Willie Davids
Marco Zero – Av. Theodoro Victorelli (próximo à rotatória da Rodoviária).
Memorial do Pioneiro – Praça 1º de Maio
Painel do Jubileu de Prata – campus da UEL.

Museus, bibliotecas e arquivos visitados:

Assis: Biblioteca da UNESP

Londrina: Biblioteca Central e Setorial de Humanas (UEL), Biblioteca Pública Municipal (Sala Londrina), Biblioteca e Arquivo de documentos e imagens do Museu Histórico de Londrina (UEL), Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (UEL), Arquivo da Câmara Municipal de Londrina, Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, Museu da Rural; Museu Madre Leonia, Museu de Arte de Londrina, Museu de Ciência e Tecnologia (UEL).

São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca Florestan Fernandes (USP), Biblioteca do Centro Cultural São Paulo, Biblioteca do Museu Paulista (USP), Biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia (USP), Museu da Imigração Japonesa, Museu de Arte Sacra.

Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura; Biblioteca da UFRJ; Museu Histórico Nacional; Museu Nacional (Quinta da Boa Vista), Museu da República, Museu Histórico do Exército, Museu Naval, IPHAN.

Petrópolis-RJ: Museu Imperial.

Curitiba: Biblioteca da UFPR, Biblioteca Pública do Paraná (setor de documentação paranaense), Museu Paranaense.

Periódicos:

Jornal Folha de Londrina (1959-2011)

Jornal Sequência (1963)

Jornal Newsy ((1961-1963)

Novo Jornal (1971-1973)

Jornal de Londrina ((1989-2000)

Boletim do Museu Histórico de Londrina. (n.ºs. 1-9), Londrina: UEL, 1980-1984.

Boletim do Rotary Club de Londrina (1943-1989)

MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia. N. 5. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011

Revista A Pioneira (1948-1954)

Revista do Norte do Paraná (1959)

Revista Realizações Brasileiras (1955-1961)

Álbuns e publicações comemorativas:

ALMEIDA, Gladstone. **Guia Geral de Londrina**. Londrina: Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954

_____. **Guia Geral de Londrina** Londrina: Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1945.

BARROSO, V.. **O Famoso Norte do Paraná: Terra onde se anda sobre dinheiro**. 1956

- BRANCO, G. & ANASTÁCIO, A. **Construtores do Progresso**. Londrina, 1969.
- BRANCO, G. & MIONI, F. **Londrina no seu Jubileu de Prata: documentário histórico**. Londrina: Realizações Brasileiras, 1960.
- CARVALHO, Brasilino. **Londrina Monumental: milagre do gênio britânico e do caboclo vencendo as forças brutas da natureza**. São Paulo: Bipa, 1978.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. São Paulo: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.
- COUTINHO, H. Puigari. **Londrina: 25 anos de sua história**. São Paulo: [s.n], 1959.
- GOMES, Adriano M.. **Álbum do município de Londrina**. Londrina: PML, 1938.
- MASCHIO, Edison. **Documentário de Londrina**. Curitiba: Gazeta, 1977.
- OLIVEIRA, Aristeu. **Norte do Paraná: Terra Abençoada**. Londrina, 1949.
- ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida: homenagem aos pioneiros**. Edição comemorativa ao 40º aniversário. São Paulo: Juriscredi, 1975.

Referências Bibliográficas:

- ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960**. Dissertação (Mestrado em História Social) - UNESP, Assis, 1991.
- _____. Práticas Discursivas, Patrimônio e Memória: Monumento Memorial do Pioneiro. In: SILVA, Cláudia e MORAES, Vanda de. (orgs.) **Encontro Cidades Novas: a construção de políticas patrimoniais**. Londrina: Edição Humanidades, 2009.
- ALEXANDER, Edward Porter. **Museums in motion. An Introduction to History and Functions of Museums**. Nashville: American Association for State and Local History, 1979.
- ALVES, Ana Maria de Alencar. **O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, José Maria Tavares de. Ethos do Pioneiro. In: **SEMINA: Revista Cultural e Científica da UEL**. Vol.1, n.1. Londrina: UEL, abril / junho 1978.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ANDRADE, Mário de. Museus Populares. In: **Problemas- Revista Mensal de Cultura**. São Paulo. 1938.

ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **Produzindo o Passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs.) **A memória do pensamento museológico contemporâneo: Documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM/FFLCH/USP, 1995.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina – 1930/1975**. Londrina: EDUEL, 1998.

ASARI, Alice; TUMA, Magda. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do Município de Londrina**. Londrina: PML, 1978.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.) **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BANN, Stephen. **As invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado**. São Paulo: UNESP, 1994.

BARELLI, Silvia Helena Simões. Memória e Temporalidade: Diálogos entre Walter Benjamin e Henri Bérghson. In: **Margem**. N.1. São Paulo: PUC/SP, 1992.

BARROSO, Vicente. **O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre o dinheiro**. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1956.

BAZIN, Germain. **Le temps de musée**. Liège-Bruxelles: Desoer S.A. Éditions, 1967.

BELLAIGUE, M. 22 ans de réflexion muséologique a travers le monde. **Cahier d'Étude/Study Series**. Comité International de ICOM pour La museologie. 8: Paris, 2000.

BENATTE, Antonio Paulo. **O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)**. 2ª. ed.. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e ciência: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 2. Ed... São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. 28. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1996.

_____. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, nova série v.8/9, p. 151-174, 2003.

BOBBIO, Norberto; et.al.. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O Amor pela Arte: os Museus de Arte na Europa e seu público**. São Paulo: EDUSP: Zouk, 2003.

BORGES, Célia. Patrimônio e memória social: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo In: **Lócus - Revista de História**; n. 9, v. 5. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1983.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados Recompuestos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etmológico da mitologia grega**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Políticas Nacionais de Museus – Memória e Cidadania**. 2003.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

BRUHNS, Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina: Patrimônio, Discurso e Poder (1970-1990)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia: a luta pela perseguição ao abandono**. Tese (Livre Docência em Museologia). Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

_____. , ARAÚJO, Marcelo Mattos (orgs.) **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: Documentos e Depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM. 1995.

_____. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Pg.12. Publicação on line – referente curso de mestrado em museologia. Disponível em <<http://www.mestrado-museologia.net/cristina2007.htm>>. Acesso em 20 set 2011.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, Magaly. Ações Educativas na Construção de Políticas Patrimoniais. In: SILVA, Cláudia e MORAES, Vanda de (orgs.) **Encontro Cidades Novas: a construção de políticas patrimoniais**. Londrina: Edição Humanidades, 2009,

CAINELLI, Marlene Rosa; TUMA, Magda Madalena P.. História e Memória na construção do Pensamento Histórico: uma investigação em educação histórica. **Revista HISTEDBR** (online), Campinas, n. 34, p. 211-222, jun. 2009 – ISSN: 1676-2584. <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/issue/archive>.

CAMARGO, Célia Reis. **A Margem do Patrimônio Cultural: Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil 1838-1980**. Tese (Doutorado em História Social) – UNESP, Assis, 1999.

CAPRETTINI, Gian Paolo et.al.. Mythos/Logos In: **Enciclopédia Einaudi**. V.12.Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Aduino (org.) **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2ª. ed. rev.. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CARVALHO, Maria Aparecida Vivan de et.al. (orgs.) **Portal do Servidor Aposentado da UEL: tempo de recordar**. Londrina: EDUEL, 2011.

_____; RIBEIRO, Fabiano Ferrari (orgs.) **Portal do Servidor Aposentado da UEL: histórias vividas, lições para o futuro**. Londrina: UEL, 2012.

CASTELOU, Antonio. **Arquitetura Londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina: Midiograf, 2002.

CASTRO, Rosimeire Aparecida Angelini. **O Cotidiano e a Cidade: Práticas, Papéis e Representações Femininas em Londrina (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

_____. **Ecos da Memória: Uma contribuição à História da vida cotidiana de mulheres no Paraná (1930/1975)**. Tese de doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Série. V. 12. P.237-268, jan/dez.2004.

CERNEV, Jorge (org.) **Memória e Cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõem**. Londrina: IPAC/MEC-SESU, 1995.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (dir.) **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti e ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de (orgs.) **Diálogos com o patrimônio cultural e a memória coletiva: ações extensionistas**. Londrina: SETI, 2010.

CHAGAS, Mário de Souza et.al. **A Democratização da Memória Social: A função social dos Museus Ibero-Americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

_____. Há uma gota de sangue em cada museu. In: **Cadernos de Sociomuseologia 13**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu; a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

_____. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

_____. (org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. Nº. 31. Brasília: IPHAN, 2005.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. Vol. 5, nº 11: USP, 1991, p. 173-191.

_____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Tradução Vera da Costa e Silva et. al.. 14ª. Ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Monteiro. **Os Arquitetos da Memória: A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)**. Tese (Doutorado em História Social das Ideias) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário**. 2ª Ed.. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 1999.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO/ Secretaria Municipal de Cultura/ Prefeitura Municipal de São Paulo. **O direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

DETIENNE, Marcel. Mito/Rito In: **Enciclopédia Einaudi**. V.12. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

ECO, Humberto. **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FABRIS, Annateresa (org). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FALCON, J.C.. História Cultural: dos antigos aos novos problemas. In. SOIHET, Rachel (org.). **Arrabaldes: cadernos de História**. Niterói: UFF, 1996.

FENELON, Déa. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. **Ciclo de debates sobre Cultura e Memória**. Brasília: ENAP, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coords.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves, VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.) **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.) **Patrimônio histórico e cultural: cidade de Londrina-PR**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina/ LEDI, 2011.

GOMES, Angela de Castro (org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/SPHAN, 1996.

_____. Os Museus e a representação do Brasil. In: CHAGAS, Mário. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. Nº.31. Brasília: IPHAN, 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, Museólogos e Formação. In: **Revista de Museologia**. Ano 1, n.1. Instituto de Museologia de São Paulo / FESP. São Paulo, 1989.

GUIMARÃES, Lucia Maria P.. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH - USP, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IN.: **Estudos Históricos. Caminhos da Historiografia**. São Paulo: Vértice, n.1, 1998.

GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1999;

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: **Varia História**. Vol.22, n.36. Belo Horizonte:jul/dez, p.261-273.

HILDEBRANDO, Gilberto. **O Museu e a Escola: Memórias e Histórias em uma cidade de formação recente – Londrina-PR**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UEL, Londrina, 2010.

HOBBSAWN, Eric. e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. 20 anos depois de Santiago, a Declaração de Caracas, 1992. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira e ARAÚJO, Marcelo Mattos (orgs.) **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: Documentos e Depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 1991.

IPHAN. **A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na construção de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, MINC/SPHAN, 1995.

_____. **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

_____. **Cartas Patrimoniais**. Caderno de documentos nº. 3. Brasília, 1995.

JOFFILY, José. **Londres, Londrina**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas 1**. Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

KROETZ, Lando Rogério. **As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In. LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques. História In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. Documento, Monumento In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, v.1.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LEME, Edson J. H.. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. Londrina: EDUEL, 2005

LEMOS, Carlos A. C.. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Enezila de. O Ensino Superior em Londrina. In: **Boletim Informativo do Centro de Letras e Ciências Humanas**. Londrina: UEL, 1991.

LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. BH: Argvmentvm, 2010.

LOPES, André Porto. Documento e História. In: MALERBA, J. (org.) **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica – os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUGLI, Adalgisa. **Naturália et Mirabilia – Les cabinets de curiosités em Europe**. Paris. ADAM BIRO: 1983

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves, VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.) **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

MAESIMA, Cacilda. **Centros de Documentação e Pesquisa Histórica Universitários: um estudo de caso no CDPH da UEL** Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2003.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. Museus e políticas públicas no Brasil: uma leitura. In: PAULA, Zueleide C. de, et.al.. **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. In: **ANAIS DO MUSEU PAULISTA. História e Cultura Material**. São Paulo: Imprensa Oficial/IMESP, 1994.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). In: **Anais do Museu Paulista**. Nova Série, n.1. São Paulo, 1993.

_____. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: USP, n.34, 1992.

_____. Mito e Museu: reflexões preliminares. In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). **Mitos e Heróis; Construção de Imaginários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. O Museu na Cidade X A Cidade no Museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, n.8/9, 1984.

_____. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 27, 2000.

MEZZOMO, Frank Antonio et.al.. (orgs.) **Educação, Identidades e Patrimônio**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2012.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Instituto Brasileiro de Museus. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Brasília-DF: MinC/Ibram, 2010.

MIRANDA, Danilo Santos de (org.) **Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAES, Vanda; BATIGLIANA, Solange Cristina. Patrimônio cultural e políticas públicas – reflexão sobre a política cultural do Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina, na perspectiva de uma política de atuação patrimonial. In: CHOMA, Daniel et.al. (orgs.) **Revelações da História: o acervo do Foto Estrela**. Londrina: Câmara Clara, 2012.

MORTON, Wallace H.. Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná. In: **Boletim do Museu Histórico Pe. Carlos Weiss**. Nº 7. Londrina: Fundação Universidade Estadual de Londrina, 1980, p.10-18.

MOTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação – 1975 a 1990**. Dissertação (Mestrado em História Social e Documentação) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu - **Presença e resistência Kaingáng no Paraná**. Dissertação de mestrado. PUC/SP. 1992

MUSEU PAULISTA. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista / Universidade de São Paulo, 1992.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. **Poder Público e Patrimônio Cultural: estudo sobre a política estadual de preservação no Oeste Paulista (1969-1999)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - UNESP, Assis, 2006.

NOLA, Alfonso di. Origens In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 12. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto-História**. N. 10. São Paulo: PUC/SP, 1983.

_____. **Les Lieux de mémoire**. Paris: Seuil, 1984-1992.

NUNES, Clarice. **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, José Luiz Alves. **Londrina! Cidade de braços abertos: o olhar de um pé-vermelho da segunda geração**. Londrina: Ed. do autor, 2010.

OLIVEIRA, Adriely Martini de. **Patrimônio Cultural em Londrina: uma especificidade de políticas de preservação no Paraná**. TCC. Ciências Sociais/UEL. 2010.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976)**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

OLIVERIA, Eduardo Romero de. Usos Sociais do Patrimônio Cultural. In: MEZZOMO, Frank Antonio et.al.. (orgs.) **Educação, Identidades e Patrimônio**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2012.

OLIVEIRA, Gisele da Silva. Migrantes Nordestinos em Londrina: explorando o acervo do Museu Histórico no ensino de história. In: **Boletim do Museu Histórico de Londrina**: Londrina, v.3 n.5 jul/dez 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/museu/publicacoes/boletim%2005.pdf>> acesso em: 04 jun., 2013.

OLIVEIRA, José Donizete Brandino de. **O Mito da Democracia Racial: Um olhar sobre os movimentos negros em Londrina – 1940-1990**. Dissertação de Mestrado em História. UEL, Londrina. 2002.

OLIVEIRA, Franklin de. **Morte da memória nacional**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.

OS MUSEUS no mundo. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil S.A., 1979. (Entrevista com Hugues de Varine-Bohan)

PAOLI, M. C. P. M.. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: Maria Clementina Pereira da Cunha. (Org.). **O direito à Memória: Patrimônio Histórico e**

Cidadania. 2ª ed. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/ SMC/ Prefeitura do Município de São Paulo, 1992, v. 1, p. 25-29.

PAULA, Zueleide Casagrande de. Os Marcos Urbanos em História e Memória: o Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss” em breve nota. In: **Boletim Museu Histórico de Londrina**. V.1, n.1. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, jul. dez. 2009, p. 10-16.

_____. et. al.. (orgs.) **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In. LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

PIO, Leopoldo G. Museus. In: **Revista Musas**, DEMU/IPHAN, 2005

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, n.10. Rio de Janeiro, FGV, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. **Estudos Históricos: memória**. N.3. Rio de Janeiro: 1989.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. P.51-86

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do Museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POULOT, Dominique. Le musée d’histoire em France entre traditions nationales et soucis identitaires. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Museu Paulista, v.15 n° 2 julho-dezembro de 2007.

_____. **Museu e museologia**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Maringá**: Edições Humanidades, 2009.

RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado, a instituição do Patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

ROLIM, Rivail Carvalho. **O policiamento e a ordem: repressão e violência (1948-1962)**. Londrina: EDUEL, 1999.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RUSSIO, W. Cultura, patrimônio e preservação (Texto III). In: ARANTES, A.A. (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Museu, Museólogos e Formação. In: **Revista de Museologia**. Ano 1, n.1. Instituto de Museologia de São Paulo / FESP. São Paulo, 1989.

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

_____. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAB/DEMU, 2008.

SANTOS, Marisa Velloso M. **O Tecido do Tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970**. Brasília, UNB, Tese de Doutorado em Antropologia, 1992.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

_____. Políticas da Memória na criação dos museus brasileiros. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n.19/2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Os guardiões da nossa história oficial: os Institutos Históricos e Geográficos brasileiros**. São Paulo: IDESP, 1989.

_____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SELLA, Cleide. **História e Monumentos: Forma e Ação de um Discurso Político em Londrina (1950-2003)**. Artigo apresentado ao curso de Especialização em História Social e Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

SEMEDO, Alice. Da invenção do museu público; tecnologias e contextos. In: **Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, 2004 I Série, vol. III, pp. 129-136.

SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. In. **História: Questões & Debates**. Curitiba: n.32, p.75-95, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no lopp da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHIMBA, Otavio Yassuo e UREN, Flávio Henrique da Rosa. **Londrina Cidade Cenário**. Londrina; Midiograf, s.d..

SILVA, Cláudia e MORAES, Vanda de. (orgs.) **Encontro Cidades Novas: a construção de políticas patrimoniais**. Londrina: Edição Humanidades, 2009.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Peroba-Rosa: Memórias UEL 25 Anos**. Londrina: EDUEL, 1996.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique (orgs.) **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Priscilla Perrud. Ferro nos Trilhos e na Estação: O Caso da Antiga Estação Ferroviária de Londrina. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos da Imagem: III ENEIMAGEM**. Londrina, 2011. p.2414-2427

SILVA, Zélia Lopes da. Os Acervos Históricos: guardar para que e para quem?. In: **Revista CEDAP**. V.2, n.2. Assis: UNESP, 2006.

_____. (org.) **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: FAPESP, 1999.

SOARES, Diego Ferreira Valladares Soares. **Memorial do Pioneiro: um debate, muitas questões**. TCC. Ciências Sociais/UEL. 2010.

SOARES, Marco Antonio Neves. **Da Alemanha aos trópicos: identidades judaicas na terra vermelha (1933-2003)**. Londrina: EDUEL, 2012.

SUANO, Marlene. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, Paul Richard. **A Voz do Passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOMAZI, Nelson D.. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 1989.

_____. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito, GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

_____. **“Norte do Paraná”: Histórias e fantasmagorias**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingáng da bacia do Tibagi: Uma sociedade Jê Meridional em movimento**. 1995, 348 p.. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R.. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

VARINE-BOHAN, Hugues. A respeito da Mesa Redonda de Santiago. In: ARAUJO, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs.) **A memória do pensamento museológico contemporâneo: Documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM/FFLCH/USP, 1995.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Imagens da Revolução Mexicana: O Museu Nacional de História do México (1940-1982)**. São Paulo: Alameda, 2007.

VIDIGAL, Cássio. Contribuição para o estudo de uma região do Paraná. In: **Revista do Ateneu Paulista de História**. São Paulo: s. editora, ano VI, n.6, jul/1969.

VERDUM, Ricardo. Refletindo sobre a Memória com Maurice Halbwachs. In: **Ciências Humanas em Revista**. 5(2), jul/dez. 1994.

WINTER, Maria Cecília. **Os usos do patrimônio: três fazendas cafeeiras paulistas do século XIX**. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas9.htm>. (Acesso em 22/11/2008)

YAMAKI, Humberto. **Lembranças e deslembranças: álbum Londrina 1941**. Londrina: Edições Humanidades, 2008.